

Diário do Legislativo de 13/09/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dilzon BPSP
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSB

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPSB Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPSB
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSB
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSB Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado João Leite BPSB

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSB
Humberto Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSB

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Alencar da
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Bilac BPSP
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSB Presidente
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado BPSB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSB
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente
Júlio

Deputado Dilzon BPSB Vice-Presidente
Melo

Deputado Luiz BPSB
Humberto
Carneiro

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

Deputado
Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Sawan Fahim BPSP

Deputado
Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputada
Pimenta Carlos BPSP

Deputado
Ângelo Durval PT/PCdoB

Deputada
Nogueira Ivair PMDB

Deputado
Corrêa Gustavo PFL

Deputado
Hilton George PP

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 30ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Legislativo "Segurança para Todos - Propostas para uma Sociedade Mais Segura"

1.3 - 32ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Legislativo "Segurança para Todos - Propostas para uma Sociedade Mais Segura"

1.4 - 33ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Legislativo "Segurança para Todos - Propostas para uma Sociedade Mais Segura"

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 12/9/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Agostinho Patrús - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Doutor Viana - Durval Ângelo - Jô Moraes - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 21/8/2006

Presidência dos Deputados Mauri Torres, Rogério Correia, Edson Rezende e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Primeiro painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Segundo painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Eduardo Cerqueira Batitucci - Palavras do Procurador de Justiça José Ronald Vasconcelos Albergaria - Palavras da Sra. Márcia Cristina Alvez - Palavras do Sr. Alexandre Delorenzo de Souza - Palavras do Major João Francisco Goulart dos Santos - Palavras do Sr. Marcos Siqueira Moraes - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Dalmo Ribeiro Silva - Edson Rezende - Gil Pereira - Jô Moraes - João Leite - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Segurança para Todos - Propostas para uma Sociedade Mais Segura", com os seguintes objetivos: apresentar um diagnóstico sobre a segurança pública no Estado de Minas Gerais; discutir a questão do financiamento da segurança pública; levantar sugestões para o aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal; discutir o perfil e a capacitação permanente dos operadores da segurança pública; contribuir para o aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Pública.

Primeiro Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputados Sargento Rodrigues, membro das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública desta Casa; e Edson Rezende, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais desta Casa, autores do requerimento que deu origem a este evento; Major João Francisco Goulart dos Santos, Coordenador-Geral de Gestão, Acompanhamento e Análise Técnica do Plano Nacional de Segurança Pública, representando o Secretário Nacional de Segurança Pública e Presidente do Conselho do Fundo Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa; Desembargador Luiz Audebert Delage Filho, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Hugo Bengtsson Júnior; Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. BM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Jader Pinto Lucas Gomes, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, representando a Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, Sônia Estela de Melo; Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Amilton Amâncio Pinto da Silva, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado; Marlene Oliveira Nery, Defensora Pública-Geral do Estado; Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração Penitenciária; e João Batista de Oliveira; Subsecretário de Estado de Direitos Humanos.

Palavras do Sr. Presidente

No ano de 2000, preocupada com os índices de violência e de criminalidade que vinham-se registrando no Estado, a Assembléia Legislativa de Minas promoveu, em conjunto com 92 instituições vinculadas aos poderes públicos e à sociedade civil, um amplo movimento denominado "Movimento pela Segurança e Vida", destinado a estimular a reflexão sobre o tema e a mobilizar as forças políticas e sociais para a construção de uma política de segurança pública abrangente e eficaz para a população mineira.

Resultou dessa iniciativa um sólido documento de proposições para o aprimoramento da política de segurança do Estado, muitas das quais incorporadas aos projetos que se elaboraram sobre o tema, como a nova formatação da Secretaria de Defesa Social; a unificação dos bancos de dados das Polícias Civil e Militar; a integração das ações entre as polícias; a destinação de recursos específicos para o reequipamento das polícias; o envolvimento dos Municípios e da comunidade no combate à violência; e a política penitenciária.

Passados seis anos, estamos aqui de novo para debater o mesmo assunto, e a primeira consideração a ser feita é que a violência e a criminalidade continuam a nos desafiar, como uma das maiores preocupações da população mineira e, conseqüentemente, como área prioritária entre as políticas públicas.

Sabemos que, em Minas, estão sendo implantados programas de aprimoramento da segurança pública e que esses programas têm dado resultados positivos, como os divulgados recentemente pela Secretaria de Defesa Social, mostrando a redução da taxa de crimes violentos no Estado.

As ações que têm sido realizadas no Estado na área da segurança são importantes, mas não suficientes para deixarmos de dar prioridade ao tema e de discuti-lo amplamente, com todos os segmentos da sociedade e dos poderes públicos, porque a situação ainda é grave. Há muito o que ser feito para que nossa população se sinta mais segura e para não corrermos o risco de chegar à situação crítica de alguns dos nossos Estados vizinhos.

As causas que levam a essa situação - entre as quais se poderiam apontar a incapacidade do Estado de conter o crime organizado, as deficiências do sistema policial e penitenciário, a inadequação da legislação penal aos tempos atuais, a morosidade da Justiça, além de fatores ligados a nossa realidade socioeconômica, como o crescimento desordenado, o desemprego, a carência de serviços básicos, as distorções e desigualdades - estão presentes, em maior ou menor grau, em todas as regiões brasileiras.

Lembre-se, nesse contexto, que o custo social da violência e da criminalidade é muito elevado. Ele pode ser avaliado pelos investimentos que o Estado tem de fazer para combatê-las, pelos prejuízos materiais causados aos indivíduos e às instituições, pelos dramas pessoais e pelos limites impostos à própria liberdade dos cidadãos. Trata-se de um problema que atinge, indiscriminadamente, homens e mulheres, crianças e adolescentes, pobres e ricos, em todas as regiões do Estado.

A questão é complexa e envolve ações de controle e repressão, o reforço e o aperfeiçoamento do aparato policial e a abertura de mais vagas no sistema prisional, aliadas a um amplo programa de ações preventivas, abrangendo as áreas de educação, saúde, assistência, moradia, geração de empregos, que tenham efeitos mais sólidos e duradouros.

Saliente-se que os programas e projetos que se implantarem nesse campo devem ser de responsabilidade não apenas dos governos - federal, estaduais e municipais -, mas também do conjunto da sociedade, formando-se uma rede de atitudes voltadas para garantir a segurança na família, nos espaços urbanos, na convivência social. O encontro que estamos iniciando visa a aprofundar o debate sobre tais questões, tendo como objetivos específicos: apresentar um diagnóstico sobre a segurança pública no Estado de Minas Gerais; propor ações preventivas e outras formas de enfrentar a violência e a criminalidade; discutir a questão do financiamento da segurança pública; levantar sugestões para aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal; discutir o perfil e a capacitação permanente dos operadores da segurança pública; e contribuir para o aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Pública.

É importante lembrar que as propostas a serem discutidas nos grupos de trabalho deste evento resultaram de dedicados estudos preparatórios das comissões técnicas institucionais, assim como dos seis encontros regionais, realizados nas cidades de Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora, Governador Valadares, Pouso Alegre e Montes Claros. Nos grupos de trabalho, hoje e amanhã, vamos discutir as propostas e priorizar 20 em cada grupo; na plenária final, vamos priorizar apenas 5 de cada grupo. Ao final deste encontro, teremos em mãos um documento com as 20 propostas mais significativas, entre tantas que foram levantadas, apontando as prioridades a serem consideradas pelos poderes públicos do Estado, para avançarmos efetivamente na questão da segurança pública.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste seminário, especialmente às entidades de apoio, que estiveram conosco desde a fase preparatória; àqueles que participaram das comissões técnicas institucionais trabalhando na elaboração do documento de propostas; às Prefeituras e Câmaras que viabilizaram os encontros regionais; às autoridades; aos palestrantes e coordenadores dos grupos de trabalho; aos Delegados Regionais e a todos os presentes, com a expectativa de que as exposições, os debates e as propostas aqui apresentadas contribuam para a construção de políticas públicas que garantam, de fato, mais segurança e tranquilidade à população de todo o Estado. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Convido todos para assistir à exibição do vídeo institucional do seminário, que contém as imagens e os registros dos encontros regionais.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Palavras do Deputado Edson Rezende

Primeiramente, saúdo o Presidente, Deputado Mauri Torres, assim como a todos os componentes da Mesa. Agradeço a presença de todos os senhores, especialmente das pessoas que estão neste Plenário e que nos alegram com sua participação. Agradeço, de forma especial, a todos os participantes dos seis seminários regionais, cujas participações foram fundamentais e permitiram, num primeiro momento, o debate e a construção de novas idéias em um diagnóstico regionalizado e, posteriormente, o entendimento para uma ação conjunta das instituições e de todo o povo mineiro.

Em segundo lugar, informo que este seminário nasceu em um debate ocorrido no ano passado, durante um referendo. Fui coordenador da Frente do Sim, para que não houvesse comercialização de arma de fogo; o Deputado Sargento Rodrigues foi coordenador da Frente do Não. Após o resultado do referendo, nós nos unimos por entendermos que o povo nos havia dado um recado. Precisávamos, além de tratar da comercialização das armas, de ter um projeto mais arrojado e ações mais amplas em busca da segurança pública e do combate à criminalidade. Esse entendimento nos fez constituir a Frente Parlamentar pela Segurança Pública, da qual nós dois somos coordenadores.

A primeira tarefa a ser desenvolvida, a partir da criação da frente em dezembro de 2005, foi a realização do seminário de segurança pública, e hoje estamos aqui. Agradeço ao nosso Presidente, Deputado Mauri Torres, porque, sensibilizado, acatou o nosso requerimento. Assim, tivemos a oportunidade de realizar os seis seminários regionais e estamos aqui finalizando nossos trabalhos.

Para que chegássemos ao tema e ao programa - discutido nas regionais -, que enviamos a todos, foi importante a participação do grupo de trabalho, representado por várias entidades, inclusive por pessoas que estão nesta Mesa, e pela sociedade civil organizada. Durante um mês e meio, semanalmente, foram feitas reuniões para a construção desse programa. Agradecemos a todos. Os quatro pontos discutidos serão pilares fundamentais do relatório final, a ser elaborado depois de amanhã.

O primeiro tema será "Ações Preventivas e Envolvimento da Sociedade Civil", como medidas socioeducativas; atendimento ao adolescente autor de ato infracional; assistência jurídica e permanente em todas as comarcas; Consep; regulação urbana; código de postura; etc. Foi muito participativo o primeiro grupo, que tratou das ações preventivas e do envolvimento da comunidade, o qual nos surpreendeu. Creio que ficaremos surpreendidos também com esse grupo que trabalhará especialmente o envolvimento da comunidade e as ações preventivas.

No que diz respeito ao financiamento da segurança pública, é fundamental a criação de um fundo estadual de segurança pública, mas também

a inter-relação com o fundo nacional de segurança pública. É preciso saber que recursos temos e de quais necessitamos do fundo nacional.

No terceiro tema - Sistema de Justiça Criminal e Compartilhamento de Informações -, foi unânime a necessidade de integração. É preciso que Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Civil e Polícia Militar trabalhem juntos, porque assim melhorarão as ações de cada instituição. Mas, muito mais para além da ação exclusiva e isolada de cada uma, o combate à criminalidade terá muito mais agilidade e eficiência. Portanto, talvez o tema do terceiro grupo seja um dos mais debatidos e calorosos.

Por último, a Administração de Recursos Humanos no Sistema de Justiça Criminal, ou seja, a capacitação profissional, o treinamento e a valorização. Todos os nossos planos a respeito de projetos e programas dependem da capacitação do profissional, da sua valorização, da sua remuneração. É fundamental, porque quem combaterá a criminalidade, quem fará as ações preventivas são homens e mulheres. Portanto, é preciso que haja treinamento permanente, remuneração adequada e valorização profissional. Mas tudo isso não se realizará se não tivermos financiamento. Entendemos que a interligação desses quatro temas avança, quando comparamos com o seminário realizado há seis anos. Estamos dando um passo importante.

Termino minhas palavras dizendo que este é um momento fundamental. Talvez esta seja a maior preocupação do povo de Minas Gerais e de outros Estados. Fazamos destes três dias um momento de confraternização, um momento de solidariedade, um momento de compartilhamento de informações, mas, muito mais, um momento de unir forças, porque, para combater a criminalidade, para diminuir os índices de violência, é preciso ações preventivas, é preciso educação integral e um sistema de justiça criminal integrado, melhorado, valorizado na outra ponta, para o combate à criminalidade. Tenhamos todos um ótimo seminário para o bem do povo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues, membro das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública desta Casa.

Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa, bom-dia a todos os participantes. Gostaria de cumprimentar meu ilustre companheiro, meu grande amigo Deputado Edson Rezende, que fez uma explanação sobre como se originou este seminário. Para nós, é muito importante trazer o conjunto da sociedade para o debate desta questão tão complexa, que demanda a participação de todos para que aqueles que estão na ponta da linha, que cuidam da segurança e da ordem pública, recebam o apoio e a compreensão da sociedade e para que, acima de tudo, recebam uma contribuição efetiva.

Ressalto que, quando se elaborou o art. 144 da Constituição da República, em 1988, se determinou que "segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos". Entendo que esse Estado deve ser um pouco mais ampliado, pelo menos pelo que consta nos incisos que se seguem ao art. 144. Ao longo de muito tempo, temos assistido, de certa forma com uma visão míope, a esse assunto, porque, todas as vezes em que a população cobra segurança pública, enxerga especificamente a Polícia Civil e a Polícia Militar. Mas o Estado não é só isso.

O Estado é o setor prisional; o Estado é a Assembléia; o Estado é o Corpo de Bombeiros; o Estado é o Ministério Público; o Estado é o Judiciário. Portanto, o Ministério Público e o Judiciário são responsáveis diretos pela segurança pública. Vejo que este seminário tem essa forma mais abrangente de fazer essa discussão. É necessário que o conjunto da sociedade e os atores que participam diretamente desse assunto tão complexo entendam e passem a cobrar dos outros poderes e órgãos uma participação mais efetiva. O constituinte de 1988 foi feliz quando falou a respeito do Estado, e não apenas a respeito da Polícia Civil e Militar.

Ressaltando as palavras do Deputado Edson Rezende, entendo que a participação de todos é muito importante. Tive a oportunidade de participar de quatro das seis plenárias que aconteceram nas regiões do interior. Vimos que a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, além do dia-a-dia, além de sua contribuição funcional durante os dias e as noites, tiveram uma participação efetiva no Estado. Ou seja, essas instituições, além de contribuírem e cumprirem o seu papel, vieram para o debate participar com o conjunto da sociedade e dizer que estão atentas para ouvir. Vi isso como uma experiência extremamente positiva dessas instituições, que, além de exercerem cotidianamente o seu dever, queriam debater e ouvir as pessoas.

Deputado Edson Rezende, Deputado Rogério Correia, essa participação é extremamente importante quando as instituições responsáveis diretamente pelo assunto ouvem e param para discutir com a sociedade organizada. Vejo isso como fruto do amadurecimento e entendimento que elas precisam e querem. Mas, acima desse amadurecimento, há o compromisso que essas instituições têm com a sociedade mineira. Enquanto São Paulo vive uma onda de violência que vem assustando a todos nós, Minas Gerais já estava com o seu seminário de segurança pública em andamento. Muito antes de os primeiros fatos ocorrerem em São Paulo, Minas Gerais já preparava esse seminário. Estamos discutindo de forma serena, com seriedade, sem precipitação, sem o calor dos acontecimentos. Isso é importante para que todos nós possamos obter um melhor resultado. Minas tem um diferencial enorme em relação ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Lá, o crime organizado já se instalou. Aqui, graças a essas nossas instituições que estão no combate ao crime, isso não acontece.

Cumprimento o Dr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil; o Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar; e o Cel. José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros. Espero que continuem a conduzir essas instituições para não permitir que o nosso Estado tenha que passar pelo que passou o Estado de São Paulo e pelo que o Rio de Janeiro vem passando há muito tempo.

Essas são as nossas considerações, Sr. Presidente. Quero desejar a todos uma participação bastante convincente e proveitosa para que tenhamos os avanços necessários.

O Deputado Edson Rezende ressaltou que muitas propostas serão discutidas aqui e muitos caminhos serão apontados, mas, enquanto não tivermos a certeza de que os recursos serão vinculados à área de segurança pública, não conseguiremos o avanço desejado.

É preciso que as forças de segurança do Estado tenham autonomia financeira, para que os seus dirigentes possam oferecer à sociedade o que ela espera e pelo que já paga todos os dias. Não propomos nenhum aumento de tributo e de taxa. Pretendemos vincular o que já existe à segurança pública. Gostaríamos que, neste seminário, ficasse clara e cristalina a idéia de que, se esse recurso não for vinculado, não conseguiremos avançar o quanto desejamos.

Agradeço a participação de todos e das autoridades presentes, desejando-lhes um bom seminário.

O Sr. Presidente - Em nome da Mesa, agradeço a presença de cada um e de cada uma de vocês. Fui membro fundador da Comissão de Segurança Pública, que, por sugestão da CPI do Narcotráfico, instalou-se ao final da legislatura passada e, desde então, tem prestado relevantes serviços a esta Casa. Constatamos, à época, a importância e a urgência de uma comissão permanente de segurança pública na Assembléia Legislativa. Assim sendo, é motivo de orgulho para nós a presença dos senhores neste seminário, que certamente trará importantes sugestões para o tema ora em debate.

Segundo Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o segundo painel os Exmos. Srs. Deputados Sargento Rodrigues, Membro das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública desta Casa; e Edson Rezende, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais desta Casa, autores do requerimento que deu origem a este evento; Eduardo Cerqueira Batitucci, Pesquisador do Núcleo de Estudos em Segurança Pública do Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro; Procurador de Justiça José Ronald Vasconcelos Albergaria, Coordenador das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; Márcia Cristina Alvez, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social; Alexandre Delorenzo de Souza, Membro da Pastoral de Direitos Humanos; Maj. João Francisco Goulart dos Santos, Coordenador-Geral de Gestão, Acompanhamento e Análise Técnica do Plano Nacional de Segurança Pública, representando o Secretário Nacional de Segurança Pública e Presidente do Conselho do Fundo Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa; e Marcos Siqueira Moraes, Assessor da Secretaria de Estado de Defesa Social.

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Com a palavra o Prof. Eduardo Cerqueira Batitucci, que discorrerá sobre o tema "Panorama da violência e da criminalidade no Estado de Minas Gerais", tema único de abertura. Depois, três palestristas falarão sobre "Ações preventivas e envolvimento da sociedade civil". O terceiro tema será "Financiamento da segurança pública", por fim, realizaremos o debate com o Plenário.

Palavras do Sr. Eduardo Cerqueira Batitucci

Obrigado, Deputado Edson Rezende. Bom-dia. Acredito que o vídeo da Assembléia foi muito feliz, porque, num certo sentido, mostrou que a realidade de Minas Gerais é muito complexa; portanto, os problemas e as soluções de segurança pública para o Estado de Minas não podem ser analisados de forma assistemática e assistêmica. Tentarei esclarecer o que entendo por essas palavras.

Na minha reflexão, tentarei trazer algumas questões que têm que ver com a conjuntura dos crimes em Minas Gerais, ou seja, que mostrem a quantas anda a criminalidade no Estado de Minas Gerais. Tentarei também apresentar algumas considerações a respeito da questão institucional do Sistema de Justiça Criminal no Estado de Minas Gerais.

O que são crimes violentos? São os crimes que mais incomodam a população mineira. São considerados crimes violentos: homicídio, tentativa de homicídio, roubo, roubo à mão armada e estupro. Nessa análise, tratarei apenas desses crimes.

Entre 1995 e 2003, Minas Gerais vivenciou um explosivo aumento desses crimes, em torno de 300%, o que trouxe ao Estado de Minas Gerais e ao aparelho de segurança pública uma série de problemas; mostrou especialmente à cidadania deste Estado e ao governo a necessidade urgente de lidar com a questão de segurança pública de uma forma mais profissional, sistêmica, levando em conta todas as instituições e todos os problemas do Estado.

Ao mesmo tempo, esse aumento trouxe uma mudança do perfil dessa criminalidade. Se, na década de 80, a maioria dos crimes violentos que aconteciam neste Estado eram contra a pessoa - homicídio e tentativa de homicídio -, hoje 85% dos crimes violentos são contra o patrimônio - roubo, roubo à mão armada. Isso traz uma série de consequências aos atores do Sistema de Justiça Criminal, que lidam com a criminalidade.

Nos últimos três anos, observamos uma estabilização e o início da reversão dos indicadores de violência no Estado de Minas Gerais. Mais à frente, terei oportunidade de falar disso.

Esta linha que estão observando refere-se às taxas de crimes violentos. É a soma dos cinco crimes violentos ocorridos no Estado de Minas Gerais de 1986 a 2005. O que é taxa? Taxa é um indicador que usamos para comparar o que ocorre em um Município grande com o que ocorre em um Município pequeno.

Um crime em um Município pequeno terá impacto, força muito maior do que um crime em um Município grande. Então, usamos esse indicador, que torna essa realidade comparável entre Municípios diferentes.

Vocês podem ver que, a partir de 1997, a criminalidade no Estado de Minas Gerais, conforme disse, explodiu de forma quase exponencial. A partir de 2003, observamos uma certa estabilização, com uma pequena redução em 2004 e 2005.

Vamos considerar o bolo da criminalidade como esse quadrado grande. A parte de cima, a vermelha, refere-se aos crimes violentos contra pessoa; já a parte de baixo, a azul, refere-se aos crimes violentos contra o patrimônio. Podemos observar, que essa parte de baixo, que, em 1986, era minoria e representava alguma coisa em torno de 40% do total da criminalidade, hoje é maioria absoluta e chega a 85% do total dos crimes violentos.

Os crimes violentos contra o patrimônio aumentam num ritmo maior do que qualquer outro tipo de criminalidade em Minas Gerais. Entre 1995 e 2003, aumentaram quase 500%, o que é um número absurdo. Por outro lado, os homicídios, apesar de terem menor ritmo de aumento, causam impacto mais violento na população e na segurança pública. Nesse período, os homicídios cresceram 106%. Esse índice é muito significativo, é o maior do Brasil.

Essa é a mesma linha dos crimes violentos contra o patrimônio; a outra, a dos homicídios. Podem ver que, desde 1995, os homicídios vêm crescendo de forma mais ou menos regular, no Estado de Minas Gerais.

Ao mesmo tempo, a criminalidade violenta distribui-se de forma desigual, em Minas Gerais. Os grandes Municípios, especialmente aqueles que têm mais de 100 mil habitantes, sofrem com a criminalidade de forma muito mais intensa do que os pequenos Municípios de Minas Gerais. Então, se somarmos as ocorrências dos 19 Municípios, entre os 853 Municípios de todo o Estado de Minas Gerais, que têm mais de 100 mil habitantes, encontraremos 73% de todas as ocorrências. Ao mesmo tempo, cada tipo de criminalidade terá uma distribuição específica no Estado, correspondente a diferentes fatores socioeconômicos, demográficos e de capacidade institucional do Estado.

A linha marrom representa a evolução da criminalidade nos Municípios que têm mais de 250 mil habitantes. São nove Municípios, dos quais quatro estão na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A linha azul clara ou roxa refere-se aos Municípios com mais de 100 mil habitantes. Essas duas categorias de Municípios, a partir de 2003, apresentam queda ou estabilização da criminalidade.

As outras linhas, começando com a linha azul clara, são as linhas de Municípios que têm menos de 100 mil habitantes. Percebemos que a criminalidade nesses Municípios continua aumentando. Em Minas Gerais, a criminalidade nos grandes Municípios está estabilizando-se ou decaindo e, nos pequenos Municípios, está aumentando. Há o fenômeno de migração da criminalidade dos grandes para os pequenos

Municípios do Estado.

Este é o mapa de Minas Gerais: a maior intensidade da cor vermelha significa maior criminalidade. Este é o mapa dos crimes violentos contra o patrimônio, que são típicos dos grandes Municípios do Estado. A região central do Estado, onde está a Região Metropolitana e os grandes Municípios, compreendendo o Triângulo: Uberaba; Uberlândia; Juiz de Fora, na Zona da Mata; Teófilo Ottoni; Governador Valadares; Montes Claros; Paracatu e Unai, no Noroeste do Estado, e seu entorno, contém os Municípios mais atingidos pelos crimes violentos contra o patrimônio.

Este é o mapa do homicídio em Minas Gerais. É um mapa muito diferente. O homicídio atinge os grandes Municípios, como aqueles que estão no entorno de Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Teófilo Ottoni, Governador Valadares e outros grandes Municípios. Mas também atinge, de forma muito intensa, pequenos Municípios, especialmente aqueles que estão na região do Rio Doce e do Vale do Mucuri. Só a Região Metropolitana de Belo Horizonte compreende mais de 50% dos crimes violentos em todo o Estado de Minas Gerais. A criminalidade violenta em Minas é um fenômeno bastante concentrado. Como já disse, essa distribuição vem caindo. Percebemos o fenômeno de migração da criminalidade violenta para os pequenos Municípios do Estado.

Esta linha mostra o percentual do total dos crimes violentos ocorridos nos Municípios acima de 100 mil habitantes, nos últimos três anos. Nos meses de fevereiro e março, época do carnaval, há uma queda da criminalidade violenta nos grandes Municípios do Estado, pois ela migra para os pequenos Municípios, onde existe a tradição do carnaval, visível nesta pequena linha, referente aos Municípios abaixo de 100 mil habitantes. Algo em torno de 7% a 8% de toda a criminalidade violenta de Minas Gerais migra, na época do carnaval, para os pequenos Municípios.

A questão prisional é muito importante. O que observamos no Estado de São Paulo, neste momento, é uma das questões mais importantes que temos que enfrentar em relação à segurança pública. A situação prisional em Minas Gerais ainda é muito grave, apesar do investimento feito nos últimos anos, com a abertura de muitas unidades penitenciárias. A participação da Superintendência da Subsecretaria de Administração Penitenciária aumentou de 20% para 33% do total de presos nos últimos quatro anos. Hoje a Subsecretaria de Administração Penitenciária administra de 35% a quase 40% dos presos no Estado de Minas Gerais.

Cerca de 60% dos presos de Minas estão sob o controle da Polícia Civil, o que representa um desastre para a Polícia Civil e para o Estado de Minas Gerais. É preciso que continuem sendo destinados investimentos maciços para a área prisional do Estado.

Este gráfico mostra a evolução do número de presos conforme a instituição que os está administrando. A diferença, em dezembro de 2005, entre os presos que eram administrados pela Subsecretaria de Administração Penitenciária e os que eram administrados pela Polícia Civil ainda era muito grande. Podemos perceber também que o número de presos em Minas Gerais está crescendo de forma significativa nos últimos anos.

Outro grande problema é a questão processual no Estado. Ao falarmos sobre sistema de justiça criminal estamos falando não apenas sobre polícias e administração prisional, mas também sobre o Ministério Público e o Judiciário, que são fatores indissociáveis desse sistema.

Trago alguns dados preliminares de uma pesquisa que ainda estamos terminando. O número que vemos ali é o tempo médio decorrido, em dias, a partir do fato - homicídio -, para que os passos de um processo ocorram. A abertura de um inquérito policial demora, em média, 2,48 dias, depois que determinado homicídio ocorreu. O primeiro documento do Judiciário somente aparece no dia 278. A denúncia oferecida pelo Ministério Público ocorrerá após um ano e três meses do fato decorrido. A audiência de júri, após cinco anos. Se houver recurso, a decisão final de segunda instância ocorrerá quase seis anos a partir do fato decorrido. Pode parecer muito tempo - de fato é -, mas, se compararmos com outros Estados, Minas está numa posição confortável no que diz respeito à celeridade processual. Na minha concepção, seis anos é bastante tempo para chegarmos a uma conclusão, principalmente de um homicídio, crime que mais causa impacto na sociedade.

Percebemos alguns avanços institucionais nos últimos três ou quatro anos em Minas. A criação da Secretaria de Estado de Defesa Social foi um grande avanço, porque representa a organização racional das atividades a serem desenvolvidas entre as instituições do sistema. Propicia a emergência e a consolidação de uma abordagem técnica voltada para a produção sistemática de políticas públicas na área de segurança pública, que o Estado de Minas não possuía. Temos quatro ou cinco anos de políticas públicas sistemáticas, racionais, com monitoria e avaliação na área de segurança pública.

A emergência da Secretaria propicia uma perspectiva sistêmica adotada para o enfrentamento dos problemas de segurança, que nos permite definir prioridades para as necessidades políticas, logísticas, operacionais e de prevenção à criminalidade. Há pouco tempo, a logística era a única necessidade que, aparentemente, os governos definiam para a segurança pública. Hoje em dia repartimos isso com outras questões também muito importantes.

A criação da Subsecretaria de Administração Penitenciária - Suape - foi muito importante, porque adequou organizacional e tecnicamente a questão prisional em Minas Gerais, que sempre ficou à margem das questões políticas adotadas.

Emergência de políticas públicas voltadas para a integração entre as organizações policiais, não apenas quanto à atividade operacional e à integração de dados e informações, mas também quanto ao treinamento e à capacitação. Essas quatro questões são as mais importantes para a segurança pública em Minas.

Consolidação das políticas de prevenção à criminalidade por meio de investimentos na organicidade institucional e na priorização de recursos.

Finalmente, passa a haver recursos sistemáticos para a prevenção à criminalidade em Minas Gerais.

O primeiro avanço é o reconhecimento, por parte das autoridades competentes, da importância da questão e a conseqüente alocação de recursos sistemáticos para a área de segurança pública. Parece uma coisa óbvia, mas também é uma novidade no Estado.

Outro avanço é o aumento e a qualificação dos instrumentos de controle social. É importantíssimo o controle social das políticas de segurança pública, por meio da divulgação dos indicadores de conjuntura criminal e da emergência de políticas específicas de gestão do sistema, tais como o Sistema Integrado de Defesa Social e o Igesp, que são políticas da Secretaria de Defesa Social que têm por objetivo aumentar a capacidade de gestão do sistema e das políticas que estão alocadas para a prevenção e o combate à criminalidade.

Por outro lado, que desafios ainda devem ser enfrentados no que se refere à política governamental de criminalidade no Estado? Os primeiros pontos são a consolidação e a manutenção do investimento financeiro. É muito importante que a população seja capaz de controlar a manutenção do investimento financeiro e a disponibilização dos recursos que hoje estão alocados na área de segurança pública em Minas Gerais. Em segundo lugar, a maturação do aparato institucional, por meio do investimento na contratação, na formação e na qualificação de quadros técnicos. A Secretaria de Defesa Social tem muito poucos quadros técnicos alocados. É vital que seja feito um investimento na contratação, na formação e na qualificação de pessoas.

Outro desafio é o aprofundamento dos instrumentos de controle social para a qualificação do debate público. Este tipo de eventos, por exemplo, é muito importante.

No que se refere a políticas públicas implementadas ou em implementação, também devemos ressaltar a continuidade do investimento financeiro, além do desenvolvimento e da consolidação de instrumentos institucionais de avaliação e monitoramento. É importante que sejamos capazes de avaliar nossas políticas e de monitorar seu desenvolvimento, para que, se necessário, possamos alterar o rumo e corrigi-las, a fim de que acertemos mais.

Outro desafio nesse aspecto é a manutenção do fluxo de recursos atualmente alocados na institucionalização do sistema prisional. Isso é fundamental, porque o sistema prisional ainda é um dos grandes problemas do sistema de segurança pública em Minas Gerais.

No que tange à integração sistêmica, o desafio é o aprofundamento das políticas de integração e dos seus instrumentos de gestão e acompanhamento, seja entre as polícias, seja entre elas e o sistema prisional. E por último, e principalmente, maior participação e responsabilização do Ministério Público e do Judiciário nas políticas estaduais de segurança pública. Muito obrigado.

- No decorrer da apresentação, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Procurador de Justiça José Ronald Vasconcelos Albergaria

Quero saudar o ilustre Deputado Edson Rezende, companheiro de lutas na defesa da infância e juventude de Minas Gerais; todas as autoridades presentes; os demais palestristas que compõem esta seleta mesa; e todos aqueles que, como o Deputado Edson, os integrantes da mesa e os que se fazem presentes neste Plenário e nos auditórios, lutam por um mundo melhor, objetivando, de todo o coração, que formemos, em todos os rincões de Minas Gerais, redes de proteção que efetivamente tenham o condão de alterar essa realidade perversa que cerca todos nós.

Ao vir para um seminário como este, a minha expectativa é que, efetivamente, haja mudanças em tudo o que está acontecendo hoje não só em São Paulo, mas também em Minas e em todos os Estados da Federação. Mesmo depois de 16 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que foram previstos os direitos individuais, as garantias processuais e a internação digna para o adolescente autor de ato infracional, infelizmente, na prática, as coisas não são assim.

Quando se discute a reinserção do jovem autor de ato infracional em conflito com a lei, fico estarrecido, porque geralmente há um conjunto de ações do governo do Estado centradas no binômio contenção e repressão. As pessoas dizem o seguinte: "Vamos colocar o adolescente infrator em um avião, levá-lo até o Atlântico, abrir a porta e jogá-lo no mar". Ou seja, a cultura existente entre nós é a de bater, arrebentar, prender, esfolar, matar. Ao contrário, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei garantista, cidadã, estabelece que as medidas socioeducativas relacionadas no seu art. 112 e aplicáveis aos adolescentes autores de atos infracionais têm como objetivo maior levá-los a repensar a sua trajetória no mundo para que façam um novo planejamento das suas vidas em conjunto com a sua família, com a nossa comunidade, construindo, assim, novos horizontes no exercício pleno da sua cidadania.

De acordo com dados do IBGE de 2002, a violência é a maior causa de morte da população brasileira: 70,76%. Aí estão incluídos os homicídios e a violência no trânsito. Não sei se vocês assistiram ao documentário "Cenas de Uma Guerra Particular". Quem não assistiu, vale a pena assistir. São cenas de uma guerra particular em 1997 e 1998, no Rio de Janeiro.

O tráfico de entorpecentes empregava, na ocasião, 100 mil pessoas, ou seja, o mesmo número de servidores que possuía a cidade maravilhosa. O então chefe de polícia vaticinou, com muita clareza, o que aconteceria se os traficantes e bandidos se organizassem minimamente: desceriam das favelas e tomariam de assalto toda a comunidade. Realmente isso aconteceu em São Paulo com o PCC. Disse ainda que as nossas polícias, o Ministério Público, o Poder Judiciário e todas as instituições brasileiras têm uma única finalidade: a manutenção do "status quo".

As nossas polícias e nossas demais instituições são políticas. Pensemos: quais equipamentos públicos hoje se fazem presentes nos aglomerados? Centro de cultura, teatro, cinema, quadras poliesportivas, hospitais, escolas em tempo integral? Não. Qual é o único equipamento público presente nos aglomerados, que sobe lá de vez em quando, muitas vezes, sem mandado de busca e apreensão, metendo o pé nos barracos? As nossas polícias. Essa é a verdade nua e crua. É o que temos.

Durante muitos anos, fomos mais eficazes do que o regime autoritário da África do Sul, no "apartheid".

As comunidades pobres estão isoladas em verdadeiros guetos de exclusão social, quietas e passivas, mas por quanto tempo?

Vejam o que estamos presenciando em São Paulo e no Rio de Janeiro. Isso também ocorre em Belo Horizonte, na Pedreira Padre Lopes: ali garotos com 17 e 18 anos de idade, chefes das bocas-de-fumo, dizem quem vão engravidar este ano: meninas de 13, 14 e 15 anos. Eles disputam isso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem propugnando um tratamento tutelar que seja capaz de modelar a personalidade do adolescente, para alcançar a sua integração social e evitar esse problema. Queremos um novo referencial, que não precisa ser Fernandinho Beira-Mar nem Marcola.

Outro dia, um garoto com cerca de 16, 17 anos que cumpria medida de internação num dos nossos centros de educação foi insistentemente chamado para aprender a ler e escrever. Ele disse à educadora que não precisa disso, já que ganhava, por mês, com a venda de drogas na sua boca-de-fumo, R\$5.000,00. Talvez esse não tenha mais jeito, mas e os outros, com 8, 9, 10, 11 ou 12 anos de idade, que ganham R\$200,00, apitando nas bocas-de-fumo das favelas e avisando os seus patrões da chegada da Polícia Militar? Ainda existe ou não esperança para essa gente miúda?

Façamos uma breve digressão sobre a triste realidade brasileira, principalmente em Minas Gerais. Existem, hoje, cerca de 500 adolescentes cumprindo medida de internação em cadeias públicas. Isso não é uma desfaçatez, uma iniquidade? O que um garoto poderá aprender dentro de uma cadeia pública?

Outro dia, conversava com o Chefe da Divisão de Tóxicos em Belo Horizonte, que dizia, apavorado, que, há alguns anos, quando a Polícia Civil estourava um laboratório de refino de cocaína, sempre havia um técnico formado em química que fazia essa transformação da pasta em cocaína. Hoje não há mais. Quando se estoura, no laboratório de refino há um rapaz de 18, 19 ou 20 anos de idade que não sabe ler nem escrever corretamente, não entende o que escreve ou lê, no entanto consegue fazer o trabalho do químico. Isso aconteceu com um garoto. O Delegado lhe perguntou como conseguia realizar esse trabalho, e ele explicou que, quando era adolescente e estava preso em uma cadeia

pública, defronte a sua cela, ficava um químico com quem aprendeu esse ofício.

Vivemos num País onde o próprio sistema social empurra os nossos jovens e adolescentes, em idade cada vez mais tenra, para a criminalidade, justamente em razão dessa perversidade. Os adolescentes quase nunca conseguem concluir o ensino fundamental e acabam entrando na cena da criminalidade, sobretudo envolvendo-se com drogas.

Esses garotos também têm uma antena parabólica na favela para assistirem à televisão. O que ele assiste na sua casa, o meu filho também assiste na minha. Não pense você que esse garoto não quer ter um tênis ou uma calça "jeans" de marca. No entanto, o seu referencial é o traficante de plantão. É esse sujeito que vai oferecer ao garoto o tênis de marca, para que o ajude a vender a droga e lhe avise da chegada da polícia. Essa é a realidade nua e crua.

No dia das crianças, entrevistaram um garoto de 9, 10 anos e lhe perguntaram: o que você quer ganhar de presente? Ele disse que queria ganhar de presente uma PT. Perguntaram a ele o porquê disso. Ele disse que, quando crescer, quer ser traficante.

Estamos tratando da infância e da juventude do País campeão de desigualdades sociais: é rico, a 12ª economia mundial, o 12º PIB, o 5º maior produtor de alimentos, mas é uma nação paupérrima, a 65ª em qualidade de vida. Somos o 4º país mais desigual do mundo em termos econômicos. Estamos atrás apenas de Serra Leoa, Suasilândia e República Centro-Africana. Somos o 2º país mais violento da Terra - 14% dos homicídios ocorrem no Brasil -; 56% dos brasileiros sobrevivem com meio salário mínimo; 30 milhões de crianças e adolescentes sobrevivem abaixo da linha da pobreza; são, portanto, miseráveis. Segundos dados do IBGE, em 2001, 104 mil crianças morreram de fome no Brasil. Mas arrecadamos tanto quanto a Alemanha, a Espanha e o Canadá.

Nos últimos 100 anos, três países cresceram de forma avassaladora: o Japão, a Coreia do Sul e o Brasil. Queria que vocês parassem um pouco e, grosso modo, fizessem uma comparação entre o Brasil, a Coreia do Sul e o Japão. Não sei se vocês viram um documentário a respeito do Japão. Lá os pais não despertam os filhos, para irem à escola. No conjunto residencial, os garotos mais velhos são responsáveis pelos mais novos. Os mais velhos descem, esperam os mais novos, fazem uma fila indiana e vão todos para a escola. A escola funciona em tempo integral. No Brasil, o menino fica um tempo na escola, finge que aprende alguma coisa - sobretudo nas escolas públicas -, depois, voltam para aquela triste realidade dos aglomerados, das favelas, onde não há absolutamente nada.

Ainda somos obrigados a conviver com meios de comunicação, TVs e concessionárias do poder público, que passam para os nossos jovens e crianças cenas de sexo, drogas e violência.

Não vejo novela, apenas de vez em quando assisto a uma ou outra chamada, mas sei que toda novela das oito da noite é aquela desgraça. Não sei se é surrealista ou se ocorrem mesmo aquelas histórias na sociedade brasileira. Não consigo compreender aquilo. Não quero ser carola; absolutamente, não é isso. Mas os vínculos familiares se perderam. Os filhos não respeitam os pais; os pais não ficam casados mais do que um ano, dois anos, e a família se desintegra. Na escola, um menino de 8, 9 anos de idade diz que, naquele dia, ficou com 8, 9 coleguinhas. Isso é normal? Não sei.

Com esse referencial todo, nossa criança, como verdadeiros atores do teatro da vida, simplesmente reproduzem para a nossa sociedade todos esses atos: violência, drogas e sexo. A triste realidade é que o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigente desde 1990, na prática, ainda não foi implementado.

Outro dia li um artigo sobre a dívida externa brasileira. Entre 1985 e 1998 pagamos da dívida, que era de US\$105.000.000.000,00 em 1985, US\$282.000.000,00, entre juros e amortizações. Não entendo essa matemática perversa, pois, em 1998, nossa dívida cresceu para US\$290.000.000.000,00. E nossa dívida interna? Quem vai pagá-la? Nossas crianças e jovens crescem abandonados, desnutridos, sem afeto, teto, saúde nem educação; são explorados; convivem diretamente com a violência por falta de políticas sociais básicas, políticas públicas.

Estamos em época de eleição, sobretudo para cargos executivos. Outro dia assisti ao horário eleitoral e ouvi maravilhas do Brasil; que o Brasil está avançando aqui e acolá.

Honestamente, se alguém, candidato ao governo do Estado ou à Presidência República, aos cargos executivos, disser que resolverá a questão da educação, poderíamos dizer-lhe que acreditamos em suas palavras e nele votaremos. Mas, com relação à educação, pediríamos que, caso tivesse filhos na escola particular, os colocasse numa escola pública. Com relação à saúde, caso tivesse plano de saúde para si e sua família, pediríamos que o deixasse e ficasse na fila do SUS, submetendo-se ao atendimento público. Quem sabe assim o Brasil não começa a melhorar?

A lei diz que crianças e adolescentes, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos exigíveis pela legislação, devem ter prioridade absoluta de atendimento. Isso só ocorre no Canadá, talvez na Alemanha, talvez na Espanha ou no Japão. No Brasil, isso não ocorre. A legislação diz que cada recurso do erário deve ser alocado preferencialmente para políticas públicas que atendam às nossas crianças e adolescentes. Mas isso não acontece.

O segundo pilar do estatuto refere-se à doutrina da proteção integral. Trata-se de uma nova ética: é querer que os filhos dos outros tenham efetivamente os mesmos direitos de que gozam os nossos filhos, pertencentes à classe média. Para que isso aconteça, é preciso que construamos um consenso ético e político em torno da nossa infância e juventude.

Temos, como primeiro setor, o Estado, daí a importância deste nosso seminário. Como segundo setor, temos o mundo empresarial; e, como terceiro, as ONGs - organizações privadas com fins públicos. Todos eles devem unir-se em rede para tornar exigíveis, com base na lei e com absoluta prioridade, os direitos das nossas crianças e adolescentes, porque o próprio estatuto impõe uma nova ética de co-responsabilidade social, consagrando o poder participativo do cidadão comum na elaboração dessas políticas públicas. Daí, a importância dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, onde essas políticas públicas são deliberadas e controladas, dos Conselhos Tutelares, dos Fundos da Infância e da Juventude. A lei, por si só, não muda a realidade que nos cerca. É preciso que nos armemos para fazer com que o exercício dos direitos previstos na legislação seja realizado por todos os atores sociais e mude radicalmente a nossa sociedade. Precisamos desenvolver ações concretas nas três áreas de prevenção social. Quanto à prevenção primária, uma das propostas apresentadas pelo Ministério Público neste seminário, por meio dos Promotores da Infância, que também militam no combate ao crime organizado, são as escolas em tempo integral. Caso não consigam implantá-las no Estado inteiro, que pelo menos o façam nas áreas em situação de risco para as nossas crianças e adolescentes.

Na prevenção secundária, necessitamos de programas de família, de programas de atenção especial a drogaditos, a meninos com trajetória de rua consolidada e a meninos que necessitam de educação especial. Na prevenção terciária, que é objeto da nossa meditação, necessitamos da implementação de programas socioeducativos. Ninguém sabe ao certo o que é isso. Quando um menino comete um ato infracional, haverá um processo socioeducativo, será instaurado um inquérito policial, e o garoto será responsabilizado por seu ato.

O que acontece hoje na prática? O Eduardo foi muito feliz, quando falou sobre o tempo, a demora. Fiquei assustado, porque não sabia que,

para o oferecimento de uma denúncia, gastava-se um ano e três meses em média.

Fui Promotor da 9ª Vara Criminal em Belo Horizonte durante seis anos e, como tal, sofri isso na pele. Quando chegava o inquérito policial de um fato acontecido há cinco, seis, sete anos, tinha de oferecer denúncia, mas já havia prescrição. Sabia que não daria em nada.

Está aqui um grande amigo e excelente Juiz, Dr. Delage, que sabe disso. Lembro-me dele no fórum de Belo Horizonte labutando e tentando dar conta de, em tempo, resolver as questões da Vara de Trânsito. Havia um único Juiz para resolver as questões de trânsito de Belo Horizonte. Isso é um absurdo, mas o Brasil é assim. Dom João VI, sonso que era, conseguiu enganar Napoleão e toda a armada britânica. Isso é o Brasil.

Quando falamos em prevenção terciária, temos de observar muitos pontos. Se um garoto comete o primeiro ato infracional no meio da rua, o que vai acontecer? Com ele, nada, mas aos policiais militares causa-se uma conseira enorme, porque correm atrás dele, levam-no à Polícia Civil e tentam resolver seu problema. Há uma delegacia especializada no assunto, mas, no dia seguinte, o garoto roubará novamente. É isso que acontece. E o garoto vai-se animando. Começou com um pequeno furto, e nada lhe aconteceu. Então, vai arranjar uma maneira de praticar roubos maiores. Daqui a pouco, mata alguém, comete um latrocínio. Aí, sim, vai para a cadeia pública.

Reconheço o esforço do governo de Minas, dos dirigentes de Governador Valadares, Teófilo Ottoni, Montes Claros, mas ainda é pouco. Medidas socioeducativas em meio livre? E a liberdade assistida, a prestação de serviço à comunidade? Vamos imaginar esse mesmo garoto que cometeu o primeiro furto entrando no programa. Há liberdade assistida em Belo Horizonte? Há, e é premiada internacionalmente. Então, qual é o grande problema? Não há vaga para o menino. Se esse menino não for colhido em flagrante, até que seu processo chegue a termo e termine na Vara da Infância e da Juventude, não há como aplicar medida nenhuma. E, depois que fizer 18 anos, se cometer crimes, será imputável, mas já terá ingressado na criminalidade adulta.

Essa é a realidade que precisa mudar. Quando se fala em prestação de serviços à comunidade em Municípios menores, vemos que, em 95% deles, não há medidas socioeducativas, só cadeia. Como não há previsão orçamentária, como ninguém quer saber disso, o que é que se faz? Larga-se para lá. Quais são as sugestões apontadas? Em primeiro lugar, garantia de acesso à educação infantil. Se o menino não come até os 4 anos de idade, podem esquecer, pois não aprenderá mais.

Discutem agora o Fundeb. Não sei como o assunto está no Congresso Nacional. Com tantos "sanguessugas" e "mensalão", não sei se deram conta de aprovar alguma coisa. Para isso mudar, é necessário financiamento que comece na educação infantil e vá até o ensino básico. Vemos, no momento, o milagre irlandês. A Irlanda, até há poucos dias, era rabeira na Europa; hoje é uma potência, porque, nos últimos 20 anos, o governo aplicou de forma maciça dinheiro na educação básica.

E vem o estabelecimento de novos paradigmas nos ensinamentos fundamental e médio.

Queremos uma escola pública com ensino de qualidade, que seja inclusiva e acolha o aluno em tempo integral.

Implementação de programas de profissionalização e encaminhamento a emprego para jovens e adultos, exigindo-se das empresas o cumprimento da nova lei de aprendizagem, que foi regulamentada em 2005. Toda grande empresa é obrigada a destinar recursos, no mínimo, de 5% e, no máximo, de 15%, para que jovens entre 14 e 24 anos de idade possam trabalhar.

Fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Imaginem os Conselheiros Tutelares trabalhando em todas as 853 cidades, verificando as violações aos direitos das crianças e dos adolescentes, amolando e enchendo a paciência do Prefeito, da Câmara de Vereadores e do Conselho Municipal de Direitos, para que as políticas públicas efetivamente sejam concretizadas naquela localidade.

Ampliação de projetos de atendimento psicossocial e de cidadania. Já temos o Fica Vivo. No Sul de Minas, há o projeto Novos Rumos. Existe também o Jandira, trabalhado pela Cláudia Inês no Ministério Público.

Combate à violência doméstica e aos maus-tratos. É ridícula a atuação dos Juizados Especiais Criminais de Belo Horizonte, o que tem mudado ultimamente. O homem que bate na mulher e nos filhos fica obrigado a pagar cesta básica. Assim, ele continuará batendo na mulher, nos filhos ou em outra pessoa. Isso tem de mudar. Já há um projeto, abraçado pelo Judiciário e pelo Ministério Público, de iniciativa do Promotor Eduardo Henrique Soares Machado, que, por muito tempo, militou na área da infância e juventude, para que haja tratamento da pessoa infratora. Ele terá acesso a um programa, que envolverá psicólogo, assistente social, etc., para tentar mudar sua trajetória violenta.

Criação de varas criminais especializadas para julgamento de abusadores de crianças e adolescentes, o que ainda não existe. Temos o Juizado do Consumidor. Não sei quantos Juizes estão à disposição para resolverem relações de consumo, que são importantes. Quando, por exemplo, um consumidor tem algum problema no BH Shopping, precisa haver um Juiz para resolver a demanda quanto à sua compra. No entanto, para responsabilizar o criminoso que estuprou, que atentou violentamente contra o pudor de uma criança, que bateu em um jovem, até praticamente matá-lo, serão necessários cerca de um ano e três meses para, pelo menos, tentar oferecer uma denúncia.

Criação de guardas municipais desarmadas. Segurança pública nas escolas é uma reclamação constante dos educadores, porque o aluno faz o que quer dentro da unidade de ensino.

Estabelecimento de uma política pública de combate ao álcool e às drogas ilícitas. Diadema fez uma política de sucesso ao fechar bares às 23 horas. Podíamos fazer uma legislação municipal para que todos que quisessem vender álcool pudessem fazê-lo, desde que pagassem uma taxa à Prefeitura. Os recursos arrecadados com essas taxas poderiam servir para o tratamento de jovens que têm problemas com álcool e com dependência química. Também poderiam ser tratadas suas famílias.

Implementação de consórcios entre os Municípios, o Estado de Minas Gerais e a União para a criação de medidas socioeducativas em meio livre. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Ronald Albergaria. Queria trazer-lhes um dado importante. Hoje o custo de um detento em Minas Gerais é de cerca de R\$1.500,00, enquanto que o custo de um aluno de segundo grau, o mais caro, vamos dizer assim, se comparado ao ensino fundamental, é de R\$1.180,00. Podemos refletir sobre esses números durante este seminário. Recebemos a fotografia de uma criança desaparecida. Gostaria que as câmaras se fixassem nesta foto, que é do menino Pedro Augusto, que desapareceu há cerca de dois dias. Sua foto também está numa bancada, ali fora, de modo que todos vocês, quando saírem, possam levá-la para que, identificado o desaparecido, possam fazer com que ele volte à família. Com a palavra, Dra. Márcia Cristina Alvez, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social, que fará uma palestra sobre o mesmo tema e disporá de até 20 minutos para a sua exposição.

Bom dia a todos e a todas. Exmo. Deputado Edson Rezende, Eduardo, Alexandre, Marcos, Maj. João Francisco, Dr. Ronald, parceiros de trabalho no dia-a-dia, na prevenção social ao crime e à violência, em primeiro lugar gostaria de dizer da importância do seminário e principalmente de se abordar o tema da prevenção social pela primeira vez, o que demonstra que as políticas de segurança pública tomam novos rumos e que a sociedade, de certa forma, exige novas soluções para antigos problemas. Neste momento, é fundamental trabalhar a questão da prevenção social na política de segurança pública, e principalmente que o grupo de trabalho que vai-se debruçar sobre as propostas desse tema desempenhe um bom trabalho, traduzindo em propostas concretas e em ações efetivas uma política de prevenção à criminalidade.

Também agradeço a participação de todos nas audiências públicas. Tive a oportunidade de participar de algumas, e há, de fato, o interesse das pessoas em discutir a possibilidade de intervir na realidade social antes que o crime aconteça. Se temos novos problemas, temos de ter novas soluções. E é sob essa nova ótica, com conceitos novos, com outros paradigmas, para além da repressão, que também tem seu papel na segurança pública, que faremos nossa apresentação sobre ações preventivas e envolvimento da sociedade civil, a política de prevenção à criminalidade no Estado de Minas Gerais.

Gostaria de começar apontando algumas questões importantes para se entender o que, de fato, é uma estratégia de prevenção do crime e da violência. Em primeiro lugar, acho que temos de trabalhar com a questão da redução de crimes e também com a questão da redução do medo da violência, porque, às vezes, nossa sensação de medo nos impede de tomar atitudes coerentes, atitudes importantes, planejadas e pensadas. Para que isso ocorra, precisamos trabalhar melhor com informações. Este é um ponto muito importante, hoje, ao se discutir a questão da segurança pública: trabalhar com informações concretas e com informações que possam ser repassadas para a sociedade civil, como elementos para que se possa analisar, de fato, o que está ocorrendo em relação ao aumento da criminalidade.

Uma segunda questão importante ao se trabalhar com prevenção social é que trabalharemos com um instrumento que envolverá diferentes atores e diferentes instituições. Não há como trabalhar com prevenção sem trabalhar com as outras instituições, como o Ministério Público, o Poder Judiciário, a parceria com as Polícias Civil e Militar, a questão das universidades e a sociedade civil, principalmente por meio de suas organizações e associações comunitárias. Então, prevenção social é uma estratégia que prioriza a interinstitucionalidade e a intersetorialidade. Trabalharemos com técnicos e com pessoas das diversas áreas. Os técnicos da Superintendência de Prevenção à Criminalidade são formados em psicologia, sociologia, serviço social, direito, enfim, são técnicos de diversas áreas do conhecimento que se organizam para pensar ações intersetoriais. Além disso, é fundamental o desenvolvimento de parcerias locais. Então, a prevenção é essencialmente local. Podemos ter uma orientação, uma diretriz, mas a ação acontece no lugar, na comunidade. Então, as parcerias com as instituições locais, as parcerias com os diversos níveis de governo, principalmente com o governo municipal, são fundamentais para que a ação seja efetiva.

Essa é uma forma de garantir uma certa coordenação e administração das iniciativas de prevenção. Por que precisamos dessa coordenação? Porque há um senso comum ao dizer que apenas com políticas sociais universais, como educação e saúde, vamos reduzir o crime, o que não é verdade. Vemos experiências em diversos lugares em que o IDH aumentou e, conseqüentemente, a criminalidade também.

Portanto, não basta simplesmente aumentar o acesso a políticas sociais. Precisamos de uma ação mais dirigida, mais pensada, mais planejada, que identifique áreas e ações prioritárias. Como já foi dito pelo Prof. Eduardo, não há a mesma dispersão. Ou seja, existe uma concentração muito grande de crimes em determinadas áreas. Precisamos trabalhar de forma diferenciada os problemas que são diferentes.

As taxas que foram mostradas aqui demonstram o grande problema que enfrentamos hoje. Gostaria de destacar que, além do aumento de criminalidade violenta, especialmente de mortes por homicídio, houve também um grande aumento no número de mortes de jovens de 15 a 24 anos por homicídio.

No Brasil, a primeira causa de morte de jovens de 15 a 24 anos é o homicídio. Os jovens no Brasil morrem mais por homicídio do que por qualquer outra causa. Esse é um fenômeno que deve ser compreendido e tratado pelas políticas públicas. Não podemos deixar que isso passe de forma despercebida e que esses dados não traduzam uma realidade que precisamos compreender.

Como também o Eduardo já mostrou, o número de homicídios no Brasil está crescendo, mas não é de ontem para hoje, e sim há 20 anos. São duas décadas de crescimento. Em alguns lugares esse crescimento chega a 300%.

Além do crescimento do número de homicídios, é importante perceber que há também um crescimento muito grande do número de mortes por arma de fogo. Isso é importante porque nos leva a outros problemas, como a origem das armas e o número de jovens mortos por homicídio provocado por armas de fogo. Hoje, não só no Brasil, mas também em quase toda a América Latina e em vários países do mundo, quase 30% das mortes de jovens são causadas por homicídios.

Faço questão de ser enfática nesse ponto, porque acho que é fundamental pensarmos nisso. Não basta apenas apresentar números, mas entender o que será de um país com uma juventude dizimada. Qual será o futuro de localidades que apresentam esse quadro? Esse não é um problema simples, portanto não há uma solução simples. Trouxe esses dados para mostrar a complexidade do problema e a necessidade de o analisarmos de maneira mais concreta e consistente, e não apenas produzindo soluções imediatistas, de curto prazo.

Esse problema está crescendo há duas décadas de forma muito concentrada e não será resolvido de um dia para o outro.

É fundamental pensarmos em soluções que realmente tragam efetivas mudanças para essa realidade social.

Se observarmos as regiões metropolitanas das Capitais, veremos que a possibilidade de um jovem de 15 a 24 anos morrer por homicídio é muito maior, em relação aos adultos.

Essa informação fará com que pensemos em uma política de prevenção que tenha como eixo fundamental a questão dos jovens e a prevenção, para que não sejam vítimas de crimes. Teremos de provocar alguma ação que permita a sua inclusão em programas que se traduzam em uma oportunidade diferente da que têm atualmente no País.

Dessa forma, trabalharemos inicialmente com três conceitos de prevenção: a prevenção primária, que seria a atuação direta em áreas com maior incidência e com o público agente ou vítima de violência; a prevenção secundária, que seria o trabalho dirigido às pessoas que, de certa forma, já experimentaram a violência e cometeram algum delito ou infração de baixo poder ofensivo; e a prevenção terciária, que seria o trabalho dirigido às pessoas que já tiveram experiência com a criminalidade, estão envolvidas e cumpriram medidas de privação de liberdade.

Adotamos esses três níveis de trabalho, porque se trata de públicos diferentes, que, conseqüentemente, demandarão ações distintas. Temos de trabalhar com áreas de maior concentração de criminalidade, com jovens que têm experiência e que vivem em contexto de violência, com pessoas que cometeram delitos que ainda não representam um grande poder ofensivo para a sociedade e com aqueles que cumpriram pena no sistema prisional. Para que isso ocorra, o primeiro passo seria obter o diagnóstico qualitativo dos problemas, para nos informarmos sobre as estatísticas, as condições econômicas, as características e a possibilidade de ocorrência de fatores de risco que possam interferir na vulnerabilidade social desse público.

Temos de capacitar os agentes públicos. Por mais que tenhamos o desejo de enfrentar a violência, ainda não dispomos de capacitação adequada para que os Diretores de Escola, funcionários de centros de saúde e agentes comunitários saibam lidar com problemas relacionados com a violência.

Temos de adotar o modelo de policiamento comunitário local, que é presente, pois está vinculado e identifica-se com a comunidade, podendo tomar parte das instâncias deliberativas e comunitárias.

Temos de potencializar os programas locais, pois, às vezes, apesar de serem muitos, não se comunicam entre si e não atendem a esse público de que falamos.

Têm de ser implantadas ações dirigidas, pois cada público necessita de uma ação específica.

Temos de criar núcleos de referência, que são equipamentos a serem utilizados nas comunidades, a fim de contarmos com espaços públicos que possam ser úteis à prevenção social.

Este mapa mostra onde estão concentrados os crimes violentos. Verificamos que, principalmente em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, a incidência maior é nas vilas e nas favelas.

Embora a diminuição dos homicídios seja um fator muito significativo e um indicador inquestionável do desempenho e das ações coordenadas de prevenção da segurança pública, há outros indicadores fundamentais a serem percebidos, ao implantarmos um núcleo de referência nessas comunidades citadas. Primeiro, o aumento da participação comunitária. A segurança pública, especialmente a criminalidade e a violência, sempre foi um desafio para a participação comunitária. Esse assunto diz respeito às nossas vidas, mas, no momento de participar, surgem ameaças, dificuldades, e falta compreensão de que é preciso ouvir a comunidade para além dos dados e das estatísticas e envolvê-la na solução. A participação é um desafio e um indicador, de fato, de que a política está sendo executada. Outra questão é saber lidar com situações de violência. Há situações com altos níveis de criminalidade, mas há outras com que temos de aprender a lidar imediatamente, como é o caso da violência nas escolas e dos problemas relacionados com os alunos que estão na escola e nela devem continuar. Não podemos tratar da prevenção e da segurança como se fossem apenas assunto de polícia. Esse é um problema que diz respeito também aos agentes públicos que trabalham nessas comunidades. Devemos nos preparar para enfrentá-lo com eficiência.

Outro indicador importante é a participação de públicos diferentes. Estão envolvidos jovens e famílias, mas também pessoas da comunidade, que, de certa forma, precisam saber que órgão procurar, em caso de necessidade. Muitas vezes, o Conselho Tutelar não é acionado quando deveria sê-lo. Precisamos, então, esclarecer a população acerca do que é possível realizar, do que é possível fazer para resolver seus problemas. É desse ponto que poderemos partir para uma política de prevenção e atuar nas causas da violência.

Prevenir é atuar, antes que a criminalidade se torne insuportável para as pessoas, principalmente para as comunidades de vilas e favelas, em que a concentração de crimes é maior. Mas é interessante notar que o envolvimento no crime, nessas áreas, não chega a 1%. Não estamos falando de todos os moradores de vilas e favelas, como não estamos falando de todos os jovens da periferia. Há, na periferia da cidade, uma juventude que está disposta a participar e a mostrar que quer outra possibilidade, outra imagem, outra identidade.

Faço um apelo especial aos participantes deste seminário para que não trabalhem como o senso comum, mas busquemos a possibilidade de implementar ações que tragam resultados, e, para obter resultados, temos de compreender os problemas.

A tarefa de trabalhar a prevenção da criminalidade na Secretaria de Defesa Social está a cargo de uma superintendência. Por quê? Porque, pela primeira vez, um órgão - aliás, único no Brasil - trata dessa questão como política pública e trabalhará com a intervenção e os fatores de risco que favorecem a inserção na atividade criminosa e atuam nas causas da violência.

Para isso, já implantamos quatro programas e logo implantaremos o quinto. Um deles é o programa de controle de homicídios, o Fica Vivo. Outro é o Programa de Mediação de Conflitos, que, por meio de técnicos, advogados e assistentes sociais, busca mediar conflitos nas comunidades, para que não se tornem ações de violências, a fim de resolver a causa dos problemas. Os profissionais trabalham com questões que podem representar conflitos de direitos, conflitos sociais locais e entre moradores. O Programa Penas Alternativas trabalha com o monitoramento das alternativas penais, principalmente a prestação de serviços à comunidade. Há também o Programa de Reintegração Social do Egresso. Qual a perspectiva de inclusão social da pessoa que cumpriu pena? Então, esse programa busca a possibilidade, de fato, de reintegração social.

Nossa Superintendência foi criada em 2003, portanto é uma política recente. Até o primeiro semestre, 13.646 pessoas foram atendidas pelos programas. Esse número é grande para uma política que está sendo implantada, o que demonstra que há uma demanda concreta, real. Se as pessoas procuram os núcleos, os programas, é porque as demandas existem.

Para implantarmos essa política, em primeiro lugar, como já disse, temos de realizar diagnósticos e estudos técnicos, promover parcerias por meio de projetos e oficinas locais, capacitar os gestores e elaborar um plano local. Em todos os lugares onde estamos com núcleos, preparamos um plano local para desenhar nossas ações.

Hoje estamos em 11 cidades na Região Metropolitana e no interior do Estado. Estamos em sete áreas de Belo Horizonte e vamos para mais duas, o que totalizará 24 núcleos de prevenção implantados nas comunidades. Sabemos o quanto é difícil implantar um núcleo, entrar numa comunidade que sofre com a violência e implementar programas que atenderão o público, receberão as demandas e promoverão a inclusão social e, ao mesmo tempo, uma mudança nessa realidade.

Aqui apresento algumas fotos de lugares onde estamos. Há fotos das comunidades do Cabana e do Ribeiro de Abreu. Ali é um egresso recebendo certificado de conclusão de um curso. A inclusão produtiva do egresso do sistema penitenciário é fundamental; não se trata simplesmente de oferecer-lhe trabalho, precisamos capacitá-lo para o trabalho, pois se trata de um público que, além da dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, enfrenta a de identidade social.

Essa foto nos mostra um curso de preparação para o trabalho num núcleo no centro de Belo Horizonte. Ali são jovens do Fica Vivo, no Palácio das Artes. Precisamos ocupar a cidade, o espaço urbano, com atividades para os jovens, que não podem ficar isolados na periferia, eles precisam vir à cidade, conhecê-la, pois ela é de todos.

Aqui são jovens apresentando dança afro em um outro núcleo. Vejam o Teatro Francisco Nunes, onde os jovens do Fica Vivo apresentaram uma dança de rua. Eles montaram e produziram um espetáculo, com a ajuda de um oficinairo, professor da comunidade, e sozinhos trouxeram para a cidade sua produção.

Essa foto é a final de uma olimpíada no Mineirão. Com isso, quero mostrar que temos modelos, exemplos que, de fato, podem traduzir e representar a diferença nessas comunidades. Não temos apenas o padrão, o modelo do traficante, do bandido, temos outros que precisamos mostrar à sociedade. Precisamos ocupar os espaços e mostrar esses modelos aos jovens, para que possam acreditar mais no lugar onde vivem.

Aqui, vemos beneficiários do programa fazendo prestação de serviços. A prestação de serviços comunitários é uma forma de agregar valor social à pena de prestação de serviços. Temos um grupo de trabalho com vítimas e agentes de violência doméstica, pois temos que trabalhar as causas. Há uma série de entidades que recebem beneficiários, que não devem ser recebidos só para prestar serviços. O beneficiário é um membro da sociedade que precisa do nosso apoio e da nossa contribuição para evitar que seja reincidente.

Este é um beneficiário. Trabalhamos com a formação de cooperativas de trabalho e de cooperativas sociais para que essas pessoas possam, de fato, exercer sua cidadania.

Temos o Programa Mediação de Conflitos em duas áreas: no Palmital, em Santa Luzia, e na Barragem Santa Lúcia. Temos vários projetos, como o Programa de Educação com o CDL, que forma jovens não só para o mercado de trabalho mas também para exercer sua cidadania e buscar alternativas.

Temos o Programa entre o Morro e o Asfalto, em que jovens das escolas particulares e das escolas do Morro das Pedras buscam, por meio da linguagem e da comunicação, uma perspectiva de interação social.

O Programa Espaços Urbanos Seguros é um projeto que visa, por meio de soluções simples, como um orelhão no lugar certo, pontos de ônibus adequados, iluminação, áreas de circulação e uma banca de jornal na comunidade, criar uma vigilância natural, uma área de socialização e de integração que reduza a criminalidade naquele local. É um projeto feito com a Escola de Arquitetura da PUC.

Consideramos que a proposta de ações integradas de prevenção social da criminalidade, por meio de uma política estadual, permite a produção de programas e projetos capazes de garantir a proteção e a inclusão social do público por meio dos núcleos de prevenção, que são equipamentos de base local nas comunidades. Além de construir mecanismos que promovam ações de redução dos fatores de risco, oferecem novas formas de relação com as comunidades e de inserção na sociedade. Queremos uma política de segurança pública que seja também social. Muito obrigada.

- No decorrer da apresentação, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Alexandre Delorenzo de Souza

Cumprimento, em nome dos Defensores Públicos, o Deputado Edson Rezende, os demais componentes da Mesa, as senhoras e os senhores presentes no Plenário.

A Defensoria Pública também faz parte desse sistema, que deve ser de acesso à justiça social. Não podemos falar em segurança sem falarmos em justiça social. Os Defensores Públicos fazem parte desse sistema porque atendem, todos os dias, pessoas excluídas, espoliadas de seus direitos. Graças a Deus, essa emenda nova proporcionou autonomia orçamentária, o que não ocorria desde a Constituição de 1988.

Sou da Pastoral de Direitos Humanos, entidade filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos. Há 26 anos, estamos assumindo ou tentando assumir uma missão profética de anunciar e denunciar. Anunciamos programas, ações e projetos que promovem a dignidade da pessoa humana. Denunciamos todas as formas de violação dos direitos humanos. Compreendemos direitos humanos como os direitos universais, interdependentes e indivisíveis, ou seja, todos os direitos civis, políticos, sociais - em que se inclui segurança pública -, econômicos, culturais e ambientais, com um fim único: dignidade da pessoa humana.

A Pastoral de Direitos Humanos age em parceria com várias entidades, igrejas e órgãos do poder público, como a Ouvidoria de Polícia, que está desenvolvendo um grande trabalho de prevenção. Reforço o papel da Defensoria Pública, que presta orientação jurídica. Foi criado o Escritório de Direitos Humanos, de grande importância para nós, que militamos nessa área.

Trabalhamos também com outras pastorais sociais, a fim de atingirmos três eixos: promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. São várias parcerias. Somos gestores do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas em Minas Gerais. Trabalhamos com educação em direitos humanos, a fim de que as lideranças comunitárias de favelas e vilas sejam protagonistas na defesa de seus próprios direitos. Na Pastoral temos um plantão jurídico e trabalhamos com um grupo de familiares de presos.

Estamos desenvolvendo, em Contagem, diagnósticos de vilas e favelas. O nosso objetivo é a promoção dos direitos, como o direito à moradia. A violência policial é um grande problema. Diariamente, recebemos denúncias de violência policial cometida principalmente contra jovens. Há um estigma segundo o qual os jovens negros e moradores de periferias são bandidos. Todos os dias recebemos denúncias de jovens sendo vítimas de violação de direitos humanos.

Na Vila PTO, em Contagem, ocorreu um caso interessantíssimo. Há vários meses, moradores denunciavam atos de violência cometidos por agentes de segurança pública. Convidamos o Comando local, a Ouvidoria de Polícia, o Consep e a Pastoral de Vilas e Favelas para uma reunião com os membros da vila, a fim de verificarmos o que estava ocorrendo, ou seja, por que a polícia agia daquela forma. Essa reunião foi realizada em um dia de semana, à tarde. A Pastoral de Direitos Humanos acompanhou os membros da vila, que relataram aos oficiais barbaridades, como violações físicas e sexuais, cometidas contra todos: desde crianças até idosos. Os oficiais, ao ouvirem os relatos, puderam tomar algumas atitudes.

E a própria comunidade seria protagonista, defenderia seus direitos. Nós, pastorais, sociedade civil, seríamos um meio para que realmente possamos promover seus direitos.

É interessante que, no eixo promoção, proteção, defesa e reparação, a promoção venha em primeiro lugar, porque é imprescindível a consecução de políticas públicas para haver vida digna. É dever do poder público e também responsabilidade nossa a consecução dessas políticas públicas.

Parafraseando o grande penalista Alberto da Silva Franco, ex-Desembargador de São Paulo, violência é a terrível exclusão social a que está condenada toda a população; violência é a concentração de riquezas nas mãos de um grupo diminuto de pessoas; violência é a miséria, é a fome; violência é o latifúndio improdutivo, é o desemprego desestrutural. E achei bacana ele dizer que violência é a manipulação dos meios de comunicação social.

Ontem eu estava assistindo ao programa "Fantástico", da Rede Globo - que, aliás, não é nada fantástico -, que abordou uma das facetas da insegurança pública e mencionou o Estatuto da Criança, Dr. Ronald, como se estivesse errado. Foi até teimosia minha, porque falei que não mais assistiria a esse tipo de programa, mas meus pais estavam assistindo e acompanhei. O Estatuto está errado! Pensei: esse pessoal não compreende. E colocaram uma jurista - com todo o respeito - para corroborar o que estavam dizendo. Vamos qualificar essa discussão. Qual é o espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente?

Isso sempre acontece nos meios de comunicação. Ultimamente estou ouvindo até mesmo alguns membros do STF se referirem ao desserviço dos meios de comunicação. Deveriam ser o instrumento fundamental para a promoção dos direitos humanos, mas, às vezes, são usados pelo capital, por uma classe - a dominante -, por um partido político ou até mesmo por um representante de algum dos Poderes.

Repudiamos isso e reafirmamos que os meios de comunicação são importantes. Vou citar um exemplo recente: o episódio acontecido em Contagem, no 2º DP. Há vários meses acompanhamos aquele distrito e vimos a situação indigna, totalmente desumana, degradante, cruel. Não só nós, da sociedade civil, como também os próprios policiais do Distrito provocaram o Poder Judiciário, o Juiz da Execução local. Ele saiu de sua mesa - e é bom para nós, os agentes políticos, saírem de sua mesa e irem ao local mencionado - e, diante do que constatou, tomou uma posição louvável, digna, posição de homem do povo: depois de reiteradamente enviar ofícios à Secretaria de Defesa Social pedindo que resolvessem aquele problema sem solução, tomou as medidas que vocês acompanharam pela tevê e cujo desdobramento todos conhecemos. Para mim, foi uma vergonha para o Estado seu afastamento sumário da função que exercia, ao arrepio da Constituição Federal, a Constituição cidadã.

Retomando a questão da promoção, quero registrar na sua presença, Dra. Márcia Cristina, Superintendente de Prevenção à Criminalidade, que acreditamos que o caminho é este: trabalhar na prevenção, e não na repressão.

Esta semana foi publicada uma matéria do Cláudio Beato, Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp -, sobre as armadilhas e explosões da segurança pública. O belo artigo foi publicado no dia 17 de agosto na "Folha de São Paulo" e argumentou que se trata de uma ação e reação newtonianas: se se trabalha na repressão, haverá reação. Estamos acompanhando isso em São Paulo, mas acontece aqui também.

Trabalhar só na repressão é uma das causas do aumento da violência. Temos de trabalhar na prevenção e analisar se essa é uma prioridade do governo no orçamento. Aí, Dra. Márcia, somos solidários com a Superintendência, porque realmente são destinados muitos mais recursos para a repressão que para a prevenção. Para nós, isso é um erro. Fiquei bastante chocado com a questão do menor infrator. Uma de nossas unidades do Cemac no Vale do Jatobá - o Dr. Ronald a conhece -, uma parceria do Estado com os Maristas, em que uma equipe multidisciplinar desenvolvia um trabalho socioeducativo, foi desativada. Construíram uma unidade em Capitão Eduardo, que é muito longe. A maioria das famílias desses menores é pobre e não tem condições de ir para Capitão Eduardo ou Sete Lagoas e muito menos de conversar com a equipe técnica, que utiliza metodologia antiga e técnicas falidas. Um agente penitenciário de lá disse que ficou três anos no Cemac aprendendo a ser educador social, não agente penitenciário. Fomos acompanhar os adolescentes e não pudemos abraçá-los, porque lá a ordem superior é para tratá-los como detentos, não como jovens em desenvolvimento. Para nós, isso é preocupante, porque utilizamos a pedagogia do toque, do carinho, coisas que esses adolescentes não tiveram no seio familiar.

É sabido que o sistema penitenciário está falido. O Ministro Sepúlveda Pertence, que já esteve preso, disse o seguinte: "Da prisão não pode vir coisa boa". Agora, estamos acompanhando a construção de cadeiões, não de penitenciárias. Sou advogado e atuo muito na área criminal e estive lá acompanhando alguns clientes. Será que vão colocar todo esse pessoal nesse lugar nos moldes de um estabelecimento prisional de antigamente? Será que não haverá nenhuma metodologia pedagógica para a ressocialização desses presos? Pelo que vi, não. Serão levadas para lá pessoas que cometeram vários crimes. Assim, elas se aperfeiçoarão no crime, e pior: com a anuência do Estado. A sociedade civil exerce o papel de denunciar, é a função controle. De acordo com a Constituição Federal, parágrafo único do art. 1º, todo poder emana do povo. Para realmente organizar o nosso Estado, temos as funções administrativa, legislativa, judiciária e de controle. Todos têm de exercer a função controle, que é típica do Ministério Público. Aliás, quero parabenizar o representante do Ministério Público, Dr. Rodrigo Filgueiras, Coordenador do CAO de Direitos Humanos do Estado. Toda a sociedade tem de exercer essa função, que, na verdade, é um dever do Poder Legislativo, que tem de fiscalizar se a dotação orçamentária está sendo executada. Dr. Eduardo, não basta que o Estado tenha o orçamento; ele tem de ser executado. Temos de saber, por meio de números, se a dotação orçamentária está sendo executada.

Realmente isso é importante para as questões referentes às políticas sociais.

Parabenizo a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente por desenvolver esse trabalho de acompanhamento desde o início da discussão orçamentária até à sua aprovação e execução. Não dá para fazer políticas públicas sem previsão orçamentária. É preciso buscar prioridade e trabalhar em prol da criança e do adolescente, se essa for a prioridade. Para isso, devemos fiscalizar se, realmente, o orçamento está sendo destinado a essa área. E é o que tem feito a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todos os cidadãos devem agir da mesma forma.

A democracia que queremos é a participativa, e não essa que aí está, ou seja, semi-direta e representativa de sei-lá-o-quê. Temos, sim, de participar, de exercer os nossos direitos.

Participar das discussões do orçamento é fundamental. É importante saber como são feitas as aprovações no Parlamento mineiro e, mais ainda, a execução do orçamento. Enquanto cidadãos, devemos correr atrás disso, mas de forma organizada, ou seja, por meio dos conselhos paritários.

Disse que o jovem é estigmatizado, porque acompanhamos alguns casos que se referem a isso. Aliás, recentemente, um jovem que estava indo para o Conselho Municipal da Juventude sofreu violência por parte da Polícia Militar. No entanto reconhecemos o trabalho dos agentes de segurança pública para reverter essa situação.

No ano de 2000, pude ver isso aqui e em Contagem junto ao Cap. Duani, aos grupos especializados de atendimento à criança e ao adolescente e aos grupos especializados em direitos humanos. Realmente aqueles policiais passaram a ter outra abordagem, mais voltada para o cidadão, o que representa um avanço muito grande. A simples mudança de comando reverteu tudo.

Algumas ações do Proerd, da Polícia Militar, são de fundamental importância para combater o uso de drogas, que acaba por consumir os nossos jovens, que se sentem atraídos pelo que é diferente, mas vivem num mundo de cão: se saem às ruas, a polícia os revista e até bate neles; na escola não há qualquer incentivo nem perspectiva de emprego; e é assim que a droga invade a vida deles. Precisamos trabalhar o problema das drogas, e é isso que, eficazmente, tem feito a Polícia Militar, inclusive em Contagem, por meio de uma equipe muito boa.

Esse debate será muito importante para o enriquecimento do seminário. A insegurança pública de hoje é consequência de políticas adotadas no passado. Se queremos construir uma sociedade mais segura e justa, temos de agir de forma diferente do passado. Para isso, devemos trabalhar em programas, projetos e ações de prevenção, e não de repressão.

Esse é o recado que gostaria de deixar ao poder público, em nível federal, estadual e municipal, caso realmente se queira uma sociedade mais segura, com prioridade na promoção dos direitos humanos. Nós, da sociedade civil, temos de participar mais.

Termo minha exposição conclamando os senhores e as senhoras para o momento das eleições. Temos de exigir a prestação de contas dos atuais mandatos, seja do Legislativo, seja do Executivo. Temos de saber o que eles fizeram, quais leis foram aprovadas. Eles fiscalizaram a execução orçamentária? Não podemos exercer a cidadania somente no dia de votar, depois virar as costas e esquecer. Temos de acompanhar e cobrar o exercício dos mandatos públicos.

Autoridade não se compra, não se ganha, ela se legitima. É uma questão de merecimento, quando o representante atua com ética e compromisso com a causa do povo. Muito obrigado e até os debates.

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Agradecemos as palavras do Sr. Alexandre Delorenzo. Conforme consta no regulamento do seminário, poderão participar dos grupos de trabalho, na segunda-feira e terça-feira à tarde, com direito a voz e voto, as pessoas que tiverem crachá da cor laranja, correspondente à inscrição institucional. Quem tiver crachá da cor branca, correspondente à inscrição individual, poderá participar dos grupos de trabalho, com direito apenas a voz, desde que haja espaço físico disponível.

É importante observar esse item do regulamento, tendo em vista o grande número de inscrições para participação nos grupos de trabalho, que funcionarão nos seguintes locais: Grupo 1 - Ações Preventivas e Envolvimento da Sociedade. Coordenadores: Márcio Rogério de Oliveira, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional para as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, e Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo, Coordenadora da Promotoria de Combate ao Crime Organizado. Local: Teatro da Assembléia, no andar térreo. Grupo 2 - Financiamento da Segurança Pública. Coordenador: Gustavo Persichini de Souza, Auditor Setorial da Polícia Civil de Minas Gerais. Local: Auditório, no andar SE. Ainda sobre os grupos de trabalho, lembramos aos participantes que, de acordo com o regulamento do seminário, aprovado pela comissão organizadora, serão priorizadas, em cada grupo, no máximo 20 propostas para serem levadas à plenária final. Assim, solicitamos aos coordenadores e aos participantes de cada grupo de trabalho que sejam objetivos nas discussões das propostas, para que sejam encaminhadas à plenária final aquelas realmente mais importantes dentro de cada tema em análise.

Palavras do Maj. João Francisco Goulart dos Santos

Agradeço ao Presidente da Mesa, Deputado Sargento Rodrigues e aos demais componentes.

No Ministério da Justiça, há alguns setores como o Depen e a Senasp. Trouxe o organograma da Secretaria Nacional de Segurança Pública para situar o pessoal no Ministério da Justiça.

A Secretaria Nacional de Segurança é composta por três grandes departamentos: o primeiro, de políticas, programas e projetos; o segundo, de pesquisa e formação; e um terceiro departamento, de execução e avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública. É nesse terceiro departamento que está a execução do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Farei um pequeno histórico do Fundo. No dia 20/6/2000, por meio de uma medida provisória, o governo federal adotou medidas para a melhoria das ações referentes à segurança pública e, naquela época, elaborou um Plano Nacional de Segurança Pública por uma equipe multidisciplinar composta pela Casa Civil, o Ministério da Justiça e a Presidência da República. Esse plano previa investimentos na prevenção à violência.

Para operacionalizar esse plano, foi instituído, então, em 14/2/2001, o Fundo Nacional de Segurança Pública, por meio da Lei nº 10.201, do mesmo ano.

O que esse Fundo Nacional tem como objetivo? Apoiar projetos na área de reequipamento, treinamento, qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais. Também apóia projetos de sistemas de informações, como inteligência, investigação e estatística policial, projetos referentes à estrutura e à modernização da política técnico-científica, e programas de polícia comunitária e de prevenção ao delito e à violência.

O que disse está previsto no art. 4º da lei do Fundo Nacional de Segurança Pública. Mas de 2003 a 2006 a Secretaria Nacional não vem, basicamente, tratando das preposições que ora abordei, previstas na Lei nº 10.201. O Susp, que seria a segurança única, a segurança pública, foca-se em três grandes segmentos. Para compor o Susp, deve haver uma política de segurança pautada no processo de humanização. O segundo quesito: sem gestão, não há política de segurança. E uma terceira preposição: política de segurança implica articulação sistêmica das instituições que compõem esse órgão de segurança pública. Por meio do Sistema Único de Segurança Pública e dessa legislação, que ampara a distribuição de recursos, atualmente a Senasp enfoca esses três segmentos para a distribuição de recursos oriundos da União.

Farei um breve resumo sobre a humanização e a modernidade. Criamos, na Senasp, a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública. Houve um projeto piloto, no Estado da Bahia, em 2004, que serve como um credenciamento das universidades federais para desenvolver, nas instituições de ensino superior, cursos de especialização em gestão de segurança pública. A partir de agosto de 2006, até o final do ano, a Senasp pretende formar 1.500 policiais na Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

Quanto à rede de educação à distância, por meio da "web", trata-se de uma rede gratuita para os profissionais de segurança pública. A Senasp implantou, ao longo de 2005, inclusive em Minas Gerais, os telecentros, onde as instituições abordarão temas sobre direitos humanos, uso legal da força, local de crime, tráfico de seres humanos e outros.

A matriz curricular nacional foi também uma outra ação estruturante da Senasp, que trabalha em alguns eixos dos direitos humanos, cidadania e integração, visando padronizar atividades formativas em segurança pública, nas academias e centros de ensino policial, de modo integrado. O foco da matriz curricular é a formação humanística e técnica de policiais de todos os Estados, possibilitando-lhes a troca de comunicação e experiência.

Quanto às ações de direitos humanos, a Senasp criou o portal da segurança cidadã.

Outra ação da Senasp é a estruturação da perícia por meio de laboratórios de DNA, balística, genética e toxicologia forense. A Senasp patrocinou, em 2004 e 2005, vários laboratórios de DNA. Já temos uma rede no Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e Rio Grande do Sul. O objetivo é apoiar diretamente as organizações de segurança pública em suas atividades de perseguição penal, ou seja, a prova do crime. Há cerca de 10 anos, havia uma dificuldade enorme para se fazer exame de DNA. A Senasp vem investindo maciçamente nessa ação estruturante.

Quanto à gestão e reorganização institucional, há um conselho gestor no Ministério da Justiça formado pelo Ministério Público, Ministério do

Planejamento e Tribunal Contas da União, que não aprova nenhum projeto se, no Estado, não houver o gabinete de gestão integrada. O que o gabinete visa? Coordenar as ações do Sistema Único de Segurança Pública. Nos Estados, compõem esses gabinetes de gestão integrada o Secretário Estadual de Segurança Pública, o chefe da Polícia Civil, o Comandante da Polícia Militar, o Comandante do Corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e demais entidades voltadas ao combate e à preservação da ordem pública.

Outra ação da Senasp relativa à gestão e reorganização institucional é o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública. Por meio de um banco de dados, faremos um levantamento das ocorrências criminais. Neste ano, começamos a pesquisa de vitimização em nível nacional, pois ainda não a temos.

Sobre o processo de distribuição de recursos do fundo nacional e o sistema de monitoramento da implantação, falarei mais adiante.

Relativamente à articulação sistêmica das instituições, há outras ações estruturantes na Secretaria Nacional, como a Rede Infoseg, que integra, em nível nacional, informações sobre Segurança Pública, Justiça e Fiscalização. Os órgãos de segurança pública de todo o Brasil já têm acesso a ela. Estão disponíveis informações confiáveis e integradas nacionalmente, com facilidade e rapidez.

Integração dos Bombeiros Militares ao Sistema Único de Segurança Pública, iniciado em 2003. A Força Nacional de Segurança Pública também foi criada em 2003. Quanto à integração dos bombeiros militares no Sistema Único de Segurança, quero dizer rapidamente que os bombeiros ingressaram no sistema em 2003 e, por meio deles, foi elaborado um planejamento estratégico. Foram chamados ao Distrito Federal dois bombeiros de cada Estado. Após a elaboração do planejamento estratégico, definiram-se as ações, equipamentos, fardamentos, veículos e viaturas que usam no seu cotidiano.

Por meio do nosso departamento de execução e avaliação do plano nacional, fizemos as aquisições diretas. Ganhamos uma boa redução, de 25% a 40% dos equipamentos de proteção para bombeiros e veículos de combate a incêndio e de salvamento.

A Força Nacional de Segurança Pública visa a integração entre as polícias estaduais. Como o próprio nome diz, serve como instrução de nivelamento de conhecimento, em que vários servidores trocarão experiências e procurarão multiplicar esse conhecimento adquirido ao longo desse treinamento.

Entre os resultados alcançados, formaram-se 7.899 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública. Essa força nacional já atuou no Espírito Santo e em Mato Grosso. Além disso, fez treinamento no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Processos de distribuição de recursos do Fundo Nacional. Dentro da Senasp, há um setor de estatística que fará diagnósticos da segurança pública em nível nacional, levando em consideração alguns critérios, como a elegibilidade. Só recebem recursos os Estados ou Municípios que possuem gabinete de gestão integrada. Esse já é um pressuposto para que haja interação entre os órgãos de segurança pública.

Diagnóstico objetivo da situação da segurança pública no Estado ou no Município: para os Estados, existe uma competição, que é a variação da implantação do Susp, que mais adiante abordaremos. Esse diagnóstico nacional possui pesos - que variam de um a três - e leva em consideração os homicídios dolosos, os crimes letais e intencionais, o efetivo das Polícias Civil e Militar, outros crimes violentos, a população, a área do Estado, a concentração populacional em grandes centros e os delitos de trânsito. Temos ainda como fator de correção o PIB e o IDH.

Trouxe-lhes essa planilha para mostrar como é elaborado o Diagnóstico Nacional de Segurança Pública e os fatores determinantes da distribuição de recursos. Por exemplo, a construção do índice de distribuição de recursos para 2006 baseou-se no Diagnóstico Nacional de Segurança Pública, sobre o qual acabei de falar, e na avaliação da implantação do Susp.

Para verificarmos se realmente o Estado está aplicando bem seus recursos, como dito pelo palestrante anterior, encaminhamos-lhes questionários que deverão ser respondidos. Em Brasília, avaliamos as respostas. O Estado que não responde ao questionário perde 10% do índice. Esse percentual retirado é repassado para os que o responderam.

Esse questionário é elaborado considerando-se alguns aspectos da gestão do conhecimento, que envolvem quatro itens. Resumirei a gestão do conhecimento e não abordarei tópico por tópico. É verificado se a organização está alimentando as estatísticas e o Infoseg, porque de nada adianta um sistema de informação não abastecido pelos órgãos. Dessa forma, nunca terei à disposição informações verdadeiras. Avaliamos o Estado quanto a esse quesito.

Quanto à reorganização institucional, verificamos qual a atuação do gabinete de gestão integrada. Por exemplo, se esse foi criado, por que não há qualquer atuação? Fiscalizamos o Estado "in loco", para verificarmos a atuação desses gabinetes.

Também verificamos se, de acordo com os quesitos valorização profissional, integração do ensino, educação e direitos humanos no processo formativo do policial, há participação dos servidores.

Estrutura da perícia: verificamos se o Estado aderiu ao acordo referente a laboratórios de DNA e se está havendo interiorização dos institutos médico-legais, dos institutos de criminalística e dos institutos de identificação. Essa é outra adesão combinada com as Secretarias de Estado de todo o País.

Também demos bastante ênfase ao controle externo e participação social, no que diz respeito à situação da Ouvidoria de Polícia e participação dos conselhos comunitários, que é exatamente a questão da prevenção.

Essa é a avaliação anual dos resultados da implantação do Sistema Único de Segurança Pública. Como disse, é a fiscalização das respostas fornecidas pelos Estados. No primeiro ano, avaliamos a documentação encaminhada e, no segundo momento, visitamos os Estados.

Formas de repasse da Secretaria. A Senasp tem duas formas de repasse: por meio da doação, que é a aplicação direta - a Secretaria Nacional adquire o bem e faz a doação para o Estado -, e por meio de transferência voluntária, que são os convênios. Trouxe um gráfico para mostrar, porque todo o mundo me pergunta sobre a diminuição de recursos. Às vezes respondo que se acontecer uma boa gestão de segurança pública, consegue-se bastante coisa, até com menos recurso. Esse gráfico demonstra os repasses de 2002 a 2005. Como notamos, em 2000 houve uma média de repasse de R\$251.000.000,00; em 2001, subiu, houve uma média de repasse de R\$387.000.000,00; em 2002, decaiu para R\$256.000.000,00; em 2003, R\$291.000.000,00; em 2004, como se observa no gráfico, R\$251.000.000,00; e em 2005, R\$203.000.000,00. Coloquei de uma outra cor neste gráfico, em bege. A partir de 2003, a Senasp começou a adquirir materiais diretamente. Vejam, senhores e senhoras, que, em 2005, tivemos 50% de aquisição direta e 50% de convênios. Embora o recurso tenha diminuído, por meio da aquisição direta adquirimos veículos para as Polícias Militares, laboratórios de DNA e todos os equipamentos de viaturas para os Corpos de Bombeiro com uma economia de 25 a 40%, em relação ao que se gastaria se tivessem sido comprados isoladamente, por cada Estado. É o que estávamos comentando antes, sobre gestão.

Medidas de apoio da Secretaria. Deixei alguns exemplares do Manual de Celebração, Execução e Prestação de Contas de Convênio, editado em 2005. Além do manual, a Senasp tem uma coordenação de fiscalização para ajudar os Estados a praticar, dentro da legalidade, os convênios celebrados com a União. E temos também o "site" do Ministério da Justiça, onde vocês encontrarão guias de elaboração de convênios estaduais e municipais. Estamos à disposição. Muito obrigado.

- No decorrer da apresentação, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Marcos Siqueira Moraes

Quase boa-tarde a todos. Tentarei não utilizar esses 20 minutos, em face do adiantado da hora.

Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, quando estamos navegando em tempo de neblina, em tempos de crise, não há nada mais importante do que avaliar novas idéias. A situação de segurança pública no Brasil, hoje, é um problema crônico e é nesse momento que novas idéias e novas sugestões têm que ser trazidas para o debate. A grande verdade é que parte dessas sugestões e idéias não são boas. Mas só podemos saber depois que elas são debatidas.

O tema que quero comentar com vocês é extremamente contencioso, um tema que tem assumido, nos últimos 20 anos, um espaço considerável no debate internacional e pode ser que seja uma idéia ruim. Vou expor e vocês me dirão, ao final, o que acham. Já adianto que sempre imaginei que pensar alternativas para um investimento público em segurança pública, no caso brasileiro, é uma possibilidade que promete, se uma série de cuidados forem tomados. É isso que quero apresentar e ver se vocês concordam.

Quais são as perspectivas de utilização de financiamento privado para a política de segurança pública no Brasil? O que estou chamando de financiamento privado, de financiamento alternativo ao investimento público? Obviamente, não estou falando de uma situação em que o poder público emite papéis, financia mercado capital e investe em segurança pública. Estou falando de uma certa característica, de uma certa estrutura institucional que permite esse financiamento privado, que tem algumas características, que são estas: estamos imaginando uma certa área em que o setor público financia, implementa e gerencia uma determinada estrutura que é necessária à implementação de política de segurança. Estou falando de um mundo de opções diferentes, desde investimento estrutural, físico, batalhões de polícia militar e penitenciárias. Estamos falando de outros gastos de capital importantes, como frota de automóveis e estrutura de informação.

O poder público consome esse fluxo de serviço que deriva dessa estrutura. Os pagamentos são feitos pelo poder público e os contratos são normalmente de longo prazo. São estruturas que a experiência internacional já testa há muito tempo, que na Austrália são chamados "Privacies Finances Project", no Reino Unido de "Privacies Finances Institute". De onde isso veio? Por que começaram a financiar em diversos países do mundo, privadamente, políticas de segurança?

A análise nos indica duas lógicas. A primeira lógica é que financiamento privado produziria mais investimentos. Financiamento alternativo ao financiamento público permitiria mais dinheiro na segurança pública. A outra lógica é que o financiamento privado é melhor. Vamos investigar cada uma dessas lógicas. A primeira delas é a lógica da maior quantidade de investimentos. Isso advém de que na década de 80 o envolvimento privado foi justificado pela maior disponibilidade de recursos. Em diversos países do mundo, como França, Nova Zelândia e Reino Unido diversos setores da política de segurança pública passaram a contar com o financiamento alternativo ao financiamento público, com aquelas características que descrevi.

O cenário que estava por trás disso eram quedas no nível de investimento público. As décadas de 80 e 90 foram décadas de baixa liquidez, com crises fiscais se espalhando pelo mundo. Por outro lado, aconteceu também a pressão por prudência fiscal, incentivada por diversos organismos internacionais multilaterais. Isso produziu a imagem de que o financiamento privado seria a solução para o problema, o que permitiria a aplicação de recursos que não estariam disponíveis de outra forma e, ao mesmo tempo, não impactariam na atitude de arrocho fiscal.

A literatura internacional, no começo da década de 90, começou a criticar esse argumento dizendo que financiamento privado não gera mais dinheiro aplicado em políticas públicas nem mais dinheiro aplicado em segurança pública porque, no final do dia, quem paga são os contribuintes.

Passou a existir uma grande crítica contra esse denominado argumento fiscal de que o financiamento privado gera mais dinheiro para se investir em segurança pública. Quando as estruturas contábeis sugerem que mais dinheiro é possível com o financiamento privado, criam-se incentivos para que este seja escolhido em detrimento do financiamento público e para considerações sobre qual seria o melhor investimento.

Já no início da década de 90, as estruturas legais das novas arquiteturas institucionais da Alemanha e da França passaram a ser analisadas e começou-se a ter uma percepção muito grande da necessidade da flexibilidade no processo decisório. Tem de haver possibilidade pública de financiamento quando se considera a possibilidade de financiamento privado para a segurança pública, sob pena de se perder a qualidade dos serviços.

Portanto, a lógica de mais investimento passou a ser substituída, já na década de 90, para a de melhor investimento. O financiamento privado produz melhores políticas de segurança pública. Opiniões como essas passam a ser comuns na década de 90, não só nesse extrato do Office of Government Commerce, do Reino Unido, mas também em relatórios de diversas outras instituições internacionais. Há múltiplos relatórios da OCDE, por exemplo, com opiniões parecidas, dizendo que o financiamento privado oferece a melhor combinação de todos os custos de vida de um projeto de infra-estrutura na área de segurança pública para atender aos requerimentos dos usuários de financiadores. Há uma grande crença na maior eficiência e flexibilidade do mercado para a prática de atividades gerenciais.

Em relação àquelas características apresentadas no início, falamos sobre a transferência da atividade de manutenção de uma infra-estrutura aliada ao seu financiamento para o mercado, mantendo-se a atividade de segurança pública exclusivamente como responsabilidade do Estado. E essa atividade comercial de manutenção da infra-estrutura, do seu financiamento e da sua disponibilização presume-se mais eficiente pela flexibilidade do mercado, comparando-a à habilidade governamental.

Como se financiam políticas públicas ao redor do mundo há algum tempo, uma série de estudos, quase uníssonos, apontam para a constatação de que há ganhos de eficiência em cenários em que o financiamento das estruturas necessárias à concepção de políticas de segurança pública é privado, considerando-se que a efetiva transferência de risco seja o fator vital. Na verdade, quando se transfere a construção e a gestão predial de um batalhão da Polícia Militar para um parceiro privado, para uma entidade privada, para alguém do mercado ou para uma entidade de natureza híbrida e não pública, o risco da construção e da manutenção e diversos outros riscos são transferidos. Com essa transferência de risco do governo para quem quer que seja, ganha-se eficiência. Isso é o que apontam os estudos sobre a área de segurança pública.

Os sucessos foram constatados em projetos com alto componente de investimento. Sabidamente, o poder público no Brasil, na América Latina e mesmo nesses países, demonstra baixíssimo índice de efetividade de implementação de infra-estrutura. Quando os projetos contam com um alto componente de investimento, apresentam maiores ganhos de eficiência em relação aos que foram financiados publicamente. Isso é óbvio.

Todos os projetos que se caracterizaram por rápidas mudanças tecnológicas não apresentaram ganho de eficiência, porque, de acordo com esses estudos, quando se faz contratos a longo prazo para financiamento e disponibilização de infra-estrutura não se conseguem descrever bem os produtos a serem oferecidos em 5 ou 10 anos. Portanto, o financiamento privado de infra-estrutura na área de segurança pública demonstra-se eficiente somente quando não há rápidas mudanças tecnológicas. Esses estudos demonstram que o custo privado do capital deve ser reduzido, pois, como todos sabem, é mais alto que o custo público.

Ganhos de eficiência são demonstrados sempre que há mecanismos que garantam a redução do custo privado em relação ao custo público. Esses mecanismos podem ser diversas formas de securitização ou garantias, como no caso do Chile ou da França, que condicionam recebíveis de "royalties" para garantir a transferência de financiamento.

Este gráfico é um exemplo do ganho de eficiência por financiamento privado internacional. Uma daquelas linhas representa o financiamento tradicional, e a outra, o financiamento privado. Esses números fazem referência à construção de penitenciárias no Reino Unido. Podemos ver que 76% das penitenciárias financiadas por capital privado estavam dentro do orçamento, enquanto somente 30% estavam dentro no caso do financiamento público.

Construção dentro do prazo também encontra índices parecidos: 78% das construções financiadas privadamente conseguiram cumprir o prazo, e somente 27% das financiadas pelo poder público no Reino Unido foram realizadas dentro do prazo.

Ao observar o cenário brasileiro, podemos tecer conclusões preliminares. A primeira é que a transferência efetiva de risco, no caso de políticas de segurança pública no Brasil, é um problema. A política de segurança de uma penitenciária ou de uma frota de automóveis terceirizada da PM é tão frágil que é grande o risco de, em caso de sinistro, nada mais caber ao poder público a não ser intervir e absorver o risco que havia sido transferido. A menos que haja transferência efetiva de risco, a experiência internacional não demonstra grande eficiência. A fragilidade das políticas de segurança pública pode gerar um problema. É preocupante, e quem está pensando as modelagens tem de considerá-la como variável.

Contudo, outras características demonstram que as políticas de segurança pública no Brasil podem, sim, encaixar-se na experiência internacional e fazer-nos incorporar essa grande eficiência.

O BNDES vem discutindo a inclusão das políticas de segurança pública na área social, subsidiando juros. Diversos projetos de segurança têm alto componente de investimento. A carência de infra-estrutura na área de segurança pública, no Brasil, é patente. Portanto, os projetos tendem a ter grande componente de investimento, o que, mais uma vez, se enquadra naquilo que a experiência internacional considera como bem-sucedido.

Há diversos setores carentes de infra-estrutura que não são caracterizados por rápidas mudanças tecnológicas. Esse também é um ponto que a experiência internacional demonstra ser positivo e de grande eficiência política na área de segurança pública.

Saindo das discussões conceituais, de que, afinal, estamos falando? Estamos falando de transferir o financiamento e a disponibilização de infra-estrutura para outros setores. A imaginação é o nosso limite, senhores. Há uma série de possibilidades para considerar esses projetos.

Como essa experiência é muito nova no Brasil, ainda não desenhamos características essenciais dos projetos que funcionarão. Uma idéia nova tem de ser testada, e temos de imaginar que tipo de projeto tem essas características a que me referi.

Fiz uma lista, na qual constam disponibilização de estrutura predial para a atividade policial; disponibilização de estruturas penitenciárias; frotas de veículos policiais - recentemente, a Polícia Militar desenvolveu uma atividade nesse particular - e disponibilização de estruturas de comunicação. A lista não termina necessariamente aqui.

Outro aspecto que não posso deixar de apontar e que raramente é lembrado quando se discutem fontes de financiamento é o financiamento de segurança pública. Fonte de financiamento que se define em determinado projeto causa impacto em uma série de outras características da política a ser implementada.

Não podemos deixar de considerar que, ao se criarem mecanismos de financiamento privado, o que se faz é incluir novos atores num ambiente já superpovoado de organizações, que é o da implementação de políticas de segurança pública no Brasil.

A representante da Senasp falou, com muita propriedade, da dificuldade de coordenar e do grande nó górdio que é coordenar os trabalhos de segurança pública no nosso país e esse emaranhado de organizações. Ao desenvolver mecanismos de financiamento privado, criam-se novas organizações que serão responsáveis pela gestão predial e de uma frota de automóveis. Portanto, apesar de a experiência nacional demonstrar grande eficiência, um outro fator tem de ser considerado: a complexificação provocada pelos mecanismos de financiamento privado, que já citei.

Obviamente, não quero dizer que isso seja um problema. Acredito que a questão gera mais custos que ganhos de eficiência. Sempre que modelos como esse são desenhados, faz-se necessário que os problemas de coordenação dessa rede de atores sejam levados em conta. Tem-se de levar em conta a habilidade de governança e de coordenação de todos esses atores.

Há outro aspecto que quero aproveitar para comentar. Nas sugestões colhidas pelos seminários regionais, há uma preocupação freqüente, sempre que se discute financiamento, a qual diz respeito à habilidade de gestão de custos. No Brasil, os governos gerenciam muito mal os custos. A habilidade de consciência de custo-efetividade de qualquer política pública sempre foi problema no mundo inteiro, mais especificamente no Brasil.

Sempre que se discute financiamento privado, uma condição é necessária: estabelecer um bom planejamento de custos. Quando se transfere a construção e a gestão de uma atividade predial para o batalhão de uma Polícia Militar, a condição necessária para tal é que se faça um detalhamento, uma especificação, que haja uma compreensão e sensibilidade quanto aos custos, os preços e o benefício que aquilo potencialmente traz. Essa condição sugere uma habilidade de planejar políticas de segurança pública, que, talvez, seja inédita no Brasil.

Quero dizer que, a despeito de eu considerar que, no quesito governança, o financiamento privado é um problema, acredito que pode gerar uma habilidade de governança nunca antes vista no Brasil, na medida em que torna necessário um planejamento específico de metas, custos, preços e outros aspectos do financiamento.

No começo, perguntei quais as perspectivas da utilização de financiamento privado para política de segurança pública no Brasil. Acredito que os prospectos parecem ser positivos quando estudamos a experiência internacional e olhamos com a devida cautela o caso brasileiro. Os prospectos parecem ser positivos, porque as características apontam para potenciais ganhos de eficiência no setor.

Como já disse e repito, há um alto componente de investimento, as experiências internacionais são positivas, e há possibilidade de empréstimos a juros reduzidos. Entretanto, essa minha visão otimista tem de ser mediada por certos cuidados. Não podemos imaginar de forma alguma que o financiamento privado seja a solução para o problema de infra-estrutura. Ele pode ser bem utilizado com certos cuidados.

Chamo a atenção para a flexibilidade no processo decisório, garantindo sempre opções públicas de investimento. O poder público tem de se conscientizar da própria importância, sob pena de incentivos serem produzidos e financiamentos privados serem feitos em detrimento de considerações de qualidade.

Aspectos relacionados à efetividade de governança de políticas públicas devem ser considerados no processo de modelagem, e mecanismos para a transferência efetiva de riscos são fundamentais. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Iniciamos os debates com as perguntas dirigidas ao Dr. Ronald Albergaria.

Pergunta do Sr. Ernane Ferreira Leandro, do Conselho Comunitário de Segurança Pública: "Ações preventivas com envolvimento da sociedade civil: o que fazer para que as tristes e conhecidas obviedades citadas sejam revertidas? Não seria o caso de sustentar as ações sugeridas pela criação do Conselho Comunitário nas universidades públicas e privadas, conforme previsto na reforma universitária, que está no Senado? Que tal uma universidade tecnológica de defesa social?"

A segunda pergunta é de André Carlos Alves da Silva, Secretário de Administração de Itajubá: "O que podemos fazer para que o Estatuto da Criança e do Adolescente saia do papel? Entendemos que ali está a solução do espectro preventivo e que os estudos já foram realizados. Seria mais fácil esquecer o Estatuto e criar novas políticas e projetos? Onde está o erro na implantação das políticas preventivas em nosso país, Estado e cidade? O que podemos fazer para que o Estatuto da Criança e do Adolescente saia do papel? Seria mais fácil esquecê-lo?"

Pergunta de Wellerson Eduardo Corrêa, da Defensoria Pública da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte: "No que diz respeito aos programas de prevenção terciária, com o fim da implantação eficaz do programa socioeducativo, como poderá ser proporcionada pelo Estado a assistência jurídica ao adolescente em meio fechado?"

Pergunta do Conselho Tutelar de Contagem: "Há uns três anos aproximadamente, os Prefeitos de Betim e de Contagem doaram um terreno para construir o Centro de Internação do Adolescente. Por que não se fala mais sobre isso?"

Pergunta de Winder Luiz Cassimiro, da PMMG: "Verifica-se que, principalmente no interior do Estado, há falta de capacitação técnica dos Conselheiros, o que faz com que muitos conselhos tutelares tornem-se inoperantes. O que pode ser feito pelo Ministério Público para colaborar com os conselhos tutelares e sanar esse problema?"

Manifestação de Celina Chagas, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte: "Parabéns aos organizadores do evento e, especialmente, ao Dr. Ronald Albergaria pela clareza da exposição feita".

Pergunta de Renato Gularte, do Conselho Municipal de Segurança, Justiça e Cidadania de Uberlândia: "Por que os Promotores não fazem cumprir a proibição da venda de bebida alcoólica ao menor, responsável por 85% da violência e dos acidentes? Essa não é a melhor forma de prevenção?"

O Promotor José Ronald Vasconcelos Albergaria - Começarei respondendo à última pergunta, feita pelo Renato Gularte, de Uberlândia, que pergunta o que os Promotores estão fazendo para que haja essa proibição efetiva da venda de bebidas alcoólicas às crianças e aos adolescentes, a qual, segundo ele, é responsável por 85% da violência e dos acidentes. É verdade.

Abordei, em minha exposição, o que está sendo feito em Diadema, no Estado de São Paulo, onde foi constatado que o grande índice de criminalidade era causado pelo funcionamento de bares, sobretudo nas periferias da cidade, a partir de 23 horas. As pessoas intoxicadas pelo álcool ficavam extremamente violentas. A partir daí, os homicídios aconteciam.

Após uma ampla discussão com a comunidade de Diadema, que envolveu o Conselho de Segurança Pública, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, ficou decidido que os bares da cidade deveriam ser fechados a partir de 23 horas, principalmente nas regiões periféricas, onde a violência era maior.

Decidiu-se também que deveria ser feita uma política de financiamento para ações concretas contra o alcoolismo de crianças e adolescentes. Desde o supermercado maior até à birosca pequenina, de 5m², dependendo do tamanho, pagava-se uma taxa municipal. Todo esse dinheiro reverteu para um programa eficiente de combate ao alcoolismo de crianças e jovens.

Em Uberlândia, cidade extremamente avantajada no que diz respeito à questão econômica, por meio do Conselho de Segurança Pública e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá ser tentada uma experiência semelhante à implantada em Diadema. E os Promotores? Conheço dois Promotores de Uberlândia, o Jadir e o Epaminondas da Costa, meu colega de concurso. São extremamente capacitados e vocacionados para essa área da infância e da juventude.

Sugiro ao Renato que procure os dois Promotores de Justiça, levando-lhes as conclusões deste seminário. Assim, poderão chamar a comunidade, a rede de proteção à infância e à juventude e a Polícia Militar, para que seja feita uma fiscalização maior por parte dos Conselheiros Tutelares e dos agentes do Poder Judiciário, a fim de que a venda de bebidas alcoólicas seja proibida no Município de Uberlândia. Basta que seja feita uma "blitz". Por exemplo, à noite, se forem de bar em bar, verificarão quem está bebendo. O bar que vende bebidas para adolescentes e crianças pode ser fechado. Se fizermos uma ação permanente do poder público, de presença marcante do Estado e da comunidade de Uberlândia, poderá ser coibida a venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes.

Segunda pergunta: "Verifica-se, nos conselhos tutelares, principalmente no interior do Estado, a falta de capacitação técnica de Conselheiros, que faz com que muitos conselhos se tornem inoperantes. O que pode ser feito pelo Ministério Público?".

O que está sendo feito pelo Ministério Público? Como Coordenador das Promotorias da Infância e Juventude, tenho viajado por todo o Estado. Vou a todos os lugares onde sou convidado, fazendo palestras, convocando a comunidade, procurando criar redes de proteção à infância e juventude, para que o trabalho dos Conselheiros Tutelares seja valorizado. Quem está na ponta do sistema? O Conselheiro Tutelar, que enxerga, em primeiro lugar, a violação aos direitos de crianças e adolescentes. Mas não poderá ficar preso em seu gabinete, é preciso que vá para as ruas, principalmente para os aglomerados. Por exemplo, poderá bater na porta da D. Maria e pedir-lhe o cartão de vacinação de seu filho ou o seu boletim escolar.

Assim, o Conselheiro Tutelar vai aprendendo. O Promotor de Justiça local deverá ficar com seu gabinete aberto, com as portas escancaradas, para receber o Conselheiro Tutelar, com quem trocará idéias, além de levá-lo a discutir problemas com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Não nos esqueçamos de que o Conselheiro Tutelar vai levar a demanda da comunidade ao Conselho Municipal dos Direitos da Infância e da Juventude, a fim de que a política pública seja deliberada. E a política pública deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelos conselhos estaduais ou pelo Conanda tem de constar efetivamente no orçamento. Se o Prefeito alegar qualquer coisa, se o Governador disser que fará a Linha Verde primeiro ou se o Presidente da República julgar que o bolsa-família é que o reelegerá, antes disso o que foi deliberado pelos conselhos municipais, pelos conselhos estaduais e pelo Conanda vai, sim, tornar-se política pública, haverá prioridade no atendimento, e cada recurso do orçamento para essa área específica será deliberado pela própria comunidade.

Penso que é também isto: rede de proteção na própria comunidade, conselheiros tutelares sendo capacitados. O Instituto Telemig Celular já faz um trabalho efetivo, assim como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e não nos esqueçamos dos Promotores de Justiça. Se vocês argumentarem que o Promotor não os atende, liguem para mim, que conversarei com o meu colega do interior do Estado. Ele não pode deixar de atender ao conselheiro tutelar, sob pena de macular seu trabalho em prol da infância e da juventude.

Em outra questão indagam: "Há uns três anos, aproximadamente, os Prefeitos de Betim e Contagem doaram um terreno para construir um centro de internação para adolescentes. Por que não se fala mais sobre isso?" Esse é um trabalho hercúleo do Centro de Apoio Operacional. Eu me reuni com os dois Prefeitos, antes mesmo de o PT vencer as eleições municipais em Contagem - o então Prefeito era Ademir Lucas -, com os conselheiros tutelares, com os conselhos municipais, com todos os atores sociais que militavam na infância e na juventude, sobretudo em Contagem e Betim. Parece que até hoje, em Contagem, o espaço para a colocação de adolescentes autores de atos infracionais, pasmem, é de 6m² na cadeia pública. Os Promotores poderiam ter ingressado com ação civil pública e, sem dúvida, obteriam liminar em Contagem ou Betim, porque os Juízes sofrem na pele esse problema. Essa liminar certamente seria derrubada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e, nesses últimos anos, estaríamos numa batalha judicial para a criação do centro para cumprimento da medida de internação. Não fizemos isso, mas a notícia é muito boa. Não ficou parado, estou respondendo agora. Isso já consta no orçamento, o convênio foi assinado entre os dois Municípios e o Estado de Minas Gerais. A previsão orçamentária é de quase R\$4.000.000,00 para a construção do centro de internação. Estamos vigilantes quanto a isso, quero saber quando se dará o início das obras. O dinheiro é para este ano, mas não sei por que ainda não começou. Quem fez a pergunta pode telefonar-me, que vou saber na Secretaria de Defesa Social a razão pela qual ainda não começou.

Wellerson, Defensor Público da Vara da Infância de Belo Horizonte, pergunta: "No que diz respeito aos programas de prevenção terciária, a fim da implantação eficaz dos programas socioeducativos, como poderá ser proporcionada assistência jurídica pelo Estado ao adolescente em meio fechado, na internação?". Na época em que cheguei ao Centro de Apoio Operacional da Promotoria da Infância e da Juventude em Belo Horizonte, o que acontecia? Antes, na rede de proteção, ninguém sabia qual era o papel do Promotor de Justiça da Infância. Limitava-se a representar contra adolescente e nada mais. Isso mudou há uns anos, quando aportaram à Promotoria da Infância e da Juventude Eduardo Henrique Soares Machado, Tânia Regina, Lucas Rola, Cláudia Spranger e outros colegas. Tiveram a correta visão de que não somente o Defensor Público tem cadeia cativa no sistema de garantias, mas sobretudo o Promotor de Justiça. E aí falamos da execução da internação. Quantas vezes fui ao centro de internação na Capital, com os Promotores de Justiça, e estavam ali o Promotor da Infância, os técnicos na execução da internação e o Defensor Público, discutindo caso a caso a medida socioeducativa de internação, para saber se aquele garoto... A nossa cultura é a seguinte: se o menino está internado, necessariamente tem de ficar três anos. Não é verdade. Ele tem de ficar o tempo necessário à ressocialização, para a sua reinserção à família, à comunidade, à escola.

Portanto, o papel da Defensoria Pública - volto a falar em rede de proteção - é estreitar o relacionamento do Defensor Público com o Promotor da Infância e da Juventude, com o Juiz da Infância e da Juventude, com os técnicos que estão ali, dentro do centro de integração, para que, juntos, numa audiência informal, ouçam o protagonista da história, que é o garoto, a fim de acertar a questão da medida de execução.

Pergunta de André Carlos Alves da Silva, da Prefeitura Municipal de Itajubá: "O que podemos fazer para que o Estatuto da Criança e do Adolescente saia do papel? Entendemos que ali está a solução do aspecto preventivo e os estudos já foram realizados. Seria mais fácil esquecer o estatuto e criar novas políticas e projetos?" A outra pergunta, de Ernani Ferreira, do Consep, também é nesse sentido. Claro que não. Como disse há pouco, o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação singular, porque é cidadã, inclusiva. Às vezes as pessoas acham que esse estatuto só serve para passar a mão na cabeça do menino. Não é verdade. Quando este comete um ato infracional ele é responsabilizado. O grande problema da responsabilização desse garoto quando comete o ato infracional é a desestrutura completa: primeiro, da Defensoria Pública, pois não há Defensor Público nem o devido processo legal; segundo, o Promotor de Justiça só tomará ciência do que aconteceu, no caso específico, do pobre policial militar que correu atrás dele na rua para fazer a apreensão em estado de flagrância, dois, três meses depois. Os casos em que não há flagrância ficam amontoando-se lá. Para vocês terem uma idéia, a Justiça da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, salvo equívoco, tem apenas dois Juízes e uma Juíza na Vara de Ato Infracional em Belo Horizonte. É um absurdo, pois o Tribunal de Justiça tem não sei quantos Juízes para a relação de consumo. A verdade é que gente pobre e desgraçada não vale porcaria nenhuma neste país. Por esse motivo, vivenciamos tudo isso. Este seminário é para mudar essa situação, para que toda a comunidade desperte e diga que não é mais possível continuarmos dessa forma. Urge, então, o estabelecimento de reformas neste Brasil. Como disse ao Deputado Sargento Rodrigues, uma reforma política, voto distrital, distrital misto, financiamento público de campanha, fidelidade partidária para que o sujeito não mude de partido assim como muda de camisa, como muda de amante. Isso tem de acabar. É preciso haver uma reforma tributária, para valer, no Brasil. Com todo o respeito à União, não sei por que tantos tributos federais se a União não faz quase nada para ajudar os Estados federados. Tudo é a municipalização. Há uma série de obrigações para os Prefeitos, os alcaides, os Governadores, no entanto, como me disse o Eduardo, foi repassado para o Fundo Nacional Penitenciário de Minas Gerais um pouco mais de R\$3.000.000,00. Isso é uma desfaçatez. Só o centro de internação inaugurado agora, em Capitão Eduardo - apesar de ser longe, ele é excelente, de primeiro mundo; é melhor que o garoto fique ali que numa cadeia fétida, imunda -, custou R\$8.000.000,00. Para sair do papel, é necessário que haja uma mobilização de toda a comunidade. As pessoas têm de dizer que não suportam mais essa situação. Temos de nos envolver numa grande rede de proteção, numa grande teia social e passar a cobrar isso dos nossos representantes nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas. V. Exa. não tem medo de ser cobrado, não é Deputado Sargento Rodrigues?

O Sr. Presidente - Não. Devo ser cobrado.

O Promotor José Ronald Vasconcelos Albergaria - V. Exa. tem orgulho e alegria de ser cobrado. É o que tem de acontecer, mas não fazemos isso. Esquecemo-nos até em quem votamos nas últimas eleições. Não sabemos quem são os nossos Deputados Estadual e Federal e quem é o nosso Senador. Isso é o Brasil. A mudança sai do papel quando vou indignar-me. Os Conseps são uma beleza, trazem a polícia e outros órgãos representativos da comunidade para dizerem: "Isso é um absurdo, não pode ficar assim".

É preciso um grande processo de mobilização da sociedade. Só assim o Brasil muda. Não há outro jeito.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Ronald Albergaria, concordando plenamente com ele. Devemos não só ser cobrados, como também cobrar. É por isso que, nós, no exercício do mandato parlamentar, cobramos de forma efetiva.

Como disse no início da minha fala, é preciso que o Ministério Público e o Judiciário estejam mais próximos do aparato policial, para que a integração saia do papel e ganhe a agilidade na ação pública e a efetiva prestação do serviço à altura de que a sociedade precisa. V.Sa. está de parabéns pelas suas palavras. Estamos aqui, exatamente, para fazer, cobrar e aperfeiçoar essas propostas.

Agora passaremos a palavra à Sra. Márcia Cristina Alvez, para responder a algumas perguntas, mas antes farei a leitura delas. Peço-lhe que faça algumas anotações, para posterior resposta.

A primeira pergunta é a do Prof. Cândido Luiz, da segurança pública: "V. Exa. falou em senso comum, e eu falo em conhecimento científico. O Estado de Minas dá o peixe, e penso, logo existo, que ele deve ensinar a sociedade a pescar no tocante a emprego, moradia, segurança, lazer e saúde."

Raquel Lopes, assistente social: "Por que não criar um núcleo para atendimento de adolescentes que já cumpriram medidas de privação de liberdade onde eles seriam atendidos por um período de um ano, após cumprimento, e encaminhados para trabalho, cursos profissionalizantes, etc.? Que o Estado firmasse uma parceria com as empresas e garantisse isenção fiscal àqueles que recebessem os referidos adolescentes em seus quadros de funcionários. Tudo isso mediado e fiscalizado por esse centro."

José Camilo M. Oliveira, do Consep de Pará de Minas: "Como implementar a polícia comunitária com um número reduzido de policiais militares?"

Daniel Soares da Cunha, do Consep de São José da Varginha: "O que o Estado tem feito para diminuir o crime no interior do Estado, uma vez que, ao diminuir o crime na Capital, os criminosos têm-se dirigido às cidades do interior, sabendo do despreparo humano e logístico das polícias?"

"Márcia Cristina, que órgão devemos procurar para termos segurança até dentro do prédio em que moramos?"

Francisco Xavier Siqueira, do Consep de Piranguçu: "A senhora apresentou vários núcleos de ação junto à comunidade, e não citou os Conseps. Não seria importante também valorizar o trabalho dos Conseps junto às comunidades, na ação social e prevenção ao crime?"

Fernanda Fernandes Monteiro, do Ministério Público, do Centro de Apoio às Promotorias Criminais - CAO Crime - : "Quando será solucionado esse problema da superlotação, que é uma necessidade imediata, pois existem números absurdos nas cadeias de Belo Horizonte, tal como a 9ª Delegacia Distrital de Venda Nova, que divide cerca de 500 presos em 12 celas, com aproximadamente 150 presos no pátio, ao ar livre? Há algo em vista para uma solução imediata? Precisamos de um Ceresp novo para a Capital, em caráter de emergência. Outro grave problema é o Cerespino, cela de triagem do DI, que recebeu esse apelido. Trata-se de uma cela de, aproximadamente, 14m², que chega a abrigar até 40 presos, que ficam impossibilitados de dormirem deitados. O reflexo disso está na custódia da Polícia Civil, que também toma conta de perto."

José Walter Matos, da Polícia Civil: "Como a Senhora vê a interiorização da Suape, Seds, quanto à agilidade da retirada da Polícia Civil das cadeias públicas?"

Francis de O. Rabelo Coutinho, da Defensoria Pública de Minas Gerais: "Como é prevista a atuação da Defensoria Pública nos programas em desenvolvimento, uma vez que a Defensoria é membro do Colegiado de Integração do Sistema Social?"

Pergunta de Gegê Angelino, advogado do Juizado de Conciliação Santo Antônio, de Belo Horizonte, dirigida à Dra. Márcia Cristina: "As soluções são geniais, práticas e como passe de mágica. Gostaria de sua opinião sobre o duro, coercitivo e imediato controle da natalidade. Devemos tratar o País como é e não como o eterno país do futuro".

Pergunta também para a Dra. Márcia Cristina, o Batitucci e o Alexandre Delorenzo, de Denilson Martins, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - Sindpol-MG: "Considerando que a impunidade é um dos fatores do aumento da criminalidade; considerando que a ação da Polícia Civil na investigação criminal inibe o evento criminal; considerando que a custódia irregular de presos por parte da Polícia Civil torna essa função precária; considerando que esse desvio de função gera também incidentes correccionais, por que não retirarmos definitivamente a custódia de presos da Polícia Civil?"

A Sra. Márcia Cristina Alvez - Tentarei responder rapidamente, porque o tempo é curto para tantas questões. Sobre a superlotação do sistema penitenciário, acho que neste Plenário todos concordamos que vivemos um caos, que está sendo construído há 20 anos e não será solucionado em 2 anos. É necessário termos um certo cuidado na hora de propor soluções, para não criarmos maiores problemas e depois arcarmos com as conseqüências, como estamos vendo em vários lugares do Brasil, especialmente na cidade de São Paulo.

Acho que um preso que espera mais de 100 dias pelo pronunciamento da Justiça, que fica preso em uma delegacia da Polícia Civil sob custódia inadequada e, às vezes, tem de esperar três meses pela vaga anunciada em um presídio para poder ser transferido, porque tem de ter escolta e outras coisas, tudo isso traduz um sistema que não funciona. Alguma coisa no sistema tem de ser mudada; não é só à base de construção de presídios e de abertura de vagas. Penso dessa forma porque, mesmo dobrando com as atuais construções, o número de vagas apresenta um grande déficit. O número de presos sob a custódia da Polícia Civil é de 11 mil. Pode-se dobrar o número de vagas que ainda haverá um déficit enorme e um número enorme de presos sob a custódia da Polícia Civil. Acho que as mudanças têm de ser mais estruturais.

Sob o aspecto preventivo, trabalhamos com duas lógicas. Primeira: nem todo jovem deve ser preso. Nosso papel é evitar que esse jovem se envolva com o crime e, por acaso, venha a parar em uma delegacia. Se prendermos todos os jovens, já pensou como essa sociedade será? Onde vão parar esses meninos?

Segunda: a aplicação das penas alternativas tem de aumentar, porque o Brasil não põe em prática nem 10% do total da aplicação. Os países mais desenvolvidos chegam a 80% da aplicação em torno das alternativas penais da prestação de serviço à comunidade, do trabalho com as causas, ou seja, os agentes de violência doméstica, os usuários de drogas em tratamento e a justiça restaurativa. Não dá para pensar só em uma linha. É lógico que precisamos de mais vagas, de tirar os presos da custódia da Polícia Civil, mas precisamos, fundamentalmente, construir e mudar as estruturas de justiça no Brasil, seja com relação ao acesso, à resolução de conflitos por outros modos, ao investimento na Defensoria.

Há que promover maior investimento na Defensoria Pública, porque o número de Defensores ainda é muito pequeno. Por exemplo, em Juiz de Fora, nós, do Núcleo de Prevenção, funcionamos no mesmo prédio da Defensoria.

Em Ribeirão das Neves temos um grupo de trabalho com os Defensores, especialmente em relação à questão dos egressos do sistema penitenciário. Mas essas ações, vale destacar, nunca foram priorizadas. Quando falo em mudar a estrutura, refiro-me à inversão da lógica. Durante todo este seminário podemos "bater" em abertura das vagas. Mas, se não mudar a lógica e entender-se que se tem de aplicar alternativa penal, criar outras estruturas, aumentar o número de Defensores Públicos, continuaremos com o mesmo sistema, apenas abrindo vagas e aumentando a demanda. Há que impor também uma outra linha de raciocínio: a da prevenção, que parte do princípio de que temos de pensar alternativas para os jovens, e não apenas prendê-los.

Relativamente à questão da Raquel, sobre "após o cumprimento da medida alternativa", achamos que sim. Temos a implantação de um programa para jovens egressos do sistema, do Ceip. É importante dizer que temos de batalhar a desinstitucionalização do menino, que não pode ficar a vida inteira com um "slogan" na testa: "cometi um delito, fui preso". Ele tem de ser jovem e ter direito e acesso às políticas de inserção social como todos os outros jovens. Podemos ter programas para públicos específicos, com demandas específicas, mas não podemos criar rótulos nas pessoas. Acho válida a idéia, desde que a pessoa não seja obrigada a fazer aquilo porque cometeu o delito. Isso tem de vir acompanhado de um trabalho de entendimento. Quando fazemos o monitoramento das penas alternativas, a primeira coisa realizada é a interpretação de medida para que a pessoa entenda que a medida que lhe foi aplicada teve um motivo. Isso porque as pessoas cometem violência e a acham normal. Acham normal, em seu cotidiano, bater no filho ou na mulher. Se não fizermos um trabalho de interpretação de medidas e do problema, as pessoas continuarão repetindo as mesmas atitudes. Não basta apenas punir. As pessoas têm de entender por que e para que ocorre a punição.

Sobre a polícia comunitária, trata-se de um avanço fazer essa discussão, pois é um tema recente. Não temos um efetivo policial suficiente para o policiamento comunitário, mas, em todas as áreas em que trabalhamos com núcleos de prevenção, temos um grupamento especial de policiais com o qual trabalhamos desde a sua capacitação até a ação cotidiana. São os policiais do Gepar. São policiais militares presentes nas áreas onde há núcleo de prevenção. Trabalhamos desde a questão do investimento nos equipamentos, na logística dessa polícia até a sua capacitação para lidar com soluções de problemas comunitários. É o trabalho de prevenção junto a uma repressão qualificada. O policiamento comunitário é um policiamento presente na comunidade. Precisa conhecer os problemas da comunidade e resolvê-los. Portanto, em todas as áreas em que existe núcleo de prevenção, há o Gepar.

Em relação à pergunta sobre como atuamos no interior, só implantamos o núcleo de prevenção por meio de diagnósticos bem elaborados. Isso porque não depende da vontade política de um ou outro Prefeito, de um ou outro político, e sim de uma avaliação criteriosa demonstrando que a criminalidade está aumentando em tal lugar e, por isso, interviremos antes que se torne uma situação impossível. Para outras ações, temos uma divulgação muito ampla, no Estado, das campanhas, das propostas relacionadas a uma atuação mais qualificada dos órgãos de defesa da criança e do adolescente, dos Conselhos Tutelares, das Câmaras Municipais, para atuarem com a resolução dos problemas relacionados à violência.

Em relação à política de prevenção no interior, estamos em Juiz de Fora, Governador Valadares, Montes Claros, Uberlândia e Teófilo Otôni. Esses lugares têm núcleos de prevenção. Por quê? Por causa desse diagnóstico que elaboramos. Nesses lugares, há núcleos de prevenção e técnicos, direcionando o trabalho para o atendimento desse público que demanda atendimento especial.

Sobre os conselhos comunitários, hoje eles estão sob a orientação da Superintendência de Integração, responsável pela integração das Polícias Militar e Civil, além de todo o sistema de defesa social. Por quê? Porque é uma ação comunitária que exige a participação de todos os órgãos da defesa social. No entanto, como os núcleos de prevenção estão dentro das comunidades dos Bairros Cabana, Cafezal, Pedreira, Alto Vera Cruz e todas as 24 outras comunidades, trabalhamos diretamente em parceria com os conselhos. Estou vendo ali o Sr. Dilson, que é um grande parceiro nas regiões do Cabana e do Morro das Pedras. O núcleo exerce uma atividade permanente com os jovens, por meio de oficinas. Essas parcerias locais são construídas nas cidades. Não adianta uma orientação da Secretaria Estadual. A nossa orientação é que essas parcerias sejam construídas na base, no local, dentro das comunidades. Temos as parcerias com os conselhos comunitários, deixando clara a orientação que a Superintendência de Integração desenvolverá projetos junto aos Conseps. Construímos na base, nas comunidades.

Por fim, quanto à questão do controle da natalidade, acho que é uma discussão enorme e tem de passar por outros canais que não representem questões repressivas. Não podemos dirigir esse controle somente para as comunidades pobres. Hoje em dia, pelos últimos dados, pelas últimas pesquisas do IBGE, o número de filhos por família caiu consideravelmente. Podemos dizer que esse controle está sendo construído na prática. Embora haja famílias com um número muito grande de filhos, a média de filhos hoje no Brasil é de dois a três. É um número considerável. Acho que o problema não está aí.

Em relação ao questionamento de como conseguir segurança dentro de um prédio, acho que temos de conseguir segurança é para nossa sociedade, especialmente a segurança cidadã, à qual todos têm direito, principalmente os moradores de periferia. Quando mudarmos nossa consciência, pensarmos que a sociedade toda precisa de segurança, esse quadro vai melhorar. Acho que, quanto mais cidadã uma sociedade, menos violenta ela é. Neste momento, vamos conseguir segurança para dentro do meu prédio, da minha rua, da minha casa. A sociedade toda vai viver uma situação de cidadania, que se traduz em segurança para todos. Então, prevenção para a criminalidade é essencialmente trabalhar com direitos e cidadania para todos.

O Sr. Presidente - Há duas perguntas, do Edgar Custódio e do Paulo Guarani, a respeito da publicação das explicações dos expositores. Elas serão publicadas.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Cerqueira, para responder aos questionamentos do Sr. Joel Machado Braga, da Prefeitura Municipal de Itajubá: "As estatísticas não apresentam dados da população carcerária reincidente. Há a afirmação de que o detento, quando obtém liberdade, pratica delito mais grave. Isso é verdadeiro? Qual é o percentual?"

Leonardo Cortês, do Comitê Famílias Solidárias, ONG de Corinto, Consep: "Como obter resultados, dados e gráficos da pesquisa apresentada na palestra?". Também será publicada, mas a Fundação João Pinheiro possui essa publicação.

Sr. Geraldo, Presidente do Consep de Barbacena: "O que podemos fazer se a obrigação de proteger o patrimônio público, como as escolas, por exemplo, é da guarda municipal?"

O Sr. Eduardo Cerqueira Batitucci - A Dra. Márcia Cristina falou, de forma brilhante, quanto à questão prisional. Prisão não é solução para ninguém, pelo contrário, é o último recurso. Hoje, de cada três jovens americanos negros, um está na cadeia. É óbvio que prisão não é solução para nada.

Se apenas construo penitenciárias e não desenvolvo uma política para lidar com o que estou construindo, na verdade, estou apenas depositando pessoas num espaço fechado, o que não me trará qualquer solução. É preciso haver um consenso na sociedade brasileira a respeito do que fazer com as prisões e com os prisioneiros e sobre o que queremos para essas pessoas.

Infelizmente, não temos o hábito de discutir esse assunto. A sociedade brasileira não discute a questão prisional. Costumo dizer que a questão penitenciária no Brasil é o cemitério das políticas públicas, porque ninguém quer discutir, a não ser quando o PCC aparece, mostrando que eles existem.

Precisamos ser capazes de entender qual a natureza dessa política, para que a fazemos e quanto custa. Estamos dispostos ou não a pagar por ela? O que vamos fazer com as prisões, com as penitenciárias, com as cadeias, etc.?

Precisamos, enquanto cidadãos, ter consciência de que tudo isso é muito caro. Segurança pública é mais cara que saúde e educação. Precisamos dar o devido valor às coisas e desenvolver políticas para lidar com toda essa questão de forma adequada.

Tudo que se refere às estatísticas de criminalidade e violência no Estado de Minas Gerais está na página da internet da Fundação João Pinheiro. Tudo está disponível para fazer "download". Todas as publicações que a Fundação faz da conjuntura criminal do Estado estão disponíveis no endereço www.fjp.mg.gov.br.

Como o volume impresso fica muito caro, são impressos poucos volumes. Todavia a mesma informação que consta no volume impresso está disponível na internet. Basta fazer o "download". Todos terão acesso.

Quanto à última pergunta, relativa à guarda municipal, acho que compreendemos muito mal a contribuição que as Prefeituras Municipais podem dar à segurança pública. Hoje as Prefeituras arcam, de forma bastante significativa, com uma parte do custeio da segurança pública em Minas Gerais, especialmente no que se refere à estrutura física. A maioria das Prefeituras paga uma parte da estrutura física, principalmente no caso das polícias. No caso das guardas municipais, as Prefeituras têm função fundamental, se forem bem interpretadas pela comunidade local e se houver possibilidade de integração entre as organizações policiais e as guardas municipais. Primeiro ponto: guarda municipal não é e não pode ser polícia. Guarda municipal tem de ter outra função, não apenas de vigilância de prédio público. Ela pode, se bem aplicada, ser fator de integração entre a comunidade e o aparato de segurança pública. Algumas cidades de Minas Gerais têm excelentes experiências no que se refere à aplicação da guarda municipal.

Se encararmos guarda municipal como polícia, estaremos fazendo uma grande bobagem, que é criar uma competição institucional com as polícias que já existem. Muito obrigado.

O Sr. Alexandre Delorenzo de Souza - Recebi algumas perguntas que achei bastante pertinentes. A Dra. Francis, da Defensora Pública, pergunta: "É possível dizer que a maioria dos cidadãos envolvidos com o crime são considerados "excluídos" ou pobres?". Acho que tem a ver também com a pergunta do Renato, do Conselho Municipal de Segurança: "Qual é a ação dos membros da Pastoral às vítimas das delinqüentes, sejam maiores, sejam menores? Quantas jovens estupradas, policiais feridos, órfãos de policiais foram amparados por vocês?". Acho que também tem a ver com a pergunta do Zaza César Santos, da Associação dos Escrivães da Polícia Civil: "Que proteção ou trabalho de direitos humanos tem sido desenvolvido para policiais e seus familiares, que são sumariamente violentados de todas as formas?".

No início da exposição, falei sobre a importância da Defensoria Pública como instrumento eficaz na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. Agora, a Emenda à Constituição nº 74, salvo engano, concede autonomia orçamentária para que possamos implementar a Defensoria Pública em todas as comarcas, como previsto em lei. Quantos Defensores há para toda a população do Vale do Jequitinhonha, a maioria sofrida?

A Defensoria Pública precisa acompanhar inquéritos. Precisamos discutir a questão do inquérito, porque sabemos que, para dar conta do volume, várias formas de investigação são ilícitas. Como estamos prevenindo isso? Também nas penitenciárias é necessário o acompanhamento por Defensores Públicos. Digo isso porque há esse jargão que é horrível: "Defensor de direitos humanos é defensor de bandido". Mas quem é bandido? Pergunto aos senhores e às senhoras: "Quem é bandido? É aquele jovem que está furtando um tênis de marca?". Frei Betto refere-se ao "consumo, logo existo". Ou é realmente a corrupção daqueles valores estrondosos, que causam a morte de várias crianças, porque se deixa de investir na saúde e na educação? Quem é bandido?

Gostaria de destacar os primeiros operadores de direitos humanos, na ponta, que são a Defensoria Pública, o policial militar, o policial civil, porque é um operador de direitos humanos que lida com as desigualdades sociais do dia-a-dia. Também são fundamentais os educadores que estão na escola primária, que lidam direto com a criança e com o adolescente, que levam toda a questão familiar para a escola. E, quando não levam, partem para a violência. Quem é delinqüente? Na Pastoral de Direitos Humanos, temos a seguinte linha de atuação: defendemos o pecador, não o pecado. Defendemos o direito penal do fato, e não o direito penal do autor, para não se estigmatizar uma pessoa pelo que é, pelo lugar de onde veio. Não! É preciso olhar sua conduta. Não compactuamos, de maneira alguma, com condutas criminosas. Não é a forma, e sim o conteúdo.

Para terminar, Deputado Sargento Rodrigues, tem a pergunta do Paulo Guarani, da Central de Mobilização Nacional das Comunidades Negras: "Diante de todo o quadro de anuência do Estado na defesa direta dos direitos do cidadão, sugerimos encaminhamento ao Comitê de Fiscalização do Cumprimento do Exercício do Direito do Cidadão, formado por lideranças comunitárias e entidades congêneres".

Na verdade, isso é um encaminhamento de proposta. Estava olhando as propostas e vi algumas interessantíssimas. O período da tarde será fundamental para discutir essas propostas e acompanhar o seu encaminhamento para o poder público. É importante fiscalizar se elas serão executadas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Francis Rabelo, da Defensoria Pública, ao Maj. João Francisco Goulart: "Gostaria de saber sobre a participação do Estado de Minas Gerais no contexto nacional".

O Maj. João Francisco Goulart dos Santos - O Estado de Minas vai receber este ano aproximadamente R\$10.000.000,00, entre aquisições diretas e celebração de convênios. Às vezes temos que fazer milagres. Pode acontecer também a adesão. Muitos Estados estão aderindo à aquisição direta, porque o Estado não dá a contrapartida. Se eu disponibilizo um recurso para o Estado e o Estado deseja aderir às nossas atas de registro de preço no Ministério da Justiça, pode fazê-lo. Aí não terá a contrapartida de 20% e não terá também toda a sistemática do convênio. No convênio, muitas vezes os Estados acabam devolvendo os recursos, porque não aplicam de acordo com a legislação pertinente. E a forma da doação é mais prática e encurta o caminho das aquisições. Temos registrado veículos, armamentos, coletes.

A Defensora Pública Francis Rabelo Coutinho - Sou Defensora Pública da classe especial, atuante no Tribunal de Justiça no Núcleo de Justiça Especializada perante os Tribunais.

Gostaria de saber da participação do Estado de Minas Gerais no contexto nacional frente aos outros Estados. Minas Gerais, na repartição do bolo, ficou entre os Estados que não participaram daquela avaliação? Como nos enquadramos no cenário nacional?

O Maj. João Francisco Goulart dos Santos - Tivemos as emendas parlamentares neste ano que foram retiradas do fundo nacional. Foram

R\$33.000.000,00. Nós iríamos trabalhar com R\$105.000.000,00 para celebração de convênios. Então, as emendas não se somaram ao recurso do fundo; elas foram retiradas do fundo. Minas Gerais tem respondido a todas as solicitações da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Como oito Estados não respondem ao questionário, Minas Gerais acaba entrando naquele índice dos 10% a mais.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Santelmo Xavier Filho, do Cefet: "Pela exposição dos palestrantes, constata-se o caos, e temos um verdadeiro muro das lamentações. Há cerca de 200 mil leis no País. Por que não executam uma reengenharia dessa legislação, visando ao fortalecimento da educação, à preservação da família, ao planejamento familiar e ao controle rigoroso dos meios de comunicação? Afinal quais políticas e estratégias seriam mais eficazes no combate à criminalidade?"

Já que sua pergunta não foi direcionada, como coordenador dos trabalhos devo dizer que acredito que essa reengenharia da legislação seja algo muito difícil. Se, para conseguirmos a aprovação da reforma do Código de Processo Penal, temos de enfrentar uma luta, pois o projeto tem de passar duas vezes na Câmara e duas no Senado, imaginem o que teríamos de enfrentar para realizar essa reengenharia extremamente complexa!

A questão da segurança pública é muito complexa. A Dra. Márcia Cristina também sofreu uma intervenção relativa à questão familiar, ou seja, ao controle da natalidade. Acredito que o controle social informal exercido pela família, pela Igreja, pela comunidade e pela escola seja ainda mais difícil. É óbvio que os meios de comunicação causam impacto, porque, quando destrambelhamos as famílias, também causamos algo muito grave e desastroso às crianças e aos adolescentes, o que acaba gerando também violência e criminalidade. Por isso a questão da segurança pública é tão complexa e requer a participação e a sugestão de todos.

O questionamento levantado deveria ficar para um momento oportuno, em que teríamos mais tempo para discutir essas causas. Essas questões influenciam, mas deveríamos discuti-las quando contarmos com um tempo maior. Com a palavra, o Sr. Modestino Caetano, da Pastoral Carcerária.

O Sr. Modestino Caetano - A minha pergunta é dirigida ao Dr. Ronald e ao Dr. Alexandre. Igualamos desiguais nas responsabilidades. Este seminário não deveria classificar e identificar o peso de cada instituição social, já que tratamos do envolvimento da sociedade civil organizada?

Gostaria de ouvir sobre a responsabilidade dos meios de comunicação social e, principalmente, das universidades, no que tange à sociedade civil organizada. Quero saber também qual é o peso dessas instituições, quais os caminhos para o controle da sociedade na prevenção, já que não há financiamento direto nessa área para o fortalecimento da cidadania e dos conselhos, que, em sua maioria, é consultiva, e não deliberativa.

O Sr. Paulo Guarani Geraldo Ferreira - No início, V. Exa. disse, para que todos ouvissem, que segurança pública é dever do Estado e que a sociedade tem uma visão míope ao entender que só as Polícias Civil e Militar promovem segurança pública.

Ora, a sociedade enxerga a segurança pública por meio da visibilidade do Estado. O Estado mostra à sociedade as Polícias Civil e Militar, mas não lhe mostra o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Segurança Pública e outros órgãos. Digo isso porque sei que V. Exa., como Sargento da PM, conhece nossa sociedade. Fui Cabo da PM e a conheço também.

Dr. Marcos Siqueira, V. Exa. fez um encaminhamento de quase 20 minutos - marquei no relógio - a favor da construção de penitenciárias pelo setor privado. V. Exa. recebe do cofre público, do dinheiro público. Como cidadão, entendo que esse encaminhamento deveria ter sido feito por um lobista das penitenciárias privadas.

Dr. Delorenzo, se eu estiver errado, por favor, corrija-me. V. Exa. falou de um comitê fiscalizador formado por diretorias de associações comunitárias de base, lotados no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e na Defensoria. Todo o quadro que V. Exa. mostrou é de anuência do Estado com a questão do direito.

Represento uma associação comunitária e posso garantir que todas poderiam estar contribuindo muito mais para a sociedade se trabalhassem com V. Exa., o Ministério Público e os Juízes.

O Procurador de Justiça José Ronald Vasconcelos Albergaria - Os Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional são órgãos deliberadores de políticas públicas. Portanto, são extremamente importantes em nossa vida. Daí por que eu lhes disse da necessidade de todos nós descobirmos, em nossas cidades, a data da reunião mensal do Conselho dos Direitos da Infância e da Juventude, para ter acesso às deliberações e também opinar.

As políticas públicas básicas deságuam em programas de atendimento. Quais são os programas de atendimento? Há as medidas socioeducativas em meio livre: liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade. Elas acontecem em seu Município? Parece que não. O que faremos, então, em relação a isso? Quem acabará sofrendo na pele somos nós mesmos, porque, se a Polícia Militar apreende em flagrante um adolescente que acabou de cometer um ato infracional e nada acontece com esse garoto, amanhã ou depois ele se anima e comete um segundo, um terceiro, um quarto ato infracional, até que esse ato seja revestido de violência contra a pessoa e, por falta de espaço em centros de educação e de integração para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, acaba numa cadeia pública.

Portanto, os conselhos são deliberativos. Os chefes dos Executivos municipal, estadual e federal são obrigados a destinar, no Orçamento, recursos públicos para atendimento dessa política. É esse o primeiro passo que temos de dar.

Quero rapidamente lembrar uma experiência à época do meu saudoso e amado avô Jason Albergaria. Ele foi Promotor de Justiça, Procurador de Justiça e aposentou-se. Estudou a fundo a questão da execução penal, as penitenciárias no Brasil. Esse fato ocorreu nos idos da década de 70. O que ele percebeu? Que havia necessidade de mudança, primeiramente porque a legislação era quase inexistente nessa área. Ele estudou a questão e, para tanto, valeu-se de legislações comparadas de outros países do mundo que estavam mais evoluídos. Escreveu muito a respeito do assunto.

Não satisfeito apenas com a parte teórica, estudou também criminologia e resolveu ser Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves. Lembro-me bem disso e dou meu testemunho pessoal. Eu era garoto, com uns 6 ou 7 anos. Em todos os finais de semana, ia até Neves ficar com o vovô e entrava na penitenciária. Eu andava com os presos, que eram meus amigos. Passeava para lá e para cá. Isso não existe mais. Hoje muitos têm medo de entrar numa penitenciária.

Lembro-me de que houve apenas duas fugas enquanto meu avô foi Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves, a qual se tornou modelo para o mundo inteiro. Vejam: uma penitenciária brasileira foi modelo para o mundo inteiro. Quer dizer: há jeito de fazer isso novamente no Brasil, basta que se crie uma equipe multidisciplinar, que todos os atores sociais envolvidos estejam juntos para mudar essa realidade.

O Sr. Alexandre Delorenzo de Souza - Serei rápido. O Sr. Modesto se referiu à responsabilidade social dos meios de comunicação. Na minha exposição, abordei a manipulação dos meios de comunicação. Quando eles se destinam a alguma classe, algum partido ou alguma pessoa, causam grandes estragos. As forças de segurança pública, especialmente a Polícia Militar, sabem bem disso. Muitas vezes, a imprensa divulga uma matéria chocante.

Não sei até que ponto, mas estava sendo discutido, no Congresso, a criação de um conselho com a função de controle para o Ministério Público, um Conselho Nacional de Justiça. Por que não discutir a criação de um conselho para os meios de comunicação? Esses conselhos têm grande importância na nossa sociedade: a função de controle.

Os meios de comunicação entram na casa de cada um, seja pela telinha da televisão, seja pelo rádio, seja por escrito. Considero fundamental para a segurança pública discutir a questão dos meios de comunicação. Quero registrar o trabalho dos meios de comunicação pública. Ultimamente, assisto só às TVs Justiça, Senado e Assembléia. Realmente, com esses canais, aprendo bastante, por meio de discussões qualificadas e responsáveis.

Outro tema se refere à questão dos conselhos. Como o Modesto, Coordenador da Pastoral Carcerária, quero falar também do conselho da comunidade, como órgão de execução penal, que atua no Município. Temos de fortalecê-lo.

Vi aqui a Dra. Luzia, Presidente do conselho de Contagem. Acredito que ela não esteja mais neste Plenário. Repito: é importante fortalecermos os conselhos, temos de participar deles para legitimá-los.

Esqueci-me de responder à questão do atendimento da pastoral com relação às vítimas de violência. Os direitos humanos são universais. Os direitos são para todos. Atendemos a todos, incluindo as pessoas vítimas de violência. No plantão que dou como voluntário da pastoral, atendi vítimas policiais da sua própria corporação. Acompanho o caso e oriento a pessoa. Trata-se de um policial militar vítima da própria corporação. Obrigado.

O Sr. Marcos Siqueira Moraes - Esqueci-me do seu nome. Não acredito em penitenciárias privadas, talvez me fiz entender mal.

Apresentei uma discussão sobre os pontos positivos e negativos dos mecanismos de financiamento privado para a política de segurança. Há argumentos dos dois lados, e é um debate importante. Acho que não é possível desconsiderar um elemento que vem sendo discutido no mundo inteiro há muitos anos e simplesmente evitar o debate porque há posições ideológicas contrárias. Exatamente por isso temos que trazer para o debate e considerá-lo um caminho potencial para a entrada de novos recursos num setor que é tão carente no Brasil.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Durante a fala dos componentes da mesa, o que mexeu muito comigo foi a questão da segurança nos Municípios. Todos vocês conhecem o Instituto Cidade e sabem que tem um regimento interno. Existe o Ministério das Cidades. O Instituto Cidade recomenda um tipo de segurança nos Municípios. A lei de segurança não fala nos Conseps e nos Conselhos de Segurança do Município, não fala da descentralização dos comandos de polícia, não fala na descentralização das delegacias. Tudo está muito confuso. No Município tem de haver um órgão que gerencie toda a segurança. Vem um Prefeito, puxa para um lado; vem outro Prefeito, puxa para o outro.

Agora virou moda implantar a guarda municipal em todos os Municípios, mas a guarda municipal não pode garantir a segurança do Município. O caminho seria criar primeiro o conselho de segurança e defesa social no Município, que deve ser um conselho deliberativo, fiscalizador, normativo e paritário, com dotação orçamentária própria. E tudo quanto for questão de segurança do Município tem que passar por esse filtro, porque todos querem segurança. Um puxa para um lado, e o outro puxa para o outro, e a segurança continua livre, do mesmo jeito. Isso me tocou muito. Se não nos centralizarmos num conselho de segurança nos Municípios, não conseguiremos fechar a segurança. O Estatuto das Cidades recomenda que todo Município que atingir 200 mil habitantes tem que criar o conselho de segurança. Ninguém fala nisso, todos saem pela tangente e esquecem-se das medidas aprovadas. Temos de repensar tudo o que já foi dito.

Nosso amigo tem que cobrar sem medo porque, na hora de te apedrejarem, ninguém tem medo. Recebi seus boletins dizendo que você desviou ambulâncias e um punhado de coisas. Não tenha pena porque, na hora de te crucificarem, ninguém tem pena de você. Não tenha pena de ninguém. Chame a atenção do Governador e do Prefeito. Temos que cumprir a lei de segurança. Não podemos ser bonzinhos com os outros porque não são bonzinhos conosco. Vista aquela camisa que vestiu quando começou na política. Não seja bonzinho, senão acabarão com você.

O Sr. Presidente - O senhor deve ter feito uma enorme confusão. O senhor está falando sobre um Deputado Federal, e sou um Deputado Estadual. Os problemas de "mensalão" e de sanguessugas não passaram por esta Casa Legislativa, e sim pelo Congresso Nacional.

O Deputado que lhe fala respeita demais a delegação do voto, é extremamente transparente nas suas ações em relação às denúncias de todos os que me procuram no gabinete, principalmente quando o assunto é corrupção. O Deputado a que o senhor se referiu não é este Deputado, mas um Deputado Federal. Este Deputado tem feito um trabalho que honra o parlamento estadual. Tenha certeza de que minha forma veemente de cobrar desta tribuna é feita com o maior prazer, principalmente pelo respeito que tenho pela delegação do voto.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades e aos demais participantes pela presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 32ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/8/2006

Presidência dos Deputados Fábio Avelar, Sargento Rodrigues e Edson Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Adjunto Luís Flávio Sapori - Palavras do Juiz Herbert José Almeida Carneiro - Palavras do Sr. Sérgio Adorno - Palavras do Sr. Roberto Armando Ramos de Aguiar - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rogério Correia - Fábio Avelar - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Edson Rezende - Elisa Costa - Gil Pereira - João Leite - Laudelino Augusto - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Paulo Piau - Sargento Rodrigues - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Weliton Prado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Deputados Sargento Rodrigues, membro das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública, e Edson Rezende, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, autores do requerimento que deu origem a este evento; Luís Flávio Sapori, Secretário Adjunto de Defesa Social; Herbert José Almeida Carneiro, Juiz de Direito da Vara de Execução Criminal de Belo Horizonte; Sérgio Adorno, Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; e Roberto Armando Ramos de Aguiar, Professor de Filosofia do Direito da Universidade de Brasília.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra as presenças de Valéria da Silva Rodrigues, Juíza de Direito da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte; Wellington Teixeira, da Advogados Associados S/C, que representa, nesta solenidade, o Dr. José Anchieta; e do Sr. Jésus Trindade Barreto Júnior, Chefe de Gabinete da Polícia Civil.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Segurança para todos - propostas para uma sociedade mais segura". Os painéis desta manhã abordarão os temas: "Sistema de justiça criminal e compartilhamento da informação" e "Administração de recursos humanos do sistema de justiça criminal".

Palavras do Sr. Presidente

Bom-dia a todos! Eu, Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente desta Casa, em nome do Presidente Mauri Torres e de toda a Mesa Diretora, gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença dos ilustres participantes e de todas as autoridades que nos prestigiaram no debate de tema tão importante não só para Belo Horizonte e Minas Gerais, mas até mesmo para o Brasil. Na oportunidade, cumprimento novamente os autores do requerimento que deu origem a este encontro, numa época mais que oportuna, os ilustres Deputados Sargento Rodrigues e Edson Rezende. Desejo a todos um bom dia de trabalho. Que Deus nos ilumine, para que consigamos extrair deste encontro subsídios importantes para a segurança pública. Obrigado pela presença de todos.

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Bom-dia a todas e a todos. Agradecemos novamente a presença de todos vocês e das autoridades que compõem a Mesa: o ilustre companheiro Deputado Fábio Avelar, aqui representando o Presidente desta Casa; o nobre companheiro Edson Rezende; o Prof. Sapori e o Dr. Herbert Carneiro, um grande batalhador pelas causas da segurança pública em nosso Estado. Para falar sobre o tema "Sistema de justiça criminal e compartilhamento da informação", com a palavra o Sr. Luís Flávio Sapori, Secretário Adjunto de Defesa Social.

Palavras do Secretário Adjunto Luís Flávio Sapori

Bom-dia a todas e a todos. Quero cumprimentar especialmente os componentes da Mesa, os Deputados Fábio Avelar, Sargento Rodrigues e Edson Rezende, o prezado amigo e grande Juiz Herbert Carneiro e os demais amigos e autoridades que se encontram na platéia.

De início, parablenizo mais uma vez a Assembléia Legislativa pela iniciativa. A discussão da segurança pública em Minas Gerais é, mais do que nunca, fundamental e tem de ser permanente, principalmente quando se abre espaço para a participação da sociedade civil. Devo dizer, em nome da Secretaria de Defesa Social, que toda e qualquer contribuição e participação direta da sociedade civil, por meio de seus cidadãos e entidades organizadas, é sempre bem-vinda. Não é à toa, Deputados Fábio Avelar, Sargento Rodrigues e Edson Rezende, que a nossa relação tem sido sempre de muita cordialidade, respeito e parceria. Tenho um profundo respeito pela atuação da Comissão de Segurança Pública desta Assembléia.

Serei bem objetivo na minha exposição e vou fazê-lo não do ponto de vista teórico. O tema é a integração das informações, ou seja, a integração da atuação dos órgãos de justiça criminal. Farei uma digressão a partir do viés da política de segurança pública em curso no Estado. É esse o argumento que quero deixar claro para vocês. No atual momento mineiro e brasileiro, mais importante que analisarmos o fenômeno da integração do ponto de vista teórico, é fundamental que o pensemos sob o aspecto da sua realização prática, como isso está acontecendo hoje em Minas Gerais a partir de uma perspectiva de política pública.

É sobre esse argumento que quero que tenham clareza. Pode-se criticar tudo o que se está fazendo em Minas Gerais em termos de segurança pública - isso é legítimo e democrático. Mas não se pode negar que hoje existe política no Estado. Sou audacioso para dizer que, inegavelmente, é a primeira vez que se elabora uma política pública de segurança no Estado no período pós-ditadura. Pode-se criticar tudo, discordar de todas as diretrizes e projetos, mas hoje há política pública. Por quê? Porque entendemos que não há como lidar com a situação da violência no Brasil, especialmente em Minas, a partir do paradigma da improvisação e do gerenciamento de crises. É dessa maneira que geralmente se faz segurança pública no Brasil, sempre "a posteriori" dos acontecimentos, numa perspectiva de gerenciar crises. Essa racionalidade gerencial é inevitavelmente ineficiente e ineficaz, porque é, eminentemente, reativa. Uma política pública capaz de impactar as taxas de criminalidade no Brasil tem de ser proativa e ter capacidade de se antecipar aos fenômenos, às crises e impactar a incidência do fenômeno criminoso. Daí a racionalidade que se propugna de planejamento, de gestão, de monitoramento e de avaliação. Nesse sentido, temos muita clareza sobre o que está acontecendo em Minas Gerais.

Tive notícias de que ontem o diagnóstico do Prof. Eduardo Batitucci, da Fundação João Pinheiro, foi muito adequado. Ele apresentou os dados mais recentes da violência no Estado. O gráfico que estou mostrando agora certamente já foi apresentado por ele ontem. De alguma maneira, é o nosso ponto de partida. Não há como fazer política pública se não se tem clareza do que está acontecendo. Para nós, do governo, da

Secretaria de Defesa Social, o fenômeno do crescimento da violência em Minas Gerais nesse período, o pico, como podem ver, foi no final do ano de 2003.

Isso deveu-se a dois fatores básicos. O primeiro foi o da impunidade, entendida não como falta de punição ou baixa severidade na punição, mas como baixa, pequena probabilidade de um criminoso ser devidamente identificado, investigado, processado, devidamente sentenciado e, em caso de condenação, aprisionado. É por aí que devemos entender impunidade, e vai nesse sentido o nosso argumento de que esse fenômeno tem sido e foi, ao longo do final da década de 90, deletério, uma das principais causas do crescimento da violência. É por isso que afirmo de forma categórica que os fatores socioeconômicos não são explicativos do fenômeno.

Temos profunda clareza de que a pobreza, a miséria, o analfabetismo são, inegavelmente, o pano de fundo da violência, mas apenas o "background" do fenômeno; não foram determinantes do que aconteceu em Minas, e principalmente no resto do Brasil. Não é à toa que a nossa idéia é intensificar um novo modelo de gestão. Para impactar as taxas de violência no Brasil, não precisamos esperar pela resolução dos problemas da pobreza, da miséria, da desigualdade social ou do analfabetismo. Todos esses fatores são estruturais e importantes, mas não podemos ficar parados, de braços cruzados, esperando que uma ação divina possa, a médio e longo prazos, resolver todos os problemas da situação social brasileira. Talvez esse seja um dos piores e mais perversos mitos que perfazem a gestão da segurança pública no Brasil, gerando uma postura de inanição, de impotência, porque não é capaz de pensar segurança pública na sua racionalidade intrínseca.

Defendo que uma política pública na área é capaz de impactar os índices. E a integração dos setores de justiça criminal é parte desse processo de uma política pública.

Daí, o que estou denominando aqui de uma gestão com resultados.

Para ser bem direto, não precisamos solucionar todos os problemas sociais brasileiros para ver os índices de violência caírem. Temos clareza de que é possível fazer muito, mesmo com essa situação perversa na qual nos encontramos.

Primeiro, é preciso decisão política. Gastar dinheiro é uma prioridade. Não se faz segurança pública nem com retórica e proselitismo nem com boa vontade e boas idéias, num simples discurso nos meios de comunicação. Segurança pública se faz com definição de prioridades e, sobretudo, com dinheiro. Foi exatamente isso que fizemos em Minas Gerais.

Não se pode questionar o quanto se investiu em Minas Gerais nesse período. Não correndo o risco de errar, posso afirmar que é a primeira vez em que se investe em Minas Gerais, ao longo de quatro anos, R\$450.000.000,00 somente na segurança pública, sem considerar salário, custeio e manutenção das polícias. Se somarmos tudo isso, esse patamar chegará, neste ano, ao valor de R\$3.500.000.000,00 ou R\$3.700.000.000,00, salvo engano. Os Deputados poderão confirmar isso.

O importante é o investimento. Ontem fiquei sabendo que o nosso representante da Senasp disse que Minas iria receber R\$10.000.000,00 neste ano. Vou desmenti-lo, categoricamente, já que Minas Gerais estará recebendo R\$3.400.000,00. Não são R\$10.000.000,00 coisíssima nenhuma, o que já seria uma miséria das misérias. Estamos recebendo uma gota absurda de R\$3.400.000,00.

O Fundo Nacional de Segurança Pública está em processo vertiginoso de queda. Vergonhosamente, existe um descompromisso federal com a segurança pública. Para resolver esse problema, é necessário decisão política e dinheiro, dinheiro e mais dinheiro. Não há como pensar segurança pública sem isso.

Definimos quatro grandes eixos no sistema prisional, no atendimento ao adolescente infrator, na integração policial e na prevenção social da criminalidade. Cada um desses quatro eixos foi tratado dentro de perspectivas distintas, com objetivos delineados e com projetos específicos bem detalhados.

Em relação à questão prisional, não basta construir novas vagas, é preciso modernizar a gestão e melhorar a capacidade de ressocialização também em relação ao adolescente infrator.

A integração das polícias foi pensada dentro de eixos estruturantes, nas informações, no planejamento operacional, passando pela formação e pelo treinamento.

Minas Gerais, pela primeira vez no Brasil, diz que prevenção social do crime deve ser feita pela mesma Secretaria, pelo mesmo órgão público que faz a política de repressão ao crime. Prevenção social e repressão ao crime têm de estar conjugadas, articuladas, por serem complementares como política pública. Prevenção social hoje, no Brasil, é feita com a atuação de organizações não governamentais, muitas vezes como um trabalho voluntário, digno, legítimo e humanista.

É hora de o poder público brasileiro agir e investir na prevenção social. É exatamente isso que está presente no nosso plano de ação. Aliás, ontem a Dra. Márcia Cristina apresentou, em detalhes, a nossa política pública. Estamos construindo a política pública de Minas Gerais como nunca. Creio que isso é de conhecimento público e notório. O Dr. Herbert Carneiro sabe muito bem disso. Mas estamos longe de resolver todos os problemas prisionais de Minas. Em nenhum momento, dissemos que conseguimos acabar com o déficit de vagas, que, pelos nossos cálculos, está em torno de 4.500 vagas, apenas para os presos sentenciados. Sem considerar o déficit atinente à superpopulação das carceragens da Polícia Civil, estimado em 7 mil ou 8 mil.

Isso significa que, em 4 anos, o esforço de construção de penitenciárias - que foram 11 - e cadeias públicas ou presídios foi enorme. Não é à toa que estamos dando uma atenção muito especial às cadeias públicas e aos presídios do interior. Cada vez mais, convencemo-nos de que não há como pensar apenas na construção de penitenciárias regionais: é fundamental combiná-las com reforma ou com construção de unidades carcerárias locais e com Apacs, que compõem o cenário da política prisional de Minas Gerais. As Apacs não são a solução, mas um ótimo complemento de toda a política prisional. Não é à toa que esse esforço tem implicado em abertura de vagas. Atualmente oferecemos 6 mil novas vagas e, até o final do ano, certamente chegaremos a quase 11 mil novas vagas.

Hoje, em Minas Gerais, há 30 mil presos. Quando assumimos o governo em 2003, havia quase 21 mil presos. Em quatro anos, aumentamos a população prisional de Minas Gerais em quase 50%. Percebam o esforço enorme que está sendo feito. Entendemos que aí está o grande gargalo da impunidade em Minas Gerais. Aos céticos, àqueles que dizem que o governo e a Secretaria não estão retirando os presos da Polícia Civil, respondo que isso é uma balela, pois estamos retirando os presos da Polícia Civil. Os dados não mentem. A proporção de presos hoje com a Polícia Civil, no mês de agosto de 2006, é inferior ao total em 2002 e 2003. Estamos em uma proporção de 64%, que ainda é vergonhosa, concordamos. A Polícia Civil de Minas ainda está com mais de 18 mil presos, mas o processo está delineado, a retirada gradual dos presos está definida.

Cá entre nós, um governo de quatro anos não resolverá esse problema. Se alguém acredita em um discurso retórico, prosélico, mentiroso, que prega que um governo resolve esse problema em quatro anos, está-se enganando, porque possivelmente isso não acontecerá nem em oito

anos. É um processo que certamente demandará mais algum tempo, mas o caminho está definido. Podemos dizer hoje que a Polícia Civil de Minas Gerais está em um processo de abandono dessa tarefa que não lhe cabe, que é custodiar presos.

Dr. Herbert é corretíssimo nisso. Não basta construir penitenciárias, temos de modernizar a gestão. O esforço hoje, Drs. Herbert e Genilson Zeferino, é enorme em capitanear, costurar uma modernidade em gestão prisional, porque as penitenciárias sempre foram administradas como feudos dos seus Diretores. Hoje há metodologias e processos que os Diretores têm de seguir a respeito de segurança, ressocialização e acompanhamento médico. Isso significa auditorias.

Para quem não sabe, hoje fazemos auditorias. Um corpo técnico da Secretaria vai às penitenciárias auditar os processos de gestão interna. Os Diretores e os técnicos que não se enquadram são exonerados. Isso é processo de modernização. Significa que, aos poucos e em boa medida, resgataremos a capacidade de ressocialização das prisões mineiras, que ainda estão longe de oferecerem solução. Precisamos aumentar muito o nível de laborterapia do sistema, que ainda está em torno de 25% a 28%.

Certamente precisamos melhorar muito ainda. O próximo governo de Minas deverá ter uma meta audaciosa de chegar a 40%, 50%, mas é um processo fundamental resgatar a segurança das unidades e a capacidade de gestão e de ressocialização, que está em curso.

A integração das polícias incorpora também o Ministério Público e o Judiciário e se dá em dois eixos: operacional e de informações. Não terei tempo de detalhá-los, mas, na prática, isso se cristaliza em um centro integrado de despacho. Na demanda da ação policial, ela se consolida em uma forma de compartilhamento de informações criminais. A Rede de Eventos de Defesa Social - Reds - hoje está-se transformando em realidade na Região Metropolitana e, em 2007, chegará ao interior de maneira mais efetiva. As bases de informações criminais já estão integradas nas polícias. Muitos não acreditavam que isso fosse possível, não é, Dr. Jésus Barreto? Muitos não acreditavam há 3 anos, mas isso hoje é realidade.

A relação entre as Polícias Militar e Civil não é maravilhosa. Ninguém é ingênuo de achar que 100% dos efetivos estão absolutamente imbuídos da integração. Há sempre uma minoria que não quer nem querer a integração. Recentemente, houve um entrevero grave em Sete Lagoas entre policiais militares e civis. Tivemos também problemas em Belo Horizonte. Há sempre os que não querem a integração, mas são minoria e terão de aceitá-la, pois não há mais volta. A integração já é fato, é institucional.

A integração que queremos não é pessoal, não é a integração do Delegado que é amiguinho do oficial da Polícia Militar. Essa integração não nos interessa. A integração que nos interessa é a institucional, que independe de pessoas, que perdurará por gerações futuras. Essa integração envolve o Ministério Público - e aqui vejo a Dra. Cássia, assim como vários Procuradores e Promotores. O Ministério Público é efetivamente parte integrante do processo de ação no combate ao crime em Minas Gerais. E consolidaremos nossas ações nesse fluxo integrado de informações - que é um grande desafio -, incorporando o Judiciário e o Ministério Público a todo esse processo de informações, que chamamos de Cinds, e de inteligências. Hoje há um gabinete consolidado das inteligências do Ministério Público, das Polícias Militar e Civil, do sistema judiciário, da Polícia Federal - e aqui vejo o Dr. Leão, Delegado da Polícia Federal - e da Polícia Rodoviária Federal. Minas Gerais não repetirá o erro de outros Estados brasileiros que partidariam e politizam indevidamente o problema da segurança pública. Aqui isso não acontecerá. Não é à toa que a integração passa pela dimensão operacional das áreas integradas, que já está em Belo Horizonte, já chegou à região metropolitana, assim como ao interior.

Minas Gerais, hoje, está definida em 13 grandes regiões integradas, e chegaremos a 15. É um novo mapa da atuação das Polícias no Estado. O mais importante não é o mapa, mas como a integração se dá na prática, no planejamento operacional. É como se consegue fazer - como mostram essas fotos - com que o Delegado, o Comandante da polícia, o Promotor, o Juiz, o representante da Prefeitura, o membro do Conselho Comunitário de Segurança, juntos, discutam e identifiquem problemas da sua área, definindo soluções e cobrando resultados. Isso é o que chamamos de Igesp. É um grande projeto, fundamental para nós, pioneiro no Brasil. Não há nenhum outro Estado que faça isso.

Aqui a integração é prática, meus amigos; não é retórica. Isso aqui não é discurso de sociólogo, como alguns costumamos acusar. Alguns dizem que há sociólogos demais no governo de Minas. Mas digo, com muito orgulho, que há sociólogos demais, mas existe também sociologia, realidade e prática demais. Isso aqui é prática; é colocar no mesmo espaço, na mesma sala, esses atores, onde resultados são cobrados, problemas discutidos, metas definidas. Isso já é realidade em Belo Horizonte há mais de um ano, já é realidade na Região Metropolitana, já é realidade no interior - começamos em Valadares, e vou a Montes Claros esta semana. O Igesp já toma conta de Minas Gerais, numa nova forma de gerenciar segurança pública. Não se gerencia mais segurança pública no gabinete. Gerencia-se na prática, indo lá, olhando, discutindo, definindo metas e cobrando resultados. Essa é talvez uma das experiências mais inovadoras que temos, no Brasil, sendo estudada em nível internacional, e motivo de nosso orgulho. Ai, sim, Ministério Público, Judiciário e a Prefeitura, integrados, têm sido decisivos em todo esse processo. É aqui que essa integração se efetiva.

Também teremos a integração das Corregedorias. Inauguraremos, em setembro, a nova sede de todas as Corregedorias da segurança pública. Caminhamos a passos largos, com o apoio da Assembléia, para um processo de maior autonomia das Corregedorias no sistema de defesa social. A Assembléia pode promover uma grande discussão a esse respeito para o quadriênio 2007-2010. Nós, do governo de Minas, da Secretaria de Defesa, defendemos isso. Nós, da cúpula da defesa social, entendemos ser esse um caminho inevitável. Quem sabe possamos definir uma carreira específica para o policial corregedor. Nesse aspecto, Minas Gerais poderá sair à frente em todo o território nacional.

Quanto a investimentos, o interior ficou fora, nos dois primeiros anos, por razões óbvias, pois tivemos de priorizar a Região Metropolitana. Mas observem bem a magnitude dos investimentos feitos no interior, a partir do ano passado. São quase 200 Municípios, entre 2005 e 2006, recebendo investimentos em armas, coletes, viaturas. Resolveram-se todos os problemas? Obvio que não.

Estamos longe de ter dignidade na atuação das Polícias Militar e Civil nos 853 Municípios. Ainda temos muito que fazer, mas há um processo em curso. Há claramente uma disposição política de resolver o problema. Agora, a grande iniciativa são os investimentos nos Municípios de fronteira. Isso já está realizado, e os equipamentos foram entregues. Em setembro ou outubro, mais de 130 Municípios fronteiriços de Minas vão ter uma nova roupagem técnica e metodológica para atuar, principalmente, no âmbito da Polícia Militar. Olhem a importância de um governo investir, Deputado Fábio Avelar. Neste ano, tivemos R\$26.000.000,00 gastos na prevenção social. Posso dizer aos senhores que zelo por cada real gasto na prevenção social em Minas Gerais. Sou um defensor ardoroso da política de prevenção social. Estamos gastando esse valor nesses quatro projetos. Estamos gastando mais de 10%, quase 14% de todos os investimentos foram gastos em segurança pública. Isso é retórica. Minas Gerais hoje tem o que mostrar ao Brasil em termos de prevenção social. O Fica Vivo hoje é uma realidade. Ele já consegue mostrar, na prática, a capacidade de um projeto focalizado, orientado para as comunidades de alto risco, com mobilização comunitária, sem grandes investimentos, mas com articulação e valorização do capital social local. A Dra. Cássia, Promotora do Ministério Público, é uma testemunha disso. Como o Ministério Público tem sido decisivo nesse sentido! A Dra. Valéria, Juíza da Infância e da Adolescência, é outra grande parceira. Olhem a integração acontecendo. Estou citando aqui Juizes e Promotores que participam diretamente do Fica Vivo, de tudo o que se refere a ele, como o Gepar, que foi citado ontem, a polícia que fica nas comunidades carentes, que entra na favela e não sai. Essa polícia não entra, arrebenta e sai, como acontece em outros Estados brasileiros. A Polícia Militar de Minas dá exemplo. O Gepar é considerado hoje, por diversos especialistas brasileiros, como a experiência mais inovadora de policiamento comunitário do Brasil. Esse programa é simples, não demanda muito investimento, mas somente metodologia, carros, pessoal capacitado e polícia ostensiva na favela. É isso que a comunidade carente exige e quer, com razão.

O Dr. Hebert é um grande defensor das penas alternativas. Já estamos monitorando hoje 2.500 apenados em Minas Gerais. Dez por cento dos

presos estão cumprindo penas alternativas. Dois mil e quinhentos já se beneficiam das penas alternativas, monitorados por nós. Percebam o potencial desse projeto. Podemos chegar a quase 40% de monitoramento em quatro ou seis anos. Vamos incorporar agora a liberdade condicional nesse processo. Percebam a potencialidade de um projeto como esse quando se tem a participação do Poder Judiciário. É isso o que o governo faz. Ele diz aos Juízes: "Podem aplicar as penas alternativas que garantiremos o acompanhamento, o cumprimento da medida aplicada". É isso que o Executivo tem feito em Minas Gerais.

O egresso também está aqui. Para quem diz que não acompanhamos o egresso de Minas Gerais, já estamos trabalhando com eles. A Lígia é a coordenadora desse projeto. Estamos atendendo mais de 450 egressos do sistema, com acompanhamento intensivo. Começamos a mobilizar o empresariado. Tenho feito um trabalho de convencimento, de mostrar ao empresariado a potencialidade de uma projeto de inserção social e econômica dos egressos. A Universidade Federal de Juiz de Fora já se tornou uma grande parceira nesse projeto. E vamos ampliá-lo, dependendo de outras universidades do interior.

Há o Juventude e Polícia, com o AfroReggae, que, como é do conhecimento do público, voltará a Belo Horizonte, na próxima semana. Esse projeto tem sido reconhecido, nacional e internacionalmente, como um dos mais inovadores e capazes de propiciar maior interação entre polícia e juventude pobre da periferia. Acreditamos na cultura hip-hop, por meio da qual pode haver reinserção e prevenção social da juventude negra da periferia. Estamos falando da dança de rua, do basquete de rua, da percussão, de teatro e de grafite, manifestações sociais de rebeldia e questionamento, que podem ser devidamente canalizadas em prol da reinserção social. Por esse motivo, trouxemos o AfroReggae do Rio, projeto muito apoiado pelo governo.

Para o adolescente infrator, Dra. Valéria, nossa grande aliada, muito está sendo feito. Estamos dobrando a capacidade de vagas em Montes Claros, Valadares e Teófilo Ottoni, onde há obras já finalizadas. A unidade de Divinópolis está sendo construída e será finalizada neste ano. Uberlândia, Ipatinga e Juiz de Fora também terão suas unidades. Construiremos outras em Betim e Contagem.

O esforço é grande, pois tudo custa caro. Cada unidade não sai por menos de R\$7.000.000,00. Não basta construir a unidade, é preciso haver modelo de gestão, profissionalismo e capacitação técnica dos funcionários, razão porque a carreira foi instituída. Faremos, ainda neste semestre, o primeiro concurso público da história recente de Minas para agente de segurança socioeducativo. Digo primeiro da história recente porque já houve alguns no passado. É o primeiro concurso, em especial, dessa carreira criada por nós.

Tudo isso só terá sentido se resultados forem produzidos, e os resultados estão acontecendo. Observem bem o gráfico. O Sr. Eduardo Batitucci, ontem, informou-nos que a Fundação João Pinheiro reconheceu publicamente que a criminalidade em Minas Gerais está em queda. Os patamares da criminalidade são razoáveis? Não, chegamos, em 2005, a patamares ainda muito elevados. Não há mistério em entender o porquê de nosso sentimento de insegurança ser tão elevado. Indiscutivelmente, a violência em Minas Gerais ainda está muito elevada, e o Governador Aécio Neves é o primeiro a reconhecer o fato.

Qual é o caminho do otimismo? Há um processo de queda em curso, o qual se iniciou em 2004, consolidando-se, em 2005, em 5%. Houve queda em 2006, para nossa alegria, conforme mostra a tabela. Se observarem a última coluna de 2006, na variação 2006/2005, verão o número 9,61%. O que significa esse número? Significa que os índices de crimes violentos em Minas, no primeiro semestre de 2006, caíram, em relação a 2005, num patamar de quase 10%. Vocês dirão que é pouco. Também acho que é pouco, queremos mais: 20% ou 30%. No entanto, isso ainda não é possível.

Estamos efetivamente numa trajetória descendente de violência em Minas Gerais. Esse fato, todavia, não é motivo para comemoração, para soltarmos fogos de artifício ou para nos envaidecermos. Pelo contrário, é motivo para confirmarmos a responsabilidade da política, definindo-a como prioridade, independentemente de quem ganhe o governo de Minas neste pleito.

É fundamental o compromisso dos candidatos com o prosseguimento do que já vem sendo feito. Política de segurança pública precisa transformar-se em política de Estado, e não propriamente em política de governo, independentemente do partido político e do perfil ideológico que se tenha. Na Secretaria, acreditamos que a política em curso, hoje, em Minas, pode adequar-se aos mais diversos perfis ideológicos partidários. Temos todas as condições para institucionalizá-la como uma política de Estado.

Queremos que os candidatos assumam publicamente o compromisso de prosseguimento desse trabalho, porque, assim, Minas Gerais em pouco tempo se orgulhará e poderá dizer ao Brasil que é possível reduzir a violência. Muito obrigado pela atenção.

Palavras do Juiz Herbert José Almeida Carneiro

Bom-dia a todos. Minha saudação inicial aos membros da Mesa, de maneira especial aos caros Deputados Sargento Rodrigues e Edson Rezende, nas pessoas de quem cumprimento todo o Poder Legislativo pela iniciativa deste evento, que nos traz a comprovação do compromisso e da consciência política da Assembléia Legislativa no que diz respeito a um assunto de tamanha gravidade como a contenção da criminalidade e a segurança para todos por uma sociedade mais tranqüila. Cumprimento o prezado Dr. Sapori, companheiro de luta no dia-a-dia, apoiador das causas pela melhoria da nossa segurança pública; vários dos meus colegas aqui presentes, como o Dr. Belaggi, a Dra. Valéria, o Dr. Marcos, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, advogados, Delegados de Polícia, policiais militares e a sociedade civil organizada, que, pelo que pude perceber, participou efetivamente do processo de discussão da formatação e da concepção deste seminário. Tive a oportunidade de examinar vários documentos, inclusive os extraídos das audiências públicas feitas no interior, e vi, com muita satisfação, a participação efetiva da sociedade civil organizada, numa mudança de mentalidade, num compromisso ético, político, de democracia participativa. A sociedade, que sempre foi alijada do processo de discussão da segurança pública, em Minas Gerais, para a nossa satisfação, dá um belo exemplo de que quer participar, quer discutir políticas preventivas, o sistema de Justiça Criminal e a execução da pena no nosso Estado. Isso nos deixa alegres, esperançosos de que nós, poderes públicos constituídos e a sociedade civil organizada, podemos traçar horizontes melhores para a segurança pública no Estado.

Permiti-me dividir em dois tópicos o tema que me foi proposto "Sistema de Justiça Criminal e compartilhamento da informação" e, naturalmente, com a visão de operador do direito, fazer algumas observações sobre nosso sistema de Justiça Criminal.

Para se ter uma visão geral, é preciso vislumbrar a realidade atual partindo do entendimento de que hoje temos dois ciclos: um ciclo policial e um ciclo criminal.

O processo penal concentra-se na notícia de uma infração, na confecção de um inquérito, que depois é levado às barras da Justiça, onde, por meio da ação penal, inaugura-se a fase criminal, o ciclo criminal.

Ontem, ouvi o Prof. Eduardo Batitucci dizer, com muita lucidez, que chegou o momento em que o Poder Judiciário e o Ministério Público devem-se envolver de maneira global na discussão do sistema de justiça criminal, na concepção de uma política de segurança pública, desde o seu aspecto preventivo, do seu aspecto investigativo de instrução criminal e, depois, de execução penal propriamente dita. Concordo plenamente com a posição do professor, mas é preciso que tenhamos em mente que a sociedade civil organizada, que é detentora dessa democracia representativa, tenha a consciência de que nem sempre um operador do direito - com foco especial no exercício da judicatura pelos Juízes de

Direito - tem em mãos um instrumental jurídico e legal que o possibilite fazer com que o sistema de justiça criminal, no que diz respeito às decisões, funcione com mais efetividade, com mais eficácia. Basta ver que o nosso Código de Processo Penal é de 1940. Em 1984 foram feitas duas leis: a Lei nº 7.209, da reforma do Código Penal, e a Lei nº 7.210, de Execução Penal. Daquela época vão-se 20 anos. Posteriormente, talvez uma lei que representou e tem representado um grande avanço para o processo penal brasileiro é a Lei nº 9.099, a lei de pequeno potencial ofensivo, a Lei dos Juizados Especiais, que depois foi ampliada pela Lei nº 10.259, que estendeu o conceito de crime de pequeno potencial ofensivo para dois anos e criou os Juizados Especiais Federais. Depois veio a Lei nº 9.714, a lei das penas alternativas, que tem demonstrado a eficiência de que, quando se coloca nas mãos do operador de direito - do Promotor de Justiça, dos Delegados de Polícia, dos Delegados, dos Defensores Públicos e dos Juizes - um instrumental jurídico, legal e eficiente, é possível fazer com que a justiça aconteça de maneira mais efetiva, mais eficaz. Os índices dos Juizados Especiais de aplicação de penas alternativas mostram que a contenção da criminalidade, quando bem construída uma política de execução das penas alternativas, torna-se eficaz.

O Prof. Saporì falou muito bem que aqui em Minas Gerais temos construído e não somente aplicado as penas alternativas. Estamos promovendo a construção de uma boa execução penal no que diz respeito às alternativas e temos colhido bons resultados.

Esses resultados são uma reincidência bem menor, com custos bem menores e contenção da criminalidade relativamente à sua pequena e média potencialidade.

Recentemente, mais uma lei veio à luz e alterou o processo penal brasileiro, a Lei nº 11.340, já sancionada no período de "vacatio legis", que entrará em vigor. Essa lei, que trata de crime contra mulheres, gerou uma mentalidade nova de acompanhamento por equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais e profissionais de mais variadas áreas, durante a fase instrucional e executiva da pena, com o objetivo de conter essa modalidade criminosa, adotando-se uma política voltada para aquele que comete o crime e seus familiares e também para a vítima e seus familiares. Trata-se de uma construção inteligente, pois, somente o aumento da pena, que tem sido uma tônica constante até mesmo por exigência da sociedade, não é suficiente para conter criminalidade. Se penalidade severa tivesse o poder de conter criminalidade e com as leis relativas aos crimes hediondos, os índices não seriam tão desastrosos.

Essa legislação atual para crimes contra mulheres tem gerado muita discussão, pois alguns entendem que é um tanto quanto discriminatória. Fazendo uma análise, quando se insere um instrumental eficiente a favor do sistema de justiça criminal, é possível construir uma política mais eficiente. Parto do princípio de que talvez seja a mensagem fundamental que deixarei aqui hoje: não é possível falar de um sistema de justiça criminal utilizando-se o Código de Processo Penal de 1940.

A frente parlamentar mineira, que tem papel fundamental na construção da política mineira de segurança pública, associada aos Poderes constituídos do Estado e à sociedade civil organizada, que manifestou o seu desejo e compromisso com uma política séria para a segurança pública, terá de sensibilizar os nossos legisladores em Brasília para que urgentemente o Código de Processo Penal seja reformulado. É preciso registrar que há projetos relativos ao assunto tramitando no Congresso Nacional há mais de 10 anos. Conheço um deles e, numa visão imediatista, tenho certeza de que seria muito mais eficiente que o Código de Processo Penal que está à nossa disposição.

Srs. Deputados, como disse muito bem o Prof. Cláudio Beato, em um dos seus lúcidos artigos sobre a segurança pública, procedendo a uma análise geral sobre a atividade policial e o sistema de justiça criminal como um todo, o Delegado de Polícia funciona, em nosso modelo convencional ordinário e comum, como um Juiz de Direito, pois instaura o inquérito, produz as provas e encaminha esse arsenal ao Promotor de Justiça, que apresentará ou não a denúncia.

E depois, na fase judicial, é preciso repetir tudo, numa perda de tempo, numa duplicação de atividade e num gasto duplicado de recursos que não têm a menor razão de ser. O processo tem de ser reformulado, para se fazer mais célere.

A prova investigativa tem de ser conduzida, extraída, apurada e acolhida num consórcio de ações entre o Ministério Público - o titular da ação penal - e a Polícia Civil, com seu papel de polícia judiciária investigativa, e, como se faz na área cível, os dois, em conjunto, devem oferecer ao Juiz uma petição inicial. Aí, sim, faz-se a ação penal, a denúncia, acompanhada de elementos que possibilitem ao Juiz não só o recebimento, mas também a instauração propriamente dita da ação penal e a reprodução em juízo apenas da prova que ele julgar necessária ou a produção de outra, se assim o entender.

A sociedade tem de estar consciente de que não se justifica viver e conviver com o atual sistema de reprodução inútil de atos processuais, que, com dispêndio de recursos e tempo, leva quase sempre, ao final de uma sentença penal exarada, ao reconhecimento de que o processo está prescrito. É preciso refletir sobre essa questão.

De nada adianta ficar aqui tratando de todos esses temas de fundamental importância para o contexto de segurança pública, se não exigirmos urgentemente - e Minas tem força e prestígio para tal - dos Deputados Federais que assumam o compromisso público de rever a legislação processual penal brasileira.

Nunca perco oportunidade de dizer que a Lei de Execução Penal foi reformulada pela Lei nº 10.792, de 2003. Lamentavelmente, na contramão de um propósito e de um princípio de ressocialização, que tem fundamento constitucional e legal, o legislador resolveu alterar a lei para esvaziar as comissões técnicas de classificação, não oferecendo ao cidadão que adentra o sistema penitenciário o horizonte de um processo sério de reeducação e a crença de que entrará no sistema e dele sairá melhor. As comissões técnicas de classificação tinham o primeiro contato com o cidadão que adentra o sistema, e hoje não precisam ter mais. Mais grave que isso, no entanto, é que, pela alteração do art. 112 da Lei de Execução Penal, tornou-se facultativo o exame criminológico.

Como o Juiz da Execução decidirá sobre a progressão de regime e o livramento condicional agora que o Supremo possibilitou a progressão de regime nos crimes de regime integralmente fechado? Como o Juiz decidirá baseado somente no atestado de conduta carcerária dado pelo Diretor do estabelecimento, sem os elementos de convicção técnica que possam embasar sua decisão, que deveria se formar a partir de laudo sobre a situação social, psicológica e até mesmo psiquiátrica de quem está no sistema? Isso foi um retrocesso na Lei de Execução Penal.

Neste momento, o Brasil passa necessariamente por esse discurso, em face da criminalidade que campeia em São Paulo, como se, aliás, tudo isso fosse novidade.

Parece que a questão apenas foi desnudada, pois a situação era grave há muito tempo. A má construção de um sistema penitenciário em São Paulo já era conhecida de todos. Um Estado que constrói uma quantidade de penitenciárias e não prepara adequadamente o pessoal que lidará com o homem apenado não pode esperar que a criminalidade não venha à tona.

O regime disciplinar diferenciado, introduzido por essa lei, serve para segregar o homem, tirar-lhe não só a liberdade, mas também a dignidade e, muitas vezes, a vida. Faz-se necessário repensar esse regime. Não faço apologia da liberalidade do sistema, mas acredito que não se pode tratar o sistema de apenamento, de execução penal no Brasil, introduzindo penas cruéis, que denigrem o homem em sua dignidade e, como já disse por vezes, na própria vida. Repito: esse regime precisa ser repensado.

Recentemente vi mais uma proposta do Deputado Fleury, de São Paulo, para o endurecimento do Regime Disciplinar Diferenciado. Não sei como poderemos endurecê-lo mais. Digo sempre que, se a sociedade brasileira quer construir uma política de exclusão, por que não trazer à tona novamente a pena de morte? Isso pode ser feito por meio de apresentação de emenda à Constituição. Não adianta simplesmente o discurso de que, endurecendo as penas e o regime, conseguiremos conter a criminalidade.

Acredito que este seminário, pelos temas abordados, tem o compromisso de mostrar claramente que não passa por aí a construção de uma política de segurança pública eficiente com ênfase no sistema prisional. Como bem disse o Dr. Saporì, sociólogo que conhece o assunto, precisamos construir um sistema que seja eficiente, que inclua o preso, resgate sua dignidade e devolve à sociedade, após o cumprimento da pena, alguém melhor.

Citarei alguns avanços em Minas Gerais. Tenho de reconhecer o avanço que representou a criação da Secretaria de Defesa Social. Faço isso com muita satisfação, porque tenho sido partícipe do governo do Estado, com a independência que tem o Poder Judiciário, colaborando em todas as discussões sobre uma política que trata, antes de mais nada, da construção de ação preventiva. Anteriormente, havia no Estado uma Secretaria de Justiça e outra de Segurança Pública, as quais, muitas vezes, repetiam ações, gastavam recursos e duplicavam serviços, para, ao final, convergirem na defesa de um interesse público único e comum.

Quanto à criação do Sistema Integrado de Defesa Social, para nossa satisfação, o decreto do Governador é claro ao chamar o Poder Judiciário, o Ministério Público, as polícias, a Defensoria Pública, a OAB e toda a sociedade civil organizada para a construção de ações de segurança pública no Estado.

Apresento dois exemplos de que é possível, mais do que informações, compartilhar ações. As Apacs, por meio do Projeto Novos Rumos do Tribunal de Justiça do Estado, têm demonstrado que é plenamente possível juntar o Juiz de Direito, o Promotor de Justiça, o governo do Estado, o Prefeito e toda a sociedade para se elaborar a construção de um sistema prisional eficiente.

O Programa Fica Vivo é outra demonstração clara de que é possível, sim, compartilharmos ações para melhorar a qualidade da nossa segurança pública. É preciso ficar claro para os Promotores de Justiça e para os Juizes que isso definitivamente retira nossa autonomia, seja do Ministério Público para a propositura da ação, seja do Juiz para participar dessa discussão.

Alguns avanços ocorreram em relação ao compartilhamento da informação. Mas sou obrigado a reconhecer que aconteceram muito mais na área policial. As polícias, como disse o Dr. Saporì, estão avançando. No entanto, o Poder Judiciário não acompanha esse avanço relativo à integração com a mesma intensidade. Não é possível que as polícias se comuniquem no Estado como um todo, façam um trabalho de inteligência e de análise criminal para conhecer a criminalidade e a necessidade efetiva de combatê-la, sem a participação do Judiciário. As informações processuais não podem estar dissociadas das informações policiais. O interesse público de combate à criminalidade e de uma segurança pública que proporcione tranquilidade à sociedade deve estar presente em todos os poderes constituídos.

A participação do Poder Judiciário nessa política é de fundamental importância. A integração das informações de todos os envolvidos na justiça criminal é importante: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Poder Judiciário.

A estratégia deve ser a integração dos sistemas informatizados dos diversos órgãos envolvidos na segurança pública. Não é possível que a informação processual seja uma e a policial seja outra. É preciso haver convergência e integração das informações. Os benefícios advindos dessa situação são a agilidade no trâmite do processo, maior confiabilidade das informações, minimização de erros e economia de recursos. Os investimentos feitos em tecnologia e treinamento serão compensados com a redução de outros recursos, como papel, mão-de-obra e tempo. Às vezes é um processo lento, pouco eficiente, que não leva a lugar nenhum.

No tempo da tecnologia e do crime organizado, que campeia Brasil afora, ainda estamos nos comunicando por meio de papéis, de documentos enviados pelo correio ou por intermédio de Oficiais de Justiça. Isso não é possível. Temos que ter sensibilidade para isso. Temos que estar integrados num banco de dados de inteligência e de análise criminal que nos possibilite ter conhecimento para enfrentar uma situação tão grave.

É lamentável registrar que o crime organizado está integrado em todos os sentidos. Há uma integração entre aquele que está na ponta e aquele que está na cúpula. Temos que integrar o sistema da Polícia Civil, o penitenciário e o do Judiciário. Quando preciso da informática do sistema penitenciário, tenho acesso à consulta. Mas se quero informação sobre um preso que entrou no sistema hoje, não consigo, tenho que enviar um ofício. Isso não é possível na atual realidade brasileira de criminalidade. Lidamos com alvarás, mandados, requisições de presos, comunicações das decisões relativas ao apenado e levantamentos de pena. Tudo ainda é produzido em nosso sistema e transmitido por meio de ofício, em papel, à autoridade competente.

As informações recebidas pelo Tribunal de Justiça, da mesma forma, ainda são recebidas por meios muito atrasados, que não contribuem para uma política de justiça criminal eficiente.

Atrasam, travancam o processo fazendo com que a marcha processual seja morosa e, ao final, lamentavelmente, a prescrição do crime é reconhecida. Planejamento. Identificação dos fluxos de documentos e informações entre os órgãos envolvidos. Análise dos procedimentos atuais para identificação de possíveis problemas. Estudos para viabilização da identificação do indivíduo de forma única em todas as bases de dados dos órgãos envolvidos.

A integração é fundamental para que possamos avançar ainda mais. Ontem, o Deputado Sargento Rodrigues abordou muito bem - aliás, foi um dos temas aqui debatidos - a questão do financiamento da segurança pública, a vinculação de recursos. Temos hoje no País uma política - que, se não é a melhor, é mais eficiente que as de outros tempos - voltada para as áreas de educação e saúde, porque os recursos são vinculados. A população de uma cidade pequenina do Norte de Minas sabe que terá direito aos recursos dependendo da densidade demográfica, do PIB e do problema registrado. Isso não ocorre com a segurança pública, porque não temos verbas vinculadas. Precisamos lutar para conseguí-las.

Como participo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, percebi, há algum tempo, no que diz respeito ao Fundo Penitenciário Nacional e ao Fundo Nacional de Segurança Pública, que São Paulo, por possuir uma equipe muito eficiente de formulação de projetos, recebe R\$270.000.000,00 dos R\$450.000.000,00 que o Brasil destina aos Estados. O restante é distribuído entre as demais unidades da Federação. É preciso mudar isso. Devemos lutar para que os recursos federais sejam vinculados.

Há algum tempo, disse nesta Casa que deveríamos sensibilizar nossos Deputados Federais para que litem em prol da vinculação de recursos. O Governador de Minas, recentemente, disse que era necessário cobrarmos uma ação política em Brasília, a fim de que Minas Gerais seja mais prestigiada no que diz respeito aos recursos para segurança pública.

Gostaria de fazer outros comentários, mas fui informado de que meu tempo está esgotado. Há quatro anos como Juiz da Vara de Execução, tenho a consciência de que o Judiciário deve participar desse processo de construção desde o nascedouro, desde a discussão das políticas

públicas sobre os aspectos sociológico, filosófico e antropológico da situação da criminalidade. O Judiciário precisa participar de grupos dessa natureza para, depois, participar da construção de um sistema de justiça criminal mais eficiente.

Quanto ao compartilhamento de informações, como disse, ainda precisamos avançar muito. Enfrentamos grandes dificuldades, como as orçamentárias. Os Deputados desta Casa precisam ajudar-nos. Naturalmente, verbas vinculadas para a segurança pública, por meio de convênio ou não, podem ser destinadas ao Poder Judiciário, que poderá desenvolver uma política mais efetiva para essa área. É preciso também que o Tribunal de Justiça tenha, na sua rubrica orçamentária, algo que seja exclusivamente destinado não apenas ao oferecimento da prestação jurisdicional, no que tange ao processo penal de combate à criminalidade, mas também à sua participação nesse avanço tecnológico que as polícias estão fazendo.

Há pouco tempo, ao participar de uma reunião, tomei conhecimento de que a interligação do sistema passava por uma questão de R\$8.000.000,00. É preciso construir uma política, um discurso e uma ação efetiva para que todos nós, atores envolvidos na segurança pública, tenhamos consciência da responsabilidade de cada um e que cada um assuma seu verdadeiro papel. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Quebrando um pouco o protocolo, queremos cumprimentá-lo pela exposição firme e - diria - bastante progressista no que diz respeito ao Judiciário. Esses obstáculos que havia entre as Polícias Civil e Militar até um passado bem recente devem ser rompidos também junto ao Judiciário. O tráfego de informações, o acesso comum é fundamental para o serviço de inteligência e para a agilidade e eficácia no combate ao crime.

Estamos com V. Exa., Deputado Edson Rezende, no segundo mandato. Chegamos juntos a esta Casa, e você é minha grande testemunha, pois devo ter ocupado a tribuna desta Casa, Dr. Herbert, pelo menos 20 vezes, na legislatura passada, para dizer que a viatura da Polícia Militar que se encontrava 24 horas nas ruas fazendo serviço de polícia ostensiva não conseguia, ao abordar um indivíduo, saber se ele era foragido do sistema prisional ou de delegacia nem tinha acesso ao seu prontuário criminal. Isso ocorria no mandato passado.

Tivemos a feliz iniciativa de ser autor da Lei nº 13.968, que determinou o acesso comum aos arquivos criminais e é a legislação embrionária do processo de integração das duas polícias. Graças a Deus, neste governo - apenas neste, porque a lei é de 2001 - o Governador teve coragem, por meio da Secretaria de Defesa Social, de dar início ao processo de integração. Hoje as Polícias Civil e Militar acessam de forma comum o arquivo criminal e o banco de dados uma da outra. Essa é uma ferramenta importantíssima no combate ao crime.

Imaginem as senhoras e os senhores que, até bem pouco tempo atrás, há três anos, uma viatura abordava um indivíduo possivelmente foragido de alguma penitenciária ou talvez condenado a 200 anos de cadeia, e a Polícia Militar poderia estar com sua identidade na mão que não teria como saber se era foragido ou não. Esse era o atraso em que nos encontrávamos até há pouco tempo.

Faço esse registro em razão da postura adotada pelo Dr. Herbert, porque o Judiciário precisa avançar um pouco mais nessa integração. Fico feliz, Dr. Herbert, em saber que V. Exa. pensa dessa maneira, com firmeza e determinação. Quem sabe, com o seu pensamento inovador e compromissado, V. Exa. contagie os demais Juízes e Desembargadores para que avancemos na integração do Judiciário e do Ministério Público junto às Polícias Civil e Militar. E essa, em vez de lutar para obter informações, agora encontra facilidade e pode utilizar essas ferramentas em prol da sociedade.

Não poderia deixar de fazer essas considerações frente ao posicionamento firme que V. Exa. adotou, certamente com o único e exclusivo objetivo do bem-estar de todos, que é o mais importante e que, acima de tudo, é dever daqueles que estão investidos em cargos públicos. Fica aqui o nosso registro e o nosso agradecimento. Que V. Exa. continue com esse brilhante trabalho que vem empreendendo.

Palavras do Sr. Sérgio Adorno

Bom dia. Quero, inicialmente, agradecer ao convite que me foi formulado para participar do seminário "Segurança para todos", promovido pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Sinto-me muito honrado e quero cumprimentar a todos na pessoa das Deputadas, dos Deputados, dos demais membros da Mesa e, particularmente, do meu colega Prof. Saporì, pela coragem de realizar essa dupla tarefa de sociólogo e executante de políticas públicas.

Desde já, quero agradecer. Não sou especialista na questão de recursos humanos, sou sociólogo e venho pesquisando as políticas públicas de segurança há alguns anos. Também há alguns anos, o Núcleo de Estudos da Violência da USP vem trabalhando essa questão, que é um desafio extremamente importante. Como sociólogo, não consigo entender recursos humanos como uma questão separada, diferenciada em relação às chamadas políticas públicas de segurança, políticas públicas penais. Não basta dizer que é preciso ter recursos humanos mais bem preparados e que é preciso melhorar os salários. Temos de entender o que aconteceu neste país, quais os recursos humanos de que dispomos e quais os desafios futuros.

Tentarei ser breve para contextualizar a questão dos recursos humanos, abordando uma ou duas questões que contribuam com este seminário. Não falarei exclusivamente sobre São Paulo, embora faça algumas referências ao Estado, até porque estou muito sensibilizado com a sua atual situação de violência. Falarei sobre o que vem acontecendo no Brasil, no âmbito das políticas de segurança do governo Fernando Henrique para cá. Pelo bem ou pelo mal, desde o governo Fernando Henrique, houve uma mudança significativa nessa área, ou seja, a política de segurança se transformou numa matéria política importante. Não vou me referir aos governos anteriores.

O governo Fernando Henrique elaborou um programa de governo que resultou no livro "Mãos à Obra", em que fez um diagnóstico dos problemas nacionais, dos desafios nacionais, entre os quais, dedicava um capítulo bastante substantivo à segurança e à justiça. O capítulo é um diagnóstico dos problemas de segurança, com a proposição de metas e estratégias de ação. Seria bom lembrar que, de alguma maneira, esse diagnóstico reúne uma série de questões que já tinham sido apontadas por pesquisadores brasileiros, inclusive algumas de Minas Gerais. Aliás, quero lembrar o saudoso Prof. Antônio Luís Paixão, que foi uma escola para todos nós, que pesquisamos nessa área, e, certamente, fez discípulos. Hoje Minas Gerais é um centro de referência, de reflexão, de pesquisa e de intervenção no campo da segurança pública. Segundo o diagnóstico do governo Fernando Henrique, os principais problemas eram: insuficiência do policiamento ostensivo, quadros humanos malpreparados, métodos de investigação policial ultrapassados, inquéritos atrasados e registros de ocorrências engavetados. Particularmente, no caso da Polícia Federal, apontou problemas como a escassez de efetivos e equipamentos, as distorções salariais e até mesmo o sindicalismo radical, que comprometia a disciplina e a hierarquia nessa organização policial. Na esfera judicial, identificou um déficit nos quadros de Promotores e Juízes, ressaltou o envelhecimento do Código Penal, o congestionamento dos Tribunais e a morosidade da Justiça. Além do mais, destacou a "superpopulação carcerária", reconhecida como a escola de pós-graduação para os pobres.

Diríamos que esse diagnóstico, de certo modo preciso, não era um diagnóstico novo. Muitos de nós que lidamos nessa área reconhecíamos esses problemas como importantes. Mas o mais importante foi reuni-los em um documento, para se pensar em medidas de ação.

A proposta do governo Fernando Henrique Cardoso era um programa que insistia em lei e ordem. Ele dizia: "A retomada sustentada do crescimento econômico e a distribuição da renda, objetivos maiores, são condições necessárias, mas não são suficientes para fazer reverter a escalada da violência. E não se trata de escolher entre Estado policial e Estado de bem-estar social. Primeiro porque não há democracia sem

obediência à lei, o que, em última análise, depende do poder coercitivo do Estado. Segundo porque a capacidade do Estado de promover bem-estar depende, em larga medida, do seu poder coercitivo.

Pelo que parece, o diagnóstico e o encaminhamento eram afinados com uma concepção moderna de segurança, digamos assim. Para realizar essas metas, o governo Fernando Henrique fixou quatro linhas de ação - aliás, algumas delas acabaram de ser nomeadas: estreitar a cooperação com os Estados e Municípios, na defesa da segurança pública; promover justiça mais rápida e acessível a todos; fortalecer os órgãos federais de segurança e fiscalização; e implementar e aperfeiçoar o sistema penitenciário previsto na legislação vigente. Cada uma dessas metas vinha acompanhada de linhas de ação, que não vou repetir. Muitas delas foram implementadas, como a criação do Juizado de Pequenas Causas Criminais; o Conselho Nacional de Justiça; a reforma, a ampliação e o reequipamento de penitenciárias; a implementação de dispositivos do Código de Execução Penal relativos ao cumprimento da pena nos regimes aberto e semi-aberto. Enfim, algumas dessas medidas foram realizadas, e outras, não.

O governo que se seguiu, o atual governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não modificou radicalmente essas políticas. Na verdade, há continuidade entre as políticas esboçadas anteriormente e as políticas do atual governo.

O governo Lula partiu de uma crítica ao governo anterior - há que se reconhecer isso -, e essa crítica insistia em dois pontos. De um lado, reconhecer que o governo Fernando Henrique Cardoso tinha uma enorme capacidade propositiva, mas uma baixa capacidade de implementação de projetos. Então, restava-lhe implementar projetos. O segundo ponto era uma medida provavelmente muito ligada à tradição do partido que elegeu o atual Presidente. Tratava-se de descentralizar essas políticas de alguma maneira e, sobretudo, realizá-las a partir de conselhos: Conselho de Política Penitenciária e uma série de conselhos que pudessem, de alguma maneira, atestar a presença dos cidadãos na formulação das políticas.

Termino a parte inicial da minha exposição perguntando por que um programa como esse, tão articulado, bem-feito, e ainda com continuidade, que é algo muito difícil na história político-institucional do Brasil, não produziu resultados - ou por que produziu resultados tão aquém dos esperados pela sociedade brasileira, sequiosa de ter os seus principais bens, vida e patrimônio, protegidos.

Os governos vêm atuando num quadro político-institucional de muita adversidade, quer dizer, movidos por pressões externas muito acentuadas. A principal delas - muitas vezes mal-compreendida - é o crescimento dos crimes. Faz 20 anos que o Brasil vem vivendo um acelerado crescimento de todas as modalidades de crime, em particular dos chamados crimes violentos, aqueles que envolvem graves ameaças à integridade física e à vida das pessoas. Aliada a isso, uma mudança na qualidade e no perfil da criminalidade.

O crime organizado, o crime-negócio, assim chamado por uma antropóloga muito conhecida no Brasil, a pesquisadora Alba Zaluar, contaminou o perfil da criminalidade em nosso país: tráfico de drogas e sua conexão com outras atividades, tais como lavagem de dinheiro, contrabando de armas, roubos e extorsão mediante seqüestro. Embora nem sempre os mesmos delinquentes estejam envolvidos em todas essas operações, há uma ligação muito clara entre essas atividades.

Essa mudança de perfil teve impacto muito grande no sistema de justiça criminal, porque o crime cresceu, mudou de qualidade, e o sistema de justiça criminal, como um todo, continuou operando como fazia há 30, 40 anos. Assim, aumentou-se a distância entre a evolução da criminalidade na sociedade e a capacidade do poder público em conter a violência, respeitando o Estado Democrático de Direito, respeitando as leis. Isso provocou uma desarticulação interna acentuada no sistema de justiça, que se tornou cada vez mais fragmentado. Cada agência reforçou sua lógica corporativa: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público, os Tribunais de justiça, e o sistema penitenciário acabou tributário de toda essa lógica.

Não pude assistir à exposição do Prof. Sapori, mas ouvi a exposição do Dr. Herbert, que deixa claro o esforço de tentar fazer reverter a fragmentação e integrar todos os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal. Esse é o primeiro grande desafio: mudou o perfil da criminalidade, e isso desarranjou o sistema de justiça criminal no Brasil.

Um indicador muito significativo disso são as taxas de impunidade. Não há avaliações muito seguras sobre a evolução das taxas de impunidade no Brasil, não há estudos cumulativos. Acabei de fazer um estudo em São Paulo: estudei cinco modalidades de crimes violentos, comparando-os a três de crimes não violentos. Considerei cerca de 340 mil boletins de ocorrência criminal relativos a crimes violentos registrados em uma região do Município de São Paulo entre 1991 e 1997, e apenas 9,5% transformaram-se em inquérito policial.

Inquérito policial não implica necessariamente investigação ou abertura de processo, que resultará em sentença judicial que pode vir a ser condenatória. No final do processo, dependendo da natureza do crime, as taxas de punição são extremamente reduzidas, principalmente se comparadas a experiências de outros países. Isso gera um sentimento comum na população de que os crimes estão-se tornando cada vez mais violentos e não são punidos, o que contribui também para reduzir a crença dos cidadãos nas suas instituições de justiça, como polícia, tribunais e sistema penitenciário. Não é sem razão que certos segmentos da população brasileira acreditam que a única possibilidade de se resolver a criminalidade é com mais repressão e políticas privadas de segurança, ou seja, quem puder que se proteja.

O segundo constrangimento que acho extremamente importante relatar aqui é o fato de que ainda temos uma concepção de segurança muito ultrapassada, aquela idéia de que o papel da polícia é caçar, prender e tirar os bandidos das ruas. A criminalidade mudou, se modernizou e, hoje, apóia-se em mecanismos tecnológicos disponíveis, como internet, centrais telefônicas, telefonia celular, lavagem de dinheiro, sistema bancário. Ela se modernizou, mas o sistema de segurança continua, em grande parte, funcionando ainda com um modelo extremamente ultrapassado e convencional. Isso significa também que a nossa concepção de segurança está ultrapassada.

No mundo inteiro discute-se hoje a idéia de segurança cidadã. O que significa segurança cidadã? Que os cidadãos devem ser protegidos. Segurança pública é um direito humano fundamental, significa dizer que não há política de segurança fora do contexto da proteção dos direitos humanos, e a política de direitos humanos não pode prescindir de lidar com lei e ordem, de discutir o problema da repressão e do modelo de repressão que seja compatível com o Estado Democrático de Direito. Essa é uma questão que me parece extremamente importante.

Um terceiro aspecto para o qual chamo a atenção é o fato de que falta à administração pública brasileira a discussão de quanto custa a segurança efetivamente. Se observarmos, os recursos de segurança pública cresceram, embora, talvez, não na proporção da sua necessidade. Mas houve, ao longo dos últimos 20 anos, um grande crescimento do volume de recursos destinados à segurança. Ora, o que não há? Não há uma equação política entre o volume de recursos, os meios utilizados e o resultado final. Não há uma contabilidade de custos e benefícios. Não há uma contabilidade de resultados. Na área de saúde pública, por exemplo, se necessitarmos vacinar a população, precisaremos de tantos milhões de reais para a realização da tarefa. Sabe-se que a meta é vacinar 90% da população e que ela tem de ser cumprida. Isso significa que você contabiliza o custo "per capita" da campanha de vacinação e do seu resultado. Nós não temos uma relação de quanto custa, por exemplo, efetivamente, manter a segurança do cidadão, mantê-la "per capita". Há, evidentemente, algumas análises setoriais, mas ainda não contaminam, vamos dizer, a imagem do administrador público. Fecho meu segundo bloco dizendo, basicamente, o seguinte: como não há uma efetiva análise desses constrangimentos e de seu peso constitucional - há outros constrangimentos certamente -, sob o ponto de vista do governo federal, tenho discutido muito a questão do pacto federativo. O pacto federativo é, sem dúvida alguma, um elemento de dinamização da vida política, democrática, mas, certamente, na segurança pública, precisaria ser refletido e repensado. Acho que o papel do governo federal, na área de segurança pública, deve ser mais do que certamente é hoje. Não que ele deva interferir nas políticas estaduais, mas deve

ter um papel de coordenação, provavelmente mais propositiva. Mas essa é uma outra questão. Apenas quero dizer que, muitas vezes, ao não levarem em consideração esses constrangimentos político-institucionais, as políticas de segurança e justiça, inclusive de recursos humanos, acabam sendo formuladas um pouco ao sabor das necessidades locais e, muitas vezes, do conhecimento técnico localmente acumulado. Não acho que isso deva ser desprezado. Não acho que o saber técnico, os diagnósticos técnicos locais devam ser desprezados, mas creio que é preciso ultrapassar essa análise local na medida em que o próprio problema a ser enfrentado não é mais exclusivamente local. É um problema metropolitano, é cada vez mais regionalizado e, em muitos aspectos, envolve o País, quando se fala em crime organizado. É um problema que envolve fronteiras e, portanto, não pode ser tratado como se fosse exclusivamente desse ou daquele Estado, dessa ou daquela região metropolitana, desse ou daquele Município, ainda que essas políticas tenham como base Municípios, regiões e Estados.

Entrarei no terceiro elemento da minha exposição, dizendo o que os governos têm feito, de um modo geral - e não estou me referindo a um deles -, para conter o crescimento dos crimes e enfrentar a questão da segurança. Têm feito uma série de medidas, e aqui não vou fazer um balanço delas. Reconheço que há muitos avanços, se compararmos o que era a área de segurança antes do retorno do Brasil ao Estado Democrático de Direito e o que é a partir da democracia. Não resta dúvida de que houve avanços, apesar da magnitude dos problemas.

Há uma forte resistência à mudança na área em do sistema de justiça criminal. Essa é uma área em que infelizmente os autores têm enorme dificuldade de promover mudanças, inovação, alterar valores anteriores e promover mudança substantiva, algumas delas até radicais. Se eu olhar o Brasil no seu conjunto, quando se fala em política de segurança, as principais questões que aparecem são sempre as mesmas: reaparelhamento da polícia, mudança na legislação, contratação de novos agentes, policiais. Não se sai desse debate. Ele é reiterado. Não é que ele não seja necessário, mas hoje ele é absolutamente insuficiente. Só o reaparelhamento, viaturas, armas, expansão do quadro de funcionários são insuficientes. É preciso inovação. No campo dos recursos humanos, é preciso que se repense o processo de formação especializada. Vamos tomar como exemplo alguns pontos. É preciso que as escolas de administração penitenciária e as academias de polícia estejam com formação cada vez mais especializada e atualizada. Basta ver que, no campo da administração penitenciária, não há escolas em todo o País. Há Estados que nem sequer têm uma escola de administração penitenciária.

Mas estou querendo dizer algo mais. Hoje a criminalidade especializou-se. É preciso que haja uma formação que atenda a essas especificidades, que tenhamos recursos humanos que possam transcreever informações em análises, que devem ser operadas num sistema de inteligência. Hoje há um grande processo de coleta de informações. Reconheço que melhorou esse sistema, que há banco de dados, que se faz todo um esforço para integrar os diferentes bancos de dados. Não basta saber a informação, é preciso saber trabalhar, analisar essas informações e construir cenários futuros de intervenção. Acho que esses recursos humanos ainda não estão preparados para isso.

Quero terminar dizendo que houve grandes avanços no Brasil, mas acho que ainda há o desafio da inovação. Esse desafio significa a formação de recursos humanos melhor preparados, formados, dotados de uma formação especializada moderna, melhores salários, com condições de trabalho mais adequadas, com atendimento. Temos defendido estudos sobre a violência. É preciso ter um atendimento psicológico, porque é uma área em que se trabalha com alto grau de estresse. Se não tivermos profissionais que sejam permanentemente assistidos, vamos ter problemas. A assistência psicológica não é porque há problemas psíquicos. É preciso que o profissional tenha condições de trabalho adequadas. Os erros vão persistir.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Com a palavra, o Sr. Roberto Armando Ramos de Aguiar, Professor de Filosofia do Direito da Universidade de Brasília.

Palavras Sr. Roberto Armando Ramos de Aguiar

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Tenho a impressão de que tenho uma vida mais ou menos esquizofrênica. Sou Professor de Filosofia do Direito e fui Secretário de Segurança do Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

A esquizofrenia é muito peculiar, o que de certa forma me dá uma certa angulação meio privilegiada com relação ao problema.

Este encontro é muito importante. Primeiramente gostaria de trocar idéias com todos vocês para que nossa reflexão não caia nos riscos de uma sociedade de massa. Assustou-me o fato de, com os últimos acontecimentos de São Paulo, as pessoas correrem em nossa direção a cada vez que acontecia um arrufo maior. Foram dezenas de entrevistas, e eu dizia aos entrevistadores que, em alguns dias, como viria o campeonato de futebol, eles nos esqueceriam. E isso efetivamente aconteceu. Veio o segundo arrufo, e eu disse aos entrevistadores que, como viriam as eleições, eles nos esqueceriam novamente.

Nossa sociedade é de espetáculo e leva-nos a reações espetaculares. Lembro-me do Prof. Adorno falando sobre o plano do Fernando Henrique. Quando foi apresentado, o Plano Nacional de Segurança Pública do Fernando Henrique tinha contradições gravíssimas. Foi elaborado depois do episódio do ônibus 174, quer dizer, a comoção geral deu origem ao plano, como se fosse uma espécie de lista telefônica de medidas muito complicadas. Uma das medidas determinava que deveriam ser iluminados todos os lugares onde houvesse possibilidade de crimes. Outra medida, do mesmo dia, dizia que seria feito blecaute em determinadas regiões por causa da falta de energia. Tudo estava absolutamente desarticulado, mas era uma resposta. Era a reação espasmódica.

O Legislativo Federal reage assim. Diante de determinado acontecimento, pensa-se em diminuir a imputabilidade penal; diante de um outro fato, a idéia é o aumento da punibilidade de certos crimes. Se formos nessa lógica, logo os fetos serão imputáveis. Poderão sair diretamente para as penitenciárias. Algumas reações são absolutamente irracionais de uma sociedade medíocre, de um debate medíocre, em que as pessoas sempre perguntam as mesmas coisas e nunca fazem novas perguntas. O conhecimento não se faz com respostas, mas com perguntas novas. Todavia, não há perguntas novas.

Precisamos sair de um segundo risco, de uma sociedade de mídia, de uma sociedade cuja democracia é estranha. Precisamos sair do Mito de Sísifo. Devemos lembrar-nos de que segurança pública é política de Estado, e não de governo. No Brasil, alguém do partido X faz uma gestão. Havendo sucessão, a primeira coisa que o sucessor faz é não analisar o que o gestor anterior fez de bom ou de mal. O novo gestor procura destruir tudo e dar outra personalidade àquela administração. Lembro-me de que o Dr. Herbert falava de preço. Em termos de custos, isso é um desespero. Parece que a pedra sobe até um determinado ponto do morro, depois cai, e tudo começa novamente. Tudo isso é absolutamente irracional.

O terceiro ponto refere-se ao espetáculo. Tornamos a segurança pública um problema de espetáculo. Aliás, o espetáculo domina nossa sociedade. Eleição virou espetáculo. As pessoas que votaram em Collor são capazes de dizer o que Collor pensava, ou pior, se pensava? Collor foi vendido como um produto, como uma mercadoria. Tudo é espetáculo. Se eu perguntar qual a cronologia dos escândalos Collor, ninguém saberá responder. Alguns de seus atos foram punidos? Ninguém saberá responder também a essa pergunta, embora as pessoas aqui presentes sejam altamente informadas. Somos a elite. Isso significa que nos dobramos à sociedade do espetáculo. Podemos refletir sobre essa sociedade e encontrar soluções absolutamente inadequadas.

Por último, falaremos sobre a retórica vazia, que é interessantíssima. Às vezes, analisando um discurso de propositura, se fizermos um "copy desk", o muito que sobrar é uma palavra. O resto é advérbio, conjunção, exclamação e "mise-en-scène". Parece-me muito importante refletirmos sobre esse risco. Quando começamos a falar sobre segurança, precisamos fugir desse tipo de sociedade que nos impõe um tipo de conduta e uma certa alienação. Trabalhar alienadamente com segurança pública significa um risco imenso.

Minha primeira afirmação, atendo-me ao tema e ao tempo, é que não temos um sistema nacional de segurança pública, não temos um sistema criminal integrado, não temos nada. O que temos é um feudalismo de instituições, com seus senhores feudais, suas homenagens e suas hierarquias, suas suseranias e vassalagens - isso é o real - incomunicáveis. Se em Minas é diferente, ótimo, mas o que vejo no Brasil é uma incomunicabilidade. Quando era Secretário no Distrito Federal, fizemos um curso para as corporações de oficiais superiores. Estavam lá a PM, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Aliás, pergunto: por que Corpo de Bombeiros Militar? Como se fazer combate sanitário ao fogo fosse um ato militar. Muito bem. A primeira coisa que descobrimos, quando começamos a trabalhar, foi que não havia um conceito de segurança pública comum. Como trabalhar instituições em um mesmo sistema quando pensam diferentemente? Em segundo lugar, não se conheciam operacionalmente, isto é, quando a Polícia Civil descobria alguma coisa e precisava chamar a PM, quem chamava? Só 190? E vice-versa. E quando necessito de uma investigação? Policiais militares pisavam a cena do crime, como se fossem elefantes. Acabavam-se todos os vestígios, porque não sabem como a Polícia Civil funciona. São absolutamente incomunicáveis. Pior ainda é a questão da informatização. Todo mundo se diz informatizado. Se perguntamos à PM, informatizada; à Polícia Civil, informatizada. Mas é o mesmo sistema? Não, porque informação é poder. Então, uso um tipo de "software", e a outra trabalha com outro tipo de "software". Escondemos nossas informações. É simples, basta fazer camadas de informação. Mas não. Lembro-me que em Brasília havia um setor, muito cheio de informações, que eu queria informatizar, para que outras pessoas tivessem acesso. O escrivão falou que não podia, que informatização era coisa do demônio, que ele tinha tudo na cabeça. Então fiz um ofício que ficou famoso em Brasília, solicitando que ele me informasse a que centro espírita a Secretaria deveria dirigir-se no caso de seu falecimento, para haurir aquelas informações. Ficou tão ridículo que ele acabou cedendo. Isso é para mostrar como há esse fechamento, essa incomunicabilidade. Então, não há um sistema.

Olhando o Judiciário, os Juizes não são treinados e educados para trabalhar com gente, mas com papel. Quando o Juiz vai tratar do caso, o criminoso já está limpinho, a vítima já não está acreditando muito na punibilidade, muito menos no ressarcimento. E aí ele trabalha com uma realidade que não é a efetiva.

Aqui em Minas Gerais houve uma experiência da aplicação da Lei nº 9.099, de acordo com a qual as coisas deveriam ser resolvidas em 24 horas. Em determinado local estava a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Juiz. Quem não agüentou foram os Juizes, que começaram a se sentir mal. Eles nunca tinham visto gente. O criminoso que recém cometeu o crime é uma camarada com uma atitude esquisitíssima. A vítima, indignada, porque um bem jurídico foi lesado. Isso fazia mal. Eles começaram a pular fora do jogo e acabaram frustrando uma experiência muito interessante.

No Ministério Público acontece a mesma coisa. O problema do Ministério Público é interessantíssimo. Houve alguns momentos em que a Secretaria de Segurança precisava do Ministério Público, mas ainda há certa mentalidade de que criminoso tem horário. Quando pegávamos um criminoso em cujo interrogatório podíamos, eventualmente, usar violência, precisávamos trabalhar com direitos humanos, para garantir que não fossem julgados.

Então, precisávamos chamar o Ministério Público, que estava dormindo. Havia uma equipe galopando atrás de algum Promotor que tivesse a honra de olhar para um pobre policial para ver o que estava acontecendo. Para ele, os criminosos funcionavam das 8 horas às 18 horas, com folga para o almoço. São importantes o conhecimento entre as corporações e a adequação operacional. Mas acho muito importante, e estou até orientando uma dissertação nesse sentido, que a maioria das participações populares nos conselhos comunitários de segurança são formas mais politizadas no sentido estreito da palavra. Um conselho comunitário, quando começa a crescer, lança dois candidatos a Deputado ou Vereador. No fundo, ainda não achamos uma forma efetivamente democrática de participação da cidadania. A coisa é tão louca que as Ouvidorias, que seriam para fiscalizar, têm que pedir ao fiscalizado para investigar o caso. Elas não têm instrumentos próprios para desvendar as questões. Isso é muito claro. Temos que sair da retórica para colocar a mão pesada sobre isso. Não "pesada" no sentido imbecil da violência, mas "pesada" em termos de uma democracia cidadã efetiva.

Também se fala muito, e o próprio Adorno falava com muita propriedade, que, no fundo, a questão da legalidade é um pouco mais complicada do que se pensa. Nos problemas de legalidade com relação à segurança pública, temos a legalidade substancial. O nosso mundo estatal é um mundo "démodé". As coisas novas não mordem, por exemplo, os delitos eletrônicos: todos os dias, os bancos são vítimas desses delitos. Arrastam-se no Congresso diversos projetos, e nada acontece. A cabeça dele é "belle époque": parou na máquina a vapor. Essa questão de "telemarketing", de formas de utilização de artefatos eletrônicos para cometer crimes, não está na cabeça deles. Vejam o crime organizado. É uma coisa bruta, mas as coisas brutas no Brasil precisam ser ditas. Os criminosos estão mais organizados do que as polícias. Estão vigiando os presídios para que os celulares não entrem. Celular tem perna? O problema é humano. Mas os criminosos estão usando o computador, já não precisam do celular. Outra coisa importante é que não sabemos como eles se organizam. O que é a lavagem de dinheiro? Para muita gente, lavagem de dinheiro é coisa de lavanderia. Ainda não perceberam a importância desse escoadouro de todo o crime dito organizado. Há também os crimes relativos ao colarinho- branco. Agora existem novos crimes ligados à bioética. Há algumas perguntas idiotas que podemos fazer, como, por exemplo, se as sementes de fertilização programada não são o velho 171? Isso é estelionato. Compra-se a semente, faz-se uma plantação linda, mas, quando se pega a semente para plantar novamente, ela está estéril. Aí se compra outra partida de semente. Isso não tem o jeitão de 171? Atualmente, tudo parece muito natural. Banalizamos, porque temos medo. O novo é muito rápido. Temos uma sociedade marcada pela velocidade. Não dá para ser devagar.

Outro aspecto é a questão procedimental, muito bem explicada pelo Dr. Herbert. Temos que sentir que a legalidade funciona. O direito caminha, hoje, para três grandes movimentos: a deslegalização, a desformalização e a descentralização.

Esses são os três movimentos mundiais do direito, mas realizamos o inverso. Cada vez mais nos concentramos e nos normatizamos, acreditando que a lei modifica o mundo, quando, na verdade, ocorre justamente o contrário: o mundo modifica a lei. Quando surge um problema, as pessoas dizem que temos de criar uma lei que o resolva, mas o problema é social, econômico, político e relacional!

O terceiro movimento diz respeito às legislações corporativas. O regulamento disciplinar da Polícia Militar do Rio de Janeiro é de 1968, ano muito problemático. Esse regulamento foi baseado em um teórico muito importante chamado D. João VI. Trata-se de algo com muito ranço. Tivemos de trabalhar muito para quebrar os tabus e as resistências existentes no interior da Polícia Militar e alterar esse regulamento. Como o período de governo era muito curto, isso teve de ser feito por decreto, e não por lei. Quando mudou o governo, a D. Rosinha voltou a adotar o regulamento de D. João VI.

As legislações corporativas são atrasadas. Isso explica por que o policial é tão ruim quando se trata de direitos humanos. Os direitos humanos dos policiais não são respeitados por esse regulamento. Eles não sabem o que é isso e acreditam que o cidadão deva ser malhado como ele é para conseguirem o que diziam os jesuítas: obediência de cadáver. O cadáver é posto em qualquer canto e fica do jeito que tem de ficar, sem reclamar. Fico me lembrando das penas daquele vigente regulamento disciplinar: cinco dias de prisão para aqueles que estiverem com uniforme sujo; dez dias para aquele que se apresentar com o cabelo malcortado; e nenhum dia para aquele que matar alguém. A distorção é total.

Finalmente, há a questão técnica, ou seja, problemas de legalidade técnica. No fundo, o negócio é assustador. Não vejo estudos de estratégia e tática nas academias. Parece-me que a educação brasileira eliminou os pensadores da estratégia e da tática. Há trabalhos com ótimos

princípios e boas finalidades, mas como passaremos dos princípios à ação? Todos os pensadores táticos e estratégicos foram jogados fora. Os sofistas sofismam. Maquiavel é maquiavélico. Clausewitz é um militarista alemão. Mas são jogados fora, e todo o mundo fica abestalhado, sem capacidade para se articular estrategicamente. Em conversas com as corporações, tenho apertado os policiais, para saber qual a diferença entre tática e estratégia. Fizemos isso no Rio, pois trabalham todos os dias enfrentando problemas concretos.

São impressionantes as normas técnicas. Gostaria de trabalhar na segurança privada, para poder usar todas as armas. Os policiais militares não podem, porque têm de respeitar os limites. A segurança particular faz contrabando de armas. De acordo com a lei, não há nenhum limite para isso. Pode-se levar uma ponto-trinta ou um canhão em um carro blindado. Há um medo militar por parte da própria Polícia Militar, que é muito boba, pois obedece a todos os dados criados, por terem medo de que possam crescer. Então, controlam as suas armas, mas não controlam as da segurança privada. Tecnicamente verificam o uso de armas particulares e o de armas inadequadas, a oportunidade do seu uso, como utilizar e em que circunstância. Um camarada no meio de um monte de gente pode tirar uma pistola 9mm e atirar; no entanto essa arma, somente com um tiro, pode matar várias pessoas.

A normatividade está podre, velha e inadequada, e não temos coragem de trabalhar.

Outros problemas são os de formação. Formar-se em educação física, para ser bem forte, não é tudo. Uma anta bem-formada fisicamente nem sempre é boa.

Que formação é importante para o policial? Além da formação profissional, uma formação cidadã e humana. O policial trabalha com gente. É um servidor da cidadania. É interessante observar que essa formação é assimétrica: "Sou policial, e ele é paisano". Isso lhe dá o direito de fazer coisas esquisitas com esse paisano, ou seja, aumentar a violência, não saber abordar no famoso "baculejo".

A alternativa é: formação, só junto com universidade, centros de pesquisa, cidadania e partes técnicas, e - atenção - com a gente olhando, porque há quem ensine muito mal. Há locais no Brasil em que o policial militar é treinado com cinco tiros e recebe, de cara, uma pistola ponto-quarenta. Ele vem fazer alvo na gente, não é?

Há também a necessidade de atualização. O sistema de segurança - Juizes, Promotores, cidadãos, policiais - precisa estar atento ao mundo. Estamos num mundo estranhíssimo. Ninguém percebeu isso ainda? É a primeira vez na história do mundo que vivemos o imperialismo de um só país. Esse imperialismo, querendo combater o terrorismo, tirou todas as garantias dos advogados e das convenções de guerra - haja vista Guantânamo. E esse negócio está vindo para cá. Não contem para ninguém, mas o terrorismo está chegando aqui, ou vocês pensam que o PCC faz isso só de brincadeira? Logo, logo acontecerá o que sempre se faz quando há golpe de estado neste país: Getúlio tirou o "habeas corpus" para crimes políticos; os militares, em 1964, tiraram o "habeas corpus" para crimes políticos. Começam a retirar direitos. Precisamos ficar atentos a isso.

Digo que temos de nos atualizar com relação ao mundo, porque grande parte de vocês lutou para a reconquista da democracia no Brasil. Os adversários eram os militares. Agora temos uma democracia que está ameaçada pela delinqüência. Já há uma infiltração nos Estados. Rondônia e Espírito Santo são um exemplo. E essa corrupção desenfreada? Aliás, é um jogo interessante. Recebemos tantas informações que nossa cabeça "pira". Quem é o cara que ontem estava envolvido em escândalo? Não sabemos mais, porque tantos outros já vieram depois dele... O sujeito sai, assim, no anonimato.

Parece-me importante fazer uma manutenção de direitos, uma manutenção da democracia. Internacionalmente, as coisas estão assim, e, nacionalmente, estão surgindo novas demandas para as quais não estamos preparados.

Faz-se necessário também atualizar a técnica. Quanto mais ciência, menos violência. A tortura diminui nas polícias à medida que se adotam procedimentos científicos de investigação. Uma análise de microvestígios é capaz de dar mais elementos do que um choque no pau-de-arara, sem falar nos aspectos de crueldade, desumanidade, diminuição e destruição do outro que isso implica.

O terceiro problema diz respeito à gestão. Pessoal, como é amadora a gestão! Na maioria das corporações brasileiras e dos órgãos estatais, podemos tirar 50% dos funcionários que não acontece nada. Há uma hipertrofia da atividade-meio.

O Distrito Federal promoveu um "upgrade" quando tirou todos os PMs que estavam assentadinhos fazendo atividades burocráticas, incluindo o cara que carregava a malinha do Coronel. Ora, tirem esses policiais desses lugares e os coloquem na rua para que possam exercer suas funções fundamentais.

É preciso haver um choque de gestão, mas de gestão moderna, em rede, com investimentos racionais. São impressionantes os "gadgets" que se nos oferecem: armas com mira telescópica, que aos domingos fazem feijoada e coisa e tal. Caríssimas.

Precisa-se da arma? Não se precisa, mas dá "status". E os Governadores fazem o mesmo. Como segurança tem um jeitão de esgoto, não aparece, tudo fica debaixo do pano. E o que acontece? Dizem: "Estou investindo na segurança". Aí compram viaturas e armas e aumentam o contingente. Os carros desfilam pelas ruas buzinando e com as luzes acesas, nas operações Arara e Vagalume. E dizem: "O Governador comprou aqueles carros". Só não dizem que os carros são completamente inadequados.

No Brasil, não há fábrica de carros para polícia. A porta abre 60º, e o policial, ao sair, pode ser morto. Além disso, os amortecedores não funcionam. Bandidos colocam lombadas nas ruas, e os carros param na primeira perseguição. Começa tudo bonito, entretanto dez dias depois 30% dos carros já estão abaixados, pois não agüentam.

São visões retóricas, ultrapassadas. Temos de pensar como investir. O grande investimento fundamental e inicial é a educação permanente para todos - Juizes, Promotores e membros das corporações. Essa educação tem de possibilitar um diálogo entre eles que não seja assimétrico, e sim horizontal. No Brasil, há uma cultura: eu, advogado, quando vou ao encontro do Dr. Herbert, que é Juiz, chego como um ratinho, falando fininho. Aliás, ele fica no alto, num lugar que parece um palco.

Há dois mil anos, aprendemos que o processo é um ato "trumpsonarum", em que três pessoas horizontais são as partes interessadas - às vezes, desinteressadas. Como tirar as assimetrias? Como tirar a assimetria do policial que chega ao conselho comunitário de segurança e diz que é chefe lá? Chefe coisa nenhuma. As questões têm de sair dos problemas efetivos por que passa a sociedade. Quer dizer, há uma série de cacoetes medíocres.

Em Minas, lugar onde as coisas acontecem - gosto daqui por isso, sempre venho aqui - e as novidades são testadas, peço-lhes: pelo amor de Deus, pensem e saiam do preconceito. Há problema de atualização contra a emergência do novo e quanto à velocidade do mundo.

Os mais velhos - aqui há muitos jovens -, em 1989, ligaram a televisão e certamente ficaram assustadíssimos ao verem a bandeira soviética

descer do Kremlin e a russa subir, sem ninguém dizer nada. Nenhum cientista político havia dito que aquele negócio implodiria. Com isso, percebe-se a velocidade das mudanças políticas. Ao ligarem novamente a televisão, viram um rato fosforescente, fruto de célula germinativa de rato com fragmento de DNA de anêmona. O que é isso? O que aconteceu? E dissemos que era bestialidade misturar espécies.

Veio a clonagem. Se olharmos a clonagem do ponto de vista do direito da sucessão, o que é o clone com relação ao clonado? Filho, irmão gêmeo? Então, como fica a herança, se forem ricos? Isso muda toda a concepção das coisas mais insignificantes.

Outro problema é a questão estrutural. A hierarquia e disciplina das corporações nem sempre são eficazes. A hierarquia só faz sentido se for teológica, isto é, se se organiza determinado tipo de instituição para uma finalidade. Portanto, posso hierarquizá-la.

No Brasil, a Polícia Militar possui um monte de patentes, alocações, que servem para uma guerra clássica. A diferença entre 1º, 2º e 3º Sargentos era utilizada por Napoleão. Já na Batalha de Austerlitz, Napoleão reclamava que havia dividido demais; e PM não fará batalha como a de Austerlitz, pois tem outra finalidade.

O segundo aspecto: haverá hierarquia e disciplina não porque há baixos vencimentos ou soldos, mas porque a distância entre o topo e a base é enorme, e acaba-se por não se aceitarem ordens de uma pessoa que explora.

No Brasil, há um Estado - não citarei seu nome para não pichar, apesar de ter muita vontade - em que os soldados ganham salário mínimo. E isso foi conseguido por meio de liminar. Quer dizer, ainda podem perder, pois trata-se de uma decisão provisória.

Lá os Coronéis ganham um pouco mais: vinte e tantos mil reais.

Com que cara eu fico quando o sujeito acaba recebendo uma gorjeta qualquer para não multar? Ele ganha pouquíssimo. É evidente que há algo errado. Há uma grande distância entre o topo e a base.

A segunda coisa é a estrutura funcional, ponto interessantíssimo. Na estrutura funcional, só se considera o homem unidimensional. Ele é Sargento, eu, atendente e tenho de obedecer-lhe. Ele é visto como Sargento, mas é músico, psicólogo ou economista, e não um Sargento besta que tem de fazer as coisas. O potencial humano não é trabalhado.

Essa idéia veio de uma experiência que vivi. Fui ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal visitar uma pessoa. Sempre entro onde estão os praças, e isso causa uma grande confusão. Nessa visita encontrei um sujeito consertando um fio elétrico. Conversei com ele e senti que possuía um nível vocabular de construção diferente. Chamaram-me para entrar e, na volta, falei novamente com ele. Perguntei quem ele era, e respondeu-me que era Major. Perguntei qual era a sua formação. Ele disse que era doutor em eletrônica pelo ITA, e estava consertando fios. Então, chamei-o, e ele fez toda a informatização do Distrito Federal.

A hierarquia impessoal unívoca não consegue perceber as outras riquezas das pessoas. Além disso, o investimento é completamente distorcido: compra-se o que não precisa e falta o que precisa. No Rio de Janeiro compram carros de combate que não conseguem andar nem dois metros e meio na subida do morro. São completamente inadequados, mas dão grande "status". É uma questão de ponderação.

Tenho alguns encaminhamentos para discussão. Gostaria de falar mais tempo, mas, com esses encaminhamentos, vocês me superarão. Como construir um processo de reeducação contínua de diagnóstico que não seja espasmódico, feito somente quando as coisas acontecem? Em segundo lugar, como fazermos uma formação única, multidisciplinar na questão da justiça criminal? É preciso que haja uma só formação e, depois, que sejam consideradas as peculiaridades regionais. Converso com um sujeito do Piauí, um de Pernambuco, um de Minas e um de Brasília, e todos têm as mesmas concepções básicas de segurança, as mesmas concepções técnicas mínimas. Como é que se estabelece um piso salarial nacional? São lutas que precisam ser travadas.

Como estruturarmos experimentos de participação cidadã que não sejam aparelhos de políticos?

Ao mencionarmos novas políticas, é interessantíssimo ouvirmos alguém explicar que são políticas do Secretário tal, do Governador tal. Isso é feudo. Outra questão diz respeito à maneira de trabalharmos, constantemente, a atualização científica e tecnológica com centros de pesquisa. Enquanto isso for notícia, não está sendo feito: aconteceu no Rio, em São Paulo, no Distrito Federal e em Belo Horizonte. Deve ser algo normal.

Outro problema é lidarmos com seres interinstitucionais: Promotores, magistrados, cidadãos, policiais militares e civis. Às vezes, morremos de rir de algumas coisas, mas não sabemos exatamente o que são. Por exemplo: bombeiros e Defesa Civil. Quem é quem? São os bombeiros que assumem a Defesa Civil, mas quem chefia a Defesa Civil é um bombeiro? Onde fica a perícia? É do Judiciário? Do Ministério Público? Da polícia?

Existem certos ranços operacionais, como o inquérito. Foi dito que, conforme pesquisa, cerca de 9,5% dos casos são resolvidos e encaminhados para inquérito policial. No Rio, 2% vão para decisão final. Os outros conflitos, evidentemente, são resolvidos no pau. Evidentemente, são resolvidos na injustiça. Evidentemente, servem apenas para reiterar as formas de dominação.

Outro fato é um fundo efetivo. Todos dizem que segurança pública é prioridade. O "Diário Oficial" é um lugar lindo para lermos isso. Embora chatíssimo, é muito bom. Por exemplo, Senaspe, 22 de agosto. Desde janeiro, não recebe nenhum tostão. Aí dizem que é prioridade de governo o trato com a segurança pública. Às vezes, ocorrem distorções: dão dinheiro para quem não precisa, mas quem precisa não o recebe. Basta lermos o "Diário Oficial", que é identificador de vários fatos.

A diversificação das penas é uma questão importante. Cerca de 90% da população carcerária não deveria estar em prisões. Isso se aplica àqueles que, efetivamente, são um perigo para a sociedade. Existem outras formas de punição. Parece que nascemos com o gene da privação da liberdade - que, aliás, é uma pena novíssima, de 1814, do Código Penal da França - e com o gene da multa. Será que não existem outras formas de punição? A diversificação das penas é fundamental. Nessas prisões horrorosas, que são grandes cidades prisionais, como Carandiru e Bangu, todos os presos são colocados juntos, com várias gradações de penalidades. Lá, fazem pós-graduação em criminalidade, como foi dito aqui.

Lembrei-me de um fato interessante: Franco Basaglia, responsável pela saúde pública italiana, baixou uma portaria estabelecendo que todos os loucos deveriam ser soltos. Isso caiu como uma bomba, seria o fim da Itália. A ordem foi cumprida, soltaram todos os loucos. Cerca de 11% dos loucos voltaram para tratamento ambulatorial. Os loucos estavam fora, na família dele, mas isso é outro problema que não discutiremos agora.

Citei esse caso para mostrar a vocês que existem penas alternativas. Vocês julgam que as prisões de Georgina e de Lalau significam grandes penas para eles? A maior pena seria confiscar o dinheiro deles. O órgão mais sensível desses senhores é o bolso. Alegam que o ex-Juiz Lalau

está preso. Sim, está preso em sua casa, que é muito bonita, tomando uísque. Existem penas em vista do tipo de delinqüente e da natureza da delinqüência.

É preciso que trabalhem em prol da vivência dos direitos fundamentais. Tenho visto no Brasil uma grande jogada esquisita e ruim. Por exemplo, a polícia tal possui um curso de direitos humanos. Criam uma cadeira de direitos humanos e colocam uma anta dando aulas.

E aí aquilo é um negócio chatíssimo, sem nenhuma significação. Como trabalhar em termos dos direitos fundamentais? Com vídeos, mostrando situações concretas, possibilidades de tratamento, alternativas de ação. Direitos fundamentais se aprendem com "case histories", olhando como são as coisas. Aprendem-se com policiais militares ensinando policiais militares, policiais civis ensinando policiais civis, Juizes ensinando Juizes, porque há Juiz que não sabe bem o que é isso. Sou adepto do Darcy Arruda Miranda, um grande Procurador, tão bom que foi cassado pela Revolução. Ele dizia que todo Promotor deve fazer o concurso e passar, dentro dos cânones normais. Antes de tomar posse, deve ficar preso por uns 10 dias, para saber para onde vai mandar seus denunciados. Aí ficará sabendo como é o quadro. Ele dizia isso, estou repetindo.

Para terminar, a questão da inteligência, que é uma grande bobagem no Brasil. Temos problemas com a inteligência, primeiramente em virtude de um ranço do golpe de 1964, que se tornou denunciamento, que se tornou chantagem. Em segundo lugar, temos uma visão de inteligência que trabalha com informes, e não com informação. E não existe analista de alto nível para conferir uma significação real aos dados levantados. Com isso, quando se chega lá, na ponta, está mal-informado, e a ação policial e a do sistema são ruins. Eram essas coisas que queria dizer, perdoem-me por ter ultrapassado um pouco o tempo. Um abraço.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que agilizemos o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Ao passarmos a palavra ao primeiro expositor indicado, estaremos encerrando as novas inscrições.

Debates

O Sr. Presidente - Farei a leitura das questões em bloco, depois o Prof. Luís Flávio Saporì responderá. A primeira pergunta é de Renato Gularte, do Conselho Municipal de Segurança, Justiça e Cidadania de Uberlândia: "Sem dúvida, nunca um governo do Estado investiu tanto em segurança pública em Minas Gerais. A prevenção social hoje também tem começado a ser olhada com prioridade pelo Estado. Como a Secretaria vê e quer a participação da sociedade civil organizada (conselhos municipais de segurança pública) no Igesp? Essa é a real integração das polícias e da sociedade?". A segunda questão é de Sílvia Pimentel, da Consultoria da Comissão de Segurança Pública da ALMG: "Quando teremos um banco de dados compartilhado pelos atores do sistema de justiça criminal, para que a informação não seja um feudo de determinados agentes? Quais são as gestões da Seds nesse sentido?". A terceira pergunta é de Gilmar Duarte, assistente social: "A filosofia apaquiana trabalha o condenado como ser humano, com direitos e deveres. Na Apac o condenado cumpre a pena pelo delito cometido, com dignidade, visando sua reinserção na sociedade. Além de receber acompanhamento multidisciplinar, o condenado aprende a respeitar regras e a realizar tarefas necessárias à sua sobrevivência na entidade, como limpeza e preparo da alimentação. O custo de um condenado mantido na Apac é bem menor do que no sistema prisional. O índice de fuga e de reincidência no crime é mínimo. De que maneira o Estado de Minas Gerais tem auxiliado na implantação e manutenção das Apacs?".

Quarta pergunta, de Ernani Ferreira Leandro, Presidente do Consep da 125ª Companhia: "Como envolver a imprensa, particularmente a escrita, na divulgação das ações proativas que sairão deste seminário? Confiabilidade da informação - exemplo de serviço: este seminário começou ontem, quando foi mostrada a fotografia de um menino desaparecido de 11 anos. Abismem-se: um jornal de Belo Horizonte publicou na sexta-feira passada que a criança havia sido encontrada, mas não é verdade, a criança localizada era outra. Até hoje a notícia não foi corrigida pelo jornal".

O Secretário Adjunto Luís Flávio Saporì - São questões importantes e objetivas. Entendo que a diretriz básica da política pública é a participação comunitária popular mais ampla. A questão é: como viabilizar isso na prática? O desafio é transformar, mais uma vez, o discurso e a retórica em prática. Volto a dizer que segurança pública não pode ser feita com retórica, mas com ações concretas, projetos e modelos institucionais. Como viabilizamos isso em Minas Gerais? Primeiro, continuamos a estimular a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps. A tendência é cada vez menos regulamentar os Conseps, não normatizá-los, deixar que surjam espontaneamente como manifestação livre da organização comunitária popular. Até o segundo semestre deveremos lançar um grande documento doutrinário a partir do consenso da Polícia Militar e da Polícia Civil. Essa é uma maneira concreta.

Segundo, os Conselhos Municipais de Segurança Pública me parecem avanços decisivos. O que tenho presenciado, na prática, boas experiências de gestão de segurança pública no interior de Minas Gerais, deve-se à atuação direta dos Conselhos Municipais, porque lá se viabiliza essa dita integração que reivindicamos aqui. Cito os exemplos de Patrocínio, Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Municípios em que há bons resultados de reversão da violência, porque mensalmente reúnem-se representantes da Prefeitura, quando não é o Prefeito; o Comandante da Polícia Militar local; o Delegado; os Promotores; o Juiz; e representantes do empresariado e dos sindicatos. Isso não acontece em Viçosa, onde, lamentavelmente, a violência está crescendo. Lá o Juiz não participa das reuniões. É uma exceção, já que temos muitas experiências bem-sucedidas. Os Conselhos e os Fundos Municipais são um bom caminho.

Terceiro, a prevenção social, ou seja, toda a política de prevenção que fazemos em Minas: o Projeto Fica Vivo; as penas alternativas, os egressos, a mediação de conflitos e o Projeto de Proteção aos Adolescentes Ameaçados de Morte. Todos os cinco projetos têm constituição de redes de ONGs. Não há como viabilizar nenhum desses projetos se não houver o apoio e a parceria direta de ONGs, entidades religiosas, associações de moradores e outras entidades da sociedade civil. O grande desafio para qualquer Governador que assumir Minas Gerais no quadriênio seguinte é constituir uma rede social de atendimento ao dependente químico, que ainda não temos no Brasil.

Há uma ausência, uma omissão perversa do poder público brasileiro e também em Minas Gerais, onde o dependente químico fica à mercê de entidades voluntárias. O desafio é a criação dessa rede de atendimento ao dependente químico, estritamente comunitária, mas não voluntária. Aliás, estamos fazendo isso com o Secretário Clóvis Benevides, da Secretária de Estado Antidrogas.

O problema está no fato de que o poder público é que deve colocar o dinheiro. Quem tem de sustentar, em boa medida, e financiar o atendimento dessas comunidades terapêuticas é o recurso público. E é isso que estamos fazendo. Acabamos de repassar ao Secretário R\$1.000.000,00 para a celebração de mais convênios com, pelo menos, 40 ou 50 entidades de dependentes químicos em Minas Gerais. Isso é prática; é sair do discurso para a prática. Dessa forma, poderemos viabilizar o atendimento de, pelo menos, 200 dependentes químicos em Minas Gerais, o que tem sustentado os projetos das penas alternativas e o Projeto Fica Vivo. Mais do nunca, estamos caminhando para esse tipo de articulação comunitária.

Sobre os bancos de dados integrados, o Roberto e o Sérgio chamaram atenção para isso aqui, e o Roberto foi muito feliz na sua exposição.

As Polícias Civil e Militar têm os seus sistemas bem integrados. Aliás, a Polícia Civil mineira acabou de criar um dos sistemas de informação e produção de dados mais sofisticados, que é o chamado PCNet, cujo mentor é o Dr. Jesus Barreto, um grande defensor desse modelo.

O PCNet já está em fase de implantação. Trata-se de algo inovador e absolutamente integrado à Polícia Militar. A integração dos bancos de dados das polícias em Minas já não é mais problema, já são favas contadas. Agora, o desafio é incorporar o Ministério Público de Minas, que tem o seu sistema ainda pouco sofisticado. Seria preciso um investimento no seu próprio sistema de informação. O Judiciário possui o Siscom estadual, lamentavelmente muito fragmentado. Ele não está centralizado em todo o Estado.

A nossa meta é criar um grande mecanismo integrado de todos os processos de Minas, com o PCNet e o SMV da PM. As polícias estão preparadas, os sistemas estão prontos para serem repassados ao Judiciário.

O Siscom é um problema, mas estamos discutindo com eles uma forma de resolvê-lo, o que envolve uma grande engenharia de informática.

O sistema prisional possui o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - Infopen -, e o Sistema de Informações Prisionais - Infopri -, que são dois belíssimos sistemas já integrados com as polícias.

O nosso desafio é atrair os sistemas do Ministério Público e do Judiciário. Para isso, precisamos que a Defensoria Pública de Minas crie o seu sistema de informações, o que é fundamental.

Conversamos com a Dra. Marlene e sabemos que esse será um belíssimo desafio para a Defensoria Pública no próximo ano. Certamente ela não pode ficar de fora desse processo, porque sempre esteve à margem de tudo o que acontece em Minas.

Esse é um desafio mais tecnológico e menos político, apesar de haver um contexto político muito favorável a isso, em Minas.

Sobre as Apacs, concordamos com elas, desde que não sejam uma solução. Tanto não são que acabamos de inaugurar a Apac de Santa Luzia, com 200 vagas, que será um modelo. No entanto, uma análise criteriosa está sendo feita para saber qual preso deverá ir para lá.

Vejam bem, não podemos pegar os 150 presos do Palmital, uma daquelas prisões que nos envergonham, e jogá-los em Santa Luzia. Não podemos esvaziar o Palmital, porque a Apac não tem condições de receber esses presos.

Dessa forma, a Apac é um modelo bom e alternativo, mas não é a solução. Ele tem de vir combinado aos outros modelos. Minas Gerais vai investir na parceria público-privada na área prisional. Não temos nenhum preconceito contra investimento da iniciativa privada no sistema prisional. Vamos ser o primeiro Estado brasileiro a fazer as PPPs no sistema prisional.

Em relação à imprensa, temos todos os motivos para criticar a imprensa brasileira especializada na área de segurança pública. Há muita "glamurização", especulação e formas sensacionalistas de tratar o crime. Isso é inegável, apesar de reconhecermos nítidos avanços. Há vários estudos mostrando isso. Indicaria o estudo da Profa. Sílvia Ramos, do Cesc da Universidade Cândido Mendes, mostrando como a imprensa especializada em crime e polícia no Brasil melhorou, principalmente no tratamento editorial do tema.

Diria que temos uma geração de jornalistas que percebe isso. O que falta a esses jornalistas é um pouco mais de formação; eles precisam conhecer mais o sistema e sua terminologia, a dinâmica do sistema, e as informações criminais precisam ser mais bem tratadas. Quando passamos dados estatísticos para certos jornalistas, é uma tragédia, as manchetes são tristes. Há avanços na formação e na capacitação. Diria que não é uma "Geni"; devemos reconhecer que há problemas e avanços, tanto que a área policial hoje é tratada no caderno Cidades, em todos os grandes jornais brasileiros: "O Globo", "Folha de S. Paulo", "Estadão", "Estado de Minas", "Hoje em Dia", "O Tempo". Isso significa um avanço editorial e indica que é possível lidar com a imprensa especializada de forma mais madura.

O Sr. Presidente - Há outras perguntas, professor, de Luciana Moura Fonseca, da Defensoria Pública da 9ª Vara Criminal: "Prof. Luís Sapor, o senhor falou que, no Igesp, há participação do Ministério Público, Delegados e polícias. Qual é a razão da não-participação da Defensoria Pública? Não será a instituição importante, para a Secretaria de Defesa Social, na integração da gestão da defesa social? E no Sids? Você falou da participação do Ministério Público, do Judiciário e das polícias. E a Defensoria Pública?". Essa é a primeira pergunta do segundo bloco.

A próxima pergunta é de Nádia de Souza Campos, da Defensoria Pública da 12ª Vara Criminal de Belo Horizonte: "Dr. Luís Sapor, a Defensoria Pública de Minas Gerais está incluída no Conselho de Defesa Social, por força do inciso VI do art. 4º da Lei nº 13.462, de 12/1/2000. Qual tem sido a contribuição efetiva, e como poderá a instituição contribuir para a política de integração das ações de defesa social e, por conseguinte, para a segurança pública?".

A terceira pergunta do segundo bloco é do Coordenador Willes Castro, de Contagem: "O senhor disse que as penas alternativas são acompanhadas pelo Ceapa, e isso agora também vai acontecer no livramento condicional. A Defensoria Pública de Minas Gerais acolhe o egresso para defesa no caso de uma suposta falta cometida. Seria possível a Defensoria atuar junto ao Ceapa, acompanhando nas penas alternativas e no livramento condicional?".

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapor - São ótimas as perguntas da Defensoria; vejo que ela está muito bem representada.

O Sr. Presidente - Professor, só quero avisá-lo de que há outro bloco.

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapor - Não sei se isso é bom ou ruim, Deputado.

O Sr. Presidente - Vai ser bom.

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapor - A Defensoria está bem representada. Acho importante uma palavra para a Defensoria, que, neste Estado, sempre foi considerada o primo pobre, o patinho feio. Devemos reconhecer isso, é inegável. A Defensoria ainda não está no estágio em que deveria estar, e ainda há muito a fazer. Ela precisa de uma sede - que não conseguimos, mas está em vias de ser viabilizada - e precisa de mais profissionais e equipamentos. Isso é inegável. Devemos reconhecer, ao comparar 2006 com 2002, que a Defensoria é outra. Eu estava neste Estado, em 2002, e a Defensoria estava moribunda. O Deputado vai lembrar-se de que o Secretário anterior queria destruir a Defensoria Pública de Minas. Vamos reconhecer que, se a Defensoria de Minas ainda não está como queremos e como ela merece, está muito melhor que em 2002. Mas há muito que construir. Ela é parte do sistema, compõe a cúpula. Semanalmente nos reunimos: Polícias Militar e Civil, área prisional, e a Defensoria está lá, com cadeira cativa; é ouvida e participa. A Dra. Marlene tem sido uma defensora ardorosa dos interesses da instituição. Ela é muito respeitada, da minha parte, principalmente. A Defensoria está prestigiada politicamente, hoje, neste Estado, como nunca esteve antes, tanto que já é parte de um processo de integração no sistema prisional.

Mais do que nunca, queremos a participação da Defensoria no atendimento jurídico aos presos. Ela já presta esse atendimento, mas não ainda em todas as unidades prisionais, porque vocês não têm contingente suficiente, sabemos disso. Por isso, ainda precisamos contar, inevitavelmente, com os advogados contratados "ad hoc".

A Defensoria não está no Sids, porque ainda não tem o seu sistema de informações. Para compor o Sids, o órgão necessita de um sistema de informações informatizado e tem de ter um "software" próprio. No momento, a Defensoria tem recebido, por exemplo, acesso ao Infopen, ao Infopri. O Siscom já é, de praxe, de todo o sistema. Certamente, terá acesso ao PC Net, ao Reds. Estamos criando mecanismos para que o banco de dados Reds chegue à Defensoria, como à Oscip. Mas a Defensoria também terá de oferecer algo, pois não pode apenas receber. E, para oferecer, primeiro terá de construir. Este é o desafio que lhe foi lançado para o ano de 2007: construir seu sistema de informações informatizado em termos de "hardware" e "software". Dessa forma, vai-se incorporar, de corpo e alma, ao Sids, no processo de integração.

E a Ceapa, que, desde o início, foi convidada, é parte, mas não da maneira como gostaríamos. A coordenadora do projeto, Fabiana, que aqui estava, necessitou ausentar-se. A Defensoria foi convidada, já em 2003, para participar do acompanhamento das penas alternativas. Não o faz mais intensivamente não por má vontade, mas, obviamente, por limitações estruturais, de recursos humanos e recursos materiais. Mas, desde o início, ela foi chamada, convidada, tendo todas as portas abertas e não tendo sido excluída em momento algum. Ao contrário, entendemos que a Defensoria é parte da defesa social, e espero que, com a autonomia financeiro-administrativa adquirida pelo órgão, ele não queira separar-se do sistema de defesa social. Espero que isso não aconteça. Deputado, fico com muito medo das excessivas autonomizações que estamos criando no Brasil. Criamos poderes e mais poderes autônomos; já temos o quarto poder, representado pelo Ministério Público. Tenho muito receio dessas coisas. Mas a Assembléia aprovou, e vamos respeitar. Espero que essa autonomia financeiro-administrativa não signifique o insulamento da instituição, sobre o que já discutimos e que é muito perverso.

O Sr. Presidente - Perguntas dirigidas ao Dr. Luís Flávio Sapori. De Gustavo Paolinelli, da PUC Minas: "A prevenção é a nova face das políticas de segurança pública, e o Programa Olho Vivo é o maior exemplo. Como o senhor entende os impactos negativos deste modelo sobre outras garantias fundamentais, como, por exemplo, a da intimidade? Os moradores de rua, principais envolvidos, são incluídos nos debates acerca dessa política?".

De André Alves, da Prefeitura Municipal de Itajubá: "A Secretaria de Defesa Social apoiará os Municípios na implantação das guardas municipais? Isso é possível a partir de convênio de cooperação técnica, sem ônus para os Municípios, como contrapartida aos auxílios físicos e financeiros concedidos à Polícia Militar, à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros?".

De Gustavo Paolinelli, novamente: "O modelo de gestão de riscos por meio da análise prioritária de dados não enseja um novo paradigma da administração da segurança mais afeito ao 'eficientismo' de uma empresa do que a um Estado comprometido com os direitos fundamentais?".

De Joel Braga, da Prefeitura de Itajubá: "No pronunciamento de ontem, o Dr. João Francisco Goulart sugeriu investimentos privados na área de segurança pública, apresentando exemplos em diversos países. Não estaria mais do que na hora de experimentarmos, em nosso Estado, um modelo de presídio-empresa, aproveitando as PPPs e buscando o atendimento pleno da população carcerária ainda passível de ser ressocializada? Acreditamos que existam empresários dispostos a assumir essa responsabilidade".

O professor já respondeu a essa questão em sua resposta anterior. Com a palavra, o Prof. Sapori.

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapori - Começarei por ela, apenas reforçando minhas palavras. Nós concordamos, obviamente, dentro de uma discussão séria, com o Ministério Público e com a Defensoria no que diz respeito a prerrogativas legais e constitucionais.

Com relação à segurança, em que ponto a iniciativa privada poderá fazer a segurança interna das unidades? Temos de ter muita cautela com relação a essa possibilidade de investimento privado. Acho que é possível equacionar isso, mas o nosso modelo é mais inglês e menos americano. Fazemos mais ou menos o modelo das parcerias público-privadas. Vamos executá-las em Minas Gerais, em 2007, em algumas partes. Mas a maioria do sistema continua público, não há como fugir disso.

Sobre a gestão de resultados, quando se fala em "eficientismo", em modelo empresarial, não estamos referindo-nos a um problema, mas a um ganho. É o que o Prof. Sérgio Adorno chamou aqui de paradigma de gestão da administração pública, preocupado com a relação custo-benefício, com resultados ao menor custo possível. E resultado significa queda de violência, obviamente respeitando as prerrogativas, os direitos humanos. Não há incompatibilidade entre essas tarefas.

O Sérgio foi muito feliz, mais uma vez, ao chamar a atenção para isso. Já rompemos no Brasil com essa questão de direitos humanos, achando que direitos humanos são para bandidos. Direitos humanos são para bandidos e para todos os seres humanos; é direito não ser vítima de roubos ou assaltos. Temos de romper essa visão deturpada, segmentada, que foi maléfica no Brasil durante quase 20 anos. É preciso pensar um novo paradigma de segurança.

Concordo plenamente com a proposta do Adorno. A noção de segurança cidadã, que veio de organismos internacionais, poderá se constituir parâmetro de um grande consenso nacional. Temos condição de construir no Brasil um arranjo institucional de Estado, não de governo. A idéia do Adorno parece-me fundamental. O princípio teórico é a noção de segurança cidadã. Quem sabe, no próximo quadriênio, possamos levar essa discussão ao nível federal!

Sobre os guardas municipais, devo reconhecer que há um vácuo, uma ausência dessa política em Minas. Não há política para guardas municipais em Minas Gerais. Lamentavelmente reconhecemos isso. Acho que isso poderá ser contribuição para essas discussões. Como a Secretaria de Defesa Social, em Minas, poderá fomentar guardas municipais? Não sabemos como fazê-lo. Não há uma proposta, não há uma metodologia. Espero dos grupos de trabalho uma proposta concreta tanto na área de consultoria técnica quanto na de capacitação.

O governo de Minas não tem feito o que poderia nessa área. Concordo com isso. Estou disposto a receber toda e qualquer proposta que venha nesse sentido, principalmente para as cidades de pequeno porte. O governo do Estado precisa ter uma política para as guardas municipais, não de interferência e de controle, mas de auxílio técnico. Daqui poderá sair uma boa proposta.

E quanto ao Olho Vivo, para quem não sabe, é o sistema de monitoramento feito por câmeras. Ele não interfere em nenhum direito do cidadão, tanto que já funciona em Belo Horizonte há quase três anos, propiciando quedas expressivas no número de furtos e assaltos. É um sistema usado internacionalmente nas principais capitais européias. Não há nenhum óbice a que seja usado em vias públicas e monitorado pelo poder público. Quem monitora as câmeras é a Polícia Militar. Ela tem, por lei, a sua coordenação. As imagens são usadas para fins policiais.

Na verdade, a câmera é o olho do policial e do Estado. Se o policial está na rua fazendo prevenção, estará potencializando a vigilância por meio de um sistema eletrônico. Do nosso ponto de vista, é um sistema muito eficiente. Quisera que todos os grandes Municípios de Minas pudessem implantá-lo em suas regiões comerciais.

O Sr. Presidente - Ouviremos, em seguida, o Sr. Herbert Carneiro. Existem alguns questionamentos orais, que ficarão por último. Há aqui várias perguntas escritas, que serão formuladas oralmente.

De Célia Marques Oliveira, Vereadora à Câmara Municipal de Francisco Sá: "Dr. Herbert, gostaria de saber quando será criada a vara de execuções em minha cidade, onde, há dois anos, foi construída uma penitenciária de segurança máxima. Foi prometida a imediata criação dessa vara".

De Lucas Almeida, da OAB-MG: "Quando se fala na repetição de prova no processo penal, é importante ressaltar que é no processo que os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório se farão presentes. O processo não pode ser uma mera convalidação do inquérito policial. Uma alternativa para maior celeridade processual não seria a modernização da estrutura física e humana do Judiciário? Não seria uma melhor saída do que sacrificar o devido processo legal e seus princípios constitucionais?".

De Daniela Prado, da Secretaria de Defesa Social: "Dr. Herbert, qual é a sua opinião sobre o Programa Individual de Ressocialização? Essa metodologia não pode ser mais eficiente que o exame criminológico, que, em alguns casos, era feito sem que o profissional tivesse mais que um contato com o apenado?".

De Francis Rabelo, da Defensoria Pública: "Dr. Herbert, conhecendo as características da população carcerária, na sua maioria formada por réus pobres, como compreende o trabalho da Defensoria? É possível conciliar os ideais 'garantistas' com a prática prisional?".

Esse é o primeiro bloco.

O Juiz Herbert José Almeida Carneiro - Primeiramente, com relação à questão da Vara de Execução Criminal de Francisco Sá, é preciso ter em mente que só se cria uma Vara por lei. O Tribunal de Justiça fez encaminhamento agora à Assembléia Legislativa de sua Lei de Organização Judiciária. Nela está prevista, entre outras, a Vara de Execução Criminal de Francisco Sá. Aprovada a lei, penso que o Tribunal de Justiça implantará nessa comarca sua Vara de Execução Criminal, até porque está prevista na própria lei a dotação orçamentária própria para sua implementação.

Do ponto de vista interno do Tribunal, quanto às normas, há as Resoluções nºs 297 e 324, que prevêem que, onde houver uma penitenciária, necessariamente terá de haver um Juiz de execução criminal, uma Vara específica para tratar daquelas situações. Então, no presente momento, o Tribunal de Justiça está na expectativa da aprovação da lei, para que possa efetivar a medida.

Quanto ao modelo que apregoei aqui de eficiência do processo penal, em momento algum fiz menos vista ou deixei de reconhecer a importância dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e da legalidade. É lógico que um processo é feito com uma instrução só, com a presença imprescindível e necessária da Defensoria Pública, acompanhando tudo. Como todos sabemos, grande parte daqueles que são dirigidos à Justiça criminal são carentes.

Naturalmente, a Defensoria Pública tem de estar presente desde o registro da ocorrência policial. Em Minas Gerais, tenho acompanhado, há algum tempo, a evolução da Defensoria Pública. Recentemente, foi promulgada a emenda à Constituição que lhe garantiu autonomia financeira e administrativa. O próprio Judiciário passou por esse processo após a Constituinte de 1988 e ganhou autonomia financeira e administrativa, mas, até hoje, bate-se pela sua efetiva implementação. É um processo lento, mas temos de reconhecer que tem sido feito.

Concordo com o Prof. Sapori que afirmou que os avanços são muitos, mas ainda ontem disse à Dra. Marlene Nery, chefe da Procuradoria local, que a Defensoria já não pode conviver com essa situação. Faz-se um concurso, aprova-se. Daqui a pouco, o Judiciário abre concurso para o Ministério Público, e o Defensor Público faz da Defensoria uma mera ponte em razão de autonomia financeira, de melhores salários, de melhores condições de trabalho. É preciso reconhecer a importância da Defensoria para a administração da Justiça e, naturalmente, oferecer ao profissional que a ela serve, assim como a toda sua estrutura, condições dignas de sobrevivência e de efetividade de suas funções constitucional e legal.

Conheço vários programas de individualização, de ressocialização e sei do empenho de algumas unidades da Federação para quase substituir, nas comissões técnicas de classificação, o exame criminológico por algo que seja tão eficiente quanto ele, de forma que o apenado tenha algum tipo de assistência.

Tenho sempre criticado, construtivamente, a reforma que se fez na Lei de Execução Penal, que não ofereceu, em detrimento da mitigação da comissão técnica de classificação e da não-obrigatoriedade do exame criminológico, algo substitutivo à verdadeira ressocialização e recuperação do homem. Conhecemos programas isolados. Em Minas Gerais, há algumas experiências, como as Apacs, em que as comissões técnicas de classificação são compostas por voluntários. Mas isso não está previsto do ponto de vista legal. Por isso disse que a Lei nº 10.792, no que diz respeito à ressocialização e com foco no exame criminológico e no trabalho efetivo das comissões técnicas de classificação, representou um retrocesso.

Como afirmei há pouco, é preciso que a Defensoria Pública esteja presente, desde o início do procedimento, do registro criminal. Sabemos que, em determinado momento, em face da falta de estrutura da Defensoria Pública, o Estado tem-se utilizado de assistentes jurídicos nos mais diversos modelos de estabelecimento para suprir o papel constitucional e legal que tem de desenvolver. Tenho dito isso de maneira bem clara. É lógico que é uma atividade que garante ao cidadão, mesmo que precariamente, a defesa dos seus direitos constitucionais, ante o processo penal, mas não supre, definitivamente, a necessidade de se ter uma Defensoria Pública forte, uma Defensoria Pública que possa garantir ao cidadão o que está previsto na Constituição e na Lei Processual Penal.

Eu, em momento algum, compartilho o entendimento de que temos que enfraquecer a Defensoria Pública, de que a Defensoria Pública, se ganhar autonomia financeira e administrativa, vai desligar-se do sistema do Estado. É um equívoco pensar dessa forma. Acho que todos têm que estar devidamente valorizados e trabalhando para um sistema de justiça criminal, como sustentei, e têm que passar por uma reformulação legal. A Defensoria Pública merece o reconhecimento da função que exerce.

O Sr. Presidente - Pergunta de Horácio Vanderley Tostes, da Defensoria Pública: "Dr. Herbert, no atual projeto do Código do Processo Penal em trâmite no Congresso Nacional, o inquérito policial deixa de ser inquisitorial, passando a acusatório. Na visão atual do eminente Juiz, considerando a criminalidade atual e a estrutura policial, há condições de agilidade na formação de provas sob o crivo do contraditório?".

Diego Ramos, da Defensoria Pública: "No novo sistema de instrução processual no qual a colheita da prova se dá, primordialmente, perante o Delegado de Polícia, como o senhor vê a participação da Defensoria Pública na fase de produção de provas?".

Nádia de Souza Campos, Defensora Pública da 12ª Vara Criminal de Belo Horizonte: "No modelo traçado por V. Exa. para a ação penal, quer policial, quer de instrução processual, como ficarão os princípios da ampla defesa do contraditório, mormente no que diz respeito à produção de provas e, em especial, do acusado carente de recursos econômicos e o destinatário da atividade institucional da Defensoria Pública?".

Luciana Moura de Fonseca, Defensora Pública: "Dr. Herbert, para mudança do processo penal, com a celeridade do sistema e aproveitamento do inquérito, além do Delegado e Ministério Público, tem que existir a participação da Defensoria Pública, no caso de pobres, no sentido legal, sob pena de se ferirem direitos constitucionais daquele que está sendo processado. O senhor não concorda?".

Cláudio Correia, da Associação dos Servidores da Polícia Civil: "O senhor diz que o regime disciplinar diferenciado é cruel. Criminosos cruéis como Beira-Mar, Marcola e outros similares podem ser condenados da mesma forma que ladrões de galinha? Esses criminosos são inteligentes, maquiavélicos e cruéis".

Eu endosso a pergunta do Cláudio.

O Juiz Herbert José Almeida Carneiro - Primeiro quero esclarecer que o modelo que esbocei não é meu. É um modelo que já está em tramitação há algum tempo no Congresso Nacional, prevendo esse processo acusatório, colocando fim àquela questão de dois ciclos, que, em meu modesto entendimento, são plenamente desnecessários. Como eu disse, ele duplica as atividades para o mesmo fim, gastando tempo e recursos para uma mesma finalidade. O processo acusatório, penso eu, da forma como colocado, sem nenhuma crítica ao modelo e à atuação dos dirigentes e dos Delegados de Polícia que conduzem os seus inquéritos, tem, no contexto processual brasileiro, demonstrado que o que chega à justiça e tem alguma prestabilidade é muito pouco. Tudo que se faz na delegacia tem que se repetir em juízo. Ora, um processo que seja conduzido pelo Delegado de Polícia, em permanente consórcio fiscalizatório, como está previsto na lei, com o Ministério Público fazendo de uma só vez e deixando ao Juiz o exame para o recebimento ou não da ação penal, para a justiça da causa penal ou não, o exame e a reprodução ou não de atos já praticados na Delegacia de Polícia e a produção de outros se necessário, é mais eficiente.

Em um primeiro momento, isso é mais eficiente do que o modelo em vigor, que tem demonstrado não alcançar o seu objetivo. É necessário que a Defensoria Pública tenha autonomia financeira, administrativa e funcional e que esteja devidamente aparelhada do ponto de vista humano e material, a fim de acompanhar esse processo desde a delegacia, para atender ao cidadão carente, pois esse é o seu papel constitucional. Não vejo empecilho nisso. O empecilho atual é a necessidade de, primeiro, reformular-se a lei. Sabemos que os atos são reproduzidos e que a Defensoria não participa, passando a acompanhar o processo já, em juízo, na fase da defesa prévia, sem que tenha tido a mínima participação na coleta de provas da fase policial.

A idéia exposta tramita no Congresso Nacional e não é minha, como disse. Como trabalho há 15 anos na judicatura, já tive a frustração de ver o Estado gastar dinheiro e os seus Poderes constituídos, o Judiciário e o Executivo, acreditarem que se pudesse chegar ao final de uma prestação jurisdicional, mas ter que, frustrantemente, reconhecer a prescrição da ação penal.

Nesse modelo, como expus, independentemente e a despeito de se ter de garantir ao cidadão apenado ampla defesa, contraditório e legalidade, tem de haver a participação da Defensoria Pública. A Presidência do Ministério Público é o titular da ação penal, e a Polícia Civil tem o seu papel investigante, técnico e científico e de coleta das provas. O Promotor passará a conduzir todo esse processo e apresentar a ação ao Juiz, já com os elementos de prova. O Juiz reproduzirá se houver necessidade. Isso não é o que acontece atualmente.

Em relação ao regime disciplinar diferenciado, expus um ponto de vista defendido pelos Juizes das Varas de Execuções Criminais de Minas Gerais. Posicionamo-nos, em um primeiro momento, em relação à inconstitucionalidade desse regime. Acredito que, além de cercear de maneira cruel a liberdade, ainda agride a dignidade do cidadão. Registros estatísticos têm demonstrado que boa parte dos cidadãos sujeitos a esse regime já partiu para outra. Sou muito franco em relação a isso. Se a sociedade deseja partir para esse tipo de ação, já que é detentora desse direito por meio da democracia participativa, terá de abrir um discurso em nível nacional. Como disse muito bem o Dr. Roberto, no calor do momento, das discussões e dos fatos, muita lei é alterada. Sabemos disso. São necessários 3 milhões de assinaturas para mudar uma lei, e um artista da Rede Globo conseguiu mudar uma lei no Brasil, relativa ao crime hediondo. Se a sociedade desejar essa opção, tem de endurecer mais o regime disciplinar diferenciado. Depois disso, só há uma saída: a pena de morte, porque quem passa por esse regime estará fadado a morte lenta, gradual e o mais cruel possível.

Não é possível que o cidadão fique num regime desse sem poder sequer fazer uma leitura. Mesmo que monitorado, ele tem de poder fazer alguma coisa. O cidadão ficar num cubículo 24 horas por dia sem direito a nada é inconcebível. A sociedade brasileira tem de pensar nisso.

Posicionamo-nos sobre a crueldade porque entendemos que o regime, a despeito das garantias constitucionais, viola flagrantemente o chamado princípio da individualização da pena; não dá ao cidadão o direito que está previsto na Constituição, nem mesmo ao cidadão apenado cujo nome foi citado na pergunta. A lei dá ao Estado o direito de tirar a liberdade do sujeito, mas não lhe dá o direito de tirar-lhe a vida.

O regime disciplinar diferenciado do Estado está-se transformando lentamente em direito de tirar a vida do cidadão. Fica inteiramente a critério da sociedade repensar o assunto. Estamos num momento eleitoral. Basta uma reforma da Constituição para introduzir algo mais grave que o regime disciplinar diferenciado. E só há uma saída: a pena de morte. A sociedade tem de pensar nisso. É uma maneira, aliás, de participar do contexto de segurança pública e, particularmente, do que diz respeito ao sistema prisional.

De maneira particular - como cristão e como alguém que estuda a lei -, entendo que, além do aspecto da crueldade, o regime disciplinar diferenciado viola os princípios de individualização e de progressividade da pena. Da forma como está posto, quem o aplica está rasgando o texto constitucional e a lei penal.

Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, peço para me ausentar, porque tenho uma viagem marcada para as 14h30min, com saída de Confins. Coloco-me sempre à disposição para o diálogo.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos a brilhante participação do Dr. Herbert, Juiz Criminal da Vara de Execução Criminal da Comarca de Belo Horizonte. O Sr. Wallison Cândido, de Governador Valadares, faz duas perguntas ao Sr. Sérgio Adorno: "Qual o diagnóstico encontrado para o baixo percentual de abertura de inquéritos policiais: falta de recursos humanos, falta de viaturas, equipamentos e armamentos, ou falta de preparo dos profissionais para investigação?"; e "Ontem, na mesa temática 'Financiamento da Segurança Pública', o Sr. Marcos Siqueira, Assessor da Sedes, afirmou que a segurança pública deveria ser financiada pela sociedade civil, e não pelo Estado, porque a sociedade civil é mais competente em tempo de execução e em moralidade. Qual é a sua opinião?".

O Sr. Sérgio Adorno - Ainda estou fazendo análise dos dados mais e mais detalhadamente, mas já ficou muito claro que um fator que influencia decisivamente na investigação é a natureza da autoria. Crimes de autoria desconhecida não são investigados. São, preferencialmente, investigados crimes de autoria conhecida.

Há uma cultura organizacional que, de certa maneira, dá preferência a investigar crimes de autoria conhecida porque a investigação produz resultados. Crime de autoria desconhecida envolve outra técnica. Não quer dizer que a polícia não saiba investigá-lo. Quando é pressionada a fazê-lo, ela o faz e com competência, mas, em geral, no cotidiano, ela não é estimulada a investigar tais crimes.

No meu universo de investigação - evidentemente, não poderei generalizar para todo o Estado, pois pesquisei apenas parte do Município de

São Paulo -, constatei que 90% dos crimes investigados são de autoria desconhecida e apenas 10% de autoria conhecida. Imaginem o que isso significa do ponto de vista do impacto do sistema de justiça.

Agora estou coletando os dados secundários, e certamente há problemas de falta de recursos humanos, poucos estímulos à polícia científica, e a coleta de provas não é conduzida com o empenho necessário. Quero deixar claro: como sociólogo, tenho de analisar os fatos independentemente das suas conotações valorativas ou morais. Não me interessa dizer que as pessoas são boas ou más ou que são bons ou maus profissionais. Preciso entender em que condições trabalham e como produzem.

À primeira vista, parece não haver estímulos institucionais à investigação de autoria desconhecida. Preciso entender melhor como isso acontece. Há alguns elementos que se aproximam do caráter antropológico. De alguma maneira, até por uma certa tradição da cultura política brasileira, há uma espécie de barreira simbólica entre o público e os trabalhadores da área de segurança.

Nas Delegacias, percebemos que, havendo necessidade de mais móveis, são colocados justamente nas áreas em que há contato entre o público e os policiais ou nos locais de visibilidade dos cidadãos em relação ao trabalho da polícia. Não é como acontece nos bancos, em que as divisórias são transparentes justamente para um fiscalizar o trabalho do outro e cada um se sentir obrigado a ter um ritmo de execução. No caso, ocorre o contrário. Há uma espécie de trincheira simbólica. De alguma forma, ao contrário, o que pode ser proteção ao trabalho policial acaba revertendo-se em fator negativo para a produção. Evidentemente, esses são apenas alguns elementos; faz-se necessário estudar o assunto com maior cuidado.

No momento, estou preocupado em analisar as condições do trabalho policial, pois acredito que podem explicar em grande parte o porquê de não haver estímulo à investigação dos crimes de autoria desconhecida.

A pesquisa revelou outro importante dado. A polícia acaba sendo uma espécie de crivo do que vai à frente. E quando vai à frente, de modo geral, tudo o que é processado acaba sendo condenado. Não é verdade que o Ministério Público e a Justiça não julguem e punem, mas punem apenas o que lhes chega efetivamente, o que é transformado em matéria processual.

Quanto à sociedade civil, não considero a vigilância como sua atribuição. Desculpem-me, mas isso é função do Estado. À sociedade civil cabe o importante papel de vigilância, cobrança, parceria e colaboração - não tenho dúvida disso -, mas lhe atribuir uma função do Estado é dizer que o interesse privado é o que vale.

O que é a sociedade civil? Por mais que seja politicamente consistente, é, na verdade, um grande depósito de interesses de diferentes segmentos da sociedade; É como se dissessem: "Agora são os interesses da sociedade; quem tiver mais influência poderá fazer com que a política vá para esta ou aquela direção".

Sou contra essa postura. Essa é uma tarefa do Estado e deve ficar nas suas mãos. Não tenho dúvida de que a sociedade civil tem importante papel, mas não deve ser responsável por esse serviço. Aliás, na literatura internacional, há inúmeras críticas a respeito da chamada polícia comunitária, que, de alguma forma, atribui à vizinhança o papel de exercer atividades policiais. Isso é minimamente discutível.

Deputado, também estou com viagem marcada. Lamento profundamente por isso. Realmente gostaria de continuar neste seminário, que considero da maior relevância, mas, infelizmente, por exercer uma função junto à Capes, tenho de participar de uma reunião. Não quis suspender este compromisso por considerá-lo, como já disse, da maior importância, mas terei de ausentar-me. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Prof. Sérgio Adorno, Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Agradecemos sua participação, em nome da Assembléia do Estado de Minas Gerais e, certamente, em nome de todos os participantes que aqui vieram contribuir.

Passamos a palavra ao Prof. Roberto Aguiar, para suas respostas.

A primeira pergunta é de Michele, do Programa Fica Vivo: "Prof. Roberto Aguiar, peço que fale um pouco mais, se possível a partir de alguma experiência, sobre como redefinir ações de segurança pública preventivas, tendo em vista a contínua transformação da criminalidade".

Manifestação de Francis Rabelo Coutinho, da Defensoria Pública: "Gostaria de cumprimentar o culto e ilustre palestrante. Agradeço a aula ministrada".

Pergunta de Cândido Luiz Machado, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social: "Se o senhor ama a sabedoria e gosta de política, qual é a causa da violência? A consequência eu sei ou não sei. Só sei que nada sei. Adoro o questionamento, a busca sistemática, racional e consciente de tudo. Adoro o ato filosófico. Sou louco pela política e pela filosofia".

Pergunta de Antônio de Oliveira, Coordenador de Segurança Municipal de Rio Acima: "Prof. Roberto Aguiar, gostei muito de sua explanação, que é fiel e realista. Gostaria de saber por que a Justiça não mantém plantões nos finais de semana. As comarcas deveriam reativar os plantões, como era antigamente, por 24 horas. Isso é possível? Com respeito ao armamento da polícia, enquanto a bandidagem tem os mais modernos equipamentos e armamentos, o que tem o nosso policial no combate ao crime?".

Pergunta de Noeme Camilo, do Conselho Tutelar de Contagem: "Prof. Roberto Aguiar, qual é a sua visão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares?".

Pergunta de Noelma Rezende, do Núcleo de Prevenção à Criminalidade: "O senhor acredita que questões sociais em áreas violentas, com alto índice de criminalidade, devem ser tratadas como assunto de segurança pública?".

Pergunta de Saulo Mansur, policial civil: "Qual é a sua opinião sobre possibilitar-se ao Ministério Público a atribuição de investigação criminal, considerando que o órgão é parte no exercício da persecução penal?". Com a palavra, o Prof. Roberto Aguiar, para suas respostas.

O Sr. Roberto Armando Ramos Aguiar - As perguntas estão muito implicadas. Em relação à pergunta sobre os armamentos, os permitidos para os profissionais particulares são em número muito maior do que para os policiais militares e civis. Por outro lado, dá um medo danado o fato de que não são treinados os nossos policiais para o uso de armamentos.

Vocês não fazem idéia da grande quantidade de pessoas mal treinadas portando armas sofisticadas. Por exemplo: atiram, com escopeta de cano curto, em lugares onde existe aglomeração urbana. É um verdadeiro carnaval. Será que não aprenderam que uma calibre 12, cano curto, cheia de chumbo, abre um buraco? Será que não fizeram isso em quartéis? Será que não trataram isso com seriedade?

É necessário que as armas sejam adequadas ao tipo de ação. Não contem para ninguém, porque isso estava escondido, que fique entre nós e o mundo: fogo amigo é o que mais mata na polícia. Os que estão na frente são atingidos nas costas por seus companheiros. Isso não é apenas falta de treinamento técnico, mas também de treinamento psíquico, a fim de não haver desespero. Isso é desespero, é medo. Todos sentem medo, mas esse medo precisa ser racionalizado em termos de ações. Muitos policiais são mortos não por bandidos - que também matam -, mas por seus companheirinhos mal treinados. Depois, conseguem dar um jeito na situação, que poderá pegar mal.

No Brasil existe discriminação com relação a tudo que é público. Tudo está sendo privatizado, às vezes com a conivência de agentes do Estado. Por exemplo, policiais que têm competência em determinada área param de policiar, a fim de venderem serviços de segurança particular de suas mulheres, amantes ou filhos. Infelizmente, isso é comum no Brasil. A questão de armamento precisa ser trabalhada com muito cuidado e realismo.

Políticas preventivas. Existe algo bíblico: segurança pública não resolve problemas de segurança; sozinha, não faz nada. Quem julgar que um bando de onipotentes divinos conseguirá, pela força das armas, a paz social, está completamente errado. Isso é um perigo. A prevenção somente ocorrerá por meio de uma intervenção multidisciplinar e interinstitucional. A mudança da modulação do policiamento acontece no momento em que outros órgãos do Estado e da sociedade propiciam lazer, educação, cultura, convivência e documentação. O que se faz normalmente é mudar a modulação para uma política menos violenta, talvez comunitária, apesar das resistências do meu amigo Adorno, a partir das presenças do Estado e da sociedade.

O grande problema é o seguinte: as pessoas imaginam que, em lugares como morros, existam somente bandidos. Ao verificarmos os índices, iremos concluir que somente 0,1% ou 0,2% são marginais. O restante da população é constituída por trabalhadores. As ações mal organizadas fazem com que trabalhadores sejam assassinados e bandidos não sejam presos. Isso é muito sério. Ações preventivas são de responsabilidade das várias instâncias do Estado e da sociedade. Esse processo precisa ser planejado.

É muito complexa a questão das causas da violência. O princípio da causalidade está em questão.

Como funciona a causalidade no momento em que não há determinismo, não há linearidade do tempo, você trabalha com probabilidades, e os efeitos corrigem as causas como no computador?

A violência brasileira tem uma característica interessante, que não é a sua causa, mas uma de suas manifestações. Ela é assim representada pela apatia. É algo estranho. Existem os atos violentos, mas o grande quadro por detrás é a apatia. Há um político do Distrito Federal que diz uma coisa que mostra bem o que a Hannah Arendt falava sobre a banalização do mal. Ele diz que as crianças do Distrito Federal são um problema, porque enfeiam o projeto urbano de Lúcio Costa e o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Quer dizer, a presença das crianças pobres, marginalizadas e dos excluídos é um problema estético para Brasília, não um problema ético. Esse é o supra-sumo da imbecilidade apática. Esse tipo de visão nos leva a naturalizarmos o mal. Violência policial? É preciso e tal. Matou com o camarada amarrado, e é estrito cumprimento do dever legal. Esses meninos chegam perto do carro e fechamos o vidro, é normal, é natural. Essa naturalização do mal faz com que a gente se esboroe, dissolve todo o tecido ético. Esse é um dos componentes, não é a causa da violência.

O segundo componente é que, no fundo, o Brasil tem uma série de ações para inglês ver. Parece que tem ação, mas não tem. Tenho um exemplo da educação. Minha mulher trouxe um dado que me marcou muito. Temos 1.004 faculdades de Direito. Se pensarem em 50 professores por faculdade, são mais de 50 mil professores. Onde se encontra esse número de professores? Nessas faculdades, a maioria absoluta finge que ensina, e o outro finge que aprende. Ao final, surge um fingidor profissional, que terá um problema gravíssimo e será Juiz, Promotor, advogado, Delegado. O que farão os pobres cidadãos?

Isso é para vocês sentirem: de um lado, a apatia; de outro, a farsa. Por exemplo, a farsa de certos processos judiciais. Fingem que o cara está sendo julgado, mas não está. É possível em Brasília, nos tribunais superiores, ficar enrolando o processo por anos. Existe um procedimento complexo, feito para não decidir, tanto que os tribunais superiores, no Distrito Federal, raramente trabalham com questão de mérito, só com questão formal. Se foi questionado determinado fato na instância original ou se há realmente uma violação de lei constitucional, então vai-se por recurso extraordinário; se é infraconstitucional, vai-se por recurso especial, que pode ser proposto ao mesmo tempo no mesmo caso. Aí se decide, e é preciso fazer um embargo de declaração, porque não se entendeu o que o Juiz disse.

O nosso processo é sagaz, é a farsa do julgamento. Enquanto isso o mundão, esse que vemos quando saímos da Assembléia, está fervendo com mil coisas. Há alguns dados que são brutais e retratam até essa questão da prevenção da violência. Pela primeira vez na história do Brasil - e a fonte é a Fundação Getúlio Vargas -, a geração posterior tem menos oportunidades que a anterior. Bem ou mal, o Brasil andou aos troços, mas a geração posterior sempre tinha mais oportunidades que a anterior. Nessa, não, eles têm menos que seus pais. Em 2002 havia 40% dos empregos de 1992.

É evidente que vocês, ligados à questão de segurança, fiquem assustados quando vão ao cemitério do Jardim Ângela, em São Paulo, e digam: "Meu Deus, as pessoas que estão aqui tinham entre 15 e 24 anos e foram mortas por pessoas que têm entre 15 e 24 anos". Ou seja, estamos queimando uma geração, a nossa juventude, e não temos uma política consistente. Querem trabalhar preventivamente? Invistam na juventude.

As pessoas adoram falar em ensino técnico, mas é para o camarada "meia boca", que não consegue entrar na universidade. Essa é a visão. No fundo, o ensino técnico é ruim. Algumas escolas técnicas que são muito boas em termos de 2º grau, que agora passou a ser ensino médio, mudam de nome, mas, na prática, não mudam nada. Viram universidade, porque o vestibular para entrar nelas é complicadíssimo. De resto, fingem que ensinam as matérias. Ou param de fingir cidadania ou param de fingir educação ou param de fingir que estão interferindo nas coisas.

Somos tão esquisitos que damos nomes diferentes às pessoas. Quando é filho dos outros, chamamos de menor; quando é nosso filho, chamamos de criança. Amante do Presidente é meretriz, mas na rua é outra coisa. Falo isso para mostrar que política preventiva passa por uma questão cultural, educacional, geracional e por investimento em setores da sociedade.

Falam muito de distância social. Esse negócio de identificar a criminalidade com o pobre o Saporiti conhece há 250 anos, antes de mim. No tempo em que era Secretário em Brasília, as pessoas se assustaram muito porque a linha do metrô que ia para as cidades-satélites passaria pelo plano-piloto. Perguntaram-me: "Secretário, o senhor não tem medo de que os criminosos das cidades-satélites venham delinquir no plano-piloto?". Disse que tinha medo do contrário, das pessoas daqui irem para lá ensinarem a sofisticação para a periferia, porque os daqui são muito bons e os de lá ainda são meio canhestros. O medo é a mão inversa. Aí, deu aquela briga, porque todos sentiram-se ofendidos: "Eu, cidadão de bem, roubo, mas escondo".

Quero mostrar a vocês que esse é um problema mais global, mais complexo dentro de um mundo altamente problemático. O que me assusta - disse isso na faculdade em que dou aulas - é que Saddam Hussein fez aquelas coisas horróricas; mas Bush, com as leis antiterrorismo, tirou todos os direitos dentro dos Estados Unidos; Israel mata palestinos alucinadamente; os libaneses agora estão sentindo isso de perto; e não há nenhuma faculdade de direito.

Quando falo de apatia, na verdade quero mostrar que nada mais nos toca; que perdemos a capacidade de nos indignar, de rir e de ter paixão. As pessoas não se apaixonam mais, todo mundo é inodoro, incolor, insípido. Isso é sério. Não pensem que é de graça que somos ruins: todo o sistema educacional foi montado para isso. Um operário apaixonado com a sua mulher cria uma lacuna na linha de produção, atrasa o trabalho. É preciso o amor bom, o amor que constrói, aquele negócio dos velhos vinhos, só que já está rançoso e ele nem percebeu. Há todo um quadro sobre o qual valeria a pena filosofar, mas não é o caso, é muito mais complicado.

E não é só aquele economicismo barato: existe pobre, existe rico. Onde há pobre e rico juntos há problemas.

Em relação às cidades pobres do Brasil, a criminalidade é praticamente zero, salvo alguns delitos de honra e outros mais interpessoais. Em Cariri, por exemplo, e em outras cidades paupérrimas, o índice de criminalidade é muito pequeno. Então, tirem isso da cabeça.

É preciso sabermos que existe uma outra leitura econômica e política, além de uma efetiva identificação do conjunto de relações que levam a essa violência.

É fundamental o plantão de Justiça. Funcionário público é muito certinho, e eu também sou um deles, por isso me sinto tranqüilo para afirmar isso. Daí haver problemas com Juizes e Promotores de plantão.

Houve um seqüestro complicadíssimo no Distrito Federal. Lá nos deparamos com o pessoal da Polícia Militar e com cidadãos comuns. O ódio da população era tão grande, que tive medo de um policial ficar alucinado e baixar o braço em cima de alguém. Por isso, a necessidade de o interrogatório ser feito com o acompanhamento do Ministério Público. Foram 4 horas procurando um MP para dar uma mãozinha, para colocar a região glútea, não digo nem a cabeça, e dizer alguma coisa. Então, foi preciso gravar o interrogatório para provar que os policiais não estavam agredindo ninguém, já que a tensão era muito grande. Plantão é fundamental, mas há pessoas que não gostam.

Já falei sobre a questão dos armamentos.

Em relação ao ECA, no Brasil, fala-se apenas em diminuição da idade penal, da imputabilidade penal para adolescentes. É algo desesperante. A vida deles não é considerada. Sempre que abordo esse assunto em algum lugar, logo me perguntam se não acho que uma pessoa de 17 anos já é um homem que mata e que transa com as meninas. É preciso ter bastante calma nisso.

No Rio de Janeiro, existe uma categoria de jovens de grande prestígio nos morros. São os chamados surfistas. Estão criando novas categorias de pessoas. Surfista é o cara que tem uma tábua de "surf", que mora no Morro do Macaco e que, nos finais de semana, vai até Copacabana dar uma de gostoso. Criaram-se categorias sociais de criminosos de grifes. Só furtam ou roubam grife. "Eu sou adidas." Então, quando pegam um sujeito que não está usando adidas, ainda batem no cara. São realidades absolutamente especiais, deformadas, atípicas e artificiais.

O ECA é algo que precisa ser aperfeiçoado, não para radicalizar, mas em termos de proteção de seus instrumentos.

Em Brasília, havia grades nas celas do Caje, então eles tiraram as grades e colocaram portas de ferro. Isso é muito perigoso porque, em caso de fogo, queima-se o colchão, as portas dilatam, e as crianças morrem lá dentro. São cabeças doentias. É preciso trabalhar com certa sanidade.

Os Conselhos Tutelares são muito complicados. Agora mesmo, estou com um problema no Distrito Federal, porque será refeita a eleição, já que existem muitas disputas paralelas, muitos jogos com pais, com grupos e, pior ainda, com comerciantes. "Vou proteger o seu comércio, desde que, no fim de semana, eu coma a sua pizza." Há muito disso, ou seja, a deformação, particularização e privatização dos Conselhos Tutelares. Isso precisa ser revisto.

Sobre Ministério Público e investigação, precisamos parar de achar no sistema que, se alguém assume alguma coisa, manda no outro. Talvez tenhamos de sofisticar a teia operacional entre Polícia Civil e Ministério Público para que as coisas não resultem em complicações, como disse o Juiz. O fato de eu comandar algum processo não significa mandar. É pura e simplesmente o organizar.

Atentem para algo importante: o mundo está em rede. Quando o mundo está em rede, os poderes são diferentes. Quem é que manda na net? Ninguém, mas cada um tem o seu papel. Eu tenho informações que você não tem. Assim, tenho o meu papel. No fundo, a tendência é rede, e a questão é quem vai ficar, contribuir, como vai contribuir, porque a rede tem um papel operacional diferente. É um outro tipo de democracia. Estamos chegando a isso, não tem jeito.

Isso me lembra a história de um amigo meu, que sempre conto para vocês, acho que tem gente que já ouviu: a filha dele estava fazendo pesquisa sobre um peixinho que há em Brasília e, para variar, recebeu o nome de juscélino-alguma-coisa, tudo que aparece lá vira juscélino, até peixe. Ele foi ao WWF, uma ONG, com sua filha de 11 anos, e perguntou se poderia fazer uma pesquisa, se existiam peixes iguais, ou se só em Brasília havia aquele peixe. A moça falou que ele se sentasse, ofereceu um chá. Havia um "boy" que fazia o chá, uma secretária trilingüe e um computador Unisys, um monstro. Em 15 minutos estava com um monte de matéria de Madagascar, da Indonésia, onde havia o peixe, onde não havia. Lá se foi a menina, cheia de informações.

Mas o "cara", na consciência nacionalista, resolveu ir ao Ibama com a menina. Aconteceu tudo outra vez, a mesma arenga: "Minha filha está fazendo um trabalho.". A moça que o atendia disse: "Requeira.". Ele disse que era uma criança. "Então, ela requer e o senhor assiste.". Então, requereu. Aí começou o jogo burocrático, que brincamos dizendo ser a "burocracia ao-aó": ao encarregado da divisão de ictiologia do Centro-Oeste; ao gerente de aquícultura, e assim foi. Após três meses chega a resposta: "Infelizmente o Ibama não tem dados suficientes para responder a questão.".

Isso que estou mostrando é uma estrutura em rede e uma estrutura hierárquico-piramidal. Não podemos, como segurança, responder por via hierárquico-piramidal problemas suscitados em rede da nossa sociedade. É por aí que paro. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Prof. Roberto Aguiar. A Presidência esclarece que houve uma incompreensão quanto ao regulamento, ao indicar a plenária final. O pessoal do interior entendeu que somente a diretoria-geral de Belo Horizonte poderia indicar para a plenária final. Para permitir a participação, todos os inscritos institucionais, de cartão amarelo, terão direito a voto. O crachá branco é inscrição individual, sem direito a voto. Isso em conformidade com o regulamento, Capítulo III, da participação e de cada inscrição. Consultando as comissões temáticas, chegaram ao entendimento de que deveriam, sim, participar.

Faço a seguinte consulta ao Plenário, tendo em vista essa participação democrática e esse equívoco, naturalmente compreensível: aqueles que concordam com essa participação, com o direito ao voto dos portadores do crachá amarelo, que ficaram prejudicados devido a esse entendimento, permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Passaremos às inscrições orais, solicitando objetividade dos participantes, devido ao adiantado da hora. A primeira inscrita é Marolinta Dutra, da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

A Sra. Marolinta Dutra - Professor, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada recentemente e ainda não está estruturada. O Rio de Janeiro tem uma das melhores Defensorias Públicas do Brasil, a exemplo, também, do Rio Grande do Sul. Pergunto se, na opinião do senhor, a ausência ou a inexistência, a deficiência ou a insuficiência de assistência jurídica penitenciária em São Paulo contribuiu para o atual estado de caos que lá se instalou.

O Sr. Roberto Armando Ramos Aguiar - O grande problema das grandes cidades prisionais é que ninguém tem controle de coisa alguma. É um sistema estranho de penalidades recorrentes, no qual o camarada ingressa na prisão, já foi punido, entra no regulamento disciplinar da prisão, onde sofre uma série de sanções, cai para uma cela e integra a lei da massa, em que, caso cometa alguma atitude "não solidária", entre aspas, sofrerá suas conseqüências pesadamente. E quando sai não encontra quem o empregue, sofrendo, mais uma vez, por isso. É uma confusão em que verificamos a ausência de profissionais para acompanhar esse pessoal, até pelo medo da aproximação.

Por falta de sistematização - e as vidas são tantas -, não é possível saber quem se encontra, e em que fase, na progressão de regime ou se tem algum tipo de direito. Se não colocarmos os Defensores Públicos efetivamente assessorando, trabalhando nesses casos, obviamente aumentará a violência nas prisões.

É interessante observar o que ocorre em Minas e no Brasil: criam instituição, mas faltam dinheiro, estrutura, gente, etc. Passei por isso quando era Procurador-Geral da Universidade de Brasília e, à época do governo Collor, foi doado um hospital imenso à UnB, mas só que faltavam os profissionais para que ele funcionasse. Começamos a chamar gente do INSS, do antigo Inamps, etc. para conseguir formar os quadros de profissionais. Notamos, portanto, que instituições de defesa de pobres geralmente são plenas no papel e parciais na prática.

O Sr. Modesto Caetano - A minha pergunta é dirigida ao Prof. Sapori. Sou da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Belo Horizonte, que tem a graça e a capilaridade de se fazer presente em todo o País. O professor, inúmeras vezes, deve ter-se encontrado com representantes dessa instituição.

Professor, a minha indagação diz respeito aos dois limites para que a Pastoral Carcerária atinja o preso no seu direito de assistência religiosa. Infelizmente, essa questão não é pensada com seriedade. Esses dois limites são o acesso e as informações aos nossos agentes. O que pode ser feito para se aprimorar essa questão na Secretaria?

Uma outra pergunta refere-se à Apac. Sabemos dos méritos desse modelo, bem como entendemos a iniciativa da Igreja Católica. Não digo isso aqui apenas para defender a instituição. A pastoral tem, atualmente, uma postura ecumênica, haja vista os nossos encontros estaduais. Sabemos que a Apac não pode ser um modelo único, mas é possível que o que há de positivo no método também seja implementado para a recuperação da criminalidade. O que tem sido feito nesse sentido? O Conselho Estadual de Educação e os empresários têm sido chamados para a resolução desse problema do preso?

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapori - Sr. Modesto, começarei pela última questão, muito bem exposta pelo senhor.

O que há de mais meritório na Apac é a capacidade de sua metodologia incorporar o trabalho do preso dentro de um processo educativo, disciplinador, de formação de caráter. Certamente, a religião tem essa capacidade. Inegavelmente, o poder e o conhecimento religiosos têm uma capacidade que o poder laico raramente tem, qual seja transformar mentes e, principalmente, corações. O problema é que não podemos transformar uma pedagogia religiosa numa pedagogia do Estado. A separação do Estado da religião já é mais do que centenária no Brasil. Essa, inclusive, é uma das principais razões para não se transformar a Apac no modelo do Estado, o que implicaria problemas com as outras religiões, que podem e têm legitimidade de oferecer suas propostas de ressocialização de criminosos.

A laboterapia das Apacs é fundamental para o sucesso desse método. As cadeias que conheço, como as de Nova Lima e de Itaúna, são fabulosas nesse aspecto. O poder laico, o Estado tem de aprender isso com a sociedade civil. Somos muito incompetentes ainda nisso. Nossas instituições penais e prisionais têm, ainda, uma dificuldade enorme de incorporar pedagogias e metodologias que vão além da mera prioridade da segurança. Esse é um problema que não só diz respeito a Minas Gerais, mas a todo o Brasil. Particularmente, acredito ser possível uma gestão mais competente das prisões no Brasil. Não sou daqueles que proclamam que a prisão está falida. Não concordo com esse tipo de argumento. Isso me parece muito mais retórico do que propriamente uma posição que possa implicar uma realidade prática. Existem ótimas experiências, assim mesmo, muito isoladas. Cito aqui a Penitenciária de Ipaba, em Ipatinga, que, há mais de 10 anos, é um modelo. Isso ocorre muito em função da capacidade carismática do Diretor daquela instituição.

O desafio do poder público, ou melhor, de qualquer um que ocupe o cargo de Secretário é transformar uma experiência singular em uma experiência institucionalizada. Aí, certamente, poderemos aprender muito com a Apac.

Quanto à participação das pastorais, obviamente estas estão abertas a uma diretriz de governo há longo tempo. Há abertura das melhores e das piores carceragens. Não há nenhuma diretriz do governo para esconder ou camuflar a realidade caótica de algumas carceragens que temos, principalmente na Região Metropolitana, como as de Venda Nova, Palmital, Contagem e Betim. Essas são conhecidas por todos. Eu mesmo as listo e as cito. Eu as visito com muita indignação. Sabemos que a solução passa pela construção de novas unidades, inevitavelmente. Não há passe de mágica para resolvermos problema de superlotação prisional. Não somos mágicos para isso, mas as pastorais são fundamentais. Além disso, o Estado não pode escolher uma pastoral, mas, sim, tem de permitir acesso aos católicos, aos espíritas, aos evangélicos, a todas as entidades. Essa a nossa diretriz.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Boa-tarde a todos. Meu nome é Laura, sou da cidade de Montes Claros. Estou aqui como cidadã brasileira. Sou mãe e dona de casa.

Cumprimento o Secretário Luís Sapori e parabênizo o Dr. Roberto pela sua fala. A meu ver, como cidadã, a fala do Secretário é muito técnica, enquanto que a do Dr. Roberto é a verdade nua e crua, espelha a realidade em que vivemos.

Senhor coordenador do seminário, busca-se muito a participação popular. Houve um seminário em Montes Claros, cidade onde moro, que cedeu espaço para a região Norte. Chamaram-nos para que houvesse participação popular. Como o cidadão participará se não há nenhum respaldo para as entidades? Sabemos que não há recurso algum para nossa participação. Estou aqui com recursos próprios. Meu Município não quis custear sequer um vale-transporte para que eu pudesse estar aqui. Foram eleitos 12 delegados da região. A Secretaria de Segurança Pública do meu Município nem sequer teve interesse em vir, não mandou os delegados eleitos da cidade.

Quero fazer uma consideração do pessoal do movimento estudantil. (- Lê:) "Fico feliz ao ver tantas instituições solicitando espaço para que haja a efetiva participação em debates, projetos e propostas, como fizemos em Montes Claros. A preocupação e o questionamento é se os atores principais e fundamentais para que essas propostas se efetivem e a política de segurança pública aconteça de fato irão contribuir de

fato, além do debate.

Falo isso observando a participação do Ministério Público, bem como a de Secretários Municipais de Segurança Pública, em espaços como seminários regionais que aconteceram e como este seminário que está acontecendo agora.

Trabalhar essas questões é pensar em responsabilidades. É pensar que segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. A comunidade, a sociedade é importante, mas, como o Prof. Roberto Ramos abordou bem, os "ostentamentos", as hierarquias devem participar efetivamente de todo processo, que vai desde a garantia dos direitos humanos à proteção cidadã."

A moda agora é atizar o cidadão para participar, para que grite pelos seus direitos. Nós gritamos e nos mobilizamos. Todavia, quando chegamos aqui, perguntamos se haverá continuidade. Levantam-se dados, mas a verdade nua e crua é que nada acontece. Há um emaranhado de teia, que acaba prendendo-nos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a intervenção da Sra. Laura Fernanda. Vamos começar pelo final da sua colocação.

A própria participação do professor é fruto de um exercício constante de nossa perseguição. Essa verdade nua e crua, dita pelo professor de forma democrática e ao vivo pela TV Assembléia, que está transmitindo este evento a mais de 300 cidades, é parte do exercício dessa democracia e da busca que queremos com a participação popular.

Em que pese a suas considerações referentes à falta de recursos para as pessoas mais carentes participarem, tenha a certeza, Laura, de que tanto eu quanto o Deputado Edson Rezende tivemos de brigar muito para que o seminário acontecesse, tivemos de brigar muito para que recursos do Poder Legislativo fossem direcionados à mídia, a fim de provocar o cidadão e alertá-lo, em sua cidade, para o que aconteceria. Ele é fruto de muito empenho destes e dos demais Deputados que compõem a Frente Parlamentar pela Segurança Pública em Minas Gerais. Tenha a certeza de que, da mesma forma que há dificuldades na outra ponta, também temos dificuldades em cobrar aqui, porque não é este Deputado que está aqui presidindo a Mesa nem o Deputado Edson Rezende, que se ausentou, que definem quando e como o seminário vai acontecer. Também precisamos cobrar.

As dificuldades apontadas por você também são apontadas em várias regiões do País. Se você pensar direitinho, há pouco tempo não havia participação democrática, em se tratando de segurança pública. Hoje, as coisas estão avançando. Por exemplo, Promotores e Juizes não participavam de eventos como este. Agora a realidade é outra. Um Juiz, como o Dr. Herbert, pode expor-se de forma muito clara e contundente. Hoje a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm sensatez, coerência e paciência para participar junto com o restante da sociedade. É um processo.

Eu também gostaria de que as coisas acontecessem com uma velocidade muito maior. Mas, conforme afirmou um dos expositores, se não me engano o Prof. Roberto Aguiar, sem vincular receita a tristeza é enorme. Temos de vincular receitas. O Projeto de Lei nº 823, de autoria deste Deputado, está tramitando nesta Casa desde 2003. Uma das formas de pressionar governos e agentes políticos é exatamente trazer, do conjunto da sociedade, os outros atores para dizerem: "Nós queremos o financiamento público, não privado, com recurso carimbado".

Infelizmente eu, que conheço 600 dos 853 Municípios, sei como funciona um destacamento e uma Delegacia no interior. Sei da carência de recursos, como funciona a dependência financeira e a subserviência de empresários ao poder econômico. Sei que muitos dos Conseps são utilizados apenas como canal arrecadatório, numa distorção completa do que deveria acontecer, pela participação comunitária. Mas esse é um processo e, graças a Deus, estamos realizando este seminário e dando a muitas pessoas, inclusive a você, com toda a dificuldade, condições de participar, no exercício da sua cidadania. Queira Deus que consigamos avançar ainda mais para que pessoas como você possam participar. Posso lhe dizer que a realização deste evento é fruto de muito esforço de um grupo pequeno de parlamentares, que se dedica exaustivamente a democratizar cada vez mais a participação e as informações.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Pude perceber que só aqui, nesta Casa, existem quatro Deputados que residem na minha cidade que não fizeram empenho algum em levantar esse seminário lá e não fizeram nenhum esforço para que viéssemos representar a região. Estão todos preocupados em se reeleger. Estão fazendo a falsa política. Atribuo o mérito a V. Exa. e aos demais Deputados que estão empenhados em lutar. Como cidadã, ao voltar à minha cidade, vou mostrar quem são esses Deputados e vou mobilizar a população para votar em pessoas verdadeiras e corretas, que estão dispostas a lutar pelo direito do cidadão.

O Sr. Presidente - Graças a Deus, estamos numa democracia em que você pode usar a tribuna da Assembléia para falar livremente. Com a palavra, o Sr. Eduardo Cavaliere Pinheiro.

O Sr. Eduardo Cavaliere Pinheiro - Sou Defensor Público e tenho uma condenação a fazer na fala do Dr. Saporì. Aproveitando esse ambiente democrático da Assembléia Legislativa, gostaria de fazer uma pequena crítica, porque acredito que S. Exa. se omitiu sobre a Defensoria Pública em sua manifestação inicial, o que foi suprido, brilhantemente, em sua manifestação seguinte, mediante a nossa provocação. Gostaria de ressaltar, como disse o próprio Secretário, que a situação da Defensoria Pública melhorou nos últimos anos; porém, ela tem muito que avançar. Divirjo dele quando afirma que a autonomia fará com que a Defensoria se distancie da sociedade. Isso não ocorreu com o Poder Judiciário. O Ministério Público participa ativamente das questões do Estado. A Defensoria Pública terá melhores condições de gerir suas atribuições institucionais, mas, para isso, temos que aproveitar o momento político, que está favorável para a Defensoria, haja vista a recente aprovação da Emenda Constitucional nº 75, que foi uma adequação ao texto constitucional que deu autonomia para a Defensoria Pública. Temos que aproveitar esse momento para garantir e assegurar que, nesse Orçamento que será aprovado até o final do ano, a Defensoria disponha de meios suficientes para cumprir o seu mister constitucional de levar assistência jurídica gratuita para os cidadãos carentes do Estado. Muito obrigado.

O Secretário Adjunto Luís Flávio Saporì - Eduardo, se houve alguém que defendeu a Defensoria, desde o primeiro dia, fui eu. Não sou o alvo. Você não tem a mínima noção do que precisamos fazer para garantir funcionário administrativo para a Defensoria funcionar no primeiro semestre de 2003. Você não sabe quem batalhou por orçamento, dinheiro, custeio, manutenção. Não sei há quanto tempo você está na Defensoria, suponho que seja pouco, mas você precisa saber um pouco da história da Defensoria, que começou antes de você.

Sou um ardoroso defensor da Defensoria Pública, e as Defensoras chefes sabem disso. A Marlene é testemunha disso. Se vocês têm um lobista no governo, sou eu. Se eu digo que melhorou, é porque melhorou bem. Você não tem a mínima noção do que era a Defensoria em janeiro de 2003. Obviamente, estamos todos sempre pensando no ideal. A polícia tem condições ideais hoje? Não tem. O Corpo de Bombeiros tem condições ideais hoje? Não tem. Estamos longe disso. Vou a algumas delegacias do interior e fico deprimido quando volto, porque estamos muito longe de dar o que vocês merecem.

Meu amigo, política pública se faz com planejamento, com recurso, que está sempre escasso. O governo precisa gastar com a Defensoria, com a polícia, com hospital, com educação, com estradas. O dinheiro nunca é suficiente para todos. A capacidade de o governo garantir e planejar o que tem e atender as demandas é fundamental. Devo dizer que a Defensoria está longe do que merece.

Não tenho dúvida de que a partir de agora serão saltos qualitativos inigualáveis. Sou um defensor da melhoria salarial de vocês há muitos anos, mas essa questão envolve uma política mais ampla relativa à segurança pública. Quando falo em riscos, quero dizer que a autonomia administrativa da Defensoria não pode significar o seu insulamento em relação à Defesa Social. Discordo de você, porque o Ministério Público e o Judiciário estão indiscutivelmente insulados. O nosso grande desafio é trazê-los para a política de segurança. Esse desafio é enorme. Espero que a Defensoria não tenha de percorrer esse caminho. Pode ter a certeza de que sou um grande defensor dos interesses da Defensoria Pública. Um abraço.

A Sra. Francis Rabelo - Dr. Sapori, que bom saber que podemos contar com o senhor. Trabalho há 15 anos na Defensoria Pública, desde quando era estagiária. Perdoe-me, mas gostaria francamente que conhecesse mais o trabalho da Defensoria Pública, que fosse menos retórica e mais ação, como o senhor mesmo disse. Temos de ter a humildade para ganhar e perder, para ter acertos e conquistas. Acredito que precisamos do apoio da antiga Secretaria de Interior e Justiça e Direitos Humanos, hoje Secretaria de Defesa Social.

Peço perdão à Mesa para humildemente convidá-lo a conhecer o nosso trabalho de perto. Diuturnamente, trabalhamos perante todas as varas criminais da Capital. Ainda não estamos trabalhando no interior porque não tivemos o apoio necessário, que talvez a Defesa Social nos dê.

Gostaria que conhecesse o nosso trabalho de perto. Pessoalmente, faço ao senhor e à Mesa este convite. Há mil, 2 mil, 4 mil e 7 mil pessoas que dependem de nós, porque a população carente vem crescendo e não é mais o que chamamos de pés-vermelhos. A Defensoria Pública atende professores e funcionários públicos. Convido o senhor para conhecer o nosso espaço e o nosso trabalho na 2ª instância, o Núcleo de Violência da Mulher, o Núcleo do Idoso e o Núcleo de Direitos Humanos. Espero sinceramente que não tenhamos de atingir a situação de São Paulo para que passemos a entender que uma das maiores causas das rebeliões nos presídios é a falta de assistência jurídica. Oxalá nossa situação não chegue a esse ponto para que se entenda a importância da Defensoria Pública.

Agradeço o apoio que nos tem dado, mas precisamos de mais. Muito obrigada.

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapori - Minha prezada Francis, mais uma vez está batendo na pessoa errada. Não entendo para que tanta animosidade. Isso é impressionante.

A Sra. Francis Rabelo - Sr. Presidente, como ele citou o meu nome, gostaria de pedir perdão e de dizer que não se trata de retórica. Ninguém está brigando com o senhor. Não leve isso para o lado pessoal. Trata-se de uma instituição buscando apoio de outra instituição. Não se trata do Sr. Sapori e da Sra. Francis. Perdão, mas talvez o senhor esteja levando o caso para o lado pessoal.

O Secretário Adjunto Luís Flávio Sapori - Eu já ouvi a senhora. Agora, tenha a dignidade de ouvir o meu argumento, pois estamos em uma democracia.

Contraponho-me a tudo que falou. Já estive em todas as inaugurações da Defensoria e nunca a vi por lá. Isso deve ser muita coincidência, pois jamais nos encontramos. Na verdade, quem está transformando a situação em uma questão pessoal é a senhora.

Lamento que a questão tenha-se personalizado. Estou, Dra. Francis, desde o início, trabalhando com a Dra. Marlene. Temos ido a todas as reuniões.

É lamentável ter de ouvir essa crítica absurda e desnecessária de quem não reconhece os avanços e ignora dados. Basta comparar o atual orçamento da Defensoria Pública com o de 2002 e investigar quem está batalhando pela nossa sede da Defensoria. Não é, Dra. Francis?

Estamos em campanha eleitoral. Deve ser por isso essa reação. Possivelmente os ânimos ficam exaltados, os fatos são esquecidos - intencionalmente esquecidos -, manipulam-se as informações e transforma-se em realidade o que é desejo pessoal. Não é, Dra. Francis? Lamento que a senhora pense dessa maneira.

Há um processo de fortalecimento da Defensoria. Processo significa caminho, estar em vias de.

Há uma política de segurança pública, em que a Defensoria se assenta. A Defensoria tem sido fundamental no sistema prisional, mas acho que a senhora também está desinformada - aliás, há muita desinformação em sua fala - no sentido de que todas as penitenciárias mineiras - volto a dizer, todas as penitenciárias mineiras - têm assessoria jurídica. Lamentavelmente, não conseguimos ainda pôr Defensores em todas elas, porque vocês não têm contingência suficiente. No entanto, esse é o nosso acordo com a Marlene. Isso já é decisão política tomada. Não há nenhuma desvalorização da Defensoria. Ao contrário: queremos a Defensoria todo o tempo ao nosso lado.

Não entendo essa animosidade; não entendo esse espírito belicoso. Confesso, não estou entendendo. No momento do fortalecimento da Defensoria, a disposição de vocês deve, sim, ser de reivindicar, pleitear, mas, ao mesmo tempo, de colaborar.

Espírito belicoso em momentos como este, minha prezada Francis, ajuda muito pouco. Volto a dizer, você está mirando o alvo errado, ouviu?

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/8/2006

Presidência dos Deputados Edson Rezende e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Leitura dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação dos pedidos de destaque - Votação do documento final, salvo destaques - Apreciação dos destaques e de novas propostas - Eleição da Comissão de Representação - Entrega do Documento Final - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elbe Brandão - George Hilton - João Moraes - João Leite - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Maria Olívia - Neider Moreira - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Às 9h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Desembargador Luiz Audebert Delage Filho, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Hugo Bengtsson Júnior; Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo, Coordenadora da Promotoria de Combate ao Crime Organizado e Coordenadora do Grupo 1; Márcio Rogério de Oliveira, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional para as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e Coordenador do Grupo 1; Gustavo Persichini, Auditor Setorial da Polícia Civil de Minas Gerais e Coordenador do Grupo 2; Lizandro Nei Gualberto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Superintendência de Integração da Secretaria de Estado de Defesa Social e Coordenador do Grupo 3; e José Walter da Mota Matos, Delegado de Polícia de Pouso Alegre e Coordenador do Grupo 4.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Segurança para todos - propostas para uma sociedade mais segura", com a discussão e aprovação do documento final e eleição da comissão de representação.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica: como o documento, que possui até 20 propostas priorizadas pelos grupos de trabalho, já foi distribuído, os coordenadores farão a leitura dos respectivos relatórios para que todos possam deliberar e priorizar cinco propostas de cada grupo temático. Após a leitura, passaremos à apresentação dos pedidos de destaque, por tema. A Presidência anunciará o número de cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente por meio dos microfones do Plenário. Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar uma proposta. A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente destacadas. Até o momento da votação, poderão ser apresentadas novas propostas e moções, desde que sejam formalizadas por escrito e subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes presentes, e entregues à Mesa dos trabalhos.

Aprovado o documento final, salvo destaques, será concedida a palavra por até 2 minutos aos delegados, que farão o encaminhamento da votação dos destaques e de novas propostas, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência.

A Presidência lembra aos participantes que, antes do encerramento desta reunião, conforme prevê o regulamento, será eleita uma comissão de representação com, no máximo, 20 integrantes para acompanhar e avaliar, junto à Assembléia Legislativa e a outros órgãos do Estado, a implementação das propostas tiradas deste seminário.

Caso alguma entidade tenha interesse em apresentar uma proposta para a composição da comissão de representação, a Presidência solicita que os pedidos sejam encaminhados à Mesa, por escrito, em até 1 hora, a contar deste instante. A partir deste momento, aqueles que desejarem participar da composição da comissão de representação, que será composta - como disse - por, no máximo, 20 integrantes, deverão encaminhar pedidos à Mesa individualmente ou por meio de sua instituição, o que será muito importante.

Este momento final é fundamental, porque vamos escolher 20 propostas, resultado de uma discussão de muitas horas no interior e de seis encontros regionais. Este seminário finaliza todo o trabalho de instrução e estudo, que começou em março deste ano, culminando na data de hoje, 23 de agosto. Foi um grande esforço juntar tantas propostas, mas temos de selecionar apenas 20. Isso é importante, porque já coordenamos vários seminários. Muitos seminários selecionaram 270 propostas, 315 propostas, 180 propostas, mas nos perdemos nessa quantidade de propostas, e, no fundo, perde-se também a prioridade. Esse é o esforço maior hoje. Sabemos que haverá muitas discussões e votações. Neste momento é preciso ter calma, defender bem sua proposta para que, na votação, seja encaminhada a melhor.

Depois de escolhidas essas 20 propostas, a comissão de representação eleita deverá reunir-se, e é preciso que não se deixe passar muito tempo para fazer seu encaminhamento de prioridade. Esse processo é contínuo e dinâmico. A Frente Parlamentar pela Segurança Pública, que tem como Coordenadores o Deputado Sargento Rodrigues e eu, será parceira dessa comissão de representação, que deverá ter também uma coordenação escolhida entre seus 20 membros. Seremos parceiros dessa comissão, pois assim uniremos forças.

Antes de passar a palavra para os Coordenadores, passarei-a ao Deputado Sargento Rodrigues, para que possa fazer suas saudações. Logo após, os Coordenadores farão a leitura das propostas dos seus grupos.

Gostaria de esclarecer a condição de votação. Fui informado pelo Juscelino que, por decisão da plenária de ontem, têm condição de voto os portadores de crachá amarelo. Todos os que estão com cartão amarelo têm condição de votar. Essa é uma dúvida que me foi apresentada e que ora esclareço com base na decisão soberana, ocorrida no Plenário desta Casa.

A Presidência lembra ao Plenário que as novas propostas devem ser subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes. A fim de verificar o quórum, a Presidência solicita aos votantes presentes que levantem seus cartões de votação.

O quórum, neste momento, é de 110 votantes. Portanto, 27 assinaturas serão necessárias para apresentação de novas propostas. Esclarecemos ainda que as novas propostas devem ser formalizadas por escrito. Vamos até o final da apresentação dos grupos. Quando terminar a leitura das propostas, encerraremos o tempo. Nesse período, as pessoas poderão se inscrever para a composição da comissão de representação. As propostas novas devem identificar os temas. São quatro temas. Estamos falando de duas coisas. Para a comissão de representação, temos 1 hora para as pessoas inscreverem-se. Para a apresentação de novas propostas, o quórum é de 110. Mas elas podem

ser apresentadas no momento da leitura das propostas. São duas situações. A primeira é a daqueles que querem se inscrever para participar da comissão de regulamentação. Estes devem se apresentar à Mesa. As novas propostas também devem ser apresentadas à Mesa. São coisas diferentes, que têm 1 hora para serem formalizadas.

A Presidência dará um aviso de interesse geral: a ata deste seminário contendo a transcrição completa das exposições e debates será publicada no jornal "Minas Gerais" - "Diário do Legislativo", na edição do dia 13/9/2006.

Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do fórum técnico, esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, porque haverá reprise do evento pela TV Assembléia. Os dias de reprise serão informados pela TV Assembléia durante sua programação.

Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Ilustre Deputado Edson Rezende, nosso companheiro de longas discussões e debates, cumprimentamos V. Exa. pela brilhante condução dos trabalhos desde o primeiro momento e por sua preparação; cumprimento as autoridades que se encontram na Mesa dos trabalhos, aqueles que se dedicaram junto aos grupos, coordenando os grupos em um trabalho exaustivo. Agradecemos a todos os participantes que, com dificuldade de orçamento para comparecerem aqui nesta data, dificuldade de agenda, compromissos, esforçaram-se e estão presentes.

Este é um momento muito importante para a segurança pública em Minas Gerais. Mesmo que não tenhamos conseguido, pela questão do tempo, avançar para plenárias em mais cidades, certamente tivemos uma amostragem bastante significativa das regiões do Estado. Conseguimos trazer aqui uma participação representativa de todas as regiões do Estado: Sul, Norte, Leste e região central. Isso foi o mais importante.

Tive oportunidade de fazer uma rápida leitura do esboço das propostas enumeradas desde as primeiras plenárias que realizamos no interior. Entendemos que este seminário está sendo bastante proveitoso, porque percebemos a participação e o nível das propostas apresentadas.

Tanto eu como o Deputado Edson Rezende temos uma responsabilidade enorme, juntamente com essa comissão representativa. Empunharemos essa bandeira, buscando a execução das propostas, cobrando de quem é de direito, seja o Governador do Estado, seja o Procurador-Geral de Justiça, o Presidente do Tribunal de Justiça, o conjunto dos Deputados ou de todas as instituições envolvidas; seja o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Chefe da Polícia Civil, a Defensoria Pública, o Comando do Corpo de Bombeiros.

Ao final desta apresentação, temos a certeza de que algumas propostas poderão ser traduzidas em propostas de lei. Aqui faremos todo o esforço político para que isso seja colocado em prática.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos, dizendo que foi muito bom o seminário, que hoje chega ao final. Há um comprometimento muito grande, tanto de minha parte quanto da do Deputado Edson Rezende, para darmos seqüência às propostas, continuando a buscar as soluções e os caminhos apontados.

Este seminário amadurece nossa participação democrática na construção das políticas públicas para uma área tão complexa como esta. Somente com a participação e o interesse de todos é que minimizaremos esses problemas na área de segurança, avançando cada vez mais. Teremos um bom trabalho pela frente.

Deputado Edson Rezende, V. Exa. é um Deputado extremamente comprometido com o exercício do mandato e com a delegação que recebeu. Seremos grandes parceiros na busca de concretizar o que hoje buscamos com tanto empenho. Muito obrigado.

Leitura dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Teremos agora a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho. Farão uso da palavra, neste momento, os coordenadores dos grupos de trabalho para suas considerações e leitura do relatório. Cada um disporá de até 10 minutos para sua apresentação. Com a palavra, o Sr. Márcio Rogério de Oliveira, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional para as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Gostaria de parabenizar a Mesa e a Assembléia pela iniciativa deste seminário. Esperamos que esta experiência se repita não só em relação à segurança pública, mas também em relação a outros temas de interesse fundamental da sociedade brasileira. Parabéns pela forma como foi conduzido o seminário e pela liberdade que se deu à comissão e a todos os participantes, pela total ausência de ingerência em qualquer momento nas deliberações tomadas. Isso é um exemplo de democracia.

Com Cássia Virgínia, tivemos a honrosa tarefa de coordenar o Grupo 1, que se refere às ações preventivas e ao envolvimento da sociedade civil. A comissão técnica interinstitucional foi uma comissão bastante plural. Convidamos diversas instituições da sociedade civil para que integrassem essa comissão, como o Ministério Público e outros órgãos do Estado. Enfim, procuramos dar a maior diversidade possível a essa comissão que se refere à prevenção e tem uma pertinência muito grande com as áreas de políticas sociais. Estiveram participando efetivamente da CTI a UFMG, a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, a Câmara de Diretores Lojistas, o Conselho Estadual Antidrogas, além da Secretaria de Defesa Social, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, um representante do Conselho de Segurança Pública de Belo Horizonte e o representante do Poder Judiciário, Sra. Cláudia Bichal, do Juizado Especial Criminal, que teve uma participação pontual.

As reuniões da Comissão Técnica Interinstitucional - CTI - pautaram-se na juventude, de forma preventiva, em razão das estatísticas criminais que apontam que a maior parcela das vítimas da violência é composta de jovens entre 18 e 24 anos de idade. Na Região Sudeste, o índice aponta que 79% das vítimas de crimes violentos, envolvendo a violência no trânsito, isto é, considerando todas as vítimas de mortes violentas, são pessoas do sexo masculino entre 18 e 24 anos de idade.

Em contrapartida, segundo o anuário de estatísticas criminais da Fundação João Pinheiro, dados de 2005, 53% da população prisional de Minas Gerais era composta de pessoas do sexo masculino entre 18 e 29 anos de idade. As estatísticas levam-nos a um diagnóstico muito contundente: os principais atores da violência e da criminalidade são pessoas jovens.

Se vamos falar em política de prevenção, temos que estar atentos a essa diretriz, direcionando as políticas de prevenção principalmente à juventude. Isso pautou os trabalhos da CTI, assim como as conclusões e as propostas apresentadas pela CTI. Pautou também, via de consequência, as discussões havidas nos seminários regionais.

Após realização desses seminários regionais, aquelas 25 propostas iniciais da CTI transformaram-se em 84 proposições, com as emendas, os

destaques e as novas propostas agregadas nos seminários regionais. Nas discussões do grupo de trabalho, essas 85 propostas foram reduzidas a 20 propostas fundamentais.

Os temas dessas 20 propostas abordam basicamente a política de educação. Há uma conclusão unânime de que precisamos de uma educação de qualidade e de uma escola pública que seja atraente e capaz de manter as crianças e adolescentes em seus bancos. Mais que isso, que ofereça uma formação condizente com o nível de cidadão que esperamos ter no futuro.

Além disso, a escola precisa ser mais aberta à comunidade, mais participativa e mais atenta aos problemas e às mazelas que afetam sua clientela, ou seja, a escola não pode ficar indiferente às questões de maus-tratos e de negligência familiar. A escola precisa participar dessas questões, não se limitando a um papel de formação estritamente técnica ou científica.

Outra questão que pautou as discussões e que foi abrangida nas propostas diz respeito ao sistema socioeducativo, que é o atendimento devido aos adolescentes que praticam atos infracionais, considerando que, no Estado de Minas Gerais, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda está com aplicação incipiente. Isso significa que as medidas socioeducativas, que são as medidas aplicáveis aos adolescentes correspondentes às penas criminais que se aplicam aos imputáveis, estão ainda sem estrutura de aplicação que alcance o Estado de Minas Gerais de forma satisfatória.

Toda responsabilidade não deve ser imputada exclusivamente ao Poder Executivo ou aos poderes públicos em sentido estrito, mas também à sociedade como um todo. É uma calamidade, após 16 anos de vigência de uma lei que dispõe sobre essa questão, estarmos quase na estaca zero na sua implementação, gerando a falsa impressão na sociedade de que a culpa é da lei, ou melhor, do Estatuto, quando, na verdade, a culpa é nossa, que não cumprimos o que o Estatuto determina.

O resultado dessa realidade é o seguinte: em Belo Horizonte, há algumas unidades para aplicação da medida de internação, dois programas de medida de semiliberdade com um número muito reduzido de vagas, menos de 60, um programa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, que, desde janeiro do corrente ano, está estrangulado, sem condições de receber novos adolescentes. E no interior do Estado não temos quase nada.

No ano passado houve um avanço, com a inauguração de três unidades socioeducativas em Governador Valadares, Teófilo Otôni e Montes Claros. Mas, o Sul do Estado, a Zona da Mata, o Triângulo Mineiro e as demais regiões continuam sem estrutura para o cumprimento da medida socioeducativa de internação e para a semiliberdade, praticamente inexistente em todo o interior do Estado.

As medidas de meio aberto, consideradas de maior alcance pedagógico, aplicadas a adolescentes que estão iniciando a trajetória infracional, que cometem atos infracionais de menor gravidade ou que, mesmo cometendo atos infracionais relativamente graves, estão inseridos em um contexto social mais tranquilo, pois têm estrutura familiar e ato infracional pode ser isolado em suas vidas, simplesmente inexistem por meio de programas estruturados no interior do Estado. Essa terrível omissão joga por terra todo o investimento feito pela atividade policial, pelas atividades precípuas do Ministério Público e pela atividade do próprio Poder Judiciário, ou seja, estamos jogando dinheiro no lixo. O dinheiro gasto nos procedimentos afetos a atos infracionais é jogado no lixo, principalmente no interior do Estado, porque não alcançamos nossa finalidade.

Gastamos muito dinheiro em atividades-meio e negligenciamos a finalidade. A polícia atua, o Ministério Público atua, o Poder Judiciário processa, e o custo financeiro disso é muito alto. No final, uma decisão judicial aplica uma medida socioeducativa, que simplesmente não é cumprida porque não existe um programa socioeducativo correspondente. Isso é jogar dinheiro fora, é virar as costas para os adolescentes com trajetória infracional, porque não lhes dá sequer oportunidade de acesso a um programa pedagógico que os faça repensar seu modo de vida. A pertinência disso com a prevenção é óbvia, porque adolescentes não cometem crimes, mas atos infracionais.

Posso dizer, de cadeira, que grande parte dos jovens entre 18 e 24 anos de idade que integram essas estatísticas passam pelo sistema de justiça da infância e da juventude. Um grande número de adolescentes que saem das unidades de internação em Belo Horizonte são mortos logo em seguida, porque continuam envolvidos com a criminalidade a um custo social muito elevado. Uma das prioridades foi essa urgência de ter, em Minas Gerais, um sistema socioeducativo de qualidade para prestar atendimento devido aos adolescentes envolvidos em atos infracionais, oferecendo-lhes pelo menos a chance de não ingressarem na criminalidade ao completarem 18 anos de idade. E aí, sim, teríamos o viés preventivo dessa questão.

As outras questões tratadas foram o maior envolvimento dos Municípios e o aperfeiçoamento das políticas sociais no sentido mais amplo possível, com políticas de lazer, de esporte e de cultura, e não somente para a juventude, mas também para toda a população, de forma que os espaços públicos, principalmente nas periferias das cidades de maior porte, como Belo Horizonte e Região Metropolitana, ofereçam aos jovens e a suas famílias acesso a equipamentos de exercício de cidadania.

Isso é presença do Estado. Quando se fala em presença do Estado em termos de segurança, não se entenda apenas presença de polícia ou de força policial. Presença do Estado no sentido mais amplo possível engloba apoio e assistência, a fim de propiciar ao cidadão acesso a direitos assegurados pela Constituição Federal e pelas leis vigentes neste País. Isso implica ter, nas comunidades, espaço para a prática de esportes, atividades culturais, lazer, programas de apoio familiar, de orientação familiar, de maneira que a família que começa a apresentar um problema interno tenha onde procurar ajuda e receber orientação durante algum tempo, de acordo com um processo pedagógico, com uma concepção científica e de maneira a prevenir a violência doméstica, a agressão contra a mulher, a criança e o adolescente.

Temos visto cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro e algumas de médio porte do interior de Minas Gerais, como Montes Claros, Teófilo Otôni, Governador Valadares e Uberlândia, com um índice de criminalidade muito parecido, não em termos de dimensão, mas proporcionalmente. A mesma criminalidade que existe nessas cidades existe em Belo Horizonte.

Isso é muito sério, pois as estatísticas apontam o aumento da violência no interior do Estado. Então, é preciso que os Estados estejam presentes nessas comunidades excluídas dos serviços públicos de qualidade, para que o crime organizado e o tráfico de drogas não passem a ocupar esses espaços e comecem a ser tratados com "status" de protetor. Os líderes do crime acabam sendo considerados grandes protetores, seja pela força da coerção e da intimidação, seja pela capacidade, seja pela influência que exercem ao realmente oferecerem proteção àquelas pessoas.

O Sr. Presidente - Sr. Márcio, estamos vendo que, como são 20 propostas, teremos que fazer apenas a leitura, porque não teremos tempo para discuti-las e fazer comentários. Vamos fazer a leitura "ipsis litteris" para todos terem conhecimento de todas as propostas. Cada grupo fez a sua discussão, e, agora, democratizaremos as propostas para que todos tenham conhecimento delas.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Pensei que a leitura não seria feita neste momento; que faríamos apenas a apresentação do conteúdo das propostas; que o trabalho da CTI seria chamar a atenção para o conteúdo das propostas. Faremos, então, a leitura delas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo, Coordenadora da Promotoria de Combate ao Crime Organizado e Coordenadora do Grupo 1.

A Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo - Cumprimento todos os participantes e agradeço a atenção e a paciência durante os trabalhos.

- Procede-se à leitura das propostas.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Márcio e Sra. Cássia, pela contribuição. A título de orientação, esclareço que votaremos cinco propostas apresentadas como prioritárias. As outras 15 que não serão votadas fazem parte do anexo do documento, portanto não se perdem.

Outra questão se refere às inscrições da comissão de representação. Informo que já recebemos 30 ou 40 inscrições. Isso é bom, fico muito satisfeito, mas gostaria que vocês construíssem um acordo de modo que as instituições fossem representadas. A partir desse acordo, poderemos evitar a discussão e a votação de nomes ou, pelo menos, até o final, construir uma chapa com ampla representatividade. Trata-se apenas de uma sugestão. Ainda temos muito tempo.

Com a palavra o Sr. Gustavo Persichini de Souza, Auditor Setorial da Polícia Civil de Minas Gerais, que fará a leitura das propostas do Grupo 2 - Financiamento do Sistema de Segurança Pública.

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Caro Deputado Edson Rezende, na pessoa de quem cumprimento os presentes. Inicialmente, agradeço a presença de todos que, nas plenárias regionais, ajudaram-nos a construir as propostas aqui apresentadas. Ressalto que tive a felicidade de participar de todas as plenárias regionais e revejo várias pessoas aqui. Essas propostas significam para o tema "Financiamento do Sistema de Segurança Pública" um avanço muito importante.

Lembro as palavras do Prof. Roberto Aguiar, que disse: "O avanço da sociedade não vem com respostas novas, mas sim com perguntas novas". Foi exatamente isso o que fizemos antes de consolidar as propostas. Acredito que isso foi muito interessante.

Estabelecemos um pilar para as discussões no grupo em que precisávamos, em primeiro lugar, aumentar a capacidade de planejamento dos órgãos públicos, em especial dos órgãos do sistema de defesa social, e aumentar a credibilidade desses órgãos para conseguirem um aumento do financiamento que já recebem da sociedade e da administração. E depois de feitas essas duas etapas, aumentar o planejamento e a credibilidade, aí, sim, discutiremos a questão da autonomia financeira propriamente dita, com o estabelecimento de propostas que levem à garantia de orçamentos significativos para todo o sistema de defesa social.

Nosso grupo temático elaborou 14 propostas que lerei para chamar a atenção em relação a três pontos específicos, independentemente da redação que resultar desta plenária final. Chamo a atenção para a criação de núcleos descentralizados e de um núcleo central para aumentar a capacidade de planejamento, o estabelecimento de um fundo estadual para garantir a autonomia do próprio sistema e a execução de sua atividade, e também o estabelecimento constitucional de um percentual mínimo para a função segurança pública, tal qual se faz com as funções saúde e educação. Todas as outras propostas complementam, qualificam e melhoram essas três diretrizes. É muito importante fazer esse destaque.

Farei a leitura das propostas para refletirmos sobre elas no momento da votação.

- Procede-se à leitura das propostas.

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Deputado Edson Rezende, ressalto, mais uma vez, o profissionalismo das pessoas que participaram dos grupos temáticos e encaminharam propostas que dizem respeito a todo o sistema de defesa social, deixando de lado as especificidades de algumas instituições que não contribuiriam de forma significativa para a construção de um sistema de defesa social melhor.

Agradeço a todos os participantes que se dispuseram, nas plenárias regionais e também neste seminário, a trazer propostas tão ricas, específicas e técnicas - talvez, até de difícil compreensão, em determinado momento -, mas que significam um avanço muito grande para o financiamento da segurança pública. No futuro, essas propostas, uma vez aprovadas, modificarão de forma bastante produtiva o desenvolvimento das atividades dos órgãos integrantes do sistema. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Gustavo Persichini. Com a palavra, o Sr. Lizandro Nei Gualberto, que fará a leitura das propostas do Grupo 3: "Sistema de justiça criminal e compartilhamento de informação".

O Sr. Lizandro Nei Gualberto - Deputado Edson Rezende, em cuja pessoa cumprimento os demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, antes de fazer a leitura das propostas agradeço a participação de todas as pessoas que contribuíram para o nosso trabalho. Algumas estão comigo desde a formação da CTI 3, quando começamos a discutir as propostas. Foi um momento muito rico, porque o tema do Grupo 3, "Sistema de justiça criminal e compartilhamento de informação", é bastante amplo e necessita de muita discussão, já que diz respeito não só a aspectos legais, mas também à igualdade dos cidadãos e ao desempenho das instituições, ao relacionamento das instituições de defesa social com a sociedade organizada, que é cliente dos serviços prestados pelos órgãos de segurança.

A discussão de ontem foi muito profícua, o grupo é bastante atuante. Terminamos às 21 horas, mas a participação foi excelente. Todos os Delegados conseguiram expor suas idéias e opiniões, e, a partir de 87 propostas discutidas, conseguimos chegar ao consenso de 16 propostas, que constam neste documento que os senhores têm em mãos.

Na temática que predominou na discussão, ressalto principalmente a integração dos órgãos no combate ao crime. Na realidade, a Secretaria de Defesa Social já faz um esforço de integração dos órgãos, mas os Delegados deixaram bem claro, na reunião, que era necessário ir além e incorporar outros órgãos, Tribunais de Justiça, Ministério Público e a própria Defensoria Pública, a fim de que fossem co-participantes na responsabilidade de combater o crime. Não seria só no desempenho, mas como co-participes da responsabilidade. Esse foi um grande avanço da nossa comissão.

Também foi discutida a atuação policial integrada, com o intuito de retirar todos os empecilhos que atualmente têm ido de encontro à atuação policial e impedido que se obtenha um desempenho melhor.

Obtivemos muitos avanços também no que se refere a bancos de dados. Uma das nossas propostas, que quero ressaltar, independentemente de sua formulação final pela plenária, é a do banco de dados digitalizado dos indivíduos. É um avanço que Minas Gerais está propondo por meio da Assembléia Legislativa. Facilitará enormemente o trabalho de identificação e investigação criminal no futuro.

Outra reflexão que também se fez presente foi em torno do sistema prisional e de todos os seus derivados: a questão das vagas, se a Justiça está ou não organizada de forma a melhor qualificar a atuação do sistema prisional, bem como outras formas alternativas de cumprimento das penas no Estado.

Foram esses os grandes temas que nortearam a discussão do Grupo 3. Farei agora a leitura das 16 propostas aprovadas pela comissão e vou seguir a numeração do documento. Com isso, a nossa primeira proposta é a de número 35.

- Procede-se à leitura das propostas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado pela contribuição. Com a palavra o Sr. José Walter da Mota Matos, que fará a leitura das propostas do Grupo 4, "Administração de recursos humanos do sistema de justiça criminal".

O Delegado José Walter da Mota Matos - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Edson Rezende, cumprimento os componentes da Mesa e demais presentes.

Antes de iniciar a leitura das propostas, farei uma observação sobre os benefícios dos trabalhos realizados. Como bem lembrou o Prof. Roberto durante a palestra que fez ontem, os tempos atuais não comportam vaidades corporativas e institucionais. Nesse contexto, nosso grupo de discussão teve um trabalho muito grande, porque tivemos de condensar 134 propostas em 20, o que causou discussões acaloradas entre os representantes das entidades envolvidas - Defensores, bombeiros militares, policiais civis e militares, agentes de segurança pública e sociedade civil -, que compõem o nosso grupo de discussão. As discussões foram pautadas pelo respeito e pelo objetivo primordial de fazer prevalecer o interesse público.

Não há como se fazer segurança pública sem que os operadores do sistema não tenham garantias para bem exercerem suas funções em sua área de atuação constitucionalmente definida.

As nossas propostas são as seguintes:

- Procede-se à leitura das propostas.

O Delegado José Walter da Mota Matos - Sr. Deputado, peço vênica para fazer uma correção: por motivo de força maior, o professor de Sociologia da UFMG, Luís Alberto Gonçalves, não pôde comparecer a esta reunião, incumbindo-me de substituí-lo na relatoria.

Meu nome é José Walter da Mota Matos e sou Delegado de Polícia da 13ª DRPC, em Pouso Alegre, lotado atualmente na Comarca de Santa Rita do Sapucaí.

Finalizando, mais uma vez parablenizo a Assembléia Legislativa pela oportunidade que deu à sociedade mineira em todo o Estado, não só para a sociedade civil organizada, mas também para os especialistas em segurança pública, de ser ouvida. Esperamos que esta oportunidade histórica se multiplique para defendermos os interesses da segurança pública, tema tão palpitante e importante para o Brasil. Muito obrigado. Bom dia.

O Sr. Presidente - Obrigado. Peço-lhe, José Walter, que proceda à leitura das propostas do Grupo 4 encaminhadas para o Grupo 3 e das propostas do Grupo 2 encaminhadas para o Grupo 4.

O Delegado José Walter da Mota Matos - Pois não, farei a leitura das referidas propostas.

- Procede-se à leitura das propostas.

Apresentação dos pedidos de destaque

O Sr. Presidente - Passaremos à apresentação dos pedidos de destaque. A título de esclarecimento, quero informar-lhes que votaremos as principais propostas que já foram trabalhadas anteriormente. As cinco que não forem aprovadas como prioritárias não se perdem, entrarão em um anexo, para fazerem parte do documento.

- Procede-se à apresentação dos pedidos de destaque.

Votação do Documento Final, Salvo Destaques

O Sr. Presidente - Neste momento, passaremos à votação do documento final, salvo destaques.

O Sr. Marcelo Faria de Oliveira - Sr. Presidente, essa votação manterá as propostas ou irá suprimi-las?

O Sr. Presidente - É para manter as propostas que não foram destacadas. Nós as estamos votando. As outras serão votadas uma a uma.

O Sr. Marcelo Faria de Oliveira - Então, todas as que não foram destacadas estão sendo votadas agora? Quem votar a favor estará concordando com a manutenção das propostas que não foram destacadas?

O Sr. Presidente - Exatamente. Em votação, o documento final, salvo destaques. Os votantes que estiverem de acordo com a proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Podem abaixar. Os que estiverem contra a proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Abstenção. (- Pausa.) Aprovado o documento final, salvo destaques.

Uma participante - Nem todas as propostas serão aprovadas individualmente. Algumas cairão. Acho que devem ser votadas uma a uma. Se não se deixou votar a proposta de aglutinação, se é para se votar uma a uma, votemos, então, uma a uma, e nada em bloco. Algumas propostas serão rejeitadas.

O Sr. Presidente - No momento de votar, vocês poderão aglutinar as que estão destacadas com as que não foram destacadas.

Um participante - O regulamento usa a expressão "priorizadas". Não confundamos os termos "aprovada" ou "rejeitada" com "priorizada".

Um participante - Perfeito. Votar em bloco significa que quem levantar o cartão está conferindo prioridade às que não foram destacadas.

O Sr. Presidente - Não, não é isso.

Um participante - Significa apenas que a proposta não está sendo rejeitada.

Um participante - Ela será mantida para votação oportuna?

O Sr. Presidente - Não.

Uma participante - Será oportunamente votada? Se não se pode votar em bloco aquilo que foi consenso de reunião prévia pela manhã, então não se pode tampouco votar em bloco aquilo que não foi objeto de consenso.

Um participante - Precisamos saber se essas propostas serão votadas oportunamente.

O Sr. Presidente - Sim, serão votadas oportunamente no momento da priorização.

Uma participante - Deputado, priorização pressupõe que todas as propostas serão aprovadas, e elas podem não ser aprovadas. Algumas, com certeza, não serão. Há propostas contraditórias. Entendo que, se não se vai votar em bloco o que foi objeto de discussão anterior e de consenso interinstitucional, muito menos se deve votar em bloco aquilo que é objeto de dissenso.

É bom ressaltar que a Defensoria Pública tomou a palavra apenas para falar da aglutinação, e a maioria das propostas não são a seu favor. Podemos ter passado essa impressão, porque fomos nós quem fizemos a apresentação.

Um participante - Estou entendendo: o que a Presidência disse é a garantia de que as outras propostas serão apreciadas.

O Sr. Presidente - Exatamente. Serão apreciadas. Temos ainda de fazer a escolha das cinco. As outras 15 irão para o documento anexo.

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Acredito que há um equívoco na interpretação de que destaques são propostas prioritárias e as outras não o são. Eventualmente, os destaques serão modificados e com mudanças significativas, como bem disse o Deputado Edson Rezende. As outras propostas, que estão sem destaque, constarão da votação individual que será realizada adiante.

A Sra. Cássia Virgínia Terra Teixeira Gontijo - Salvo engano - aproveito para consultar a Mesa -, para que as propostas sejam discutidas deve haver destaque. Se não houve destaque dessa proposta, não há o que se discutir, temos de votá-la. Se não houve destaque, é sinal de que nenhum dos presentes nesta plenária, com direito a voto, quis manifestar-se para discutir a proposta. Portanto, temos de votá-la.

O Sr. Presidente - Vamos votar uma a uma. Não discutiremos as propostas, apenas as votaremos. As destacadas estarão lá, e resolveremos essa questão.

Apreciação dos Destaques e de Novas Propostas

O Sr. Presidente - Daremos início à apreciação não só dos destaques, mas também de novas propostas. Acompanhem-me, por favor, Grupo 1, Proposta 5, que não foi destacado. Dará um pouco de trabalho, mas, pelo menos, retomaremos essa questão conflitante. Em votação, a Proposta 5 do Grupo 1. Quem estiver de acordo com a proposta levante o cartão. (- Pausa.) Quem for contrário à Proposta 5 levante o cartão. (- Pausa.) Foi tudo combinado, mas a modificação do processo está causando problemas. Vamos conversar aqui com os membros da Mesa para dar um encaminhamento correto a esse formato. Estamos realizando uma modificação que nunca foi feita. Não é a primeira vez que coordenamos um seminário, e, repito, estamos fazendo uma modificação nunca feita. Conversaremos para apresentar-lhes uma decisão.

A Sra. Leandra Machado - Sr. Presidente, permita-me um comentário? Quero apenas enriquecer a discussão. Entendo que as 20 propostas chegaram até aqui, logo, de alguma forma, comporão o documento. A nossa discussão aqui tem de se fixar apenas nas cinco. As demais, necessariamente, comporão o anexo.

O Sr. Presidente - Se elas forem aprovadas.

A Sra. Leandra Machado - Não. Se elas chegaram até aqui, significa que houve o atendimento de todos os grupos.

O Sr. Presidente - Não, elas podem ser derrubadas aqui.

A Sra. Leandra Machado - Acredito que vale a pena o senhor colocar em votação se as 20 propostas comporão ou não o anexo.

Se o Plenário deliberar que sim, partiremos apenas para a discussão das cinco prioritárias, que é nossa função neste momento. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A votação feita em grupo tem um componente numérico que definiu pela votação e está aprovado. A plenária final tem um componente numérico de peso e decisão maior que o do grupo. Portanto, as propostas podem ser modificadas e derrubadas aqui. Não podemos quebrar esse processo. Cada proposta será votada e poderá ser derrubada ou mantida.

Esclarecemos, mais uma vez, que destaque não significa prioridade, mas que determinada pessoa ou instituição deseja modificar uma proposta. A votação de prioridade é feita posteriormente. Votaremos as propostas do Grupo 1, e os Grupos 2, 3 e 4 também votarão aprovando-as ou rejeitando-as. Além disso, avaliarão suas propostas nesta plenária final. Esse é o processo de decisão final da plenária soberana. O representante da Defensoria Pública nos informou que retirará os destaques.

Proponho que verifiquemos, em primeiro lugar, se alguém dos Grupos 1, 2, 3 e 4 deseja retirar propostas.

Não tendo que retirar, votaremos em bloco, para facilitar o processo. E aí votaremos as cinco prioritárias de cada grupo. É preciso, Marcelo, que vocês façam o encaminhamento formal.

O Sr. Marcelo Faria de Oliveira - A Defensoria Pública e a Associação dos Defensores Públicos retiram os destaques, para que seja apreciado conforme a exposição feita por V. Exa.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Chegamos a um entendimento. Existem destaques de outras entidades, e peço a elas que fiquem atentas ao momento de intervir. Vou proceder à votação grupo por grupo. Colocarei em votação as sugestões do Grupo 1. Se houver manifestação contrária a alguma das propostas, a instituição deverá manifestar-se, e destacaremos somente aquela proposta com a qual a entidade não concorda.

Vamos aguardar a entrada do pessoal que estava negociando fora do Plenário, e vou repetir o procedimento que adotaremos.

Um participante - Por favor, Mesa. Os destaques foram retirados provisoriamente. Nada impede que retornem.

O Sr. Presidente - Não existe isso. Uma vez retirado, está feito. A Defensoria retirou seus destaques. Quero, então, fazer um esclarecimento aos participantes que estavam lá fora, conversando sobre a comissão de representação. Negociando com a Defensoria Pública, eles entenderam que o destaque não quer dizer prioridade, mas somente que se deseja alguma modificação. A votação de prioridades vem depois. Eles compreenderam e retiraram os destaques. Outras instituições fizeram destaques. Vamos votar as propostas de cada grupo. Durante o processo de votação das propostas do Grupo 1, por exemplo, a instituição apresentará o destaque que desejar. De antemão, gostaria de saber do Juscelino se, no Grupo 1, há algum destaque especial de alguma entidade. (- Pausa.)

Vamos colocar em votação as Propostas 1 a 20 do Grupo 1. Há algum destaque de outra instituição que não a Defensoria Pública? (- Pausa.) Não. Em votação, as Propostas 1 a 20. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Estão aprovadas as Propostas 1 a 20 do Grupo 1.

Grupo 2. Há algum destaque de outras instituições nas Propostas 21 a 34?

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Proposta 26, pelo Corpo de Bombeiros. Retirada de destaque.

O Sr. Presidente - Como foi retirado o destaque, vamos colocar em votação as propostas do Grupo 2. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovadas.

Grupo 3. Há algum destaque nas Propostas 35 a 50?

A Sra. Maria José - Retirada do destaque da Proposta 39.

Um participante - Conselho de Segurança Pública. Na Proposta 48, onde consta a palavra "Apac", quero acrescentar "Conselho da Comunidade", um órgão de execução penal.

O Sr. Presidente - Então, fica destacada a Proposta 48.

A Sra. Fabiana - Mantido o destaque da Proposta 47.

Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Mantido o destaque da Proposta 39.

O Sr. Presidente - Itens 39, 47 e 48 destacados. Em votação, as Propostas 35 a 50, salvo os três destaques. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovados.

Grupo 4 - Itens 51 a 70. Algum destaque?

Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Mantido o destaque das Propostas 67 e 68.

O Sr. Presidente - Em votação, as Propostas 51 a 70, salvo destaques.

O Sr. Geraldo Toledo - Mantido o destaque das Propostas 62 e 66. Sr. Presidente, esses destaques podem retornar para serem votados e, depois, discutidos?

O Sr. Presidente - Os destaques retornarão.

O Sr. Geraldo Toledo - Então, mantemos as Propostas 62 e 66 para a devida aprovação. Depois, iremos destacá-los.

O Sr. Presidente - É preferível destacá-los de uma vez.

O Sr. Geraldo Toledo - De qualquer maneira, após discussão do destaque, as Propostas 62 e 66 serão votadas.

O Sr. Presidente - Correto. Em votação, as Propostas 51 a 70, salvo destaques. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovados.

Itens encaminhados do Grupo 4 para o Grupo 3, algum destaque? Itens 71 a 74.

O Sr. Lizandro Nei Gualberto - Só quero fazer um esclarecimento: as Propostas 71 a 74 correspondem às Propostas 36 e 37, que foram discutidas pelo meu grupo e condensadas nesses dois itens. Por já terem sido aprovadas pela plenária as Propostas 36 e 37, acredito ser desnecessário repetir o texto desses itens. O meu destaque é para a supressão das Propostas 71 a 74, porque já estão em outra parte do

documento.

O Sr. Presidente - Em votação, a supressão das Propostas 71 a 74. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Nas Propostas 75 e 76, encaminhados pelo Grupo 2 ao Grupo 4, há algum destaque?

A Sra. Nádia de Souza Campos - O destaque é para suprimir esses itens, porque eles foram contemplados pelo Grupo 4.

O Sr. Presidente - Proposta de supressão das Propostas 75 e 76. Em votação, a supressão das Propostas 75 e 76. Quem estiver de acordo com a supressão, levante o cartão. (- Pausa.) Estão suprimidos as Propostas 75 e 76.

Agora, passaremos aos destaques. Com a palavra, o Ten.-Cel. Matuzail, do Grupo 3, para fazer o encaminhamento de modificação ou supressão da Proposta 39.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Presidente, como representante do Corpo de Bombeiros e em razão da nossa situação dentro do sistema de segurança pública do Estado, também necessitamos ser incluídos nessa proposta, pelo fato de integrarmos a base do relatório de eventos diversos. Isso porque esses bancos de dados irão favorecer o planejamento e a adoção de novas estratégias no Corpo de Bombeiros. Assim, não só é interessante, mas também necessária essa inclusão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais na referida proposta.

O Sr. Presidente - Em que ponto? Favor fazer a leitura já incluindo a modificação pretendida.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - (- Lê:) "Criação-formatação de um banco de dados que possa ser compartilhado pelas forças policiais estadual, federal e municipal, bem como pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG..."

O meu destaque é para inserir a expressão "Corpo de Bombeiros Militar", nessa proposta.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Gostaria de levantar uma questão de ordem técnica. No enunciado da Proposição 39, há uma referência às forças policiais municipais, porém Municípios não têm polícia. Então essa expressão seria uma impropriedade técnica grave. O meu destaque é para excluir essa expressão "força policial municipal" do enunciado. É um problema de mera redação.

O Deputado Sargento Rodrigues - Aliás, também fiz essa solicitação, já que não há a mínima condição de compartilhar banco de dados com força policial municipal, primeiro porque ela não existe. Guarda Municipal não é polícia. Então, certamente iríamos encontrar uma resistência enorme para acessar esse banco de dados. Estaremos votando algo completamente desprovido do acatamento das demais forças policiais estadual e federal. Não vejo o porquê de se incluir a palavra "municipal". Sugiro que ela seja excluída desse texto.

O Sr. Presidente - Matuzail, favor encaminhar o seu destaque para nós.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Presidente, a Mesa muito bem registrou a impropriedade dessa redação. O Corpo de Bombeiros, até pelo fato de estar na base de dados e para que possa desenvolver e contribuir com os outros órgãos e instituições que compõem o sistema de defesa social, deve ser abrangido nessa proposta, para que, no futuro, não venha a público pedir uma nova redação. É importante partir daqui com o documento pronto, ou seja, com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais inserido na proposta.

Aliás, hoje, já participamos em alguns sistemas, por meio dessa integração entre o Corpo de Bombeiros Militar e as Polícias Militar e Civil. Ou seja, já estamos em pleno processo de integração.

Mas aqui, na proposta, fomos retirados. Seria interessante verificar isso, até mesmo como objeto de retomada de um processo em andamento.

O Deputado Sargento Rodrigues - Complementando as palavras do Ten.-Cel. Matuzail, do ponto de vista jurídico, o bombeiro está atrelado ainda ao Estatuto dos Militares Estaduais e ao Código de Ética dos Militares Estaduais. Do ponto de vista jurídico, não há como desatrelar uma instituição da outra. É pertinente o que o Ten.-Cel. Matuzail está dizendo, a central de emergência das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros funciona no mesmo espaço, estão integrados de forma logística e com os recursos humanos. Seria uma infelicidade muito grande o bombeiro não estar nesta proposta. Quero apenas reforçar as palavras do Ten.-Cel. Matuzail. De outra forma, estaríamos votando uma proposta de desvinculação de tudo que já foi criado até o presente momento.

O Sr. Presidente - Farei a leitura, pois há duas modificações: acrescentar "bombeiro" e tirar "municipal". Farei a leitura completa, atenção: "Criação e formatação de um banco de dados que possa ser compartilhado pelas forças policiais estadual, bombeiro, federal e municipal, como forma de facilitar o trabalho dessas polícias;..." e segue.

O Deputado Sargento Rodrigues - Deputado Edson Rezende, "... como forma de facilitar o trabalho dessas instituições," Senão, fica só polícia, e o bombeiro fica de fora.

O Sr. Presidente - "Dessas instituições", como modificação final. Quem for a favor dessas modificações levante o cartão. (- Pausa.) Aprovadas as modificações, acrescentando "bombeiro" e "dessas instituições", tirando "municipal". Quem for contrário às modificações levante o cartão. (- Pausa.) Está aprovada.

Proposta 47. Com a palavra, Fabiana, para apresentar destaque.

A Sra. Fabiana de Lima Leite - Gostaria de propor a mudança dessa proposta para o seguinte: "Priorização na aplicação da Lei nº 9.099, de 1995, das penas restritivas de direito e prestações alternativas, em detrimento de penas pecuniárias, privilegiando ainda a metodologia da justiça restaurativa nos casos em que for pertinente". Isso porque, da forma como está, não se questiona somente a pena pecuniária, mas todos os outros tipos de prestação alternativa. Temos experiências muito exitosas hoje de prestação alternativa em Minas Gerais. Acho que é o caso de reformular, para questionar somente a pena pecuniária, e não todos os tipos de prestações alternativas.

O Sr. Presidente - Gostaria que fizesse a leitura novamente.

A Sra. Fabiana de Lima Leite - Ficaria: "Priorização na aplicação da Lei nº 9.099, de 1995, das penas restritivas de direito e prestações alternativas, em detrimento de penas pecuniárias básicas, privilegiando ainda a metodologia da justiça restaurativa nos casos em que for

pertinente."

O Sr. Presidente - Horácio, você tem 2 minutos para defesa do ponto de vista contrário.

O Sr. Horácio Vanderlei Tostes - Existe pena pecuniária com pena alternativa. A redação proposta fará a retirada da pena pecuniária. Mas há o pagamento de multa e de indenização às vítimas, no caso da Lei nº 9.099. Se mudar a redação, como sugerido pela colega no Plenário, inviabilizar-se-á o pagamento dessas penas alternativas. No texto, a redação encontrada permite que o Juiz não aplique a cesta básica, que é uma situação diferenciada do que foi apresentado. Ou seja, a pena de multa continua, a pena indenizatória à vítima continua, são penas pecuniárias, mas se extrai a cesta básica, que nós, da Defensoria Pública, vemos também como uma distorção da aplicação da Lei nº 9.099.

O Sr. Presidente - Você só fez a apresentação do destaque, agora vai defender a proposta.

A Sra. Fabiana de Lima Leite - Concorde com os argumentos dele, embora não tenha participado desse grupo. Se o problema é cesta básica, que fique restrito à cesta básica. O problema é que essa proposta, da forma como está, questiona todos os tipos de prestações alternativas, e não apenas cesta básica. Proporei uma outra redação: "Priorização, na aplicação da Lei nº 9.099, das penas restritivas de direitos e prestações alternativas, em detrimento de pagamento de cesta básica...".

A Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo - Sr. Presidente, na verdade não se trata de exclusão de nenhuma penas, mas de uma questão de priorização.

O Sr. Presidente - Votemos a segunda modificação proposta. Encaminhe à Mesa a segunda proposta de redação por escrito. Em votação, a modificação da última leitura da Proposta 47. Quem estiver de acordo levante seus cartões. (- Pausa.) Aprovada a última modificação proposta. Proposta 48. Com a palavra, para destaque, o Pastor Lúcio.

O Sr. Lúcio - Proponho que se acrescente à Proposta 48 a expressão "incentivando a criação de conselhos da comunidade conforme Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984". A justificativa é que membros de Apacs, de qualquer igreja ou segmento da sociedade que queiram participar, mediante portaria, sejam convocados pelo Juiz ou pelo Promotor.

Essa medida pode trazer uma série de benefícios e já funciona em Além Paraíba e Leopoldina. Há 15 anos, trabalhamos dessa forma em Minas Gerais, prestando serviços relevantes. Nós é que informávamos ao advogado que o infeliz tinha direito à progressão de regime e várias outras questões que facilitavam a sua vida. Muitas pessoas estavam na cadeia sem necessidade. Isso ajuda muito e seria muito produtivo se incorporado à proposta, já que os companheiros das Apacs concordam com a idéia. Isso não prejudica em nada a proposta, apenas a valoriza.

O Sr. Presidente - Faça a leitura completa da Proposta 48, incluindo a sua modificação.

O Sr. Lúcio - "Implantação da metodologia Apac como política pública de execução penal no Estado de Minas Gerais, por seu objetivo de promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, incentivando a criação de conselhos da comunidade, conforme a Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984."

O Delegado José Walter da Mota Matos - Deputado, pela ordem. A título de esclarecimento para os votantes, quero crer que ele se refere ao Conselho da Comunidade para fins de execução da pena a que se refere a Lei nº 7.210, de 1984.

O Sr. Presidente - É isso mesmo. Em votação, a modificação aditiva à Proposta 48. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovada. Proposta 62, Grupo 4.

O Sr. Saulo Mansur - Sr. Presidente, sou Delegado da Polícia Civil. Gostaríamos que fosse alterada a redação da Proposta 62: "Transferência dos Delegados de Polícia nos moldes dos Defensores Públicos, Procuradores de Estado, Promotores de Justiça e Juizes de Direito". Em vez de "transferência dos Delegados de Polícia", gostaríamos que fosse "garantias aos Delegados de Polícia". Para o Delegado de Polícia, é exigido o bacharelado em Direito, mas é a única carreira que não tem as mesmas garantias dos demais cargos que exercem funções no sistema de justiça. Queremos a igualdade. Trocar "transferência" por "garantias".

O Sr. Presidente - Garantia de quê? Ficou meio solto. Precisamos da outra palavra.

O Sr. Geraldo Toledo - Sr. Presidente, "garantias funcionais".

O Sr. Presidente - Em votação, a modificação da Proposta 62. Quem estiver de acordo com essa modificação, levante seu cartão. (- Pausa.) Aprovada. Proposta 66.

O Sr. Geraldo Toledo - "Inserção do Delegado de Polícia na carreira jurídica, estabelecendo a hierarquia salarial". Nossa proposta seria trocar a palavra "inserção" por "retorno", acrescentando o plural na expressão "na carreira jurídica", e retirar o final da proposta, que diz: "estabelecendo a hierarquia salarial". Fazemos essa solicitação, uma vez que o constituinte de 1989 desta insigne Assembléia Legislativa, no seu art. 273, inseriu o Delegado de Polícia como membro das carreiras jurídicas. No meu entendimento, inexplicavelmente foi retirada essa garantia de os Delegados estarem nas carreiras jurídicas. Entendo que, para ser Delegado de Polícia, segundo o Sr. Saulo, pela própria Constituição de Minas Gerais, é exigido o bacharelado em Direito, como o é para o concurso dos Promotores, Defensores, Juizes e Procuradores do Estado. Não tem por que o Delegado de Polícia, não menosprezando qualquer outra carreira, sair dessa carreira jurídica. Um dentista pode ser oficial da Polícia Militar, mas não pode ser Delegado de Polícia. Nem por isso ele deixa de usar suas atribuições da Odontologia. Ao sermos aprovados para o concurso de Delegado de Polícia, não rasgamos nosso diploma de Direito. Portanto, solicitamos o retorno do Delegado de Polícia às carreiras do Direito, porque a Constituição de Minas Gerais assim o exige. A supressão do art. 273, no ano de 2000, não respeitou, no meu entendimento, o constituinte de 1989.

O Sr. Presidente - Geraldo, seria reinserção?

O Sr. Geraldo Toledo - Seria retorno do Delegado de Polícia às carreiras jurídicas. O art. 273, suprimido no ano 2000, tratava dessas garantias semelhantes às carreiras jurídicas.

Um participante - Seria suprimir "estabelecendo a hierarquia salarial"?

O Sr. Geraldo Toledo - Seria trocar "inserção" por "retorno" e retirar a expressão "estabelecendo a hierarquia salarial". Nosso objetivo não é

busca de salário, mas do nosso diploma, que foi retirado.

O Sr. Presidente - Quem estiver de acordo com essa nova redação, levante seu cartão. (- Pausa.) Aprovada.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Sr. Presidente, antes da Proposta 68, há a de nº 67. Aqui diz: "Valorização de todas as carreiras que compõem o sistema...". Temos uma situação no Estado diferente. Os órgãos fazem parte do sistema de defesa social, mas, em termos de carreira, há uma diferenciação.

Proponho valorização salarial das carreiras de integrantes dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social. Segue final da redação.

O Sr. Presidente - Sr. Gustavo Persichini, quer fazer outra defesa?

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Acredito que a palavra "todas" incluiria as carreiras e não excluiria ninguém. Assim, sugiro que se especifique o tipo de carreira.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - O problema é que, de acordo com o aspecto jurídico, a carreira não faz parte do Sistema de Defesa Social, mas o órgão faz. Por isso estou propondo uma nova redação, não fazendo a extinção, mas, sim, ...

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Mas como ficariam os integrantes de outras carreiras que fazem parte de órgãos do Sistema de Defesa Social? Seriam excluídos?

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Valorização salarial das carreiras de integrantes dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa social.

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Minha pergunta permanece: e como ficam os integrantes que ajudam, de certa forma, os órgãos do Sistema de Defesa Social, mas que não compõem carreiras de órgãos do Sistema de Defesa Social? Darei um exemplo pessoal. Sou integrante de um órgão do Sistema de Defesa Social, mas minha carreira não é.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - O senhor está justamente corroborando o que estou dizendo. Sou integrante do Corpo de Bombeiros, que integra o Sistema de Defesa Social, mas a minha carreira não. O senhor está falando justamente o que também estou propondo ao fazer a defesa para os integrantes da nossa classe. Não sei qual o sistema do senhor, mas o que está dizendo reforça minha preocupação.

O Sr. Eduardo Cavalieri - Sr. Presidente, só uma questão técnica.

O Sr. Presidente - De redação?

O Sr. Eduardo Cavalieri - De redação. Meu nome é Eduardo, sou Defensor Público. Acho mais adequado, do ponto de vista técnico, o termo "valorização remuneratória", já que servidor público não recebe salário, mas remuneração.

O Delegado José Walter de Mota Matos - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria também que fossem analisadas as terminologias órgão e instituições. Não sei se o Sistema de Defesa Social é composto de órgãos ou instituições. Creio que a função da Secretaria de Defesa Social é coordenar as diversas instituições inseridas no processo.

O Sr. Presidente - Podem ser colocados os dois, órgãos e instituições. Perfeito.

Ten.-Cel. Matuzail, o senhor está de acordo com essa proposta final: valorização remuneratória das carreiras de integrantes de órgãos e instituições que compõem o Sistema de Defesa Social?

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Correto.

O Sr. Presidente - Em votação, a modificação final da Proposta 67. Os senhores e as senhoras que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovada. Proposta 68.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Há também uma questão de inserção: na Proposta 68, pagamento de verba indenizatória aos policiais civis e militares, faríamos uma modificação: pagamento de verba indenizatória aos militares estaduais, policiais civis e demais servidores das carreiras de defesa social. Segue redação.

O Sr. Presidente - Favor repetir, Sr. Matuzail.

O Ten.-Cel. Matuzail Martins da Cruz - Pagamento de verba indenizatória aos militares estaduais, ou seja, policiais militares e bombeiros militares, policiais civis e demais servidores das carreiras de defesa social. Segue redação.

O Sr. Presidente - Em votação, a modificação da proposta 68. As senhoras e os senhores que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovada. Agora vamos à priorização. Esclarecemos que os senhores devem votar nos 5 itens que priorizarem entre os 20 mais importantes. Se houver alguma proposta de aglutinação, tem de chegar antes.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Deputado, assim como acontece nos demais grupos, foi um grande sacrifício reduzirmos as propostas do Grupo 1 a um total de 20, porque todas são muito importantes. É muito difícil priorizar. Não sei se é possível nos demais grupos, mas, no caso do Grupo 1, conseguimos classificar esses 20 itens em um pequeno número de temas. Para não priorizar uma proposta em detrimento de outra, o que será muito difícil, propomos a aglutinação por temas, uma vez que basicamente todos são principiológicos, não há itens casuísticos, muito menos que envolvam interesses corporativos de qualquer instituição. Por exemplo, as propostas 1 e 2 dizem respeito à melhoria no sistema de educação. As propostas 14 e 17 dizem respeito ao atendimento ao adolescente autor de ato infracional, assim como o 50, que é de outro grupo, mas é intrinsecamente relacionado. Sugiro que as propostas 7 e 8 não sejam priorizadas porque dizem mais respeito ao sistema prisional, que tem um grupo específico. Então, excluiríamos as propostas 7 e 8 dessa priorização. As propostas 3 e 6 dizem respeito ao atendimento e à prevenção do uso de drogas. As propostas 4, 10, 11 e 16 dizem respeito ao envolvimento dos Municípios e a equipamentos de disseminação de cidadania.

Uma participante - Proposta 19 e 20 também.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - As propostas 9 e 15 dizem respeito à proteção geral à infância, à juventude e à família. E as propostas 5 e 19 dizem respeito à inclusão produtiva e alternativas de profissionalização para adolescentes e jovens. Se concordarmos em passar as propostas 7 e 8 para o Grupo 3, que trata do sistema prisional, ficaremos com seis temas prioritários. Deixei de mencionar as propostas 12, 13, 18 e 20.

O Sr. Presidente - Dr. Márcio, agora a questão de ordem é minha. Aqui temos as novas propostas. Das quatro novas propostas que obtiveram assinaturas, somente duas, a 1 e a 2, conseguiram. As outras não tiveram. Exatamente. Então, teríamos de fazer a votação desses itens primeiro, antes de passar...

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Com certeza.

O Sr. Presidente - Vou ler a proposta 1: "Garantia de manutenção, pelo Estado, de assistência de qualidade nos trabalhos dos Conseps quanto à mobilização social em torno dos assuntos afetos à segurança pública, empreendendo o poder público todos os esforços para que os Conseps cumpram esse objetivo". Vamos colocar em votação essa proposta nova. Existe Consep BH, Polícia Civil, Defensoria Pública. "Os conselhos de segurança presentes neste seminário vêm solicitar, com os abaixo-assinados, a inclusão das propostas: Ações preventivas e envolvimento da sociedade civil, consideradas minoritárias, que constem do relatório do grupo, conforme o art. 16, §2º do regimento deste seminário". Com a palavra, para a defesa, a Sra. Lúcia.

A Sra. Lúcia Alves Fonseca - Sou do Conselho de Segurança Pública Comunitário da Região de Belo Horizonte, que está situado na jurisdição da 15ª Companhia, da 23ª Delegacia da Polícia Civil. Constam nessa jurisdição as Regionais Venda Nova e Pampulha. Essa proposta foi encaminhada na certeza de que, se nós, do Conselho, tivéssemos o apoio do Estado para uma ação preventiva, educativa, como, por exemplo, uma ação de intervenção de educação junto aos meios de comunicação para que as crianças das escolas públicas atravessem na faixa de segurança, essa proposta seria viabilizada com recursos do Estado. Os Conseps não têm esses recursos.

Outra coisa é mobilizar as escolas para isso. Precisamos mobilizar as escolas da rede estadual para que as crianças estejam envolvidas nesse processo, que não envolve nenhum custo, o Estado pode fazer isso. Então, estamos contando com essas situações de mobilização social de prevenção na área de segurança.

O Sr. Presidente - Na verdade, é uma proposta que preencheu quatro folhas.

A Sra. Lúcia Alves Fonseca - É porque arrecadamos as assinaturas de todos.

O Sr. Presidente - Em votação, essa proposta nova. Quem estiver de acordo levante seu cartão. (- Pausa.) Quem não estiver de acordo levante seu cartão. (- Pausa.) Aprovada. Vamos passar para a votação das prioridades do Grupo 1. Vamos votar por proposta, de 1 até 20. Na votação da proposta 1, vai o encaminhamento para votação ou aglutinação. Agora vamos tirar 5 itens desses 20.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Quando falamos em aglutinar, acreditamos que isso implica uma nova redação. Sugiro que tenhamos o bom senso de, sendo deliberado pela aglutinação, proceder à uma nova redação mais simples, de forma a contemplar a essência de cada uma das proposições.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Propomos a aglutinação em grupos. Faremos a alteração e, depois, a redação final, porque, sem computador, ficará difícil agilizar o processo. Como os temas são similares, deveríamos adotar a sugestão de V. Exa. e, depois, encaminhar isso para a redação final.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Isso implicaria uma nova mudança de procedimento, porque, primeiramente, teríamos de votar se aglutinaremos ou não as propostas; depois, teríamos de escolher quais não serão priorizadas e quais serão mediante fusão; posteriormente, fariamos a redação das cinco propostas definitivas e as apresentariamos a todos, para que manifestem se estão de acordo ou não. Acredito que esse procedimento é interessante.

O Sr. Presidente - A minha preocupação se refere ao ponto de vista prático, e não à forma.

A Sra. Nádia de Souza Campos - A nossa sugestão de aglutinar as propostas, com a supressão de algum termo incorreto do ponto de vista jurídico, se daria da seguinte maneira: a 1 com a 2 e a 3 com a 4.

O Sr. Presidente - Citaremos cada uma para a intervenção sobre a aglutinação e procederemos assim sucessivamente. Proposta 1.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Seria necessário ler a proposta?

O Sr. Presidente - Você deseja aglutinar a proposta 1 com a 2?

A Sra. Nádia de Souza Campos - Sim, os que estamos priorizando.

O Sr. Presidente - Em relação à votação dessa priorização, a partir de agora, os votos deverão ser contados, para sabermos quais obtiveram mais votos, priorizando-se as cinco propostas. Teremos de saber quais obtiveram mais votos, classificando-as até a quinta.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Atenção, Mesa. Gostaria de um esclarecimento. Estamos solicitando a aglutinação da proposta 1 e da 2. Se a 1 obtiver voto para a aglutinação e a 2 não, não poderemos unir as duas.

O Sr. Lúcio - Poderíamos aglutinar as propostas e votá-los em bloco. Ganharíamos tempo.

O Sr. Presidente - Falo, pela última vez, aos diletos amigos Defensores: se aglutinarmos as propostas 1 e 2, ficaremos com uma proposta enorme. Do ponto de vista prático, precisamos estabelecer prioridade. Não estamos nos colocando contrários. Se for assim, a plenária decidirá. O documento ficará extremamente grande, inchado, e podemos cair na não-priorização. Simplificar agora pode ser o melhor caminho.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Sr. Presidente, o intuito é exatamente esse. Estamos de acordo com a proposta do Promotor de Justiça. É

exatamente essa a nossa linha. Queremos ir por temas congêneres, que tenham correlação. No final das contas, aprovaremos praticamente todas as propostas do grupo, com prioridade.

Tivemos dificuldade com a redação, porque não estamos acostumadas a fazer articulação. Somos marinheiros de primeira viagem, mas o intuito é dialogar e acrescentar o que for importante.

O Sr. Presidente - Sim, estamos dialogando para buscar um caminho.

Grupo 1: "Ações preventivas e desenvolvimento da sociedade". Proposta 1.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Aglutinar as propostas 1 e 2, com nova redação.

O Sr. Presidente - Fundem-se os dois e se dá uma nova redação?

A Sra. Nádia de Souza Campos - Exatamente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Todas as propostas que foram aprovadas constarão no documento. É bom que isso fique bem claro.

No seminário "Segurança e vida", priorizamos sete itens. Os demais constaram no documento. Não ficarão fora do relatório aprovado por todos na plenária.

É bom deixar claro que todas as propostas que até agora consideramos constarão no documento. O que torna mais fácil é priorizar esses cinco itens sem aglutinar um e outro e transformar o documento em algo extenso demais. Todas as propostas, afinal, constarão no documento.

No outro seminário, a coisa se deu assim e funcionou muito bem. Nenhuma proposta ficou de fora. Aglutinar demais torna até difícil a leitura do documento. Deixa de ser uma proposta para ser um punhado de coisas ao mesmo tempo.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Concordo com o Deputado. Acho que ficará difícil realmente, porque acabaremos criando novas propostas, gerando novas discussões e não prosseguiremos.

Aproveitando o trabalho de classificação por temas, podemos priorizar as propostas em cada tema e tirar o mais completo.

O Sr. Presidente - O Dr. Márcio fez um encaminhamento. Temos de tomar a decisão agora, em conjunto, senão acabaremos construindo outra proposta.

O Deputado Sargento Rodrigues - Acabaremos aprovando outra proposta, contrariando, aliás, o regulamento. Para que consigamos construir novo texto num consenso, proposta por proposta, não sairemos daqui hoje.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Qual é, então, a posição da Mesa?

O Deputado Sargento Rodrigues - A nossa sugestão é que façamos exatamente como no último seminário, há 6 anos; foi muito prático. Foram inúmeras propostas, dezenas, sete delas foram as mais votadas e ficaram em destaque, mas nenhuma foi retirada do documento. Já suprimimos algumas propostas e fizemos algum arranjo? Sim, mas todas elas constarão no documento final como proposta do seminário. Repito: as 20 propostas serão priorizadas, e as demais constarão no documento final. Caso contrário, ao fundirmos uma proposta com outra, acabaremos, em primeiro lugar, contrariando ao que estabelecemos anteriormente e, em segundo, para chegarmos a um consenso do teor dessa nova proposta - desculpem-me a expressão popular -, será uma briga de foice.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Sr. Presidente, proponho a suspensão da reunião por 5 minutos, para discutirmos as propostas a serem priorizadas.

A Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo - Sr. Presidente, só um momento, por favor. Salvo engano, basta apenas uma questão de avaliação do grupo. Se já temos propostas de consenso, por exemplo, as propostas 1 e 2, na hora de votar, se a proposta 2 é genérica, volta-se nela, e não na proposta 1. Faz-se uma aglutinação.

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Sr. Presidente, vejo, com grande preocupação, essa questão da aglutinação de propostas. Peguemos o exemplo do governo do Estado, que prioriza as suas atividades por meio de projetos estruturadores. Se não tivermos a capacidade de priorizar, entre as 20 propostas, aquelas que são as mais importantes, significa que estamos com grande dificuldade de compreensão. As propostas que aqui estão sendo apresentadas já receberam sinal verde de que são importantes. Entretanto, entre elas, quais são as mais importantes? As mais importantes são as cinco que votaremos.

Estamos, aqui, diante de um fórum qualificado, com pessoas extremamente técnicas e preparadas para tal. Considero inevitável chegarmos a cinco propostas, as mais votadas. Isso balizará a nossa capacidade de racionalização dos temas propostos para o seminário.

A Sra. Nádia de Souza Campos - Sr. Presidente, após consultar o pessoal, resolvemos retirar a proposta de aglutinação e votaremos as propostas individualmente, priorizando as que consideramos mais importantes.

O Sr. Presidente - Ótimo, o Plenário aprovou essa decisão. Regime de votação. Todos a postos, com o cartão nas mãos. Peço aos nossos técnicos e apoiadores que também fiquem a postos, para a contagem dos votos. Por favor, assentem-se, pois isso facilitará o trabalho das pessoas que estão contando os votos. Em votação, a proposta 1. Quem estiver de acordo levante o cartão. (- Pausa.) Foram 77 votos a favor dessa proposta. Em votação, a proposta 2. Quem estiver de acordo levante o cartão. (- Pausa.)

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Não é uma questão da contagem. Esse sistema nos dará um que não será o resultado que a plenária quer. A proposta 1 é muito menos abrangente que a proposta 2. Todos compreenderam isso.

O Sr. Presidente - O voto é na proposta. Cada um tem que priorizar.

Uma participante - Sr. Presidente, essa ordem não expressará a democracia da plenária. Está ficando confuso, e perdemos toda a discussão para unir as entidades.

O Sr. Presidente - Qual é a confusão?

Uma participante - O senhor pode verificar pela votação. Os próprios membros das entidades....

O Sr. Presidente - Não. Decisões estão sendo tomadas aqui. Podemos até colocar a proposta 2 em votação novamente, se houve alguma confusão.

Uma participante - Peço que coloque novamente em votação, com a exposição do Promotor Márcio, porque ela é mais abrangente.

O Sr. Presidente - Já foi votada com clareza. Infelizmente, irá assim mesmo. Os técnicos estão dizendo que a contagem ficou confusa. Colocaremos em votação novamente em razão do problema da contagem. Em votação, a proposta 2. Quem estiver de acordo levante o cartão. (- Pausa.) São 58 votos. Em votação, a proposta 3. Quem estiver de acordo levante os cartões. (- Pausa.) São 55 votos. Em votação, a proposta 4. Quem estiver de acordo levante os cartões. (- Pausa.) São 28 votos. Em votação, a proposta 5. Quem estiver de acordo levante os cartões. (- Pausa.) São 9 votos. Em votação, a proposta 6. Quem estiver de acordo levante os cartões. (- Pausa.) São 76 votos. Proposta 7. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 8 votos. Proposta 8. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 24 votos. Proposta 9. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 77 votos. Proposta 10. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 17 votos. Proposta 11. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 68 votos. Proposta 12. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 5 votos. Proposta 13. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Não houve voto. Proposta 14. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 20 votos. Proposta 15. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 27 votos. Proposta 16. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 27 votos. Proposta 17. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 41 votos. Proposta 18. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 62 votos. Proposta 19. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 30 votos. Proposta 20. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 36 votos. Temos uma nova proposta, feita pelos conselhos de segurança e assinada por quase 50 pessoas. Em votação, a proposta nova, apresentada pelos conselhos de segurança. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 76 votos.

Ficam, portanto, priorizadas as seguintes propostas do Grupo 1: a proposta 1 recebeu 77 votos; a 9, 77 votos; a proposta nova, 76; a 6, 76 e a 11, 68 votos. São as cinco propostas prioritárias. As outras compõem o documento.

Aqui não há perdedores, porque o que veio para cá, já ganhou "status" de participar do documento. Democracia é assim mesmo. Temos só de encaminhar a vontade da maioria.

O Sr. Paulo Guarani - Sr. Presidente, a proposta 2 era somente escola pública em tempo integral, com o objetivo de tirar as crianças da rua para que não continuassem aprendendo a enrolar papelotes e começassem a matar umas as outras. Ela não entrou, e ninguém perdeu.

O Sr. Presidente - Exatamente, ninguém perdeu. No regime de votação, não há discussão, é o fechamento. Quero que entendam isso. Peço ao Deputado Sargento Rodrigues para fazer o encaminhamento do Grupo 2.

A Sra. Fabiana de Lima Leite - Sr. Presidente, um único tema acerca dos Conseps foi inserido em dois itens. Isso não pode ser revisto?

O Sr. Presidente - A votação é definitiva, mas não significa que a comissão de representação, que dará segmento aos nossos trabalhos, não dê encaminhamento prático a essa questão. Mas foi votado e aprovado.

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Peço aos participantes que se assentem para que possamos continuar o processo de votação e para que não aconteça o que aconteceu com o último questionamento. Cada pessoa tem direito a votar, mas deve-se identificar a prioridade da proposta que está votando. Se já aprovou a proposta, deve priorizar a outra.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Sr. Presidente, por estar nesse trabalho há tanto tempo, quero deixar registrada a minha total indignação e insatisfação com esse resultado. Não acredito que as pessoas aqui presentes concordem com ele. Não é possível. Temos 20 proposições, tiramos cinco prioritárias: duas sobre Conseps e duas sobre educação. Como se os outros temas não fossem importantes. Isso não é racional.

Sugiro que as coordenações das comissões interinstitucionais tenham um pouco de liberdade para, pelo menos, orientarem o que está sendo votado. Ficaria mais fácil até para as pessoas raciocinarem.

O Sr. Presidente - Antes de fazerem uso da palavra, peço às pessoas que a solicite, senão ficará difícil. Acredito que todos estão sintonizados e acompanhando o processo passo a passo. É necessário que as pessoas tenham clareza da proposta que estão votando e priorizem o que querem votar. É bom deixar claro que todas as propostas constarão no relatório. Estamos apenas fazendo a priorização de algumas num processo de votação.

Quem está definindo é a plenária, e não a Mesa. É bom deixar isso claro.

Um participante - Tivemos oportunidade de participar do grupo temático, em que pessoas capacitadas, que conhecem cada tema, discutiram propostas. E hoje jogamos por terra tudo aquilo que discutimos na segunda-feira.

Se as prioridades tivessem sido discutidas, anteriormente, por meio de uma orientação do coordenador do nosso grupo, com certeza estaríamos orientando as pessoas que votaram nas prioridades que não representam a realidade discutida em cada grupo. Espero que agora tenhamos um tempo para discutir com os outros participantes, a fim de elegermos prioridades que interessam à maioria dos grupos, sem incorremos no mesmo erro.

Fiquei indignado com a forma com que foi conduzida a votação. As pessoas que votaram, com certeza, não representam a realidade do Grupo 1, eleita como prioridade na segunda-feira. Muito obrigado.

Uma participante - A única observação que fiz foi em relação às entidades, ao número de pessoas que representam o real, ou seja, o número de votos.

Quanto ao meu questionamento sobre a proposta 15, "Investimento dos Municípios nos Conselhos Tutelares", gostaria de dizer que, aqui, só há três representantes de Conselhos Tutelares. Então, ainda que essas pessoas levantassem as mãos, ficariam prejudicadas em razão de a votação ser feita pela contagem do número de votos. Dessa forma, a seriedade dos investimentos dos Municípios nos Conselhos Tutelares fica prejudicada.

Sem faltar com o respeito às entidades, pergunto: qual o número de bombeiros, Defensores e Delegados? Se a votação é feita por entidade, e entidade representa número de votos, os Conselhos Tutelares, que são o alicerce de tudo aqui, ficam prejudicados.

O Delegado José Walter da Mota Matos - Sr. Presidente, pela ordem. O seminário foi amplamente divulgado, para que cada instituição interessada se fizesse presente. A própria Assembléia Legislativa interiorizou essas discussões, abrindo um leque de oportunidades, para que todas as instituições, inclusive os Conselhos Tutelares, se fizessem representar.

O Sr. Presidente - Agradeço a sua intervenção.

Uma participante - Apenas para complementar o que ele disse, acrescento que realmente foi aberto o leque, e a maioria das instituições presentes tem fundo. No entanto, a minoria que não tem recursos, veio até aqui com recursos do próprio bolso. É por isso que a maioria do leque, hoje, é a menor fatia presente. Se tivesse havido respaldo, garanto-lhe que a maioria dos Conseps, assim como a atuação popular, estaria aqui brigando pelos seus direitos. Nenhum de nós teve respaldo financeiro.

Um participante - Sr. Presidente, no entanto, o Consep teve duas propostas...

O Sr. Presidente - Não será mais concedida a palavra. Agora, daremos início ao processo de votação. É bom que as pessoas tenham consciência de quais são as propostas que estão sendo votadas, para que cinco delas sejam priorizadas. Todos os senhores devem estar atentos a isso. Com a palavra, o Coordenador do Grupo 2, Gustavo Persichini, para encaminhamento.

O Sr. Gustavo Persichini de Souza - Senhores, serei bem rápido em meus comentários. Levando em consideração o árduo trabalho realizado nas plenárias regionais e no grupo de trabalho sobre o financiamento da segurança pública, entre as 14 propostas apresentadas, algumas delas tornaram-se pilares para a questão central do financiamento. Não dizem respeito especificamente a essa ou àquela instituição, mas sim à possibilidade de sobrevivência, manutenção e continuação do sistema. Encaminharam-me um documento, coletado entre alguns representantes. Entre as propostas que poderiam ser priorizadas, há a criação dos núcleos de planejamento, o percentual mínimo constitucional para aplicação na função segurança pública, a criação do fundo estadual para a manutenção do sistema e os instrumentos de controle social para aumentar a credibilidade dos órgãos de defesa social e incentivo aos Municípios que mais investem em segurança pública.

Não estou conduzindo, mas fazendo da mesma forma que o Dr. Márcio, que defendeu algum ponto de vista como coordenador. As propostas 21, 26, 28, 31 e 33 foram encaminhados à Mesa.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece novamente que cada votante deve priorizar 5 itens para que, no momento da votação, esteja preparado para votar nessas propostas. Se ele sabe que há 14 itens, deve priorizar 5 entre eles. Todas as vezes que chegar uma proposta de seu interesse, votará com a certeza de prestar maior contribuição no processo de votação.

A Presidência vai submeter a proposta 21 a votação. Os que estiverem de acordo levantem o cartão. (- Pausa.) Houve 86 votos. Proposta 22. Os que estiverem de acordo levantem o cartão. (- Pausa.) Houve 4 votos. Proposta 23. Os que estiverem de acordo levantem o cartão. (- Pausa.) Houve 5 votos. Proposta 24. Os que estiverem de acordo levantem o cartão. (- Pausa.) Houve 4 votos. Proposta 25. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 83 votos. Proposta 26. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 67 votos. Proposta 27. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 63 votos. Proposta 28. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 21 votos. Proposta 29. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 38 votos. Proposta 30. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 4 votos. Proposta 31. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 14 votos. Proposta 32. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Houve 89 votos. Proposta 33. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 48 votos. Proposta 34. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 43 votos.

Ficam, portanto, priorizadas as seguintes propostas do Grupo 2: a proposta 32, com 89 votos; a proposta 21, com 86 votos; a proposta 25, com 83 votos; a proposta 26, com 67 votos; e a proposta 27, com 63 votos.

Grupo 3 - Sistema de Justiça Criminal e Compartilhamento da Informação. Indago ao Sr. Lizandro se deseja fazer o encaminhamento.

O Sr. Lizandro Nei Gualberto - Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Passemos ao processo de votação. Proposta 35. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 8 votos. Proposta 36. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 37 votos. Proposta 37. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 74 votos. Proposta 38. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 24 votos. Proposta 39. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 85 votos. Proposta 40. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 12 votos. Proposta 41. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 71 votos. Proposta 42. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 7 votos. Proposta 43. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 12 votos. Proposta 44. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 85 votos. Proposta 45. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 76 votos. Em votação, a proposta 46. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 5 votos. Em votação, a proposta 47. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 10 votos. Em votação, a proposta 48. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 60 votos. Em votação, a proposta 49. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 9 votos. Em votação, a proposta 50. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 22 votos.

Ficam, portanto, priorizadas as seguintes propostas do Grupo 3: proposta 39, com 85 votos; proposta 44, com 85 votos; proposta 45, com 76 votos; proposta 37, com 74 votos; proposta 41, com 71 votos.

Grupo 4 - Administração de Recursos Humanos do Sistema de Justiça Criminal. A Presidência vai submeter ao processo de votação. Em votação, a proposta 51. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 41 votos. Proposta 52. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 10 votos. Proposta 53. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 10 votos. Proposta 54. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 14 votos. Proposta 55. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 72 votos. Proposta 56. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve seis votos. Proposta 57. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 55 votos. Proposta 58. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve três votos. Proposta 59. Aqueles que estiverem de

acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve três votos. Proposta 60. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve quatro votos. Proposta 61. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Não houve votos. Proposta 62. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 75 votos. Proposta 63. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve três votos. Proposta 64. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Não houve votos. Proposta 65. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 18 votos. Proposta 66. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 80 votos. Proposta 67. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 80 votos. Proposta 68. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 32 votos. Proposta 69. Os que estiverem de acordo levantem seus cartões. (- Pausa.) Houve 10 votos. A Proposta 70 obteve três votos.

Ficam, portanto, priorizadas as seguintes propostas do Grupo 4: a Proposta 66, que obteve 80 votos; a Proposta 67, 80 votos; a Proposta 62, 75 votos; a Proposta 55, 72 votos, e a Proposta 57, 55 votos.

Eleição da Comissão de Representação

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Neste momento, passaremos à eleição da comissão de representação. Foi feita articulação. Estamos com um número acima do inicialmente proposto. Com a palavra, a Sra. Leandra Machado.

A Sra. Leandra Machado - Considerando que não fui feliz no meu pedido de apoio à metodologia Apac como política pública para o Estado de Minas Gerais, gostaria de saber se, regimentalmente, seria possível pedir uma moção de apoio à metodologia, para que ela tenha destaque.

Há 10 anos, a metodologia Apac tem sido muito eficiente como alternativa em Itaúna e um exemplo de participações social, institucional e judiciária. Mas, infelizmente, parece que essa não é a visão de muitas pessoas.

Gostaria que ficasse registrada minha fala e de saber se é possível apresentar uma moção para fortalecer a continuidade desse trabalho em Itaúna.

O Sr. Presidente - Votaremos agora moção desta plenária ao modelo Apac como política pública do sistema prisional para Minas Gerais. Quem estiver de acordo levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada.

Solicitamos que a senhora, depois, apresente a moção por escrito.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - O Grupo 1, por ser o primeiro, sofreu prejuízos. Aliás, o primeiro sempre sofre mais.

Entre as cinco proposições mais votadas, duas dizem a mesma coisa. Peço, aliás, ao Juscelino que me traga a nova proposta votada que veio dos Conceps, para que eu a leia rapidamente. Foi aprovada a Proposta 11 que diz: "Estímulo à valorização dos Conselhos de Segurança Pública e à sua disseminação, em todos os Municípios, como estratégia eficiente de envolvimento da sociedade e das administrações municipais nas questões de segurança pública, devendo os Municípios prover os meios necessários ao seu funcionamento". Essa é a Proposta 11, que foi uma das mais votadas, ficando entre as cinco primeiras.

A nova proposta diz: "Garantia de manutenção pelo Estado de assistência de qualidade dos trabalhos dos Conceps quanto à mobilização social em todos os assuntos afetos à segurança pública, empreendendo o poder público todos os esforços para que os Conceps cumpram esse objetivo". Ou seja, diz a mesma coisa da Proposta 11, apenas com outras palavras.

Se o Deputado me permitir, perguntarei à plenária se é isso mesmo o que queremos: dentro de um rol de 20 proposições, teremos de eleger cinco prioridades e, dentro dessas cinco, elegeremos duas que dizem praticamente a mesma coisa, ou poderemos escolher uma das duas proposições que dizem respeito ao Concep, para que a próxima mais votada seja incluída nesse rol.

O Sr. Presidente - Com o recurso de votação, o plenário é soberano. Portanto, o plenário decidirá sobre a questão proposta pelo Dr. Márcio.

O Sr. Paulo Marinho - Represento aqui o Fórum Desembargador Pedro Nestor, de Pará de Lima, e também sou membro do Concep.

Acredito que o senhor está um pouco equivocados, pois são duas situações diferentes: uma se refere ao Município, e a outra, ao Estado. A Proposta 11 é de responsabilidade do Município. Solicitamos que o Município ajude na manutenção dos Conceps. O outro sugere apenas que o Estado faça isso. São duas situações diferentes.

O Sr. Presidente - Obrigado.

Uma participante - Quero dizer que a Defensoria Pública está de acordo com esse questionamento. Considera essa forma a mais democrática, para que possamos colocar outras discussões. Não seria justo com os conselhos de segurança, que contam com o total apoio da Defensoria Pública. Votamos com eles, mas entendo que o primeiro grupo realmente ficou prejudicado. Houve uma certa demora para conseguirmos adequar à votação. Repito: acredito que essa seja a forma mais democrática.

Uma participante - A questão do Grupo 1 era "Ações Preventivas e Envolvimento da Sociedade". Constatei que, desde o início, ao se tocar na questão da educação, do envolvimento da sociedade, apareceram dificuldades, principalmente por desconhecimento da legislação.

Houve um certo embate nas Propostas 1, 2 e 3. Quanto à questão do Concep, acredito que seja de mobilização. Chegamos aqui indiferentes. Sou da educação. Houve uma mobilização, e consideramos o papel do Concep muito importante. Somos voluntários. O que queríamos, que estava registrado na Proposta 34, não conseguimos, pois não fomos beneficiados, já que somos voluntários. Agora, tirar do nosso bolso, acredito que seja um fator complicador. Se formos voltar a essa questão, que foi aprovada pelo plenário, e retirá-la, será um retrocesso. Queremos que se mantenham esses dois itens, mas, na verdade, quem decide é o plenário.

A Sra. Lúcia Alves Fonseca - Não sei qual é a sua dificuldade em entender que cada Município tem sua Prefeitura, sua legislação e suas particularidades. Ressalto que a importância do Conselho de Segurança Pública Municipal é relevante. Aqui estamos falando da questão do Estado, pois está em oitocentas e tantas cidades, portanto, temos de ver com carinho essa questão da prevenção. Se não tivermos uma ação preventiva, com o comprometimento do Estado, não teremos nada que fazer nos Conceps.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Não questiono aqui os Conceps. Digo que não há apenas Concep em termos de segurança pública. Se há uma proposição que já inclui os Conceps, e temos de priorizar apenas cinco, acredito que perdemos a oportunidade de contemplar outro

tema tão ou mais importante.

O Consep já está contemplado em duas proposições. A diferença é o que disse o colega: uma fala do Município e outra do Estado. (- Intervenção fora do microfone.) Não substituiria por nenhum outro. Haveríamos...

A Sra. Lúcia Alves Fonseca - O senhor me desculpe, mas não tivemos maioria em todas as propostas. Quer dizer, em nenhum dos outros quatro grupos houve proposta. O senhor está questionando por que houve duas no grupo de Prevenção, que está na área de mobilização social?

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Não estou questionando isso. Minha querida, gostaria de deixar claro que não estamos aqui para discutir paixões corporativas e instituições de grupos, mas sim segurança pública em Minas Gerais, que envolve muito mais do que interesses corporativos de uma ou outra instituição ou de um ou outro mecanismo. Há duas prioridades aprovadas referentes ao Consep. Já que estamos definindo prioridades, poderíamos escolher uma. Não é necessário haver duas dizendo a mesma coisa. A outra mais votada seria levada automaticamente para esse grupo de cinco. Apresento essa proposição e peço que seja apresentada ao Plenário para decidir-se sobre isso.

O Pastor Lúcio - Apelo para que nós, que somos do Consep, juntemos as duas propostas numa só para tornar oportuno... (- Intervenção fora do microfone.) Podemos integrar as duas propostas.

O Sr. Presidente - Essa proposta foi votada. Se houvesse aceitação de quem a apresentou, poderíamos até colocá-la em votação. Sr. Márcio, não havendo, infelizmente não há como votar duas vezes. Gostaria que houvesse outra e poderia até manifestar-me. Porém, a manifestação é para que houvesse unanimidade. Não havendo, essa proposta já está votada. Abriremos uma exceção. Então, infelizmente abrirá tudo de novo. Como não houve aceitação da outra parte, está votado. Encerramos esse processo, apesar do encaminhamento do Sr. Márcio. Infelizmente ou felizmente, esse é o processo de busca de decisão final.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Sr. Presidente, só lamento ter trabalhado seis meses nesse processo, perdido noites de trabalho e gastado o meu tempo nessa discussão, acreditando no resultado final, e ver aqui esse tipo de situação no momento mais importante do seminário. Lamento profundamente apresentarem à sociedade mineira essas prioridades como sendo do povo mineiro, colocando isso dessa forma. Gostaria de deixar registrado esse protesto.

O Sr. Presidente - O Sr. Márcio conversou isso comigo. Tendo votado, mas a outra parte não aceitando, os senhores não de convir que fica difícil tomarmos uma decisão. Gostaria que a outra parte tivesse aceitado, mas não aceitou. Qual o encaminhamento que podemos fazer na comissão de representação? No momento em que essa comissão se reunir e verificar que há uma coincidência de propostas, a sexta proposta subirá. Aliás, a comissão de representação fica incumbida de fazer essa avaliação. Não houve aceitação pelos proponentes dessa proposta do encaminhamento do Sr. Márcio. A comissão de representação já tem um trabalho de fazer uma avaliação tranqüila e, dependendo, pode fazer a junção e puxar a sexta proposta para cima.

Sr. Márcio, infelizmente teremos de fazer esse encaminhamento dessa forma e teremos de tomar uma decisão.

Há aqui a proposta da comissão de representação. Pedimos que houvesse consenso, que terminou ultrapassando os números. Quer dizer, pedimos 20 e vieram 30. Entendo que precisamos ter uma maleabilidade no consenso. Nem sempre poderão vir todos os 30. Talvez aí possamos contar com um número bom para promover a discussão. De qualquer maneira, essa é a proposta que chegou à Mesa, oriunda de um trabalho de consenso dos senhores.

A Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo - Sr. Presidente, conforme observações feitas pela Conselheira Tutelar, muito atuante em todos os grupos, além de diversos comentários que foram feitos, sugerimos que essa comissão, em vez de pessoal, seja institucional, a fim de que haja democracia, ou seja, um representante por instituição. Dessa forma, não haverá desequilíbrios entre os representantes da comissão. Essa é a sugestão que encaminhamos à Mesa para apreciação da plenária.

O Sr. Presidente - A posição da Sra. Cássia é consenso entre os senhores? (- Pausa.) Essa sugestão equilibra a questão dos poderes.

Em primeiro lugar, votaremos a proposta de um representante por instituição. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Temos várias propostas de Conseps: Consep 5, de Belo Horizonte; Consep BH-Pampulha; Consep 125; Consep Barbacena; Consep Oeste, de Juiz de Fora; Consep Pará de Minas; Consep São José da Varginha.

Um participante - Sr. Presidente, sugiro que todos os representados pela área metropolitana escolham seu próprio representante. Nós, que somos de fora, teremos de vir aqui.

A Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo - Sr. Presidente, existem diversos batalhões da Polícia Militar, muitas delegacias de polícias, várias regionais do Ministério Público nas comarcas, o mesmo ocorrendo com a Defensoria Pública. Se dermos atenção à questão regionalizada, teremos não uma comissão, mas um seminário. Precisamos de um representante por instituição.

O Sr. Presidente - A sugestão da Mesa é que tenhamos um representante da região metropolitana e um do interior. Não é uma sugestão de consenso dos membros da Mesa, porque a Sra. Cássia não a acatou.

O Sr. Camilo - Sr. Presidente, faça parte do Consep de Pará de Minas. A realidade de cada Consep é distinta. Todos os Conseps são gerenciados por uma norma única. Por exemplo, o nosso estatuto é diferente do de Belo Horizonte e do de Barbacena. As nossas peculiaridades também são diferentes. O nosso trabalho é voluntário, não ganhamos nenhum centavo. Desejamos resolver os nossos problemas dentro da região. O que for decidido em Belo Horizonte ou em outra região não nos atenderá. Sugiro que cada Conselho tenha pelo menos um representante por região. Obrigado.

O Sr. Jesús - Sr. Presidente, darei apenas uma informação. Nessa perspectiva de áreas integradas existe a aglutinação das Polícias Civil e Militar nas três esferas hierárquicas de administração.

Outras 15 já estão negociadas no âmbito da defesa social e serão implantadas. Parece-me que, até o ano que vem, estarão completamente implementadas. Serão grandes centros, 17 em toda a Minas Gerais, os quais irão unir o comando da região militar da PM com o Departamento de Polícia Civil; abaixo, os batalhões e companhias independentes e as delegacias regionais ou seccionais; e finalmente as delegacias, comarcas, distritais, etc. Teremos três esferas de gerenciamento das organizações policiais, as quais poderão ser locais de reunião. Aliás, o

Deop tem um projeto para uma grande sede dessas 16, com auditórios e equipamentos para receber conselhos populares.

O Ten.-Cel. Aquino - Queria manifestar meu total apoio à proposta da Dra. Cássia, mas quero deixar bem claro que temos segmentações diferenciadas em todos os organismos, como foi dito aqui. Se vingar essa proposta de um do interior, um da Capital, também farei essa reivindicação para a Polícia Militar. Talvez fosse interessante pensar numa terceira via que não a do voluntariado, ou seja, não tivemos 30 membros inscritos voluntariamente? Poderiam ser 110, que é a plenária, mas foram 30, voluntariamente. Talvez preserváramos esses 30, sem alongar muito a discussão em função do adiantado da hora. Todos tiveram oportunidade de se inscrever.

O Sr. Presidente - É possível. O critério aprovado pela plenária é do equilíbrio da representação.

O Sr. Paulo Guarani - Sr. Presidente, estou bastante satisfeito, embora de mais ou menos 18 a 20 entidades do movimento negro em toda a Grande BH só a Central esteja aqui. Precisamos estudar a ponderação da Dra. Cássia, porque é a menos conflitante. E é necessário termos consciência de que a Mesa também tem o direito e a atribuição de tomar uma decisão final, até porque isso precisa ser feito. Particularmente não concordo que haja seis, sete Conseps para cada uma, senão, no resultado final, a votação fica 5 contra 1 ou 5 contra 2. É questão de equilíbrio na votação final das propostas que irão para o primeiro, segundo ou terceiro blocos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Foi aprovado que os Conseps teriam uma representação, por questão de equilíbrio. Pelo encaminhamento que percebo, seria somente uma representação do Consep, do interior e da Capital. Mas vou colocar em votação. Primeiramente, um representante perfazendo todos os Conseps de Minas Gerais. Quem for favorável que haja somente um representante dos Conseps em toda a Minas Gerais levante o cartão. (- Pausa.) Quem for favorável a dois representantes, do interior e da Capital? (- Pausa.) Então, fica um representante dos Conseps.

Qual seria o Consep que faria a representação? Vou sugerir que façam essa escolha logo depois, aqui mesmo, e repassem para nós. Pode ser logo em seguida.

A Sra. Lúcia Alves Fonseca - Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação.

O Sr. Presidente - Pois não, Lúcia.

A Sra. Lúcia Alves Fonseca - Os Conseps se inscreveram. Não sei porque a plenária está colocando dificuldades por serem 30 membros. Não é um problema que a Mesa está vendo. Não vejo por que tirar quatro, cinco pessoas e colocar uma só pessoa do conselho, já que não há número mínimo estabelecido pelo regimento do nosso seminário.

O Sr. Presidente - Lúcia, isso foi votado. A plenária é soberana.

Um participante - Sr. Presidente, o Conselho Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania é uma instituição diferenciada do Consep. A Mesa está considerando assim?

O Sr. Presidente - Isso foi colocado na lista?

Um participante - Não sei se foi colocada como instituição diferente. Hoje há mais de 200 Conseps no Estado e apenas 7 Conselhos Municipais de Segurança Pública, que dão apoio às Prefeituras e às ações de segurança pública.

O Sr. Presidente - Conselho Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania está aqui.

Um participante - Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Há o encaminhamento de uma Vereadora para o Plenário decidir: da presença de representante das Câmaras Municipais de Minas Gerais.

A Sra. Inês Luzia Santos - Inês Luzia Santos, Vereadora de Bom Jesus do Amparo, quinto mandato de Vereadora e um de Prefeita. Sr. Presidente, demais presentes, participei de todos os debates, e essa questão envolve muito os Municípios e, certamente, a necessidade de a Câmara Municipal aprovar as ações do Executivo municipal. Peço o apoio de todos na indicação do meu nome. Aproveito a oportunidade para parabenizar esta Casa, o Presidente Mauri Torres e todos vocês que estão neste árduo trabalho. Conto com vocês. Obrigada.

O Sr. Presidente - Em votação, a representação das Câmaras Municipais de Minas Gerais. Os que estiverem de acordo levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Peço aos representantes do Consep 5, do Consep BH Pampulha, do Consep 125, de Belo Horizonte, do Consep de Barbacena, do Consep Oeste, do Consep de Pará de Minas e de São José da Varginha que se reúnam.

Um participante - Sr. Presidente, sou Presidente do Consep 125, de Belo Horizonte. Os Conseps não carecem de estar nesse conselho para o que está previsto no controle social, que é o art. 204 da Constituição: "Participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis". A minha batalha junto aos outros Conseps é para que deste seminário saia um documento facilitador de integração entre os Conseps. Percebo que a comunidade está prejudicada neste momento, pois terá apenas um representante. De qualquer maneira, estarei junto com os demais. Quero deixar registrado que a representação da comunidade ficou prejudicada, e é um direito constitucional, em função dessa deliberação que saiu deste seminário.

O Sr. Presidente - O.k. A deliberação é da plenária, e temos de respeitá-la.

Uma participante - Apenas para completar o que ele falou, na qualidade de ser a única estudante nesse processo, peço que seja incluído o movimento estudantil.

O Sr. Presidente - Peço que os Conseps de Pará de Minas, São José da Varginha e outros se reúnam ali, por favor, para decidirem qual será a representação.

Há uma nova proposta de representação estudantil nesse Consep. É a única estudante presente na comissão de representação. Em votação, a participação de uma estudante na comissão de representação. Quem for favorável levante o cartão. (- Pausa.) Quem for contrário à

participação da estudante na comissão de representação levante o cartão. (- Pausa.) Está aprovada a participação da estudante na comissão.

Agora, vamos ler a composição institucional da comissão de representação: Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais; Associação dos Delegados de Carreira; Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Cefet-MG; Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras; Conselho Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania; um dos Conseps; Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; um dos Conselhos Tutelares; uma da Defensoria Pública de Minas Gerais; um do Fórum Mineiro de Direitos Humanos; um da Guarda Municipal de Contagem; um do Ministério Público; uma da Pastoral da Terra da Igreja Metodista; uma da Polícia Civil; um da Polícia Militar; um da Rede Evangélica; um da Secretaria de Estado de Defesa Social; um da Secretaria de Estado de Educação; um do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais; um da UFMG; um do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; uma representante dos estudantes; e um representante das Câmaras Municipais.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Estamos sendo excluídos por diversos segmentos: entidade estudantil, Consep, Defesa Social, etc.

Nós dois estamos aqui como representantes da sociedade civil. Quero saber onde está a nossa representação. Se a sociedade civil foi convidada a participar da votação das propostas, não poderá ficar de fora quando da formação da comissão de representação, que irá fiscalizar. Temos de ter um representante.

O Sr. Presidente - Qual instituição vocês representam?

A Sra. Laura Fernanda de Souza - A sociedade civil. Sou Presidente de associação de bairro.

O Sr. Wallace Soares Cândido - A sociedade civil. O convite feito pela televisão para participar do seminário foi para qualquer um que quisesse participar. Então, inscrevi-me e fui eleito delegado da minha cidade.

O Sr. Presidente - É preciso ser sociedade civil organizada. Estou perguntando qual é a instituição de vocês.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Sou Presidente de uma associação de bairro.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Eu não tenho instituição, Deputado. Como foi anunciado na televisão que todos poderiam participar do seminário, fui eleito delegado do interior como um povo.

O Sr. Presidente - Gostaria de saber se a Sra. Laura é representante de alguma associação de bairro, de moradores.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Eu não represento instituição, sou o povo.

O Sr. Presidente - É institucional. O povo está representado, há o Consep.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Na televisão não foi anunciado que deveria ser de uma instituição do povo.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Eu posso encaixar-me como representante dos delegados do interior da região Norte?

O Sr. Presidente - Precisamos saber de qual instituição.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Associação de Moradores do Bairro Morada da Serra, da cidade de Montes Claros, região Norte.

O Sr. Presidente - O.k.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Quer mais?

O Sr. Wallace Soares Cândido - Eu sou do povo não organizado. O povo não organizado não participa?

A Sra. Laura Fernanda de Souza - O senhor quer o nome de mais entidades das quais eu participo?

O Sr. Presidente - A decisão é do Plenário. Nós coordenamos.

A Sra. Laura Fernanda de Souza - Gostaria de saber se estou inclusa no grupo ou não?

O Sr. Presidente - Vamos votar agora.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Eu não tenho associação.

O Sr. Presidente - Deve haver uma instituição.

O Sr. Wallace Soares Cândido - É só por instituição?

O Sr. Presidente - Institucional, sociedade organizada.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Discordo do senhor. O convite não foi institucional.

O Sr. Presidente - Sociedade organizada.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Vimos na televisão que qualquer um poderia participar. Tanto que, no início da propaganda "Segurança para

Todos", mostraram rostos de médico, de dentista e outros.

O Sr. Presidente - Instituição organizada.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Não, o senhor está errado.

O Sr. Presidente - Vamos encaminhar.

O Sr. Wallace Soares Cândido - O senhor está errado Deputado, está excluindo o povo.

A Sra. Helen Massula - Sr. Deputado, por favor, gostaria de uma informação. Há algum representante de Apac na comissão?

O Sr. Presidente - Há uma lista. Quem é da Apac?

A Sra. Helen Massula - Eu sou.

O Sr. Presidente - A representante da Associação de Moradores de Montes Claros. Quem for favorável à participação da Associação de Moradores de Montes Claros levante o crachá.

A Sra. Helen Massula - Põe a Apac também.

O Sr. Presidente - Podem abaixar os crachás. Quem for contrário levante o crachá. O.k. Aprovado.

O Sr. Wallace Soares Cândido - E eu? Eu não?

A Sra. Helen Massula - Não vai colocar a Apac?

O Sr. Wallace Soares Cândido - Não é questão disso, Deputado. O senhor está errado na sua avaliação. O convite foi para todos. Agora o senhor exclui, é só para quem é organizado?

A Sra. Helen Massula - Não vai colocar a Apac?

O Sr. Presidente - Calma. Ela não o representa, Sr. Wallace, enquanto sociedade civil organizada?

O Sr. Wallace Soares Cândido - Não, ela está organizada. Quem não é organizado...

O Sr. Presidente - Percebe-se que está começando uma disputa, todos querem participar. A proposta não é essa.

O Sr. Wallace Soares Cândido - Estou dizendo que não se está contemplando aquele que não é organizado.

O Sr. Presidente - Se ela foi incluída, está também representando as demais pessoas.

A Sra. Helen Massula - A Apac não vai entrar?

O Sr. Presidente - Já está representada. Quem representa a Apac?

A Sra. Helen Massula - Não há ninguém.

O Sr. Presidente - A Vereadora representa a Apac.

A Sra. Helen Massula - Ela já foi embora.

O Sr. Presidente - Não representa a Apac. A Apac é institucional. Devemos ter clareza disso, representação institucional. A sua representação aqui é institucional, da Apac.

A Sra. Helen Massula - Sou Presidente da Apac de Sabará.

O Sr. Presidente - Presidente da Apac de Sabará. Em votação. Quem for favorável que a Presidente da Apac de Sabará participe levante o crachá, por favor. Podem abaixá-lo. Quem for contrário levante o crachá. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, eleita a Comissão de Representação, composta pelas seguintes entidades:

Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais; Associação dos Delegados de Carreira; Associação de Moradores do Morada da Serra; Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Sabará; Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Câmara Municipal de Bom Jesus do Amparo; Cefet - MG; Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras; Conselho Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania de Uberlândia; Consep 125 - Belo Horizonte; Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Conselho Tutelar de Contagem; Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Fórum Mineiro de Direitos Humanos; Guarda Municipal de Contagem; Ministério Público; Centro de Apoio das Promotorias Criminais do Estado; Pastoral da Terra da Igreja Metodista; Polícia Civil; Polícia Militar de Minas Gerais; Rede Evangélica do 3º Setor - REVTS; Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds); Secretaria de Estado de Educação - SEE-MG; Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais - Sindepo - Minas; Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Dra. Cássia, para a entrega do documento formal do relatório final deste seminário.

A Sra. Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo - Boa-tarde a todos, Deputados que conduziram os trabalhos, Delegados de Polícia, Oficiais e membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, representantes dos Conseps, dos Defensores Públicos, da Secretaria de Estado de Defesa Social, da sociedade civil organizada, desculpem-me se estou esquecendo de algum participante.

De forma enfática, agradecemos a oportunidade de participar deste seminário. Considerando-se que este é o segundo evento, esperamos que haja outras iniciativas. Ressaltamos a importância do documento que entregaremos e a importância da comissão que está sendo montada neste momento para que efetivamente sejam cumpridas e executadas as 20 propostas dos quatro grupos. Que elas saiam deste documento e se concretizem; que, mais uma vez, possamos ver a segurança pública ser analisada de uma forma diferenciada. O Estado de Minas Gerais mais uma vez sai na frente. Agradecemos a atenção e compreensão de todos. Estamos à disposição. Agora, entregarei o documento e espero que a comissão acompanhe o processo. Obrigada.

- Procede-se à entrega do documento final cujo teor é o seguinte:

DOCUMENTO FINAL

Grupo 1 - Ações preventivas e envolvimento da sociedade civil (medidas socioeducativas, atendimento ao adolescente infrator, assistência jurídica permanente em todas as comarcas, Consep, regulação urbana, Código de Posturas, etc.)

Propostas Priorizadas

1 - Implantação urgente, pelos órgãos encarregados das políticas de educação, saúde, segurança e atendimento aos direitos de crianças e adolescentes, de um sistema estadual e de sistemas municipais de notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes, em todas as suas formas, em atenção ao art. 13 do ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990); e priorização, pelo Estado e pelos Municípios, da criação dos serviços especiais de prevenção, bem como do aparelhamento dos serviços e instituições de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, previstos pelo art. 87, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 - Aperfeiçoamento das relações entre escola, polícia e comunidade, com o estabelecimento, pelos órgãos encarregados das políticas de educação e segurança, de parâmetros e consensos capazes de produzir uma interação mais positiva para a redução da violência nas escolas, sem gerar discriminação e quebra de confiança na relação entre os jovens e as escolas. Para fins de efetivação dessas medidas, propõe-se a inserção do debate do tema "Segurança pública", de forma transversal, em todos os conteúdos da grade curricular em que seja possível tal inclusão, ou a realização de seminários ou projetos durante o ano letivo, com a participação do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Conselhos de Segurança Pública e Conselhos Tutelares, para o debate do tema. Propõe-se ainda a capacitação dos profissionais da área de educação que ministrarão o tema e dos demais profissionais envolvidos no processo, sendo essa capacitação inserida no projeto político-pedagógico das escolas, com o envolvimento não apenas do corpo docente, mas também de profissionais das áreas de serviço social, psicologia e segurança pública, destacando-se nele o conteúdo "Educação no trânsito", que requer um trabalho de aprendizado e conscientização gradativos.

3 - Garantia de manutenção, pelo Estado, de assistência de qualidade aos trabalhos dos Conseps, quanto à mobilização social em torno dos assuntos afetos à segurança pública, empreendendo o poder público todos os esforços para que eles cumpram esse objetivo.

4 - Priorização, como linha de ação das políticas oficiais de saúde, em todos os níveis, da criação e manutenção de programas eficientes de apoio e tratamento para usuários de drogas lícitas e ilícitas, bem como para suas famílias, com a criação de consórcios intermunicipais regionais para a implantação de centros de recuperação de dependentes químicos, que disponham de apoio médico, psicológico e ambulatorial, além de oficinas laborais, com atenção aos que se encontram recolhidos no sistema prisional e nos centros de internação; implantação e fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas - CAPADrs - nas cidades-pólo de Minas Gerais.

5 - Estímulo à valorização dos Conselhos de Segurança Pública e à sua disseminação entre os Municípios, como estratégia eficiente de envolvimento da sociedade e das administrações municipais nas questões de segurança pública, devendo os municípios prover os meios necessários ao seu funcionamento.

Demais Propostas do Grupo 1

6 - Estabelecimento e priorização, pelos órgãos de educação, de procedimentos de combate permanente à evasão escolar, com envolvimento das escolas, comunidades, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública e outros setores da sociedade, elegendo novos paradigmas para a postura das escolas diante dos alunos e respectivas famílias, que compreendam a utilização de recursos humanos especializados nas áreas de atendimento psicossocial, a promoção de atividades que permitam maior participação das comunidades na vida escolar e melhor utilização dos espaços das escolas pelas respectivas comunidades, em atividades culturais, esportivas, psicossociais, etc.; incentivo à ampliação do período escolar de crianças e adolescentes para oito horas por dia, propiciando sua formação geral e profissionalização, de acordo com as especificidades de cada faixa etária.

7 - Estímulo e apoio a programas como o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o JCC (Jovens Construindo a Cidadania), de educação e prevenção do uso de substâncias entorpecentes e da violência, e ampliação de tais programas para todas as escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, com abertura à participação do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Defensoria Pública, dos Conseps e de outras organizações da sociedade civil, além da Polícia Militar, criando-se um mecanismo de acompanhamento para as crianças depois de terem participado do programa.

8 - Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação dos programas de prevenção à criminalidade, desenvolvidos como políticas públicas, para todas as regiões da Capital e todas as cidades do interior, conforme demanda encaminhada à Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Defesa Social, com a participação da Defensoria Pública.

9 - Mobilização e empreendimento de esforços, pelo poder público e pela sociedade (Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e entidades representativas do setor produtivo), para que o setor empresarial cumpra integralmente a nova Lei de Aprendizagem - Lei Federal nº 10.097, de 19/12/2000 - como ferramenta de profissionalização e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

10 - Reavaliação, pelos órgãos encarregados da gestão do sistema prisional e socioeducativo, de seus métodos pedagógicos e estabelecimento de metodologias de ressocialização que realmente promovam a escolarização, a profissionalização e assegurem condições de reinserção social às pessoas submetidas a penas privativas de liberdade e medidas socioeducativas, possibilitando um maior envolvimento dos órgãos de educação e desenvolvimento social, bem como da sociedade, na construção e implementação dos planos de atendimento à população prisional.

11 - Garantia, pelo Estado, de assistência de qualidade aos egressos do sistema prisional, associada a um trabalho de preparação prévia para o retorno à sociedade e à busca de maior envolvimento da sociedade para a inclusão produtiva dos egressos, assegurada a participação da Defensoria Pública.

12 - Estímulo e apoio aos Municípios para que promovam iniciativas de diagnóstico dos fatores de violência e de identificação dos locais de risco, definindo medidas limitadoras dos fatores de violência nesses locais, associadas a medidas efetivas de fiscalização e à implantação, em conjunto com os órgãos de defesa social, de sistemas de vigilância e monitoramento por câmeras, e para que possam formular, com ampla participação da sociedade, seus planos de prevenção social ao crime e à violência nas zonas urbana e rural, definindo o órgão ou setor da administração que ficará encarregado da articulação e da implementação das ações.

13 - Realização de conferências municipais, estaduais e nacionais de segurança pública a cada três anos.

14 - Realização, pela União, pelo Estado, pelos Municípios e pela sociedade, de mais campanhas de desarmamento, de prevenção ao uso de álcool e outras drogas e de educação para o trânsito.

15 - Priorização, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Poder Executivo Estadual, da formulação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, prevendo programas socioeducativos de meio aberto e restritivos de liberdade para atendimento a todos os Municípios e comarcas do Estado, com maior envolvimento do Município na execução e no financiamento das medidas de meio aberto e maior envolvimento do Estado nas medidas de internação e semiliberdade, sempre com projetos político-pedagógicos consistentes e com envolvimento da sociedade na execução das medidas.

16 - Investimento, pelos Municípios, na estruturação dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo a capacitação permanente de seus membros, e aperfeiçoamento da legislação referente a esses órgãos, que são espaços importantes para o recebimento de denúncias e para a participação da comunidade no atendimento aos casos de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes.

17 - Destinação de mais recursos, pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, para a criação de espaços e equipamentos de cultura, esporte e lazer nas escolas e nas comunidades urbanas e rurais, e apoio a iniciativas comunitárias na linha dos projetos Axé (Salvador) e Afro Reggae (Rio de Janeiro), criando alternativas de exercício de cidadania para a juventude.

18 - Mobilização do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para urgente implantação dos centros integrados de atendimento inicial ao adolescente autor de ato infracional, na Capital e no interior do Estado, de modo a agilizar o atendimento e o processo de socioeducação, nos moldes exigidos pelo art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

19 - Implementação, pelo Estado, pelos Municípios e pela sociedade civil, de políticas públicas de assistência às mulheres vítimas de violência e às presidiárias, garantindo educação, saúde, segurança, capacitação profissional e atendimento psicossocial, com ampliação e estruturação, nas cidades, das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - Deams - e dos Núcleos Especializados de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, da Defensoria Pública.

20 - Viabilização de recursos financeiros e técnicos, em todos os níveis de governo, para projetos de geração de renda, de capacitação profissional e de incentivo à formação de cooperativas de trabalho nas áreas de risco social e com alto índice de criminalidade.

21 - Priorização, pelo Poder Executivo, em todos os níveis de governo, de projetos de urbanização e de regularização fundiária das favelas e assentamentos informais nos Municípios.

Grupo 2 - Financiamento do Sistema de Segurança Pública (Fundos Federal e Estadual; Sistema de Segurança Pública e sua Manutenção)

Propostas Priorizadas

1 - Estabelecimento, na Constituição Estadual, de um percentual mínimo destinado à função Segurança Pública, como acontece com as funções Saúde e Educação, e inclusão de um percentual similar na Constituição Federal.

2 - Criação de um núcleo comum de planejamento das ações do Sistema de Defesa Social na Capital e de núcleos descentralizados nas diversas regiões do Estado, que utilizem informações de todos os órgãos do Sistema, com a participação do poder público municipal e da sociedade civil, sob coordenação da Secretaria de Estado de Defesa Social.

3 - Garantia de aumento orçamentário para custeio proporcional aos gastos efetivados com investimentos, nas unidades que os receberem, com atualização contínua.

4 - Criação de um fundo estadual único, suplementar aos gastos efetivados pelo Tesouro do Estado, que se destine exclusivamente aos gastos com outros custeios e investimentos, excetuando-se o gasto com pessoal, com vinculação na destinação dos recursos para o Sistema de Defesa Social, com possibilidade de apresentação de projetos pela sociedade civil organizada e pelo poder público municipal.

5 - Previsão, em lei, do não-contingenciamento dos recursos destinados aos órgãos integrantes do Sistema de Defesa Social, com vistas a manter a continuidade dos serviços prestados à população.

Demais Propostas do Grupo 2

6 - Mensuração exaustiva de custos das atividades do Sistema de Defesa Social, mediante a utilização de ferramentas de gestão, para melhorar a tomada de decisão de investimentos, com vistas a otimizar os gastos efetuados com segurança pública, vinculando-se a execução ao planejamento e disciplinando-se a ação dos operadores do Sistema.

7 - Implementação, para os integrantes do Sistema de Defesa Social, de orçamentos por programas, estabelecendo-se diretrizes gerais para o Sistema e objetivos específicos para os órgãos, observada a regionalização do planejamento, através dos núcleos.

8 - Demonstração dos recursos gastos com folha de pessoal e daqueles gastos com outros custeios e investimento, de modo a tornar clara, para os gestores e a sociedade civil, a destinação dos recursos.

9 - Criação de instrumentos de controle social que contribuam para a gestão do Sistema de Defesa Social, a fim de garantir o acesso e a transparência nos gastos efetivados, aumentando-se a credibilidade necessária ao Sistema para atrair novos investimentos da administração pública e da sociedade.

10 - Sistematização do debate participativo sobre o tema Segurança Pública nos Municípios, de modo a estimular o diálogo e a busca de soluções aplicáveis a cada região.

11 - Levantamento dos recursos aplicados nos órgãos do Sistema de Defesa Social, pelos Municípios e pela sociedade civil, mediante o estabelecimento de convênios e outras formas de parceria, para evidenciar os investimentos e despesas correntes necessárias ao aparato da segurança pública que não estejam consignados no orçamento do Estado.

12 - Fomento à criação de fundos municipais de segurança pública.

13 - Incentivo fiscal, nos moldes do ICMS Cultural, para os municípios que investem no Sistema de Defesa Social.

14 - Estabelecimento de formas de financiamento para estruturar e manter em funcionamento os Conselhos de Segurança Pública.

Grupo 3 - Sistema de Justiça Criminal e Compartilhamento da Informação - Atuação Integrada da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, do Judiciário e da Defensoria Pública para o Aperfeiçoamento do Sistema; Sistema Prisional e Execução Penal

Propostas Priorizadas

1 - Criação e formatação de um banco de dados que possa ser compartilhado pelas forças policiais estadual e federal, bem como pelo Corpo de Bombeiros Militar, como forma de facilitar o trabalho dessas instituições; instituição de um banco de registros digitalizado dos indivíduos arrolados em investigações policiais, visando à plena integração entre os sistemas do ciclo policial e os sistemas do ciclo criminal, com a adoção do padrão internacional de registro computadorizado das impressões digitais de indivíduos - Afis - para agilizar e objetivar a identificação das pessoas.

2 - Criação de vagas exclusivas para presos provisórios, extinguindo-se as carceragens em delegacias e criando-se mecanismos para agilizar os processos para decisão da situação desses presos; criação de vagas específicas para presos ex-policiais civis e militares, agentes penitenciários e bombeiros militares; aumento de vagas, em penitenciárias, para presos condenados; e realização periódica, pela Vigilância Sanitária, de inspeções nos estabelecimentos prisionais.

3 - Viabilização urgente, pelo Estado, da implantação, em todas as comarcas, com envolvimento dos Municípios e da sociedade civil, de casas de albergados e programas de penas alternativas, de penas restritivas de direitos e de acompanhamento da suspensão condicional da pena e do livramento condicional; e criação de força-tarefa comunitária de reinserção social para acompanhar o preso em livramento condicional.

4 - Intensificação das ações integradas que visem a efetivar o princípio da humanização das penas, com o objetivo de reduzir e controlar os níveis de reincidência criminal e de aumentar os índices de ressocialização, com a participação das Polícias Civil e Militar, nas suas atividades-fim, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, esta com participação na fase pré-processual, inclusive.

5 - Implementação efetiva da titularidade da assistência judiciária, prioritariamente nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei Complementar nº 65 e do art. 134 da Constituição Federal, com dotação orçamentária compatível e criação do serviço de plantão para casos de flagrante e urgência, celebrando-se convênios com instituições de ensino.

Demais Propostas do Grupo 3

6 - Expansão da política de criação de áreas integradas para todo o Estado, com estabelecimento da equivalência de responsabilidade territorial entre unidades das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e prefeituras e com adequação de seus quadros.

7 - Fortalecimento das Polícias Militar e Civil na execução de suas atividades-fim, desonerando-as da custódia e escolta de detentos.

8 - Criação de equipe de apoio multidisciplinar (estatísticos, cientistas sociais, psicólogos, assistentes sociais, criminólogos, filósofos, etc.) para subsidiar os policiais civis, militares e os bombeiros militares responsáveis por uma área integrada, com produtos de análise criminal: identificação dos principais crimes na área integrada, formas de atuação do criminoso, redes sociais envolvidas no crime, etc.

9 - Encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de criação de cédula única de identidade.

10 - Criação de lei que vede a instalação de nova comarca, pelo Tribunal de Justiça, em Município onde não haja cadeia pública nem núcleo da Defensoria Pública.

11 - Obrigatoriedade de existência de um defensor público em cada unidade prisional e em cada Centro de Internação de Adolescentes, e de uma Vara de Execução Penal nas comarcas onde existam penitenciárias.

12 - Aplicação da obrigatoriedade, por parte do Estado, de promover atividades de estudo profissionalizante e de trabalho para presos já sentenciados, adotando-se o princípio da auto-sustentabilidade.

13 - Priorização, na aplicação da Lei nº 9.099, de 1995, das penas restritivas de direito e prestações alternativas, em detrimento da pena de pagamento de cestas básicas, privilegiando ainda a metodologia da Justiça restaurativa nos casos em que for pertinente.

14 - Implantação da metodologia Apac como política pública de execução penal no Estado de Minas Gerais, por seu objetivo de promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, incentivando a criação de conselhos da comunidade, nos termos da Lei nº 7.210 - Lei de Execução Penal -, de 11/7/84.

15 - Ampliação das ações de ressocialização de egressos do sistema prisional, com o credenciamento, pelo Estado, de setores organizados da sociedade civil que apresentem projetos de ressocialização de egressos, ou de apoio à família do preso condenado ou da pessoa presa para

investigação.

16 - Construção, pelo Estado, em parceria com os Municípios, de centros de apreensão provisória para adolescentes em conflito com a lei, dotando-os de infra-estrutura, de equipe interdisciplinar para o seu funcionamento e garantindo-se a prestação de assistência jurídica pela Defensoria Pública.

Grupo 4 - Administração de Recursos Humanos do Sistema de Justiça Criminal (Capacitação Profissional, Treinamento e Valorização)

Propostas Priorizadas

1 - Retorno do Delegado de Polícia às carreiras jurídicas.

2 - Valorização remuneratória das carreiras dos integrantes dos órgãos e das instituições que compõem o Sistema de Defesa Social, com a fixação de subsídio, na forma da Constituição Federal, para as carreiras envolvidas na Defesa Social, com valores compatíveis com a natureza de suas atribuições, preservando a hierarquia e a proporcionalidade, devendo os valores serem pagos aos servidores ativos ou aposentados.

3 - Garantias funcionais para os Delegados de Polícia nos mesmos moldes dos Defensores Públicos, Procuradores de Estado, Promotores de Justiça e Juizes de Direito.

4 - Transformação do atual nível médio das carreiras estritamente policiais da Polícia Civil em nível superior.

5 - Criação ou ampliação de um quadro de servidores civis, para o exercício de atividades administrativas, na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros e na Defensoria Pública.

Demais Propostas do Grupo 4

6 - Regulamentação do instituto de aposentadoria especial para todos os operadores de segurança pública e alteração na legislação estatutária dos servidores militares e policiais civis, de forma a possibilitar a aposentadoria proporcional a partir de 25 anos de serviço efetivo.

7 - Garantia de autonomia gerencial, financeira e orçamentária para a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, através de contrato de gestão.

8 - Adoção e implementação da Matriz Curricular Nacional nas Academias de Polícia, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp.

9 - Extensão, aos postos hierarquicamente superiores, do benefício da promoção com dez anos na mesma graduação, para todos os operadores do Sistema de Defesa Social.

10 - Exigência de curso de especialização em gestão pública, em nível de pós-graduação, para promoção de delegado e demais carreiras para classe especial.

11 - Capacitação e treinamento, para o exercício da polícia judiciária e de investigação criminal, para os servidores que, em função de mudanças na carreira, foram transformados em agentes de polícia.

12 - Criação de uma Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.

13 - Agilização no processo de consolidação da nova Lei Orgânica Estadual da Polícia Civil; elaboração de código de ética da Polícia Civil e dos agentes penitenciários e socioeducativos; criação do manual de procedimentos para a Polícia Civil - Normas Gerais de Ação -; e aperfeiçoamento do estatuto de pessoal da Polícia Militar, com a participação de técnicos e entidades de classe, como instrumento de padronização de princípios profissionais e de valorização dos operadores do Sistema de Defesa Social.

14 - Eleição do Conselho Superior de Polícia por delegados de carreira, com mandato fixo.

15 - Inamovibilidade para os oficiais militares em função de comando.

16 - Criação e ampliação adequada da função de agente penitenciário, redimensionando sua carreira e seu quadro, por meio de concurso público.

17 - Formatação dos cursos de treinamento e atualização continuada, com a integração de todas as carreiras que compõem o Sistema de Defesa Social, e normatização de um procedimento técnico-científico, pautado em critérios objetivos de aperfeiçoamento profissional na escolha do corpo docente que atuará nesses cursos.

18 - Pagamento de verba indenizatória aos militares estaduais, policiais civis e demais servidores das carreiras de defesa social em exercício de função de comando ou que atuarem fora de sua circunscrição, com ampliação de competência, temporária ou permanente, respondendo por mais de uma comarca ou Município, ou, dentro da mesma comarca, por mais de uma delegacia, observando-se o posicionamento na carreira do substituído.

19 - Criação de verba indenizatória para policiais civis e militares e demais servidores do Sistema de Defesa Social pela atuação em pleitos eleitorais, nos moldes da que é concedida ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

20 - Manutenção do porte de arma aos membros aposentados das carreiras de defesa social que o tenham assegurado em lei, mediante treinamento de habilidade para manejo e acompanhamento psicológico periódico.

Moção

Moção de apoio às Apacs - Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - e reconhecimento de trabalho e metodologia como forma eficiente de execução da pena, ressocialização e redução significativa da reincidência.

Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Presidente, agradecemos a participação de todas as instituições e poderes que participaram deste seminário, que, temos certeza, foi produtivo e democrático. As divergências fazem parte do processo. Obrigado a todos. Eu e o Deputado Edson Rezende temos, ao lado da comissão, a responsabilidade de dar seqüência aos trabalhos aqui apresentados. Boa tarde.

Palavras do Sr. Presidente

É com grande satisfação que recebemos este documento final do 'Seminário Legislativo Segurança para Todos - Propostas para uma Sociedade mais Segura', fruto de vários meses de trabalho, reflexões, troca de idéias e experiências, com a participação ativa de dezenas de instituições do setor público e da sociedade civil envolvidas com a questão. Temos certeza de que as propostas contidas neste documento, síntese das proposições apresentadas inicialmente pelas Comissões Técnicas Interinstitucionais e enriquecidas nos encontros regionais realizados em Uberlândia, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Pouso Alegre e Montes Claros, representam uma importante contribuição para avançarmos na construção de políticas públicas consistentes para combater a violência e a criminalidade em nosso Estado.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que sempre deu atenção especial à questão da segurança pública, compromete-se, neste momento, a encaminhar este conjunto de propostas a todos os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público, envolvidos com essas políticas, assim como priorizar nesta Casa as iniciativas destinadas a viabilizar a concretização de tais proposições.

Lembramos, a propósito, que cabe também à Comissão de Representação deste seminário a tarefa de acompanhar, junto à Assembléia Legislativa e aos demais órgãos públicos, os desdobramentos das sugestões aqui apresentadas.

Agradecemos, mais uma vez, a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste evento e a todos os presentes, por acreditarem, como nós, que o debate de idéias, a soma de experiências e a cooperação constituem o melhor caminho para evoluirmos no aprimoramento das políticas públicas e, no caso presente, para criarmos as condições concretas para garantir mais segurança e tranqüilidade à população do nosso Estado. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 67ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, a realizar-se em 13/9/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 100, que altera a Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Esgotado o prazo, sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.076, que institui o Dia da Conscientização sobre a Carga Tributária. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.175 que institui a Política de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertermia Maligna. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2005, do Governador do Estado, que cria a Superintendência Regional de Ensino na estrutura da Secretaria de Estado de Educação no Município de Unaí. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.604/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.677, 6.678 e 6.683/2006, do Deputado Bilac Pinto; 6.679/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.685/2006, do Deputado José Henrique; 6.707 e 6.708/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.720 e 6.721/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.733/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.792/2006, da Deputada Vanessa Lucas; 6.823, 6.824 e 6.825/2006, do Deputado Doutor Ronaldo; e 6.827/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a exploração predatória da candeia no Sul do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.953, 3.100, 3.412 e 3.471/2006, do Governador do Estado, e 3.322/2006, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.724/2006, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.818/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 13/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.737 a 6.746/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 6.781/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.787/2006, do Deputado Agostinho Patrús; 6.794, 6.800 e 6.801/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, José Henrique, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Ana Maria Resende, Jô Moraes, Lúcia Pacífico e Maria Tereza Lara e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Jr., e Carlos Gomes, Chico Rafael, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Ronaldo, Doutor Viana, Durval Ângelo, Edson Rezende, Fahim Sawan, Gil Pereira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Bittar, José Milton, Laudelino Augusto, Leonardo Moreira, Leonardo Quintão, Márcio Passos, Marlos Fernandes, Roberto Ramos e Zé Maia, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 13/9/2006, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único dos Projetos de Lei nºs 3.541, 3.542 e 3.555/2006, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 6.604/2006, da Comissão de Direitos Humanos, 6.677, 6.678 e 6.683/2006, do Deputado Bilac Pinto, 6.679/2006, do Deputado Doutor Viana, 6.685/2006, do Deputado José Henrique, 6.707 e 6.708/2006, da Comissão de Direitos Humanos, 6.720 e 6.721/2006, da Deputada Ana Maria Resende, 6.733/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 6.792/2006, da Deputada Vanessa Lucas, 6.823, 6.824 e 6.825/2006, do Deputado Doutor Ronaldo, e 6.827/2006, da Deputada Vanessa Lucas; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2006.

Leonardo Quintão, Presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- A Sra. 1ª-Secretária despachou, em 12/9/2006, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando da liberação de recursos referentes ao Convênio nº 20/2005. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Wladimir Luz Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Lavras, parabenizando esta Casa pela realização do seminário legislativo "Segurança para Todos".

Do Sr. Gerson Barros de Carvalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, encaminhando cópias dos convênios que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Walter Garcez Mares Júnior, Superintendente Regional - SE da CEF, notificando da liberação de recursos financeiros relativos a agosto de 2006 destinados à Copasa-MG, referentes às parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/9/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando Miriam de Fátima Ribeiro Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Miriam de Fátima Ribeiro Gomes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Gilson Ferreira Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Jadir Antônio de Carvalho do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Gilson Ferreira Lima para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Jadir Antônio de Carvalho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2006

Objeto: aquisição de materiais elétricos e de áudio e vídeo.

Pregoante vencedora: Contato Acessórios Industriais Ltda.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2006

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações técnicas, o Edital da Tomada de Preços nº 1/2006, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para proceder reforma em área do 1º subsolo do Palácio da Inconfidência, está suspenso até que se defina uma nova data para a realização da sessão pública.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.